

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO INTERNACIONAL EM ARQUEOLOGIA

**OS ÑANDEVA/GUARANI E O USO DO ESPAÇO NA
TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY,
MUNICÍPIO DE JAPORÃ/ MS**

BEATRIZ DOS SANTOS LANDA

Porto Alegre, 2005

Volume I

BEATRIZ DOS SANTOS LANDA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**OS ÑANDEVA/GUARANI E O USO DO ESPAÇO
NA TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY,
MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado Internacional em Arqueologia, Faculdade de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e último para a obtenção do título de doutora em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Volume I

Porto Alegre, janeiro de 2005

BEATRIZ DOS SANTOS LANDA

**OS ÑANDEVA/GUARANI E O USO DO ESPAÇO
NA TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY,
MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado Internacional em Arqueologia, Faculdade de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e último para a obtenção do título de doutora em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Volume I

Porto Alegre, janeiro de 2005

Ao meu filho Gabriel, pela alegria, amor, inteligência,
companheirismo e um aguçado espírito investigativo

À minha mãe, pelo seu amor incondicional.

Ao meu irmão, pelo apoio, compreensão e carinho.

À comunidade da Porto Lindo, na pessoa de Agripina
Lopes. Obrigada.

À Ivori Garlet e Dorcelina Folador, que enquanto
estiveram aqui tornaram este mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de agradecer a todos, pessoas e instituições, que de alguma forma contribuíram para que esta tese se concretizasse, se esquecer de alguém, desculpem-me antecipadamente.

-À UEMS/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que através do seu Programa de Capacitação liberou-me das atividades docentes

-Ao CNPq, pela oferta de bolsa para Programa de Capacitação específico

-À FUNASA, através do Pólo Indígena de Iguatemi, coordenado pelo Sr. Carlito Crispim, cuja equipe sempre mostrou-se atenciosa e solícita aos meus pedidos

-À FUNAI, através de seus funcionários de Amambai.

-Ao meu orientador, profr. Dr. José Luiz de Moraes, que me proporcionou liberdade de trabalho.

-À Gislene Monticelli, que resolveu todos os problemas burocráticos em meu nome, e por ser uma pessoa maravilhosa com quem se pode contar em todos os momentos.

-Aos meus colegas do doutorado com quem vivemos momentos de prazer porque estávamos juntos.

-As atividades de campo foram momentos muito bons porque foram compartilhados com pessoas jovens que desenvolveram uma afinidade com a questão indígena, que repercute nas suas atitudes diárias, tornando o mundo melhor. Sem eles, muito do que está presente aqui, não teria sido possível. Muito obrigada, Patrícia Turmena, Fábio Valente, Márcia de Oliveira, Edenice Matheus, Lucimara Rocha.

-Às pessoas que não podiam ir a campo, mas que se desdobraram para analisar o material trazido da aldeia, e que foram fundamentais nos momentos finais deste estudo: Carlos Landa e Lucila Munaro.

-Ao Célio e ao Fábio que tiveram que aprender mais de informática por causa dos meus pedidos.

-Há pessoas que sabemos que podemos contar a qualquer momento. São aqueles amigos que mesmo não entendendo bem a minha opção pela questão indígena sempre apoiaram: Fatinha (Maria de Fátima de Oliveira Mattos Grassi), Sáuria Lúcia Rocha de Castro, Luiz Grassi, Célio Luiz da Silva, Émerson Canato Vieira, William Antonialli Júnior .

-Ao Prof. Jorge Eremites de Oliveira, com quem sempre tive um canal de comunicação para resolver as minhas dúvidas.

-Ao Prof. Antônio Brand, na pessoa de quem agradeço toda a sua equipe pela constante troca de informações e confiança demonstradas.

-À Jelly Makoto Nakagaki e Valéria F. B. Silva pelos empréstimo de equipamentos que tornaram mais fácil os trabalhos de campo e de laboratório.

-À Carla, secretária da Pós, que resolve todos os problemas que ocorrem com competência.

O meu agradecimento especial às seguintes pessoas da Porto Lindo, que tornaram minha vida mais tranqüila e significativa lá:

-À Agripina Lopes e toda a sua família, com quem partilhei o aconchego do seu lar

-Aos agentes indígenas de saúde, Dulcila Rodrigues, Adelina Amaurílio, Roberto Carlos Martins, Donevil Assunção Ortiz, Vanderlei Pedro Gonçalves, Geraldo Ramires, Avelino Lopes e Timóteo Benites, que sempre foram parceiros nas variadas atividades realizadas lá.

-À auxiliar de enfermagem Agostinha Vilharva com quem tive muitas conversas

-Aos srs. André Gonçalves e Carlito Andrade com quem muito aprendi.

-À Janete e sua família que sempre se mostraram interessadas no que fazia

-Enfim, a todas as pessoas da comunidade com quem contatei, e que acabaram por influenciar profundamente o meu modo de encarar a vida

E por fim, à minha família: meu filho Gabriel , minha mãe Maria, e ao Carlos meu irmão, que sempre foram portos seguros nos momentos mais difíceis, e de quem só recebi amor, carinho, atenção e apoio. Sem vocês, nada teria sentido.

RESUMO

Este estudo apresenta a maneira como os Nandeva/Guarani organizam o seu espaço na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã/MS, que foi reservada no ano de 1928 pelo Governo Estadual, considerando-se que fatores como o confinamento compulsório e a superpopulação interferem profundamente na produção deste espaço. O objetivo principal é contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o transcurso sócio-histórico de povos situados em outra tradição cultural, a partir da abordagem etnoarqueológica, que neste estudo empregou procedimentos teórico-metodológicos provenientes da História, da Arqueologia e da Antropologia. A obtenção de dados sistemáticos considerou os três espaços nos quais os habitantes da área dividem a maior parte do seu dia, que são a casa, a roça e a mata, entendidos aqui como áreas de atividades nas quais são realizadas atividades específicas. Buscou-se compreender a relação entre a cultura, comportamento e cultura material, e seu reflexo na espacialidade atual do local. Foi possível demonstrar que mesmo as enormes transformações sofridas no século XX por esta população nas esferas sociais, culturais e econômicas, seguem privilegiando estes três espaços no seu cotidiano, ao mesmo tempo que continuam a lutar pelo reconhecimento e ampliação de territórios tradicionais.

Palavras-chave: Nandeva/Guarani, História Indígena, Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, Etnoarqueologia, Uso do Espaço

ABSTRACT

This study presents the way that the Nandeva/Guarani organize their space in the indigenous land Porto Lindo/ Jakarey, Japorã county/MS, that was turned into a protect reserve in 1928 by the state government, considering that factors like compulsory confinement and super population deeply interfere in production of that space. The main aim is to contribute to the development of knowledge about course social and historic of the people located in other cultural tradition, from the ethno archeological sight, which in this study used procedures theoretic-methodological coming from History of Archeology and Anthropology. The obtaining of systematic data considered three spaces in which the inhabitants of the area divided the most part of their day, which are the house, the plantation and the forest, seen here as activity areas in which the specific activities are done. This study reached for further understanding about the relationship among culture, behavior and material culture, and their influence in the current spatiality of the place. It was possible demonstrate that even the enormous

transformations suffered in the XX century by that population concerning to social, cultural and economic spheres, keep on privileging these three spaces in their day, whereas they keep on fighting for the recognition and amplification of their territories.

Key – words: Ñandeva/Guarani, Indigenous History, Indigenous Land of Porto Lindo/Jakarey, Ethnoarchaeology, Use of Space.

RESUMEN

Este estudio presenta la manera que los Ñandeva/Guarani organizan su espacio en la tierra indígena Porto Lindo / Jakarey, county/MS de Japorã que fue convertida en una reserva en 1928 por el gobierno estatal, considerando que a los factores como confinamiento compulsorio y la súper población interfieren profundamente en la producción de ese espacio. El objetivo principal es contribuir al desarrollo del conocimiento sobre el curso social y histórico de las personas localizadas en otra tradición cultural, a partir de un abordaje ethno arqueológica, que en este estudio empleó los procedimientos teórico-metodológico de la Historia de la Arqueología y Antropología. La obtención de datos sistemáticos consideraron tres espacios en los cuales habitantes del área dividieron la mayor parte de su día que es la casa, la plantación y la floresta, comprendidos aquí como áreas de actividad en las que las actividades específicas se realizan. Este estudio buscó comprender más sobre la relación entre la cultura, la conducta y cultura material, y su reflejo en la espacialidad actual del sitio. fue posible la demuestr que mismo las enormes transformaciones sufridas en el siglo XX por esa población en las esferas social, cultural y económica, siguen privilegiando estos tres espacios en su cotidiano, considerando que ellos siguen luchando para el reconocimiento y amplificación de sus territorios.

Palabras-llaves: Ñandeva/Guarani, Historia Indígena, la Tierra Indígena de Porto Lindo/Jakarey, Etnoarqueología, Uso del Espacio,.

ÍNDICE DE IMAGENS

FOTOS

Foto1. Vista externa da escola	84
Foto 2. Posto de Saúde/FUNASA	84
Foto 3. Casa alongada pela justaposição de módulos	95
Foto 4. Habitação com pórtico frontal e cobertura de sapé	99
Foto 5. Habitação com duas águas, parede e teto de madeira	100
Foto 6. Habitação de três águas, parede de madeira e cobertura de sapé	100
Foto 7. Módulo de quatro águas	101
Foto 8. Habitação de alvenaria sem janela	102
Foto 9. Módulo com cobertura de sapé	103
Foto 10. Casa duas águas com cobertura de madeira	104
Foto 11. Casa em construção com telha de amianto	105
Foto 12. Habitação com dois tipos de cobertura: amianto e tábuas	106
Foto 13. Ogajekutu utilizadas como depósito	108
Foto 14. Vista interna da ogapysy Araguaju (Tempo Iluminado)	109
Foto 15. Ogapysy tipo Ogajekutu	110
Foto 16. Estrutura para pilar feito em tronco	121
Foto 17. Mulheres pilando arroz	122
Foto 18. Pilão em formato de banco	123

Foto 19. Pilão com planta medicinal/pohã no seu interior	124
Foto 20. Pé de cedro (<i>Cedrella fissilis</i>) em crescimento	125
Foto 21. Estrutura para pilar em tronco, servindo de banco	132
Foto 22. Pilão em formato de “taça” tipo 1	133
Foto 23. Pilão em formato de “taça” tipo 1	133
Foto 24. Pilão retangular vertical	134
Foto 25. Pilão retangular horizontal	134
Foto 25. Tataendy de quatro troncos	141
Foto 26. Vista do tataendy no pátio	142
Foto 27. Tataendy com mais de quatro troncos	142
Foto 28. Tataendy construído a partir de um pé de cedro (<i>Cedrela fissilis</i>)	143
Foto 29. Tataendy no interior da casa. Ao fundo estrutura para chicha	144
Foto 30. Tataendy no interior de uma ogapysy tipo ogajekutu	146
Foto 31. Igreja Pentecostal do Último Tempo	149
Foto 32. Mitã oguataha tipo 2	153
Foto 33. Mitã oguataha tipo 3	153
Foto 34. Criança com arco e flecha	155
Foto 35. Bolinhas de argila usadas para matar passarinhos	156
Foto 36. Brinquedo imitando um poço	157
Foto 37. Meninos brincando de “burquinha”	158
Foto 38. Crianças cuidando de outras crianças nas minas e lavando roupa	161
Foto 39. Criança cuidando de criança	162
Foto 40. Criança buscando água na mina	163
Foto 41. Crianças cozinhando	164
Foto 42. Crianças no córrego Jacareí	166
Foto 43. Fogo doméstico no módulo da cozinha	170
Foto 44. Fogo doméstico no módulo da cozinha	170
Foto 45. Fogo doméstico no pátio, onde se vê a chaleira sob uma chapa de ferro	171
Foto 46. Duas estruturas de combustão em um mesmo pátio	171
Foto 47. Estrutura de combustão escavada no chão, no pátio	172
Foto 48. Fogo doméstico próximo à casa e no pátio	172
Foto 49. Fogo doméstico no pátio, com cobertura	173

Foto 50. Estrutura de combustão para queima de lixo	173
Foto 51. Forno de barro para assar, localizado no pátio	174
Foto 52. Lixo queimado no pátio da unidade residencial	179
Foto 53. Estrutura para destinação do lixo	179
Foto 54. Espigas de milho espalhadas pelo pátio	180
Foto 55. Objetos espalhados pelo pátio	180
Foto 56. Ogajekutu utilizada para armazenamento de alimentos	184
Foto 57. Estrutura tipo prateleira para guarda de objetos diversos	184
Foto 58. Estrutura tipo prateleira para guardar de objetos diversos	185
Foto 59. Travessão de módulo de cozinha para guardar roupas	185
Foto 60. Tear	198
Foto 61. Milho tradicional (avaty moroti) secando sob fogo	199
Foto 62. Consorciamento na área de estudo	203
Foto 63. Consorciamento com milho e arroz	204
Foto 64. Milho seco na roça	206
Foto 65. Milho secando para semente (acima na foto) e espigas aguardando para serem descascados	206
Foto 66. Mulheres pilando milho para galinhas	207
Foto 67. Horta produzindo	210
Foto 68. Horta de medicinais	215
Foto 69. Frutíferas no pátio de uma residência	219
Foto 70. Horta anterior	230
Foto 71. Mulheres dirigindo-se ao fragmento de mata para realizar coleta	230
Foto 72. Derrubada de árvore com o uso de facão	231
Foto 73. Mulher carregando tronco de árvore	231
Foto 74. Mulheres colocando moirão	232
Foto 75. Homem cercando a área de horta	232
Foto 76. Nova horta com alguns canteiros preparados	233
Foto 77. Mães carregando bebês	233
Foto 78. Vista lateral da habitação 2 após a conclusão, onde se vê a cobertura de tábuas de cedro	237
Foto 79. Amarração da cobertura feita com fibra de gua'apyto	239

Foto 80. Agulha de madeira usada para costurar a cobertura de capim	240
Foto 81. Memby´dju. Planta utilizada pelas mulheres para engravidar	243
Foto 82. Queimada em antiga área de mata, já com vegetação se regenerando	245
Foto 83. Queimada em área já transformada em roça	245
Foto 84. Carapaça de tatu depositada no telhado da casa	249
Foto 85. Armadilha instalada próximo de córrego para caça de preás	250
Foto 86. Armadilha localizada entre os Cainguá (Vignati, 1953, lâmina VII)	251
Foto 87. Armadilha abandonada	252
Foto 88. Armadilha próxima ao fragmento de mata	252
Foto 89. Vista geral do tekoha Yvy Katu. Ao fundo, casas na área de 10% previstas para ocupação	295
Foto. Tataendy na área do tekoha Yvy Katu durante as negociações	295
Foto 91. Arcos, flechas e yvyra para que foram portados durante o conflito (Foto Diário MS, 12/01/04)	296
Foto 92. Mulher fazendo cerâmica	304
Foto 93. Vista N/S do sítio Porto Lindo/Jakarey na área de plantio de feijão	316
Foto 94. Depósito de argila preta (yvy hu) próximo à estrada	316
Foto 95. Sítio MS-IG-02: parede leste do PT1, onde se visualiza a camada de ocupação	317
Foto 96. Sítio MS-IG-02, Poço-teste 1. Camada de ocupação	317
Foto 97. Sítio MS-IG-02, Poço-teste 2, e estratigrafia final	318
Foto 98. Vista lateral da casa em colapso, fevereiro/2003	332
Foto 99. Vista frontal da casa em colapso, fevereiro/2003	332
Foto 100. Fogo doméstico no interior da casa em colapso, fevereiro/2003	333
Foto 101. Parede lateral sul, onde se vê a cobertura caída, agosto/2004	333
Foto 102. Estruturas ainda presentes da casa em colapso, vista frontal, ago/2004	334

FIGURAS

Figura 1. Habitação 1 e as espécies vegetais utilizadas	236
Figura 2. Habitação 2 e as espécies vegetais utilizadas	236

Figura 3. Esquema apresentando as distâncias e direções dos municípios e áreas indígenas citadas ao longo do texto	275
Figura 4. PT 1, estratigrafia final da parede Norte	318
Figura 5. PT 1, estratigrafia final da parede Sul	319
Figura 6. PT 1, estratigrafia final da parede Oeste	319
Figura 7. PT 1, estratigrafia final da parede Leste	320
Figura 8. PT 2, estratigrafia final da parede Norte	320
Figura 9. PT 2, estratigrafia final da parede Sul	321
Figura 10. PT 2, estratigrafia final da parede Oeste	321
Figura 11. PT 2, estratigrafia final da parede Leste	321
Figura 12. Planta baixa de casa em colapso, referente ao mês de fev/03	334
Figura 13. Planta baixa de casa em colapso, destacando as principais ocorrências, ago/04	335
Figura 14. Planta baixa da casa em colapso, destacando as principais ocorrências, com o telhado na condição atual, ago/04	336

MAPAS

Mapa 1 . Mapa com destaque para o município de Japorã/MS, onde se localiza a Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey	31
Mapa 2. Delimitação da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey	85
Mapa 3. Mapa com a TI Porto Lindo/Jakrey em vermelho e a área do Tekoha Yvy Katu (em laranja). A porção norte é limite com o rio Iguatemi	294

GRÁFICOS

Gráfico 1. Madeiras utilizadas na confecção dos pilões	128
Gráfico 2. Madeiras utilizadas na confecção das mãos-de-pilão	130
Gráfico 3. Forma do pilão visto lateralmente	135
Gráfico 4. Comprimento das mãos-de-pilão	137
Gráfico 5. Percentual de fragmentos por espessura do sítio Porto Lindo/Jakarey	300

Gráfico 6. Tratamento de superfície interna dos fragmentos cerâmicos do sítio Porto Lindo/Jakarey	301
Gráfico 7. Tratamento da superfície externa da cerâmica do sítio Porto Lindo/Jakarey	301

TABELAS

Tabela 1. Relação entre habitações, módulos e uso	95
Tabela 2. Materiais industrializados utilizados nas habitações	97
Tabela 3. Lista dos recursos vegetais utilizados nos módulos habitacionais	116
Tabela 4. Madeiras utilizadas na confecção de pilão e mãos-de-pilão	127
Tabela 5. Madeiras utilizadas na confecções dos pilões	127
Tabela 6. Altura dos pilões	129
Tabela 7. Madeiras utilizadas na confecção das mãos-de-pilão	130
Tabela 8. Forma dos pilões vistos lateralmente	131
Tabela 9. Comprimentos mínimos e máximos das mãos-de-pilão	136
Tabela 10. Relação das espécies vegetais cultivadas na roça	204
Tabela 11. Relação das espécies vegetais cultivadas na horta	211
Tabela 12. Relação das espécies frutíferas cultivadas e/ou espontâneas na TI Porto Lindo/Japorã	218
Tabela 13. Plantas medicinais encontradas no espaço doméstico/pátio	221
Tabela 14. Relação de recursos vegetais utilizadas e status taxonômico	235
Tabela 15. Relação dos recursos vegetais utilizados e status taxonômico	237
Tabela 16. Listagem dos recursos vegetais retirados dos fragmentos de mata	244
Tabela 17. Lista de mamíferos citados	248
Tabela 18. Lista de aves citadas	249
Tabela 19. Relação entre espessura e quantidade de fragmentos do sítio Porto Lindo/Jakarey	299
Tabela 20. Tratamento da superfície externa de cerâmica do sítio Porto Lindo/Jakarey	202
Tabela 21. Depósitos de argila internos ou próximos à TI Porto Lindo/Jakarey	305

ANEXOS

Mapa 1 da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey completo
Mapa 2 da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey sem as casas
Dados da FUNASA
Carta de resultados da LABVIDROS/USP
Registro, homologação e certidão da Área Indígena Porto Lindo
Resumo do laudo antropológico do *tekoha Yvy Katu*
Despacho sobre ajuste de conduta sobre o *tekoha Yvy Katu*
Memorial descritivo das áreas demarcadas
Cadastro da Casa Indígena
Relação de jornais

INTRODUÇÃO

Recentemente, um amigo perguntou-se porque eu realizava pesquisa entre índios. Tive que fazer uma retrospectiva da minha vida (situação muito difícil pela minha conhecida falta de memória, já folclórica, entre as pessoas que comigo convivem) a partir de 1987, ano em que iniciei o curso de História na UNISINOS, quando tive contato pela primeira com a Arqueologia, através da aulas da professora Ítala Basile Becker, no Instituto Anchietano de Pesquisas, e que despertaram a vontade de aprofundar-me nesta área. Um ano após, abandonei esta universidade, e ingressei em 1988 no curso de História da UFRGS, onde conheci a professora Sílvia Moehlecke Copé, minha primeira orientadora. Meu primeiro contato com os Guarani deu-se através da leitura de “Aspectos fundamentais da cultura Guarani”, obra clássica de Egon Schaden, publicada em 1974. Em 1989, participei do primeiro de campo realizado no feriado de Finados daquele ano e coordenado pelo Profr. Arno Kern, em São Miguel das Missões, e contatei pela primeira com um índio “vivo” no ano de 1992, também no mesmo local. Uma pequena família estava se instalando em um antigo lugar que eles reconheciam como parte do seu território tradicional, fora da área do sítio arqueológico, mas próximo o bastante para que pudesse se pudesse divisar a parte alta da sua torre. O fato impressionou-me pelo fato de que, o pouco “amadurecimento intelectual e/ou falta de informações sobre os Guarani de verdade”, não conseguia entender este retorno a um local que não apresentava condições de recebê-los, e onde sua presença tinha sido

apagada, apesar da imponência do sítio arqueológico lá existente. No entanto, aquela família, composta pelo sr. José Acota, sua esposa e o filho de aproximadamente 3 anos, já tinha se instalado em um local afastado do núcleo central da cidade, e transitava livremente pelo sítio arqueológico administrado pelo IPHAN. Viviam da produção de artesanato em madeira, feito por ele, sendo que recebi de presente do sr. José um pequeno pote de cerâmica que interpreto como a ponta do fio que acabou ligando-me a este grupo, e que guardo entre os objetos que ajudam a contar a minha vida.

Posteriormente, ingressei no PMG/ Projeto Mbyá Guarani, ONG que prestava assessoria aos índios, a convite de Gislene Monticelli. Entre as pessoas que conheci, destaco Ivori Garlet, com quem pela primeira vez fui numa área indígena, localizada na divisa de Porto Alegre com Viamão, o Cantagalo. A segurança com que ele transitava entre aquela comunidade, o fato de falar a língua, o respeito com que aquelas pessoas demonstravam para com ele, recebendo-o sempre alegremente, despertaram em mim a vontade de pesquisar entre e com índios “de verdade”. Em 1998, mudei para o Mato Grosso do Sul, e através da então prefeita Dorcelina Folador, visitei em 1999 pela primeira vez a Terra Indígena¹ Porto Lindo/Jakarey, onde a primeira pessoa contatada foi o sr. Carlos Vilharva, que exerceu a capitania por 39 anos. Iniciei então, os contatos com a comunidade, que se tornaram sistemáticas e freqüentes a partir de 2003, com a execução da pesquisa etnoarqueológica que ora apresento.

A construção de um guarani hermético, fechado, monolítico que não existe em lugar nenhum, dadas as particularidades no transcurso histórico-social e cultural de cada comunidade, a partir da documentação disponível, resultou no aumento da produção bibliográfica sobre o “guarani de papel”, já duramente criticada por Maria Cristina dos Santos (1997a, b), e ironizados por Bartomeu Melià (2004, p. 154), contou com minha pequena “contribuição” (1995). Foi esse “Guarani” que eu conheci primeiro, e que reconheço, é difícil de superar.

Assim, por motivações internas e em vista da situação francamente desfavorável aos índios no Brasil, iniciei minhas pesquisas com os “Guarani” de verdade. Se ao final do texto, eu tiver contribuído para acrescentar alguma informação significativa sobre os Ñandeva/Guarani que possa ser utilizada por outros pesquisadores, mas principalmente pelos próprios retratados, e isto estimular o respeito por esta população e aos demais

¹ A partir deste momento poderá ser utilizada a abreviação de terra indígena por TI.

“parentes” espalhados em território nacional, minorando sua invisibilidade, terei cumprido o meu papel de historiadora. Se não conseguir, vou seguir tentando achar o caminho, se eles me permitirem.

Feitas estas primeiras colocações de cunho auto-biográfico, é necessário começar a delinear a problemática que motivou este estudo. A leitura da produção bibliográfica sobre a história regional que abordava as populações indígenas Guarani e Kaiowá no Estado, fundamentalmente produzida pela equipe do pesquisador Antônio Brand, que coordena o Programa Kaiowá/Guarani na UCDB- Universidade Católica Dom Bosco, e o início dos contatos com a comunidade, para obter dados sobre o impacto que as frentes de expansão² tiveram sobre as terras tradicionais indígenas que se intensificaram a partir da década de 1950 sobre todo o cone sul do Estado, que é onde estavam e estão localizadas todas as áreas indígenas Guarani, ocupando, portanto o território tradicional dos mesmos, mas privilegiando os Nãndeva/Guarani da área de estudo. Centravam-se estas pesquisas, na compreensão do impacto sobre a dinâmica da produção, e sobre as interferências que esta relação interétnica podia ter provocado nos costumes anteriormente praticados. Este avanço foi estimulado pelo próprio Governo Estadual que alterou a constituição para “favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, São Paulo e a própria Cia Matte Larangeiras, permitindo pessoas físicas comprarem até 10 mil ha de terras, quando o limite anterior era de apenas 500 ha.” (BRAND, 1997, p. 94).

Os resultados em muito se assemelham aos obtidos por Brand (1993, 1997), pois este processo de colonização recente³ abrangeu todo o cone sul do Estado. A partir de 1950, levas de colonos sulistas adquiriram terras no sul do estado do então Mato Grosso, atraídos pelo baixo preço, e iniciaram a instalação de fazendas de gado que exigiram a derrubada das matas que ocupavam todo este território. Conforme, o desmatamento avançava sobre os territórios e *tekoha*⁴ tradicionais, e alcançava os fundos de fazenda, a presença indígena nestes locais era percebida. Estes foram sendo

² Utiliza-se o conceito de frente de expansão com o mesmo sentido apresentado por Cardoso de Oliveira (1978) que é “a sociedade nacional, através de segmentos regionais, que se expande sobre áreas e regiões cujos únicos habitantes são as populações indígenas.”

³ Uso este termo para designar a vinda de colonos gaúchos, paulistas e paranaenses entre 1950 e 1970, quando encerrou-se o processo de confinamento compulsório das populações indígenas Nãndeva/Guarani e Kaiowá.

⁴ *Tehoka* é uma palavra formada por *teko* - modo-de-ser, *ha* - lugar onde, portanto, é o lugar onde se realiza o modo-de-ser Guarani. A concepção mais abrangente será tratada mais adiante.

expulsos, pelos novos proprietários, e as opções, naquele momento, eram transferir-se para as reservas⁵ demarcadas no início do século, deslocar-se para outros lugares com o Paraguai representando um grande atrativo, procurar lugares ainda não desmatados, ou ficar perambulando pelas cidades. A escolha recaiu preferencialmente para a inserção nas oito reservas demarcadas até 1928. Este processo teve como consequência a destruição de mais de 100 aldeias tradicionais e o confinamento⁶ compulsório da população que antes estava espalhada, e circulava por um amplo território.

A Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey (ver mapas 1 e 2 em anexo), localiza-se no município de Japorã, situado ao sul do estado de Mato Grosso do Sul (mapa no final do texto), e dista 25 km da sede do mesmo. É uma destas oito reservas, para a qual acorreram os índios⁷ que ocupavam a margem direita do rio Iguatemi, território considerado como tradicional pelos Nandeva/Guarani. Atualmente todas estas oito reservas apresentam superpopulação, esgotamento de recursos ambientais, desmatamento generalizado, perda de prestígio dos *tekoaruvicha*⁸ que vem perdendo prestígio, a não vivência de grande parte da população que sempre viveu nas reservas e que não viveram o *oguata* (caminhar, peregrinar), o assalariamento, e a preferência pelas reservas por parte dos mais jovens que nunca viveram de outro jeito, criando um situação na qual os antigos costumes, como os rituais, cantos e danças, estão sendo quase que inviabilizados, tanto pelas mudanças causadas pela dinâmica da própria

⁵ Denomina-se por reserva cada uma das oito áreas que foram destinadas às populações Nandeva/Guarani e Kaiowá demarcadas até 1928. A seguir são relacionados junto com os municípios onde estão inseridas atualmente: Dourados ou Horta Barbosa (Dourados), Amambaí e Limão Verde (Amambaí), Pirajuy (Paranhos), Caarapó (Caarapó), Taquaperi (Coronel Sapucaia), Porto Lindo (Japorã) e Sessoró/Ramada (Tacuru)

⁶ Uso a definição do autor desta categoria: “Entendo por confinamento o processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação de fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional. Este processo histórico de confinamento geográfico e cultural se acentua durante a década de 1970, com a mecanização da lavoura e correspondente ampliação do desmatamento do território tradicional Kaiowá/Guarani” (BRAND, 1997, p. 91-108; 1998, p. 21) ou ainda “Por confinamento entende-se aqui o processo histórico que se seguiu a demarcação das reservas pelo SPI, de ocupação do território por frentes não-índigenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais” (BRAND, 2004, p. 146).

⁷ Atualmente está em andamento uma pesquisa sobre a aldeia Vito’i Kue, no município de Mundo Novo, destruída na década de 70, cuja maior parte dos índios que lá moravam transferiu-se para a Porto Lindo, enquanto outros foram para o Paraguai.

⁸ Liderança religiosa, que anteriormente poderia também ter a liderança política.

população no seu transcurso histórico, como pelo contato interétnico⁹ com a sociedade nacional.

Este breve histórico dos últimos 50/60 anos ocorridos na região sul do Estado foi necessário para o estudo, tendo em vista que para abordar o uso que os Ñandeva/Guarani fazem do espaço atual onde se encontram, tem que ser considerado como pano de fundo o processo de confinamento, como um dos critérios para se poder detectar as mudanças e as continuidades presentes nesta relação, a superpopulação existente no local, e os contatos diários com os não-índios.

As visitas ainda irregulares no período que antecedeu a presente pesquisa, permitiram que fossem sendo observadas algumas práticas diárias, assim como a dinâmica presente na relação que mantinham com a cultura material. Os contatos interétnicos com pessoas que representavam instituições públicas, ONGs, universidades, igrejas, etc. no espaço da aldeia, apresentavam-se extremamente variados, e fazem parte do cotidiano do lugar. Hoje, a ausência de técnicos do IDATERRA para dar suporte as suas atividades produtivas é impensável, mesmo que se queixem freqüentemente do atendimento prestado por este órgão, por atrasar a entrega de sementes, insumos e equipamentos, assim como funcionários da Prefeitura que exercem alguma atividade que se relaciona com a aldeia, os profissionais de atendimento de saúde que compõe a equipe da FUNASA, e os funcionários da FUNAI que mesmo sendo índios representam o Estado-nação. Outro dado importante para ser colocado nesta introdução, é que o estado de Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil em seu território, sendo que os Ñandeva/Guarani e Kaiowá somam 32 mil pessoas, sendo 26 mil estão confinados em reservas, e os demais 6 mil estão nas novas áreas conquistadas recentemente (BRAND, 2004, p. 138).

Estas observações foram fundamentando a proposta aqui desenvolvida. Ao transitar entre a unidade doméstica, atravessar as roças para chegar em alguma casa e, eventualmente, adentrar nos pequenos fragmentos de mata, e ao recordar o que constava na bibliografia produzido desde o século XVI até as leituras com grupos mais contemporâneos, foi impossível não perceber a continuidade na forma como usavam os espaços, que parecia um reflexo, mesmo que pálido do passado.

⁹ Contato interétnico é entendido como as relações que se estabelecem entre duas etnias distintas.

É certo que eles continuam morando em casas, plantando nas roças e coletando (o que é possível) na mata, como informam os primeiros europeus que com eles contataram, mas de que forma, quem, como e quando estavam realizando estas atividades. Por ser um estudo que tem como fundamento produzir dados etnográficos que sejam úteis para a Arqueologia, as perguntas também são várias: quem produz a cultura material utilizada no cotidiano, o que é produzido, porque é produzido, e principalmente qual é o significado deste bem no contexto da cultura, e como a organização social pode estar interferindo na sua produção, uso e descarte. Como é a relação dos ñandeva/guarani com a cultura material? E como inserir as freqüentes saídas para as fazendas vizinhas, demais aldeias, outros municípios, e como isto, era apropriado como um espaço de produção e de atuação desta sociedade.

Assim, para caracterizar e compreender o uso do espaço entre os Ñandeva/Guarani na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, e a relação destes com a cultura material foi dado início a este estudo. Como foi destacado anteriormente, este uso do espaço atual só pode ser compreendido ao se considerar as condições de confinamento, as restrições territoriais e a superpopulação presente na área de estudo, portanto, o transcurso histórico desta população até alcançar os dias de hoje. Além destes condicionantes internos, devem ser inseridos na análise o fato de que é uma população integrada à sociedade nacional, que mantém contatos diários com membros da mesma, que utiliza seus serviços de saúde, educação e produção; que se representa e é representada em inúmeros encontros, seminários, congressos, que ocorrem nas universidades com órgãos públicos, agências financiadoras, enfim, que manipula uma série de categorias que foram sendo, e estão sendo absorvidas aos poucos. Ressalto que uso o conceito de integração, com o sentido dado por Dominique Gallois em curso na UCDB, em Campo Grande no ano de 2004, de que a maioria das sociedades indígenas no Brasil mantém um estreito relacionamento com a sociedade envolvente seja acessando bens e serviços, articulando-se politicamente com os seus apoiadores, obtendo financiamentos internos e externos, realizando troca de conhecimento, enfim, a todo instante transita entre as fronteiras da sua sociedade e a da englobante, e este trânsito se faz a partir das categorias indígenas, que são constantemente reatualizadas para permitir esta passagem e interação constante. Destacava na oportunidade, que não é mais possível estudar uma sociedade centrada nela mesma, desconsiderando o seu

entorno e o aspecto relacional que mantém com este, conforme apontam Barth, a nível internacional, e Pacheco de Oliveira (1998, 1999a e b, 2001) e João Carlos Lima (1998a e b)

A justificativa para a realização desta pesquisa, são os poucos estudos em contextos etnográficos realizados entre os três sub-grupos (Ñandeva, Kaiowá e Mbyá) em território nacional sobre aspectos da cultura material que fossem úteis para a Arqueologia (ASSIS, 1998; MONTICELLI, 1995, 1999; GARLET, SOARES, 1996, como os poucos exemplos), e ao mesmo tempo levantar informações sobre o uso do espaço entre os Ñandeva/Guarani, o sub-grupo menos estudado dentre eles. Longacre e Skibo (1994, p.1) afirmam que é importante em trabalhos etnoarqueológicos esclarecer porque se escolheu determinado grupo, e este é um dos motivos. Os trabalhos anteriormente citados, foram todos com os Mbyá, e se formos comparar a produção sobre os Guarani, mesmo no MS, a maioria dos trabalhos cita os Kaiowá/Guarani indicando que os dados servem para os dois, por apresentarem situações muito semelhantes (o que não é uma inverdade, conforme a análise feita anteriormente), mas reconhece-se também que maioria foi produzida muito mais a partir dos dados obtidos com os Kaiowá, do que com eles. Isto se justifica, porque as aldeias Ñandeva/Guarani localizam-se muito distantes de onde estão instaladas as universidades que tem o maior percentual de pesquisadores que se dedicam à temática indígena: a UCDB fica a 500 km da área de estudo, enquanto a UFMS, dista 280 km.

Assim, este dois componentes influenciaram a escolha do local: a inexistência de estudos etnoarqueológicos para os Ñandeva/Guarani e a inexistência de trabalhos realizados especificamente com este sub-grupo Guarani no MS. Inicialmente, a proposta era realizar um amplo levantamento arqueológico na porção final da bacia do rio Iguatemi, mas pelas dificuldades na permissão de acesso às propriedades por parte dos proprietários e administradores, houve a necessidade de alterar o tema de estudo, pois temiam que a detecção de um sítio arqueológico no local, os faria perder a propriedade, e tal pesquisa ficou inviabilizada. A constatação do pouco que foi produzido neste sentido é encontrada em Noelli (1992, p. 75) quando diz que “A Etnologia Guarani não produziu, sequer, informações mínimas a respeito dos usos do espaço (áreas de atividade) que de acordo com Sá tem se mostrado como um dos critérios mais

consistentes para verificação de continuidades e mudanças, em contraste com objetos e tecnologia, que tendem a ser menos resistentes aos contatos entre sociedades distintas.”

A partir do “Informe de um jesuíta anônimo” de 1620, (transcrito a seguir) , Meliá (1987b, p.4) assegura estarem implícitos os três espaços nos quais os Guarani fundamentavam seus *tekoha* “(...) Está el monte preservado y apenas recorrido como lugar de pesca y caza, está el monte cultivable y está la casa, muy bien definida como espacio social y político. Son esos tres espacios, simultaneamente, los que definirán la bondad de la tierra guaraní. (...).

(...) Esta nacion es muy estendida y toda tiene una lengua: es gente labradora, siempre sembra en montes y cada tres años por lo menos mudan chacara. El modo de hacer sus sementeras es: primero arracon y cortan los arboles pequeños y despues cortan los grandes, y ya cerca de la sementera como estan secos los arboles pequeños (aunque las os grandes no lo estan mucho) les pegan fuego y se abraça todo lo que han cortado, y como es tan grande el fuego quedan quemadas las raizes, la tierra hueca y fertilizada con la çeniça , y al primero aguaçero la siembran de mais, mandioca y otras muchas raizes y legumbres que ellos tiene muy buenos: dase todo con grande abundancia.

Habitan casa bien hechas armadas en cima de buenos horcones cubiertas de paja, algunas tienen ocho y diez horcones y otras más o menos conforme el cazique tiene los basallos porque todos suelen vivir en una casa. No tiene division alguna toda la casa, esta esenta de manera que desde el principio se vee el fin: de horcon a horcon es un rancho y cada uno habitan dos familias una a una banda y otra y el fuego de estambos esta en medio: duermen en unas redes que los españoles llaman hamacas las quales atan en unos palos que quando hacen las casa dejan a proposito y estan tan juntas e entretejidas las hamacas de noche que en ninguna manera se puede andar por la casa. (...) Sus poblaciones antes de reducirse son pequenas porque como siempre siembran en montes quieren estar pocos porque no se les acaben y tambien por tener sus pescaderos y caçaderos acomodados.(...) (CORTESÃO, 1951, p. 166-7)

De posse de informações obtidas nas visitas anteriores, da documentação bibliográfica do período colonial e procurando entender, com mais rigor o uso do espaço interno da TI Porto Lindo/Jakarey, desmembrou-se a análise nos três espaços, apresentados por Meliá que são a casa, a roça e a mata. Em outros textos (1981, 1989, 1990) ele irá retomar a mesma configuração espacial do que seria um local adequado para instalar um *tekoha*, assim como outros autores mantém a mesma configuração espacial nas sua análises como por exemplo, Chamorro (1998, p.43), “A selva é o

espaço da caça, da pesca e da coleta;; a roça, o lugar do cultivo; a aldeia, o lugar das casas, das festas e das reuniões(...). (CHAMORRO, 1998, p. 43), e Brand (2004, p. 139), “ Buscam, os Kaiowá e Guarani, para suas aldeias, terras de mata, onde tinha córregos próximos e terras boas para a agricultura”. A perspectiva era centrar no uso do espaço interno à aldeia, no entanto, as atividades de campo demonstraram que não era possível ficar restrita a ele, pois os contatos com pessoas e instituições do entorno regional, aliados à própria dinâmica apresentada por eles, em seus constantes deslocamentos para outros lugares para contatar parentes, forçaram o acompanhamento destas outras áreas de atividades também.

Fundamentando a pesquisa realizada sobre o uso do espaço entre os Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo/ Jakarey estão os estudos efetuados por Susan Kent (1984, 1987, 1990a e b), nos quais ela afirma haver uma inter-relação entre comportamento, cultura e cultura material, e que cada um destes elementos apresenta padrões que devem ser identificados pelos etnoarqueólogos, assim como a inter-relação existente entre os três também é padronizada. A constituição do uso do espaço deve ser identificada nas pesquisas realizadas com cada população estudada. “The use of space is an integral part of every human being’s daily life. Every day, we make subliminal and conscious decision concerning the location at which a diverse range of activities will be performed.” (KENT, 1984, p. 1)

Assim o objetivo principal é compreender como os Ñandeva/Guarani na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey organizam seu espaço considerando fatores como: o confinamento, a superpopulação, e as relações interétnicas vivenciadas no cotidiano. Neste sentido, foi necessário caracterizar o uso dos três espaços nos quais se movimentam os Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo no seu cotidiano, e levantar itens da cultura material presentes ou utilizados em cada uma destas áreas de atividades, e que servissem de referência para interpretação dos dados arqueológicos obtidos nas atividades de campo. O segundo objetivo é determinar as motivações para os deslocamentos para locais externos ao âmbito da aldeia, as distâncias destes locais, e a influência destas saídas para o cotidiano das famílias nucleares, famílias extensas¹⁰ e a

¹⁰ Entendo este termo conforme o sentido apresentado por Levi Pereira (2004, p. 85) para os Kaiowá, mas cujas características podem ser estendidas para os ñandeva/guarani. Ele substitui o uso do termo família extensa ou macro-família, por parentela/*te’yi* “a) um grupo de residência já que a maior parte de seus membros ocupa uma porção de terras contínuas e detém uma noção clara deste território, de usufruto exclusivo dos fogos aí residentes; b) um grupo de atuação econômica, pois no seu interior desenvolve-se

comunidade¹¹. Verificar o inter-relacionamento das atividades realizadas nos espaços internos e externos, e estes com a organização social, que apesar das rápidas alterações que tem sofrido contemporaneamente, ainda é baseada na família extensa e na prática da reciprocidade.

Cada um destes espaços, internos e externos à área de estudo serão consideradas como uma área de atividade, e que para a autora acima citada (1984, p. 1), “activity areas is used here to describe the locus at which a particular human event occurred”, ao mesmo tempo que considera qualquer expressão da vida diária do grupo ou do indivíduo como atividade, como comer, beber, cozinhar, falar, etc. (KENT, 1984, p. 64), enquanto Lewis Binford (1988, p. 158) entende atividade como uma série de tarefas integradas que se executa geralmente em uma seqüência temporal e de maneira ininterrupta, e que tarefas idênticas podem fazer parte de atividades distintas.

O terceiro objetivo foi produzir material cartográfico referente à TI Porto Lindo/Jakarey que pudesse estar servindo de base para as análises que foram feitas no decorrer do trabalho, e ao mesmo tempo pudesse estar sendo consultado e atualizado futuramente.

Para atingir estes objetivos, conduziu-se esta pesquisa sob a perspectiva etnoarqueológica, que estuda aspectos do comportamento humano em sociedades contemporâneas, para a ampliar a compreensão dos dados obtidos nas atividades arqueológicas, em seus múltiplos aspectos, da proposição das pesquisas à interpretação dos dados. No presente caso, em que o grupo estudado apresenta uma continuidade histórica com os Guarani históricos e os arqueológicos da mesma região de estudo, é fundamental recorrer ao uso da analogia etnográfica para melhor desenvolver as análises, assim como incluir dados de contextos etnográficos dos Kaiowá presentes no MS. Este tema será melhor abordado adiante.

intenso intercâmbio de bens e serviços, dentro dos princípios que regem a economia de reciprocidade; c) um grupo de atuação política, pois é a base do modelo de representação por intermédio do cabeça de parentela- *hi' u-*, que reúne seus descendentes e aliados pelo carisma, representa-os e por eles fala nas reuniões gerais - *aty* - , as quais reúnem os representantes de todas as parentelas- *te' yi* - que atualmente dividem uma mesma reserva, devendo defender os interesses do seu grupo familiar acima de qualquer outro interesse”(destaques do autor). Os índios denominam esta categoria sociológica por grande família. Assim, serão utilizados indistintamente os termos parentela/*te' yi*, família macro-familiar, e família-extensa, ficando reservados os termos de fogo doméstico ou família nuclear, para a unidade representada pelo pai, mãe e filhos.

¹¹ Uso o termo comunidade para me referir ao conjunto da população presente na TI Porto Lindo/Jakarey para maior conforto no texto, sem desconsiderar que este conjunto de pessoas apresenta diferenças internas nas esferas sociais, econômicas e religiosas,

Os dados ora apresentados, foram coletados considerando que há uma interrelação entre cultura, comportamento e cultura material, e que estas apresentam padrões, buscando-se identificar como a organização social dos Nandeva/Guarani influí nas atividades realizadas, pois através de trabalhos feitos em outros contextos, foi verificado que grupamentos sociais diferenciados usam também seu espaço de forma diferenciada (JAMESON, 1990; KENT, 1984; KUS; RAHARIJAONA, 1990; LONGACRE; STARK, 1992).

Este estudo foi sub-dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo, “A abordagem etnoarqueológica e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey” faço uma reflexão sobre a utilização de procedimentos teórico-metodológicos da História, Arqueologia e Antropologia, no desenvolvimento deste estudo. Para tanto, os dados manejados são provenientes de fontes textuais variadas, dos dados provenientes da tradição oral dos Nandeva/Guarani para a recomposição do uso do espaço pelas famílias-extensas e a recomposição ambiental até a década de 1950, quando iniciaram-se as alterações que tiveram como conseqüências os grandes problemas enfrentados por eles atualmente, e ainda, os dados de pesquisas etnográficas e etnoarqueológicas realizadas em grupos contemporâneos. Como as categorias terra, território e *tekoha*, serão sistematicamente utilizadas no decorrer do texto, é feita uma reflexão sobre cada uma delas, a partir de autores que se dedicaram ao estudo deste tema. Integrando os dados históricos e etnográficos, são apresentadas informações sobre a presença Nandeva/Guarani na documentação até o início do século, os resultados obtidos com o uso da história oral, e a configuração atual da área de estudo.

O capítulo 2, “A unidade doméstica: a habitação” apresenta os dados relativos ao espaço constituído unicamente pela casa. Entendida como um categoria especial da cultura material, pois a partir dela é possível detectar padrões tecnológicos e sociais, estimar organização social e dados populacionais, caracteriza a distribuição das famílias no espaço, etc. Serão apresentados dados relativos à morfologia, sua distribuição no espaço, uso de materiais diversos, o sistema de modularidade, o uso de cada um deste módulos e a relação entre estes ítems no cotidiano das famílias e os demais espaços.

O capítulo 3, “A unidade doméstica: o pátio/*okara*” apresenta os dados relativos a distribuição no espaço de várias ítems materiais produzidos a partir das madeiras coletadas nos fragmentos de mata como, estruturas para *reza/tataendy*, andador para

crianças/ *mitã oguataha*, pilão e mãos-de-pilão, e ainda , os locais onde são descartados os resíduos e armazenados os diferentes objetos que fazem parte do cotidiano Guarani, e ainda as variadas estruturas de combustão que ali são encontrados.

No capítulo 4, “A roça: manejo de recursos vegetais” apresento inicialmente as referências presentes na bibliografia dos primeiros contatos, que apresentam a variedade dos produtos cultivados juntamente com a abundância verificada por eles. A seguir, abordo a localização das roças, a divisão do trabalho, os produtos cultivados, e os impasses presentes atualmente neste tipo de atividade. A roça aqui está sendo entendida como todas aquelas atividades em que há uma manipulação de recursos vegetais, não só os produtos da roça *strito sensu*, mas aqueles que são encontrados no espaço doméstico como as frutíferas, medicinais e as hortas, e que requerem em algum momento do cultivo, cuidados específicos para que continue produzindo.

O capítulo 5 , “ Mata: espaço da coleta”, entendida como entendida um espaço privilegiado para este tipo de atividade, e que em alguns casos complementa a alimentação, em outros, a matéria-prima dali retirada especialmente as madeiras, serão encontradas na unidade doméstica, com a produção de inúmeros itens da cultura material encontrados neste local. São apresentadas duas situações , em que é necessário o trabalho coletivo para que a atividade se complete. Eles ainda coletam medicinais nos pequenos fragmentos de mata, e no final é apresentada uma tabela em que constam algumas algumas destas plantas.

O capítulo 6, “O espaço que os Ñandeva/Guarani ampliam: atividades externas à Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey e a retomada do *Tekoha Yvy Katu*”, apresenta a dinâmica que eles mantêm com municípios próximos, outras áreas indígenas visitadas mais regularmente, e a participação de alguns de seus membros em eventos como seminários, encontros, reuniões comissões, etc., que ocorrem em locais afastados da área de estudo, e são entendidas como uma possibilidade de mobilidade ampliada, que serve para a constituição destas sociedades, e para aqueles que participam das mesmas como um fortalecimento e ampliação de prestígio frente ao seu grupo macro-familiar. O movimento pela retomada da *tekoha Yvy Katu*, ampliou em quase 500 há a área de circulação destes índios em parte do seu antigo território tradicional, indicando que o confinamento associado à superpopulação está apresentando sinais de esgotamento.

O último capítulo “O espaço do passado no presente: as informações de interesse arqueológico”, apresenta os dados referentes ao sítio detectado na área de estudo, denominado por MS-IG-02: Porto Lindo/Jakarey, a escavação de três-poços teste realizados em duas áreas diferentes, e que apresentou resultados também diversos. É feita uma reflexão, a partir dos poucos dados ainda existentes, sobre as informações que este sítio pode propiciar com vistas a compreender a continuidade de ocupação de um mesmo ambiente, mas sem necessariamente estar argüindo que existe uma ligação automática entre aqueles do passado, e os Ñandeva/Guarani contemporâneos.

Algumas observações de ordem técnica se fazem necessárias para maior clareza na leitura. Para maior conforto no desenvolvimento do texto, os termos sociedade nacional, sociedade envolvente, sociedade englobante, serão utilizados com o mesmo sentido, que é de representar aqueles que se diferem etnicamente dos Guarani em geral e dos sub-grupos Ñandeva, Kaiowá e Mbyá citados ao longo do texto. Todos estes termos estão presentes na produção que aborda os povos indígenas, com igual significado. Os termos entorno e entorno regional, serão usados no sentido de estar se referindo aos não-índios que se localizam mais próximos à área de estudo. Assim também os termos índios e indígenas substituirão quando necessário no transcurso do texto a expressão Ñandeva/Guarani, e serão entendidos como sinônimos, com o intuito de não repeti-la por vezes demasiado. Salienta-se que a utilização destes termos não está sendo utilizada com a conotação de primitivo ou selvagem.

Em relação aos verbetes retirados dos dicionários compilados por Antonio Ruiz Montoya ([1639], 1876), o “Tesoro de la Lengua Guarani” e o “Bocabulario de la Lengua Guarani”, aparecem abreviados no texto por “T.” para o “Tesoro” ,e “B.” para o “Bocabulario” seguido da página onde pode ser encontrado. As palavras aparecem com a grafia que consta nos dicionários, e a acentuação somente quando o recurso do programa de texto utilizado permite.

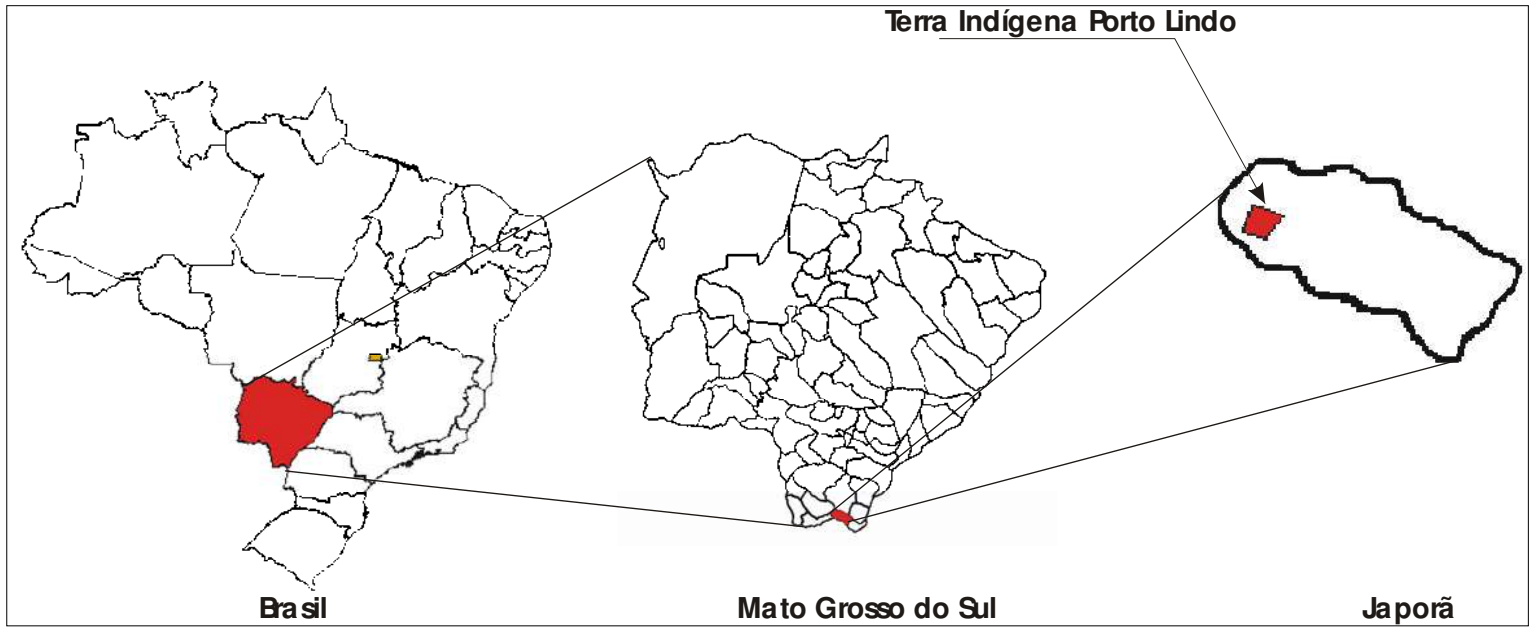
Salienta-se que palavras ou expressões que se deseja destacar ao longo do texto aparecem entre aspas, e eventualmente utilizarei somente a expressão Porto Lindo para caracterizar para me referir à área de estudo ‘.

Em relação à grafia dos nomes dos povos indígenas seguindo as normas da Convenção sobre este assunto encontrado em Schaden , 1976. Estarão sempre escritos em maiúscula quando forem os nomes, e em minúscula quando forem adjetivos. Para

nasalizar o som de consoantes uso o “~” com no “Ñ”, de Ñandeva, porque esta forma está consagrada na literatura sobre o grupo, tanto no Brasil quanto no Paraguai. . Estão presentes na língua guarani o “W” e o “Y”, sendo que o “C” e o “Q” da língua portuguesa são substituídos pelo “K”. O vocábulos no idioma guarani estão em itálico, logo após a palavra, conceito ou concepção em português. Ressalta-se que mesmo que tenha realizado um esforço para padronizar a escrita e procurar a maneira correta de escrever determinada palavra, utilizo a mesma advertência feita por Melià em novembro de 2004, na UCDB-Campo Grande/MS, de que ainda está para ser feita esta padronização, devendo ser considerado neste esforço, a adequação aos programas de edição de texto atualmente utilizados, em que não são aceitas acentuações que deveriam ser feitas para dar um sentido mais perfeito à palavra. Utilizo, assim, aquelas formas que estão mais consagradas pelo uso. A transcrição da palavras em guarani presente nas citações são grafadas conforme aparecem no texto.

Todas as fotos foram obtidas por mim, por isso não foi necessário referenciar a autoria de cada uma.

Na apresentação geral, estou utilizando para as citações a NBR 10520, de agosto de 2002, e para as referências a NBR 6023 de agosto de 2002 , ambas da ABNT.



Mapa 1. Mapa com destaque para o município de Japorã/MS, onde se localiza a Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey

CAPÍTULO I

A ABORDAGEM ETNOARQUEOLÓGICA E O USO DO ESPAÇO NA TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY

Para tratar a temática do uso do espaço entre os Ñandeva/Guarani atualmente residentes na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, no município e Japorã/MS com vistas a produção de dados etnográficos obtidos com um olhar direcionado para temáticas arqueológicas como distribuição e uso das construções, áreas de captação de matéria-prima e distâncias de acesso, uso e combinação de materiais diferenciados, a influência de cada segmento na formação do registro arqueológico, a produção de refugos e seu descarte, a influência do meio ambiente na produção da cultura material assim como as escolhas sociais feitas pelo grupo, a interferência antropogênica na produção e transformação do espaço, assim como compreender a influência de fatores históricos e ambientais que ocorreram durante o século XX até os dias atuais na área de estudo, tornou-se necessário além de manejar dados provenientes de fontes históricas, etno-históricas e etnográficas já publicadas, também produzir material específico para a pesquisa através do uso das técnicas de história oral e de estudos etnoarqueológicos. Na segunda parte deste

1.1. A etnoarqueologia e o uso do espaço

A pesquisa de campo foi efetivada através do que os autores denominam por *living archaeology*, já que as permanências mensais e as visitas semanais ao local somam aproximadamente seis meses de convivência e de observação das atividades realizadas por homens, mulheres e crianças, assim como acompanhamento dos contingentes sociais existentes e vivenciados por eles, mas efetuada através de uma perspectiva arqueológica para a realidade contatada.

Os estudos etnoarqueológicos realizados em contexto etnográfico foram concebidos dentro da inspiração teórica da Nova Arqueologia também denominada por Arqueologia Processual que representava, naquele momento, uma oposição ao histórico-culturalismo que dominava teórica e metodologicamente as pesquisas na

década de 1960. No momento em que os pressupostos da histórico-culturalismo começavam a sofrer críticas importantes, em solo brasileiro estava sendo implantado o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) coordenado por Betty Megger e Clifford Evans¹². Os estudos etnoarqueológicos então, objetivavam compreender a formação, uso e descarte dos bens materiais e o resultado final no registro arqueológico, quais os fatores que poderiam ter interferido para que se configurasse desta ou daquela maneira. Temas como padrões de assentamento, subsistência, produção, utilização e descarte da cultura material foram privilegiados pelos pesquisadores naquele momento, com destaque para os estudos de Lewis Binford entre os Nunamiut e David Yellen entre os !Kung San (POLITIS 2001, 2003a, 2003b)

Consolidando-se nos últimos 30 anos, em estudos realizados ao redor do mundo, as definições para esta sub-disciplina variam sobremaneira, não existindo um único conceito que designe perfeitamente as atividades etnográficas realizadas pelos arqueólogos em comunidades contemporâneas e diferentes da sua, quando buscam informações para compreender mais adequadamente o contexto e os dados que deve analisar. David e Kramer (2000, p. 12) no livro *Etnoarchaeology in action* apresentam definições dadas por alguns pesquisadores de renome nesta área, que demonstram o quão complexa a mesma se apresenta. Segundo autores como Kramer (1979, p. 1), Gould (1971, p. 143-145), Schiffer (1978, p. 229), Stanislawski (1974, p. 15), Trigger (1978, p. 4 e 8), os arqueólogos realizam pesquisas com grupo contemporâneos porque, entre outras os demais etnógrafos não priorizam ou mesmo ignoram temas fundamentais para as interpretações arqueológicas. Outra argumento seria o preenchimento de lacunas que os demais trabalhos etnográficos apresentam, fato este que se origina, talvez, por falha dos próprios arqueólogos que tem dificuldade em *pensar* questões antropológicas ao seu *fazer* arqueológico, o que tem inviabilizado que a troca de idéias, e o diálogo permanente ocorram entre praticantes destas duas disciplinas, contribuindo para um distanciamento empobrecedor, pois os dados produzidos pelos arqueólogos não tem receptividade entre os antropólogos e vice-versa. As ausências mais freqüentemente verificadas é a relação entre o comportamento humano e o seu registro material, que conforme Kramer (1979, p.1)

¹² Ver análise crítica em Dias, 1995; Funari, 1989; Oliveira, 2002; entre outros.

“Observações do comportamento contemporâneo podem facilitar o desenvolvimento e refinamento de insights do comportamento passado, particularmente quando fortes similaridades existem entre o ambiente e o sistema tecnológico do passado e do presente e podem ser comparados. A pesquisa etnoarqueológica investiga aspectos do comportamento sócio-cultural contemporâneo através de uma perspectiva arqueológica, privilegiando aspectos da relação entre o comportamento e cultura material nem sempre explorado pelos etnólogos.

E para Binford (1983, p.50),

[...] os princípios usados para fazer inferências a partir de observações do registro arqueológico não podem ser adotados de outras ciências, na medida em que nenhuma outra ciência se preocupa em estudar as propriedades do registro arqueológico.

Segundo Politis (2001, p. 224) os primeiros trabalhos utilizando esta perspectiva na América do Sul foram realizados em sociedades agropastoris dos Andes e entre os grupos Shipibo e Ashuar do Equador na década de 1970 e início dos anos 80 do século XX, enquanto estudos mais sistemáticos foram desenvolvidos na década de 1990 abordando temas variados (POLITIS, 1994, 1996a, 1996b, 2001). Para a latino-américa os estudos etnoarqueológicos (POLITIS, 2003a, 2003b) estariam sendo realizados sob a influência de três tendências: a primeira enfatiza a função tecno-funcional-econômica da cultura material produzida pelos grupos. A segunda está voltada para compreender variáveis mais complexas, partindo do princípio de que os artefatos são polissêmicos e multifuncionais, e que estes devem ser compreendidos em cada grupo estudado. Não há a busca por leis universais, e os aspectos simbólicos, religiosos e de cosmovisão são valorizados. A terceira tendência é aquela que tem aplicação mais direta com as pesquisas realizadas no Brasil, pois relaciona-se a construção de uma história indígena, pois permite um olhar mais acurado em uma região que tem populações que apresentam uma continuidade cultural com épocas mais recuadas no tempo. Nos grupos que apresentam esta continuidade histórica, os etnoarqueólogos tem como perspectiva quando realizam suas pesquisas, nestes grupos para compreender as diferentes historicidades.

Este é o caso dos Guarani, que tem uma história que remonta há pelo menos 2000 anos, desde a sua origem e saída da Amazônia, com seu processo já conhecido de expansão pelo território brasileiro através dos grandes rios até a chegada no rio da Prata,

região ao sul do continente (BROCAHDO, 1984; NOELLI, 1993), sem estar se considerando que existe uma ligação ininterrupta entre estas populações e os sub-grupos presentes em território nacional, mas que existem características que os aproxima étnica e culturalmente. Para Bartomeu Melià, em palestra na UCDB, em 2004 as características que todos apresentam é que falam a língua Guarani, são aldeões, migrantes, agricultores e religiosos, embora estructurem suas pautas culturais de maneiras que se apresentam diversificadas, há uma continuidade que permite a realização de estudos que confrontem os dados arqueológicos já existentes, com a documentação produzida desde o século XVI, e as informações etnográficas obtidas junto às populações atuais, visando reconstruir uma história que explique melhor o que teria acontecido no passado, sem necessariamente assumir que esta “é” a verdadeira história deste povo indígena, e ao mesmo tempo obter dados etnográficos dos grupos no contexto do século XXI para melhor tentar interpretar os dados resgatados através das atividades arqueológicas em sítios ocupados pelos antecessores dos atuais representantes Guarani em solo brasileiro.

Ainda neste aspecto deve-se ressaltar que os Ñandeva/Guarani aqui retratados continuam identificando-se como Guarani, porque tiveram a capacidade de se auto-alterar durante o transcurso histórico pelo qual atravessaram que implicou em relacionar-se com diferentes interlocutores ao longo da sua história: demarcadores, capatazes da Cia Matte Larangeiras, os madeireiros, os novos colonos, e mais recentemente, representantes dos órgãos públicos, pesquisadores/as, padres, fazendeiros. Esta auto-alteração é uma característica de todas as sociedades porque todas são essencialmente históricas, e esta é “manifestada na fundação de formas relativamente estáveis e pela ocasional extinção das mesmas. Estas transformações são geradas em relação das relações sócio-históricas entre os membros do coletivo ou resultantes de contatos encadeados com interlocutores diversos.”(RIBEIRO, 2002, p. 62). Esta mesma pesquisadora chama a atenção para as transformações na estrutura que cada sociedade apresenta, e que é

Composta pelos signos em posição e, num tempo intangível institui o ser tradicional da coletividade. Há que grifar que a estrutura é diacronicamente alterada por meio da ação dos agentes sociais, ou seja, quando os indivíduos atuam, entretecendo relações, entre os membros da própria sociedade ou com os outros, os signos em posição

são postos em ação, o que pode representar modificação dos seus significados originais, o desaparecimento de alguns traços diacríticos, caso o vivido os torne anacrônicos, ou a incorporação de novos elementos, o que, em síntese quer dizer, transformação, o que não impede que a sociedade X permaneça auto-identificando-se como a sociedade X. (RIBEIRO, p. 62).

Em resumo, o ñandeva/guarani que está na TI Porto Lindo/Jakarey hoje, não é o mesmo do início do século XIX, nem o do século XVI. As convergências estão naquelas características que estes apresentam e que aqueles apresentavam, segundo a bibliografia que nos chega do período, pois fatores como os interlocutores com quem contataram, a transformação do ambiente natural, a perda do território tradicional, e o devir histórico, fez com que vários aspectos culturais, sociais e religiosos tenham se transformado ou mesmo desaparecido, mas isto não os impede de reconhecerem-se enquanto “Guarani”. Assim como também reconhecem os Kaiowá como partícipes do mesmo grupo quando é necessário apelar para uma identidade única, que não é reconhecida por eles no cotidiano, mas que faz-se mister ativar quando unem-se para reivindicar algo que seja fundamental para a continuidade continuarem vivendo dentro das suas pautas culturais, como por exemplo, terra. Portanto, esta identidade “é uma construção social de pertença, situacionalmente determinada e manipuladas pelos atores.”(POUTIGNAT ; STREIT FENART, 1998, P. 125).

No Brasil, os estudos etnoarqueológicos iniciaram-se, a partir da década de 70, assumindo mais destaque a partir da década de 90 (WUST, 1990; COSTA, 1997; EREMITES DE OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA, 2000; SILVA e NOELLI, 2000a, 2000b, como exemplos). Para os falantes da língua guarani existem estudos que foram produzidos na década de 1990, tanto a partir das fontes escritas sem atividades de campo, mas sistematizando e integrando as informações escritas existentes (ASSIS, 1999, 2000; LANDA, 1995; NOELLI e LANDA, 1991; NOELLI, 1991, 1993), quanto em trabalhos em campo com grupos contemporâneos (ASSIS, 1995, 1998, 1999; GARLET; SOARES, 1995). Este breve painel historiográfico que trata do tema da etnoarqueologia visou destacar os estudos realizados no centro-sul do país que é aonde os Ñandeva/Guarani na Porto Lindo se inserem geograficamente, com ênfase naqueles que tratam de grupos Guarani, para evidenciar que a etnoarqueologia está se consolidando na prática arqueológica, mas ainda é muito restrita no estado de MS, onde

os povos Guarani apresentam uma continuidade histórica com os grupos contatados no século XVI.

Nesta investigação estou utilizando a definição de Nicholas David (1992) “a etnoarqueologia inclui o campo de estudo da produção, tipologia, distribuição, consumo e descarte da cultura material, com especial referência aos mecanismo que relacionam variabilidade e variação ao contexto sócio-cultural e a inferência dos mecanismo e processos de mudança cultural”. A integração destas informações permite construção de uma história indígena fortemente dirigida para o reconhecimento da importância desta população na história do Brasil, e citando Eremites de Oliveira (2001, p. 121) “o desafio da História Indígena está em assumir uma perspectiva interdisciplinar, holística e plural, diante das múltiplas interfaces existentes entre várias disciplinas, destacadamente entre História, Antropologia e Arqueologia, com o propósito de compreender o complexo transcurso histórico e sócio-cultural dos povos”, e em outro trabalho (Idem, 2002, p. 42) acentua que “ela é estabelecida a partir de uma relação de mútuas influências, em uma via de mão dupla, que pode resultar em uma Arqueologia mais dedicada a populações indígenas vivas e talvez a uma leitura arqueológica da própria Etnoistória (...)”

Assumindo como eixo norteador que existe uma continuidade temporal entre os Ñandeva da TI Porto Lindo/Jakarey e aqueles identificados na documentação que ocupavam a Província do Guayrá, o uso da analogia etnográfica é condição *sine qua non* para o desenrolar desta pesquisa. José Brochado na sua tese de doutorado, cunhou uma frase que se tornou um paradigma entre os arqueólogos que trabalham com populações indígenas históricas ou atuais, que apresentam uma continuidade histórica

[...] a Arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim, as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas. (BROCHADO, 1984, p. 565),

continua repercutindo entre aquele/as pesquisadores/as que estudam as três parcialidades Guarani no Brasil (Ñandeva, Kaiowá e Mbyá) , buscando

estabelecer a relação efetiva entre estas comunidades e os dados arqueológicos disponíveis.

O tratamento generalizante feito até recentemente pelos pesquisadores ao tratar dos Guarani, termo também generalizador amplamente utilizado para denominar os vários grupos contatados desde o século XVI, findou por criar uma entidade monolítica na qual as diferenças desaparecem em favor de uma homogeneidade inexistente. Não se está negando as semelhanças, também amplamente verificadas através dos documentos históricos, pelos dados arqueológicos e pelas pesquisas etnográficas. Considerando as possíveis semelhanças comportamentais, de cultura material e cultura, se recorrerá ao uso do recurso analógico quando for necessário, mas buscando, principalmente destacar e propiciar novas informações, quando as diferenças forem detectadas, em qualquer um destes níveis. A analogia será a ferramenta constante a ser explorada nesta pesquisa, tendo em vista, a continuidade temporal entre os atuais Ñandeva/Guarani da TI Porto Lindo/Jakarey com os Guarani do Guayrá presentes na documentação jesuítica do século XVII. A utilização do recurso analógico não é consensual entre arqueólogos, historiadores e antropólogos, e com muito mais restrições quando aplicado à pesquisas etnoarqueológicas.

No entanto, Deetz (1971, p. 263) admite que uma das mais amplas ferramentas para a interpretação arqueológica é o uso da analogia para testar um comportamento não observado por um referente observado no contexto etnográfico, enquanto Wylie (1985) argumenta em seu trabalho que a analogia não é por ela mesma, radicalmente falsa ou perigosa, e que existem critérios e estratégias metodológicas para avaliar as inferências analógicas em relação ao dado arqueológico. A analogia pode incorporar novos conhecimentos e é suscetível de ser testada. Permite também que quando há uma interpretação mais sofisticada que utiliza os dados etnográficos relevantes, estas críticas diminuam. Fabíola Silva (2000, 32ss) faz uma retomada sobre a utilização do recurso analógico na Arqueologia e na Etnoarqueologia, destacando os diferentes autores que trataram da questão desde a década de 1960 até mais contemporaneamente, e a subdivisão em analogia histórica-direta e analogia geral ou nova analogia, relacionando-se a grupos sem ou com continuidade histórica, e a analogia formal e relacional, resgatando os momentos de discussão mais intensa sobre a mesma e demonstrando que

não existe um consenso para seu uso. Para Eremites de Oliveira (2002, p. 3 e 41) a etnoarqueologia,

(...) consiste em fazer uso da analogia dos dados de natureza etnográfica com os dados evidenciados no contexto arqueológico, oferecendo novos dados que proporcionará (sic) a compreensão dos eventos e processos culturais do passado, bem como fornecerá elementos para o entendimento dos sistemas sócio-culturais. (2002, p. 3)

Estudos relativos aos Guarani que privilegiaram de algum forma a analogia foram desenvolvidos por alguns pesquisadores, que foram influenciados por José Brochado, este mesmo tendo utilizado amplamente este recurso como uma alternativa a mais para as interpretações referentes a este grupo e suas parciais em território nacional. Assim, tem-se o próprio Brochado (1991), Brochado, Monticelli & Neumann (1990), Brochado e Monticelli (1994), Garlet e Soares (1995), Noelli e Dias (1995), La Salvia & Brochado (1989), Landa (1995,1997), Landa e Noelli (1997), Monticelli (1995, 1999), Noelli (1991, 1993, 1995, 1998, s/d.), Piedade; Soares (2000), Soares (1997, 2000), sendo que em todos destacam que é necessário cuidado no seu uso

Como neste estudo busca-se compreender a dinâmica espacial vivenciada pelos Ñandeva/Guarani instalados na bacia do rio Iguatemi, e que estão hoje confinados na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, como forma de interpretar mais adequadamente os dados arqueológicos provenientes de sítios localizados nesta bacia, especialmente os da sua margem direita, e ao mesmo tempo que produzir dados etnográficos a partir de uma ótica “arqueologicamente orientada” (SILVA, 2000, p. 42) para a compreensão da formação do registro arqueológico e considerando-se que possuem uma historicidade que remonta ao período dos primeiros contatos, o recurso da analogia será amplamente utilizado, pois conforme Kramer (1979, p .1):

Observações do comportamento contemporâneo podem facilitar o desenvolvimento e refinamento de insights do comportamento passado , particularmente quando forte similaridades existem entre o ambiente e o sistema tecnológico do passado e do presente, e podem ser comparados. A pesquisa etnoarqueológica investiga aspectos do comportamento socio-cultural contemporâneo através de uma perspectiva arqueológica, privilegiando aspectos da relação entre o comportamento e cultura material nem sempre explorado pelos etnólogos.

Hoje, temas sobre os aspectos simbólicos e sociais contidos na materialidade das diferentes culturas também fazem parte das reflexões na dinâmica dos diferentes grupos estudados etnograficamente. Os pesquisadores entendem que se produção, uso e descarte dos vários itens materiais inerentes a cada sociedade relacionam-se indissociavelmente das variáveis ecológicas, também há escolhas culturais e sociais na elaboração, utilização e abandono dos diferentes produtos que estão presentes nas sociedades.

A distribuição espacial e o uso do espaço sempre foram temas privilegiados pelos estudos arqueológicos, enfatizando aspectos diferentes como sistema de assentamento e cronologia, padrão de assentamento, áreas de atividades, atividades realizadas intra e inter-sítios, e mais modernamente foram acrescentados fatores simbólicos, sociais e culturais para a compreensão e interpretação do registro arqueológico (BINFORD, 1978, 1980, 1982; GOULD, 1978, 1980; KENT, 1984, 1987; SILVA, 2000). Os estudos de Susan Kent (1984, 1987, 1990) são referências clássicas sobre o uso do espaço, atividades e áreas de atividades e a influência dos aspectos tecnológicos, sociais, ambientais e simbólicos das diferentes sociedades contemporâneas aonde foram realizadas as pesquisas na construção de seus espaços. Esta autora alertava sobre a tendência por parte dos arqueólogos em analisarem as áreas de atividades baseados nos seus padrões espaciais, refletindo assim seu etnocentrismo ao resumir que todos os povos as utilizariam segundo os padrões da sua sociedade. A diminuição ou abandono de posturas etnocêntricas é uma das contribuições mais significativas oferecida pelos estudos etnoarqueológicos. (DAVID, 1992, p. 353; GOULD, 1971, p. 143-145, STANISLAWSKI, 1974, p. 15; entre outros)

O princípio sobre o qual a autora anteriormente citada (1984, 1987, 1990, 1999) construiu seus trabalhos, e a qual serve de base para a coleta e análise dos dados etnográficos obtidos, era de que as sociedades apresentam padrões comportamentais, culturais e de cultura material. Cultura, é entendida como um sistema de significados e símbolos; o comportamento seriam as ações dentro de uma determinada cultura e a cultura material seria representada pelos produtos tangíveis do comportamento, incluindo artefatos, vestígios faunísticos e botânicos. Afirmava que a interrelação entre estes três componentes facilita o estudo da variação intra-sítio tanto no nível sincrônico

como diacrônico (1984, p. 205). Etnoarqueólogos, portanto, devem poder determinar os princípios básicos da cultura, comportamento e cultura material do grupo estudado. Ressalta que as áreas de atividades devem ser determinadas pelos estudos, e não assumidas a priori. As áreas de atividade são entendidas aqui como o local onde eventos particulares ocorrem, sendo que as atividades ali desenvolvidas podem compor-se de várias tarefas. Para Rapoport (1987, p. 11) atividade é expressão direta do estilo de vida e da cultura, ao mesmo tempo não é evidente, devendo ser clarificada, através de quatro componentes que são a atividade em si, como ela é feita, como se associa com outras atividades e se combina dentro do sistema de atividades e o significado da atividade.

Já os estudos em contextos etnográficos realizados por Brooks e Yellen (1987) indicaram que a padronização das atividades ocorre em níveis diferentes tecno-econômicos, sociológicos, e ideológicos. Assim, nestes três níveis poderiam estar contidas todas as atividades executadas por indivíduos ou grupos, e no estudo que está sendo realizado já é possível classificar as atividades observadas em um ou outro nível. Outra conclusão importante apresentada pelos autores acima mencionados, é de que existe uma diferença entre a quantidade de atividades e aquelas que efetivamente contribuem para a formação do registro arqueológico, que já era apontado por Schiffer ([1972] 1995) já assinalava que nem todas as atividades geram refugos, sejam eles primários, secundários ou de fato, e os estudos em sociedades contemporâneas podem contribuir no sentido de refletir sobre o tipo de atividades que podem não impactar a formação do registro arqueológico.

Ao tratar da relação entre a área de atividade e a variabilidade espacial e relacional nos trabalhos etnoarqueológicos desenvolvidos por pesquisadores norte-americanos em variados contextos geográficos, Silva (2000, p. 211) ressalta que “[...] os autores têm uma preocupação fundamental em observar como se dá a relação entre atividade, área de atividade e deposição do materiais” e esta dinâmica têm sido um dos focos da investigação que está sendo conduzida entre os Ñandeva/Guarani, nas suas mais diversas atividades cotidianas que se acompanhou e observou, assim como o resultado material do que é descartado nos espaços utilizados por eles. Por isto, “compreender como no passado e no presente os povos usam o espaço é vital para o nosso conhecimento de muitos aspectos

importantes do passado com os quais os arqueólogos se debatem.” (KENT, 1987, p. 1).

Para caracterizar as atividades concretizadas nos três espaços, foram feitas entrevistas cujos interlocutores desenvolvem suas atividades e tarefas nestas áreas, comparando-se com os dados obtidos pela observação participante nestes locais, participou-se nas atividades dos diferentes grupos com os quais está se contatando, e que de alguma forma envolviam o objeto desta pesquisa, registraram-se as situações vivenciadas nos diários de campo, e recorreu-se ao uso intenso da produção fotográfica, para a qual está sendo montado um banco de dados para servir de base para outras pesquisas, pois foram produzidas em torno de 2000 fotos. A hipótese que norteou a pesquisa é de que os Ñandeva/Guarani da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey utilizam o espaço interno à área de estudo fundamentados em três espaços específicos onde realizam atividades também diferenciadas, que são o espaço doméstico ou unidade residencial, a roça e a mata.

Um dos resultados das pesquisa de campo foi a elaboração do mapa da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, pois as carências de material georreferenciado para o Estado, impede a tomada de decisões mais adequadas para todas as áreas. A produção de um material que permitisse a visualização da distribuição das estruturas existentes, e aquelas detectadas que interessavam a este estudo, que serão citadas ao longo do trabalho, tornou-se imperativo para melhor visualizar as áreas de atividade onde os Ñandeva/Guarani realizam as diversas atividades e tarefas que executam no interior da área. Ao mesmo tempo, é uma das opções para demonstrar as distâncias que interconectam a vida destas pessoas com cada uma destas atividades e sua distribuição em um plano.

Através da parceria estabelecida com o geógrafo Celso Smaniotto, da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, que tem desenvolvido ao longo de quase dez anos mapas sobre a situação dos Guarani no Estado. Para a área de estudo, o que existia anteriormente era o mapa com a delimitação da área em carta do exército, na escala de 1:100.000, quando do título definitivo registrado em cartório, e os mapas produzidos

pelos agentes indígenas de saúde (AIS) para a realização das suas atividades onde constavam a distribuição de habitações e caminhos. Optou-se em produzir uma base cartográfica que apresentasse a distribuição das habitações, recursos hídricos, estradas, áreas de captação de matérias-primas, estruturas religiosas, etc., atualmente, e que pudesse estar sendo atualizada sempre que necessário. Para a coleta dos dados necessários para a produção deste material, ampliou-se o formulário “Cadastro de casa indígena” que havia sido produzido pela UCDB e FUNASA para atender aos objetivos deste estudo (o formulário original e o ampliado encontram-se em anexo). Após, as informações georreferenciadas foram plotadas em arquivo do programa Auto Cad, que é mesmo que está sendo utilizado para as áreas de Caarapó e Dourados, e que deu origem aos mapas, linguagem figurativa da realidade, apresentados nos anexos 1 e 2, mas cujo objetivo mais amplo é a implantação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a criação de mapas temáticos diversos.

No decorrer deste estudo, estas três categorias serão citadas muitas vezes, por isso é necessário esclarecer mais adequadamente termos como terra, território e espaço, que são muito freqüentemente utilizados como sinônimos nos textos consultados, mas que tem especificidades que devem ser melhor conhecidas para diminuir os usos indevidos. Esta indistinção e falta de clareza é encontrada mesmo entre os geógrafos que teriam por ‘dever de ofício’, oferecer um conceito com menores possibilidades de interpretação. No entanto, a leitura de textos produzidos por geógrafos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, educadores, etnógrafos, compreendem aspectos diferentes tendo em vista o objeto de estudo a que se dedicam: a terra enquanto suporte físico, a interferência humana nas paisagens, o ambiente escolar, os vestígios materiais de assentamentos detectados em campo, a arte produzida no passado ou na contemporaneidade, as escolhas de locais para habitação, entre outros temas.

Fatores culturais, políticos e sociais interferem na construção destas categorias, pois cada disciplina construiu um *corpus* de conhecimentos sobre o assunto, que nem sempre pode ser utilizado de forma análoga por outra. Há que se ajustar os significados para melhor caracterizar o que pretende compreender. Ao se utilizar uma palavra com uso estabelecido pelo senso-comum, como por exemplo terra, se verifica que quando se tenta transpô-la para explicar um determinado aspecto de uma outra formação social compreende-se rapidamente que necessitam de ajustes profundos para que alcancem o

objetivo a que se destinam. O seu uso complexifica-se ainda mais quando esta formação situa-se em outra tradição cultural, como são os representantes Guarani em território nacional: Ñandeva, Kaiowá e Mbyá.

Será realizado um esforço no sentido de clarear os conceitos que serão utilizados ao longo deste estudo, pois como se estará buscando compreender a relação dos Ñandeva/Guarani da área de estudo com os três espaços destacados por Melià (1981, p. 37, 1987b, p. 4; 1990, p. 36) no âmbito da TI Porto Lindo/Jakarey, com cultura material produzida, consumida e descartada na área de estudo, além da interação com a sociedade englobante que cria novos espaços de atuação.

1.1.2. Terra

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta um número expressivo de conflitos agrários, envolvendo grandes, médios e pequenos proprietários em oposição aos que reivindicam porções de terras que consideram como sendo legítimas de serem reclamadas, que são os integrantes do movimento dos sem-terra/MST, e os índios Ñandeva/Guarani e Kaiowá. O primeiro grupo é formado por pessoas que reivindicam propriedades consideradas, por critérios do movimento ao qual se associam como improdutivas, e que devem ser destinadas para reforma agrária, onde o IDATERRA¹³, após os procedimentos administrativos necessários, distribui lotes de terra de uma propriedade considerada improdutiva para os que possuem cadastro em um dos movimentos que organizam as reivindicações de terras. Estes, podem estar inseridos no MST¹⁴, na FETAGRI¹⁵ ou Pastoral da Terra.

Este grupo não possui nenhuma vinculação anterior com a terra reivindicada, os critérios são baseado na qualidade que a mesma possui para atividades que possam ser desenvolvidas por agricultores familiares, e estar sendo sub-utilizada pelo proprietário atual. Com finalidade ilustrativa da exigüidade do espaço atualmente em uso pelo índios na TI Porto Lindo/Jakarey, no município de Mundo Novo/MS, no ano de 2003, foi assentado o primeiro grupo de sem-terra do Governo Lula (presidente Luiz Inácio

¹³ Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural do MS

¹⁴ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

¹⁵ Federação dos Trabalhadores da Agricultura

Lula da Silva), no qual em uma área de 1800ha foram distribuídos 83 lotes para 83 famílias. Em uma área de 1648 ha na TI Porto Lindo, existem hoje aproximadamente 960 famílias com uma população estimada de 3661 pessoas. Esta comparação permite que se tenham alguns parâmetros de análise, mas também não traduz, evidentemente, a relação dos índios com a terra, pois esta deve propiciar a vivência do bom modo-de-ser / *teko katu* que se assenta em um sistema econômico baseado na reciprocidade (MELIÀ, 2004, p. 158, MELIÀ; TEMPLE, 2004; SOUZA, 2002), e que para ser concretizado deve exigir boa produção de alimentos e bens, para que estes possam ser doados e recebidos, a partir de uma rede de alianças entre parentes e aliados.

O conceito de terra indígena, assim como outras categorias utilizadas por pesquisadores, legisladores, instituições públicas, etc. nas suas argumentações a favor ou contra os povos indígenas também é uma construção histórica. Conforme Oliveira (1999, p. 111), a adoção de um único critério para a definição de terra indígena, que é a tradicionalidade da ocupação territorial segundo os usos e costumes de cada povo, significou a substituição de “uma identificação meramente ‘negativa’ (da presença do branco) por uma ‘identificação positiva’, que pode ser feita através do trabalho de campo e da explicitação dos processos socioculturais pelos quais os indígenas se apropriam daquele território.”

As mais antigas categorizações sobre a terra são encontradas em Montoya (1876), onde o verbete *ibi* (T.168) significa solo e terra. A capacidade da terra em produzir está contido em *ibi mbae ñemonanga tuhába* (terra fértil, T. 168), e a estéril é *ibi mbae ñemonangatuhabey* (T. 168). A terra boa para ser lavrada era designada por *ibi mbae tymbába* (T.168). A concepção de *yvy marané y*, cuja tradução mais corrente é terra-sem-mal ou lugar onde não mais se morre, é uma das mais complexas questões da religiosidade Guarani, cuja busca teria motivado o caminhar dos antepassados dos Ñandeva/Guarani (Apapokuva) que teriam partido de algum ponto da porção final da bacia do rio Iguatemi, tendo sido encontrados por Nimuendaju em SP, cujo relato gerou uma tradição historiográfica que entende este caminhar/ *oguata* em busca deste lugar como a motivação principal da mobilidade Guarani.

Estes são apenas alguns exemplos de que as adjetivações para o componente físico representado pela terra eram bem conhecidos dos Guarani do século XVII, assim

como há aqueles que se conectam com o nível simbólico que a mesma possui e onde pode ser vivenciada a cultura produzida e reproduzida por eles.

Melià (1987b, p.1-2) afirma que os locais escolhidos pelos Guarani antigos para estabelecerem seus assentamentos apresentavam características muito bem determinadas dizendo que “El mapa cultural guaraní se superpone a um mapa ecológico, que si no es de todo homogéneo, tampoco quiebra ciertas constantes ambientales”, abarcando fatores como clima, topografia e vegetação. A terra, materialidade na qual os guarani produzem e reproduzem seu modo de ser “tampoco es un dato fijo e inmutable. Nada más inestable que la tierra guaraní que nace, vive y muere, por así decir, con los mismos guaraní, que en ella entran, la trabajan y de ella se desprenden en ciclos que no son simplemente económicos, sino socio-políticos y religiosos.(...)” e que esta “ (...) es el soporte fundamental para la economía de reciprocidad que se resuelve paradigmáticamente en la fiesta , la forma de vida a la que el Guaraní aspira como plenitud.” (Idem, p. 6)

Ainda para este estudioso (2004, p. 156) “(...) La noción de tierra guaraní como lugar de cultura, ´donde somos lo que somos´ es primero, primitivo y primordial.” Assim a terra não é somente um suporte físico que os homens a transformam como bem entendem, explorando indiscriminadamente os recursos provenientes da fauna, flora e do ambiente aquático e nem uma conformação física material distanciada das atividades econômicas e religiosas realizadas pelos guarani. Neste mesmo sentido, Wenceslau (2002, p. 6) defende que a terra é o suporte para a preservação dos povos indígenas.

Autores como Faria (2003, p.4) alerta que existe uma flagrante dicotomia entre o significado de terra para os indígenas e para o Estado (FARIA, 2003, p. 4), e é necessário ter presente esta diferença, principalmente nos momentos em que estes dois sistemas de conhecimento se confrontam, fundamentalmente quando os índios reivindicam terras em território tradicional.

Sob a perspectiva arqueológica, a partir dos diversos sítios estudados e do material cerâmico analisado, Brochado (1982, p. 122) afirma que a terra determinaria o padrão e tamanho dos assentamentos, a demografia, a preferência pelo milho ou mandioca a partir das condições ecológicas, etc, quando os Guarani procuravam locais adequados para instalar suas aldeias.

A promulgação da Constituição de 1988, em outubro do mesmo ano, representou um avanço para a questão indígena, fundamentalmente, naquilo que se refere à terra e o reconhecimento das comunidades e organizações como partes legítimas para recorrerem à Justiça para a defesa dos seus direitos, que são melhor explicitados no capítulo VIII, denominado de “Dos índios”, através dos artigos 231 e 232. No artigo 231, lê-se o seguinte:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”

E no seu parágrafo 1º, é apresentado o entendimento dos legisladores do que será considerado como terra indígena, a partir deste momento,

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Com esta concepção ampliada de terra, que não se limita somente ao aspecto material, mas que reconhece práticas que estão estruturadas de tal forma que permitem uma diversidade de concepções e significações do termo, baseadas nas construções sócio-culturais que os Nandeva/Guarani criaram com este elemento natural, Duas outras implicações importantes advieram da promulgação da Constituição de 88, que foi o estímulo ao associativismo e o aumento das demarcações na década de 90, mesmo que ainda de forma tímida (ALBERT, 2000; PERES, 2003, p. 13), sendo que 2/3 destas organizações estas organizações estão na Amazônia (OLIVEIRA, 2001, p.231). A importância destas novas práticas é a possibilidade de estarem defendendo seus direitos em conjunto, como reivindicar terra.

É a partir do conhecimento que os diferentes povos indígenas vem assimilando de forma gradativa e segura sobre a legislação brasileira que trata dos seus direitos, e da compreensão do contexto mais amplo no qual estão inseridos que tem permitido que seja reelaborada não somente a concepção de terra, mas também outras concepções,

de forma a poderem interagir com os não-índios de maneira autônoma, permitindo que tenham seus direitos reconhecidos tanto pelo Estado quanto pela sociedade nacional.

1.1.2. Território Tradicional Guarani

Segundo o *Dictionnaire de la langue française* (apud BLANC-PAMARD;RAISON, 1986), o território é “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição”, e territorialidade compreende tudo o que pertence de fato, a um território, considerado do ponto de vista político. A territorialidade é um “fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em território nitidamente delimitado, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define”. (BLANC-PAMARD;RAISON, 1986,p. 262). Para estes autores o território também é construção e identifica-se com o espaço vivido através das experiências individuais e múltiplas. Evidentemente, que o primeiro conceito não se adequa à realidade vivenciada pelos Guarani, mas demonstra os vários aspectos que estão contidos nesta definição, pois além de estar contido a terra propriamente dita que é o suporte sobre o qual as atividades econômicas são realizadas, também está ligada à aspectos sociais, enquanto a territorialidade é a apropriação deste espaço a partir de normas sociais e culturais que cada grupamento humano estabelece para si, é fundamentalmente relação entre pessoas.

Os primeiros contatos realizados no início do século XVI relatados na documentação colonial (ANDRADA, 1941; CABEZA DE VACA, 1987; CORTESÃO, 1951, 1952, 1969; MAEDER, 1984, 1996; MONTOYA, 1876, 1985; VIANNA, 1970; entre outros), deixam entrever a ampla dispersão destes povos por esta região, fato que foi explorado pelos europeus, que aproveitando-se do conhecimento geográfico e ambiental por parte dos índios para atender seus propósitos, foram adentrando por estes territórios com a colaboração destes.

La distribución de los Guaraní abarcó gran porción del este de América del Sur, principalmente la Cuenca del Plata.

Los datos históricos permiten, sin embargo, la percepción de que en el comienzo del siglo XVI ellos vivían su auge geográfico y demográfico, con una población con dos millones o más (NOELLI, 2004, p.16).

El guarani se extendía no solamente por tierras del Paraguay, sino también del Brasil e incluso de Bolivia, em la zona de Santa Cruz de la Sierra. (MELIÀ, 2003, p. 101)

Esta distribuição territorial incluiria hoje, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, assim como o Paraguai, o nordeste da Argentina e as regiões sul-orientais da Bolívia. (ALMEIDA, 1991; MELIÀ, 1988; MURA, 2000; NOELLI, 1993), donde se deduz que se as semelhanças lingüísticas, culturais, na cultura material, na religiosidade, etc. são importantes, há contingências geográficas, históricas, culturais e sociais que originaram diferenciações importantes entre eles, derrubando a idéia de uma população homogênea e indiferenciada. A penetração européia, neste território seguiu por diferentes caminhos e com intensidade variável, sendo que as estratégias escolhidas pelos Guarani para opor-se a isto, foram motivados por razões que apresentavam características sócio-culturais próprias, juntamente com a inserção geográfica de cada um destes grupos contatados. Entre elas, estão os movimentos de resistência verificada na bacia Platina (SANTOS, 1988), as relações de amizade, o abandono das terras para outras áreas nas quais a presença européia ainda não se fazia sentir, entre outras táticas de auto-preservação

Posteriormente, a delimitação e fixação das fronteiras entre os Estados Nacionais que se instalaram em território tradicional dos Guarani, a Guerra do Paraguai (1854-1870), e os processos de colonização estimulados pelo Estado nacional brasileiro, influíram diretamente nos territórios ocupados pelos índios no sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. “(...) As divisões de fronteiras nacionais separam os territórios Guarani, obrigando-os a buscar outros espaços, ainda dentro de seu território

tradicional, mas esquivando-se da pressão das políticas de cada Estado nacional. (...)”.(BRIGHENTI, 2004, p. 122). Segundo Brand (2004, p. 138), “Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território que se localizava entre o rio Apa, a Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai”, que abarca praticamente todo o cone sul do estado, e que somente no século XX as perdas territoriais foram efetivas para estas populações.

Para a pesquisadora Maria Darella (2004, p. 92) o “território Guarani consiste em uma cartografia delineada em experiência, criação, memória, conhecimento e reconhecimento, palavra, sentimento, movimento dos Guarani. Traduz a existência praticada e pensada heterogeneamente pelos indivíduos e comunidades Guarani no espaço-tempo. (...) É um território processual, relacional e transformado, um *território-em-transformação*: construção que amalgama produção geográfica, histórica, social, econômica e cultural sem precedentes”. Paul Little (2002, p. 3 apud BRAND, 2004, p. 138) afirma que o território é um produto que resulta do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar , usar, controlar e se identificar” com determinada parcela do ambiente físico. Remete, portanto, às contingências históricas, vividas pelos diferentes grupos indígenas ao estarem criando condições para afirmarem-se como etnicamente diferenciados, a partir de um espaço com o qual se identificam.

Nos trabalhos de campo, jamais ouvi algum índio que entrevistei ou contatei nestes dois anos de pesquisa mais sistemática na TI Porto Lindo/Jakarey, que tenha utilizado a palavra “território”, mas sempre o uso de “terra” ou “*tekoha*” , com sentido de ser um espaço conhecido pela experiência em seus aspectos materiais, ambientais, ecológicos, sociais, cosmológicos e religiosos, que remete a lembranças- próprias ou que emerge de relatos dos mais velhos- de um passado no qual o modo-de-ser autêntico, verdadeiro/ *teko katu* era vivido em plenitude.

Assim, terra e território são conceitos que se interrelacionam em seus aspectos físicos, sociais, culturais e religiosos , mas apresentam diferenças entre eles. A terra é o suporte físico e o território é a possibilidade de viver em plenitude o modo de ser Guarani. A concepção de terra dos índios ñandeva/guarani e kaiowá não apresenta simetria com a que a sociedade ocidental tem sobre ela. A terra para os Ñandeva/Guarani e Kaiowá, neste momento histórico, é o horizonte a ser perseguido, ao

mesmo tempo é a força motriz que os mobiliza para a ação e superação das adversidades presentes no seu devir.

1.1.3. O *Tekoha* Guarani

Para o objetivo do estudo em tela, que é caracterização do uso do espaço pelos Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey é necessário que se faça uma reflexão de como o conceito de *tekoha* vem atravessando o tempo, sofrendo transformações significativas no entendimento dos pesquisadores, configurando um pano de fundo sobre o qual todos os temas abordados parecem se encontrar. O que seria inicialmente um conceito geográfico de delimitação de espaço onde cada macro família se assentaria e teria domínio sobre o mesmo, complementa-se com as determinações ecológicas, complexifica-se com as práticas sócias, econômicas e culturais, e fundamenta-se na religiosidade própria dos Guarani. Pretende-se, sem ambicionar fazer uma revisão completa, apresentar alguns estudos que abordaram o tema do *tekoha* visando demonstrar que ainda é um conceito que está em construção, e contribuirá para iluminar as reflexões sobre o uso atual do espaço na terra indígena Porto Lindo.

O antropólogo Levi Pereira (2004, p. 118) levanta a seguinte hipótese de que:

(...) a partir da desesperadora situação de confinamento nas reservas a que foram sujeitas muitas comunidades kaiowá¹⁶ na segunda metade do século XX, e do movimento de recuperação de muitos dos espaços ocupados pelas comunidades expulsas de seus territórios de ocupação tradicional, tenha havido uma transformação no sentido do termo *tekoha*, passando agora a explicitar com mais ênfase o elemento físico do território¹⁷. Reforça essa hipótese o fato do termo ter sido incorporado ao vocabulário administrativo da FUNAI.

A transformação no sentido da palavra é plenamente compreensível dentro do momento histórico pelo qual estão passando os ñandeva/guarani e os kaiowá atualmente. Frente

¹⁶ A mesma situação é vivenciada pelos ñandeva, por isto a hipótese aventada também se aplica a eles.

¹⁷ Fato este que será confirmado no capítulo que trata da retomada do *tekoha* Yvy katu mesmo que parcialmente, pois não é um território contínuo.

aos não-índios é necessário reafirmar constante e firmemente a necessidade de ampliação dos locais aonde estão instaladas as reservas, assim como o reconhecimento por parte dos órgãos competentes, das terras tradicionais transformadas em espaços destinados às atividades econômicas agropecuárias. Nesta alteração histórica do sentido da palavra tekoha é interessante o que Caiuby Novaes (1993, p.90) afirma ao dizer que

(...) Uma das principais características do fenômeno cultural é, exatamente, seu aspecto dinâmico. Para as sociedades indígenas o grande paradoxo é a necessidade de mudança como única possibilidade de permanecer a mesma. Por “permanecer a mesma” entenda-se a manutenção de uma estrutura social ampla, de uma cosmovisão, de um reconhecer-se em seus ancestrais(...),

Ao reivindicarem o espaço político da diferença frente aos não-índios (CAIUBY NOVAES, 1993, p. 27) na retomada das suas terras, os Ñandeva/Guarani evocam os dados contidos na memória dos mais idosos, que são os guardadores e repassadores das informações necessárias para a legitimação dos processos que poderão significar a devolução das áreas consideradas como tradicionais, reafirmando dessa maneira, a continuidade com os ancestrais que antes habitaram o espaço físico pretendido.

Melià, Grunberg e Grunberg (1976, p. 190) que realizaram estudos entre os Paî¹⁸-Tavyterã no Paraguai na década de 70 do século XX, afirmam que o *tekoha* possuía um componente físico-geográfico associado a outro religioso por ter sido criado por Ñande Ru, assim esse “tiene um área bien definida delimitada generalmente por cerros, arroyos o rios y es propiedad comunal y exclusiva (tehokakuaaha); es decir que no se permite la incorporación o presencia de extraños. El tekoha es una institución divina (tekoha ñe’e pyru jeguangypy creada por Ñande Ru” .

Melià, em suas publicações posteriores dedicará especial atenção à discussão e caracterização do *tekoha* Guarani, a partir de sua experiência com os Paî-Tavyterã no

¹⁸ Estou acentuando a palavra Paî com circunflexo, quando originalmente deveria ser com til em cima do “i”, porque esta acentuação não é permitida pelo programa de processamento de texto utilizado.

Paraguai, que no Brasil são denominados por Kaiowá, sendo que no ano de 1987 (b, p.4) no texto que trata da terra sem mal dos Guaraní¹⁹, utilizou uma expressão que tornou-se um norteador de estudos feito por outros pesquisadores: “sin tekoha no hay teko”, e que enquanto expressão semântica, “corre menos por el lado de la producción económica que por el de un modo de producción de cultura.(...)”, sendo um espaço sócio político. O uso deste conceito-relação de *tekoha* irá influenciar trabalhos posteriores (NOELLI, 1993, como exemplo)

Mais recentemente, apresenta um texto em que complementa e complexifica a formulação anterior, ao considerar a enorme interrelação entre a produção e transformação de um espaço físico em um espaço de cultura, e que as duas categorias indígenas -*teko e tekoha*- estão umbilicalmente ligadas. Apresenta já uma alteração na fórmula:

La territorialidad es la base del *tekoha*, esa tierra que pisamos, en la que vivimos y de la que vivimos. “Sin *tekoha* no hay *teko*”, había escrito alguna vez. Pero sin *teko* tampoco será posible mantener a la larga el *tekoha*. Y en su unidad el *teko* es religión del *ayvu* participado, porque inspirado. “(MELIÀ, 2004, p. 160).

Assim, assim como a categoria “índio Guaraní” é uma construção histórica, também categorias indígenas vão se transformando a partir do devir histórico vivenciado por *nandeva*, *mbyá* e *kaiowá*, a partir da dinâmica interna de cada sub-grupo, da política do país onde estão habitando, e da relação que mantém com a sociedade envolvente. Para Chase-Sardi (1989, p. 34) em estudo com os *Mbyá* que para eles o *tekoha* “tiene connotaciones físico-geográfico y económico, el social y el político” e que “Los procesos de deforestación son fatales para el modo de ser de los Guaraní en general y especialmente para la parcialidad *Mbyá-Guaraní*, ultra conservadora en materia cultural y religiosas. (...)” , o mesmo podendo ser estendido para os *Ñandeva/Guarani*, que apesar do avanço da sociedade nacional sobre suas terras ainda conservam algumas de suas características que os identifica, quais sejam o uso do espaço baseado em três locais: a casa, a roça e o mato, que conforma uma espacialidade que lutam para manter.

¹⁹ O mesmo texto foi traduzido e publicado em 1990, na Revista de Antropologia, v. 33, 1990.

O estudo antropológico coordenado por Fábio Mura (2002) para a revisão de limites da T.I. Porto Lindo/Jakarey, aborda as categorias *terra/yvy* e *tekoha* com o intuito de fundamentar as reivindicações dos ñandeva/guarani sobre as áreas ocupadas por fazendeiros nas atividades agropecuárias e que são lindeiras à reserva, na porção norte. A *terra/yvy* “deve ser entendida como a parte do cosmo criada e destinadas aos cuidados dos índios por Ñande Ru Guasu (Nosso Grande Pai), a entidade suprema do panteão indígena” (MURA, 2002, p. 31). Este mesmo autor (2002,p. 39) destaca que não é possível entender o *tekoha* como um categoria a-histórica, possuidora de uma essência que remontaria a um período pré-colombiano. São fundamentais os aspectos da realidade contemporânea vivido por eles, na nova concepção desta categoria, assim “*tekoha* seria uma unidade política, religiosa, territorial, que deve ser definido em virtude das característica (sic) efetivas- materiais e imateriais- de acessibilidade ao espaço geográfico por parte dos índios em pauta.” .

Mais recentemente, o antropólogo Levi Pereira em seu estudo sobre o sistema social dos Kaiowá no MS, sem desconsiderar os fatores geográficos e ambientais envolvidos na concepção do termo, afirma que o “*tekoha* pode ser mais bem descrito como uma rede de relações político-religiosa, comportando grande dinamismo em termos do número e da forma de articulação das parentelas que entram na sua composição , tendendo a assumir uma configuração flexível e variada em termos populacionais.” (PEREIRA, 2004, p. 116). Assim, o termo ganha uma conotação muito mais próxima das relações estabelecidas entre as parentelas/ *te'yi*²⁰ do que aquela que perpassa pelo quesito da delimitação de um espaço propriamente dito. O *tekoha*²¹, se ampliará ou reduzirá, a partir das alianças que os líderes (articulador ou cabeça de parentela, que também pode ser o *avô/ tamõi*)²², de cada parentela conseguirem aglutinar através do seu prestígio.

A antropóloga Kátia Vietta (2001) trilha na mesma direção ao conceber o *te'yi guasu* a partir do parentesco e de território, enquanto Brighenti (2004, p. 111) alerta que em condições ecológicas adversas, com ocupação do entorno das áreas indígenas, não há a possibilidade da terra se transformar em um *tekoha*. (BRIGHENTI, 2004, p. 111)

²⁰ *Te'yi* ou parentela, é apresentada por Levi Pereira como um grupo de residência, e de atuação econômica e política. (p. 85)

²¹ *Tekoha* é aqui considerado como uma rede ampliada de parentelas/ *te'yi*.

²² Procurar no Levi definições de articulador ou cabeça de parentela, *tamõi*

Através dos estudos apresentados, verifica-se que há uma tendência na historiografia atual que está tratando deste tema em contextos etnográficos entre os sub-grupos Guarani no Brasil ou no Paraguai, em demonstrar que o *tekoha* ideal é aquele que ocupa um espaço definido por condições ecológicas que permitam a implantação da aldeia, com terra apta para a roça, cuja mata permite a realização das atividades de caça, coleta e pesca, distantes principalmente do não-índio, mas que é nas relações entre pessoas e grupos que este se materializa em toda a sua plenitude. Um lugar perfeito, dentro dos critérios ecológicos Guarani, sem os Guarani realizando a sua economia de reciprocidade, jamais será um *tekoha*.

1.1.1.4. A história oral e a Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey

As carências e limitações documentais existentes para determinados temas ou contextos geográficos, dificultam sobremaneira a atividade do historiador, e para as informações sobre o transcurso histórico das populações que estão situadas em outra tradição cultural, as lacunas multiplicam-se. Para poder obter informações sobre o uso do espaço vivenciado contemporaneamente pelos Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey, fez-se necessário a obtenção de dados básicos para poder construir um histórico das profundas transformações pelas quais o local passou, desde a demografia geral até a destruição ambiental da região onde a mesma se localiza, e que se reflete na diminuição da diversidade da fauna e da flora, que os interlocutores²³ tão bem apontam. Os resultados obtidos ampararam-se nas técnicas de História Oral que consistem na gravação, transcrição, análise e interpretação das entrevistas realizadas, tendo como fio condutor o processo histórico da constituição e conformação da TI Porto Lindo. As fitas produzidas foram transcritas, e constituem um novo acervo documental, já que foi produzido material que poderá ser consultado por outros/as pesquisadores/as. A interpretação das falas considerou a perspectiva de que não se tem a pretensão do “acesso completo e exclusivo à verdade” (PORTELLI, 1997, p. 27), além da advertência feita por Brand (1999b, p.3) de que “A história guarani, que vai sendo lembrada e emerge nos relatos, é resultante desse processo de confronto entre

²³ Denomina-se por interlocutores as pessoas que foram entrevistadas neste estudo, tendo em vista que não são visto como objeto de pesquisa mas que mantém um diálogo intercultural com a pesquisadora.

o “*dado permanente*” (as palavras da tradição) e o “*contingente*” (grifos do autor), a realidade sincrônica (o novo modo-de-ser, o entorno regional) que para os Kaiowá/Guarani mudou muito e rapidamente nas últimas décadas. O confronto entre o bom modo-de-ser dos antepassados e o novo modo-de-ser, que vem do entorno regional, emerge em todos os relatos. “ Os depoimentos estão historicamente contextualizados, e a todo momento a memória de cada fato lembrado faz aflorar sentimentos, emoções, conflitos, e obriga os interlocutores a sistematizarem as informações que ficaram reservadas no tempo.

Destaca-se, no entanto, que a opção por este recurso não advém somente em função das carências documentais, mas porque interessa a este estudo, a visão particular de homens e mulheres que participaram nos últimos 80 anos de um período da história regional marcada pela desconsideração por parte do poder constituído da diversidade sócio-cultural, que objetivou homogeneizar a população em torno de um projeto de desenvolvimento único voltado para a agricultura em grande escala e para as atividades pecuárias. Os dados sobre a configuração da área de estudo, e a relação entre os moradores e o meio ambiente, as práticas econômicas e sociais, e a cultura material estavam presentes na memória individual de cada um e na memória coletiva que é ativada em momentos políticos importantes, em que é necessário acessar às categorias utilizadas para caracterizar o bom modo-ser dos antigos.

A população indígena no Estado insere-se entre aqueles segmentos que tem sido sistematicamente silenciados, e cujas experiências não são valorizadas. É necessário iniciar-se a construir um discurso historiográfico que coloque os povos indígenas como protagonistas e agentes da sua história, e não como meros expectadores passivos dos eventos que tem se multiplicado rapidamente nos últimos 100 anos, devendo-se fazer um esforço no sentido de recuperar os momentos vividos por aqueles que deles participaram e viveram. O pesquisador Antônio Brand que realizou pesquisas entre os Kaiowá e Nandeva/Guarani no Estado destaca em seus artigos (1998, 1999a, 1999b, 2003) que há uma dificuldade por parte dos pesquisadores/as em superar a tendência de reduzir a história dos povos situados em uma tradição oral às nossas categorias ocidentais e concepções variadas como a linearidade, à qual procuramos enquadrar todos os eventos e experiências vividas pelos outro, e que “ a percepção de que são

povos com historicidade distinta e própria, é fundamental para a recuperação de sua história” (BRAND, 1998, p. 12).

Na tentativa de recuar no tempo o máximo possível para compor um quadro “original” para entender as transformações ocorridas, foram feitas entrevistas com homens e mulheres que pudessem fornecer subsídios para isto, a maioria das interlocuções foi realizada com pessoas acima de 50 anos. Alcançou-se um recuo temporal de 120 anos, pois foi entrevistada a senhora Rosa Lopes, 82 anos, que relatou fatos ocorridos com o avô. Além das entrevistas feitas por mim, utilizei as informações provenientes de outros dois estudos (TURMENA, 2001, 2002). A partir da escolha do primeiro interlocutor, que foi o sr. Carlos Vilharva, foram sendo indicadas outras pessoas que vivenciaram o processo histórico ocorrido no século XX. Formou-se o que Meihy denomina por rede e que se configura em uma colônia (1996) ou cadeia de informantes (1991).

As definições sobre o termo são variados (BOTTURA, 1998, p. 20; CALDAS, 1999, p. 124; FERNANDEZ; VILÁRIO; GOMES, 2000, p. 2; MEIHY, 1998, p. 17; NEVES, 2000, p.110; VOLDMAN, 1998, p. 34, THOMPSON, 1992), mas todos destacam como importantes o fato de poderem servir de contraponto à informações consideradas oficiais, pela memória constituir o elo de ligação entre o presente, o passado e o futuro, e o reconhecimento que todos os agentes sociais possuem história.

Uma das críticas feitas pelos historiadores tradicionais é que precisão dos documentos produzidos a partir de relatos orais pode ser questionada, pois segundo alguns estudiosos a memória não é exata nem linear. Por outro lado, a precisão dos documentos advindos de outras fontes também pode ser questionada, já a maioria é produto do interesse da classe dominante na época de sua produção (BOTTURA, 1998, p. 21). Em decorrência disto faz-se necessário a comparação e confrontação entre os demais documentos escritos, quando existentes, e os dados obtidos nas entrevistas, além de outros cuidados (BRAND, 1998, p. 16; 1999a, p. 4, DOESWIJK, 2003, FERREIRA, 1994).

A pesquisa com índios, que tradicionalmente não possuem escrita, deve considerar o contexto no qual cada povos está inserido, pois não é possível, contemporaneamente, definir uma sociedade a partir somente de suas características internas, mas há que se avaliar a interação existente entre estes e o contexto regional. As

concepções de identidade e auto-imagem, que são histórica e socialmente construídas, emergem a partir das situações de interação a que estas populações são submetidas cotidianamente em todos os campos de atuação, e as classificações sobre quem é de 'dentro' e quem é 'de fora' está constantemente sendo revista e atualizada, pois há que se considerar as influências que uma pessoa ou grupo exerce sobre a outra. A pesquisadora Aracy Silva (1992) destaca que as influências e novidades trazidas pela sociedade nacional, são acomodados na visão já construída, enquanto outras não encontram correspondência na experiência tradicional, e acabam por impor transformações e inovações.

Com Oliveira (1999, p. 105) reflete-se também que não há uma história “específica das sociedades indígenas com regimes e métodos próprios” e que também é equivocado “identificar a antropologia das sociedades indígenas exclusivamente ao paradigma sincrônico” desconsiderando a contextualização histórica, o que resultaria apenas em uma “demarcação circunstancial e meramente política do espólio acadêmico de cada disciplina em seu estado presente, deixando de lado o exame das convergências entre antropologia e história (...)”, que é uma das possibilidades que melhor podem contribuir para uma ampliação do conhecimento sobre os vários povos indígenas existentes em solo brasileiro, concatenando técnicas e métodos próprios da História, da Antropologia e da Arqueologia, sem querer ser especialista em todas, mas apenas procurando um caminho para compreender de forma mais refinada as sociedades com as quais se contata hoje, e que já fizeram e continuam fazendo história com os seus inúmeros, variados e infindáveis movimentos em busca de melhores condições de vida, e de relacionamento com a sociedade nacional que apresenta-se como hegemônica em todos os aspectos, desconsiderando a diversidade étnica e cultural.

O que se procura é entender a historicidade dos sujeitos históricos, que no caso dos Nandeva/Guarani, percorre quase trezentos anos de presença nos documentos consultados, o que não significa que eles só existem porque são citados nos documentos, mas que a sua presença foi suficientemente impositiva para forçar aqueles que desejavam torná-los inexistentes ou invisíveis, a escrever sobre eles.

Baseando-se no texto de Barth de 1969, Oliveira (1999, p.197) diz que “as categorias étnicas são veículos para a organização social das diferenças, e que só ocorre em um contexto de interação social.”, ao mesmo tempo que reconhece que

há uma tendência por parte dos pesquisadores em naturalizar as identidades étnicas mais antigas. O Guaraní foi tão intensamente pesquisado ao longo dos séculos XIX e XX, que passou a existir como um ente monolítico, portador de determinados hábitos e costumes, e que não sofre questionamentos sobre a sua existência no domínio do real, passando a representar uma etnia que foi construída por historiadores, etnógrafos, arqueólogos, antropólogos, etc. A entidade buscada e perseguida de um “Guaraní puro” da literatura e de muitas pesquisas e estudos, não existe. O que se encontra, são grupos falantes da língua guarani que estão espalhados por um amplo território, em situações diversas quanto aos seus direitos territoriais conforme a sua inserção no país onde residem, e que abrange Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. A bibliografia contemporânea é profícua em apresentar nomes diversos para uma mesma parcialidade, conforme registrado por Aldo Litaif (2003, p. 106) : a) kayowa: Pai-tavytera, Guaraní-kayova, Aba, Ava, Caiua, Cayoa, Kayova, Kayowa, Kaywa, Kaya, Pan, Terenohe, Teyi, Tey; b) Chiripa: Nandeva, Nandeva, Apapokuva, Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Ava- katu-Ete, Ava-Katu, Ava- Kwe-Chiripa, Cheiru, Oguauiva, tanygua; c) Mbya: Mby’a, Mbüa, Mbia, Apytere, Ava-Ete, Baticola, Caaygua-Bya, Jeguaka, Jeguakava, Tenonde Pora gue’i, Mbwiha, Tembekwa, Yeguaka-va Tenonde e d) Chiriguano: Ava, Isoso, Mbia.

Entretanto, se as semelhanças são muitas, e não passaram despercebidas por aqueles que primeiro os contataram, as diferenças também são significativas. Conforme visto anteriormente (e em toda a bibliografia desde o século XVI até a contemporaneidade). Entretanto, estudos detalhados para detectar estas diferenças ainda não foram empreendidos, assim como os diferentes sub-grupos ñandeva, kaiowá e mbyá não foram suficientemente estudados para que seja possível a realização de comparações intra e inter-parcialidades.

Quanto aos dados etnográficos apresentados, é preciso concordar com João P. de Oliveira (1999, p. 104) quando diz que “é preciso ter em mento que pesquisadores diferentes não realizam uma descrição homogênea das realidades que observaram” e que as etnografias supõe “um esforço sintético e interpretativo, bem como experiência narrativa.” Sendo assim, esclarece-se que o que será apresentado relaciona-se aos objetivos do presente estudo, e que houve sim, uma seleção de situações, fatos, e

observação de alguns objetos da cultura material que refletiriam melhor aquilo se buscava compreender. Ou também como já afirmava Melià de que cada época constrói seus próprios Guarani, pois as ambicionadas objetividade e neutralidade científica, cederam lugar à participação, interação e relacionamento estreito com os anteriores denominados “objetos de estudo”, para serem partícipes e colaboradores nos resultados obtidos.

Considerando, no entanto, que se está a utilizar tanto as fontes escritas quanto os relatos orais dos Ñandeva que participaram de momentos importantes para a história da comunidade que vive na Porto Lindo, deve-se fazer a crítica às fontes coloniais utilizadas considerando-as como frutos de um período específico da história indígena que é o período colonial, e ao mesmo tempo contextualizar os depoimentos obtidos, compreendendo a partir da onde fala cada uma das pessoas interessadas, mas principalmente, para quem fala, e o que isto pode reverter de positivo para a comunidade.

1.2. OS ÑANDEVA/ GUARANI NA DOCUMENTAÇÃO E A TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/ JAKAREY

Neste capítulo serão apresentadas as referências sobre os Ñandeva/Guarani presentes na bacia do rio Iguatemi encontradas na documentação histórica, etnológica e etnográfica²⁴, e informações gerais sobre a Terra Indígena Porto Lindo (Jakarey) desde a reserva da área no início do século XX até os dias atuais.

1.2.1. Os Ñandeva/ Guarani na documentação da região

²⁴ Uso a mesma divisão apresentada por Aldo Litaiff (2003, p. 78), (...)1- la bibliographie historique (XVIe au XIXe siècles), qui est constituée principalement par les chroniques de la conquête et les journaux des voyageurs, les lettres et les rapports des missions et des réductions; 2- l’Ethnologie et l’ethnographie contemporaine (XXe siècle).

Na chegada dos europeu à região cinco subgrupos foram identificados na literatura, representado pelos Carios, Tapes, Paraná, Itatim e Guairá (MURA, 2000, p. 6), estes últimos seriam os ascendentes do grupo Guarani-Ñandeva ora em estudo. Apesar da bacia do Iguatemi estar inserida na Província Jesuítica do Guairá, pois localizava-se entre os rios Paranapanema, Paraná, Iguaçu e a linha de Tordesilhas que “definiu” as pertenças de terras a serem conhecidas a partir daquele momento, e que hoje ocupam parte dos atuais Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, poucas vezes os indígenas habitantes da região pertencente à bacia do rio Iguatemi são citados até o século XVII, quando a geopolítica internacional forçou o conhecimento detalhado da região. Esta província, estava ocupada por populações Guarani que foram identificados desde os primeiros contatos com os europeus, e alcançava em torno de 200 mil indivíduos ou “quarenta mil fogos” como se lê em Perasso (1987). Como uma grande parte da bibliografia do período foi produzida pelos jesuítas, os mesmos privilegiaram comentar e destacar a implantação das diversas missões que estariam hoje em território do oeste paranaense e sudeste paulista, com raríssimas menções ao imponente rio que era (e ainda é) o Iguatemi. Quando esta citação ocorre, em geral relaciona-o em contraposição aos saltos do Paraná do que seriam conhecidos posteriormente por Sete Quedas (CORTESÃO, 1951, 363).²⁵

No século XVII os bandeirantes voltam seus olhos para o sul de Mato Grosso, e organizam expedições para apresamento de índios que encontrassem pelo caminho. Entre estas bandeiras estão a de Antônio Raposo Tavares (1648), a de Luiz Pedroso de Barro (1660) e a de Luís C. de Almeida (1661), conforme Monteiro (2003, 19), que foram conquistando os territórios tradicionais dos Guarani.

O rio Iguatemi (rio sinuoso), afluente da margem direita do rio Paraná e um dos seus maiores tributários está presente nas cartografias coloniais desde o século XVIII, quando das expedições exploratórias efetuadas sobre aquela região. Após a assinatura do Tratado de Madrid em 1750 assinado em 13 de janeiro de 1750 pelos reis de Portugal, d. João V e de Espanha, d. Fernando VI, que trocava os Setes Povos das

²⁵ Nimuendaju (1987, 8) diz que “O *habitat* original dos Apapocúva situa-se na margem direita do rio Iguatemi, no extremo sul do Estado de Mato Grosso. Não há tradição que afirme ter a horda estado submetida como as outras ao domínio dos jesuítas, nos séculos XVII e XVIII. Isto pode, contudo, ser considerado possível, devido à vizinhança imediata da sua região com as missões de Ontiveiros e Guairá, assim como devido a alguns indícios quase apagados de um contato muito remoto com o cristianismo.” Relatos sobre os “Tupi” antropófagos sugerem que talvez os Apapocúva também tenha sofrido os assaltos dos paulistas e seus aliados, os Tupi da costa.

Missões, hoje em território gaúcho pela Colônia de Sacramento, no Uruguai, modificando os territórios pertencentes a cada uma destas coroas, assim como alterando a correlação de forças existentes na região, que resultou na Guerra Guaranítica (1753-1756) travada entre os guaranis dos sete povos contra as coroas espanholas e portuguesas e que reordenou os espaços coloniais, as expedições demarcatórias provenientes de São Paulo intensificaram-se visando garantir os termos do tratado. No século XVIII, entre os anos de 1769 e 1771, Teotônio Juzarte iniciando sua expedição em São Paulo no rio Tietê, descendo o rio Paraná e adentrando no rio Iguatemi, mapeou-o detalhadamente conforme avançava para montante. (SOUZA e MAKINO, 2000).

Alguns anos após, José Custódio de Sá e Faria - militar, cartógrafo, engenheiro, arquiteto, geógrafo e administrador – e um das mais importantes figuras neste período de identificação efetiva dos limites geográficos pertencentes a cada coroa, participou de outras expedições demarcatórias da região que constava no Tratado, também navegou pelo rio Iguatemi conforme consta no seu diário. Cartografou este rio ao fazer o seu reconhecimento e indicou às autoridades os pontos críticos passíveis de ataques que poderiam ser feitos pelos paraguaios já que era fronteiro ao Paraguai, e também destacar a conquista portuguesa, entre outubro de 1774 à janeiro de 1775. (GOLIN, 1998, 87-95). Após sua partida da região Sá e Faria deixou instruções de como a Junta Governativa constituída por ele deveria atuar em relação à várias questões entre elas “tratar os índios com humanidade e respeito” (GOLIN, 1998, p. 93), demonstrando a existência de autóctones contatados, mesmo que esporadicamente, e que estavam estabelecidos na bacia do Iguatemi nesta época e que seriam os ascendentes dos atuais ñandeva do local.

Em uma de suas inúmeras curvas, foi implantada a Praça Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemi e a povoação São Francisco de Paula, que foram inspecionados por José Custódio, e que no ano de 1777 acabou em mãos paraguaias, após praticamente ter sido abandonada por São Paulo que não enviava mais recursos materiais nem humanos para sua manutenção conjuntamente com a má administração local. Nimuendaju (1987, p. 8) reafirma que segundo a “tradição”²⁶ os índios não

²⁶ Termo utilizado no sentido de ter referência em alguma documentação ou mesmo embasado na tradição oral.

teriam tomado parte nas hostilidades que forçaram a retirada deste Forte, situado no médio Iguatemi.

Monteiro (2003, p. 17-18) assinala que os autores que mencionaram os índios da região meridional do Brasil os designavam somente pelo genérico Guarani sem especificar a qual dos três subgrupos pertenceriam (Ñandeva, Mbyá e Kaiowá), assim como o termo kaiwá e suas variantes (Kayová, Kainguá, Cayuá, Kaa-thwua, Kadjová, Montes, Teüi e Tembkuá) acabou por ser adotado para designar aqueles índios que procuraram evitar o contato com o elemento europeu o máximo que pode e subsumindo também os ñandeva da bacia do Iguatemi. Nos documentos, a citação dos kaiowá (auto-denominação Pai-Taviterã) localizados próximos aos rios Ivinhema, Amambai, Dourados são muito mais freqüentes e isto relaciona-se também com as investidas dos bandeirantes na região centro-oeste para ampliação do território e apresamento de índios.

A diferenciação entre os grupos de língua Guarani só vai iniciar-se no século XIX e como salienta Gay (1863, p. 53 apud MONTEIRO, 2003, p.17)

Em nenhum ponto formavam um verdadeiro corpo de nação, mas unicamente grupos de tribus (sic) onde famílias designadas pelo nome do lugar em que viviam ou de seus caciques temporários, o que explica a immensa variedade de nome que tem nos annaes da ephoca[...].

Bertoni (1922, p. 59) também expressa a mesma interpretação ao escrever que “los Guaraníes no constituían un pueblo único, o simplemente una nación, sino una grande família compuesta de numerosas naciones, que dominaban um território imenso y muy variado.” Graziela Chamorro (1998, p.44) também reforça a idéia afirmando que,

Quando da chegada dos primeiro europeus, os Guarani formavam conjuntos territoriais de médio porte, que os estrangeiros denominaram impropriamente de província. Digo impropriamente porque, embora naquela época já existissem estradas comerciais e importantes caminhos [...] não havia entre os indígenas um elo semelhante ao sentimento nacional, apesar da provável semelhança social e linguística, nos diversos conjuntos territoriais. Deste modo, a denominação genérica – Guarani – dada pelos europeus às parcialidades que iam contatando no antigo Paraguai, não deve induzir os estudos sobre os diversos grupos guarani a-partir-de ou em-direção a um consenso generalizante que iniba as especificidades de cada um deles. Tampouco deve conduzir ao erro de projetar sobre o passado

ou sobre outros subgrupos guarani atuais as etnografias particulares que se conhecem hoje.

Só no século XIX, com a etnologia dos viajantes, e especialmente no século XX, com a dos antropólogos, chega-se a conhecer as autodenominações desses que, por tantos anos, foram apelidados de *Kayngua* (MELIÀ et al. 1987, s/p). São eles: 1) os *Avakatuete*, *Chiripa* ou *Ñandeva*, em torno de oito mil pessoas, entre o Paraguai e o Brasil; 2) Os *Mbyá*, cerca de 12 mil, no Paraguai, na Argentina e em todo o litoral brasileiro; 3) os *Paĩ-Tavyterã* ou *Kaiova*, que chegam a 17 mil no Paraguai e Brasil; e os *Chiriguano*, que superam a casa dos 60 mil, vivendo no oriente boliviano e em regiões fronteiriças entre o Paraguai e a Argentina (Aconteceu 1984; CHAMORRO, 1998, p. 46)

São relatados na documentação alguns encontros fortuitos com índios da região do Iguatemi como aquele que ocorreu com Amédeé Moura no ano de 1862. (MONTEIRO, 2003, p. 26) e estes começam a ser importantes para garantir a fronteira do Paraguai com o Brasil, com a deflagração da guerra em 1865.

O desconhecimento até o século XIX dos índios que habitavam a região do Iguatemi é verificado no relatório do diretor geral de Índios da província de Mato Grosso em 1848 e está presente no relatório de Francisco José Cardoso Júnior, Presidente da Província de Mato Grosso, enviado à Assembléia Legislativa em 1872, onde se lê :

1º Os caiuás. Ignora-se o número de individuos a que possa attingir essa familia, residente nas imediações do rio Iguatemy. É ainda pouco conhecida, entretanto suppõ-se ser numerosa, de índole pacífica e dada a vida sedentaria. Dizem que os Caiuás applicão-se a lavoura do que é strictamente indispensável a propria subsistencia. Alguem affirma ser o Caiuá constante naquilo que empreender, qualidade essa rarissima entre o selvagem. (apud MONTEIRO, 2003, p. 63)

O relatório de Pimentel Barbosa para Antônio Estigarribia, no ano de 1927 alerta para a grande influência exercida pelos guarani no município de Ponta Porã em relação à língua, pois os brasileiros não se expressão mais em português mas em castelhano e “o que ainda é pior, no guarany” (MONTEIRO, 2003), assim como as toponímias também eram denominadas em guarani. Atualmente, muitos moradores de Ponta Porã,

dominam perfeitamente o idioma Guarani dada a sua proximidade com o Paraguai, onde na cidade de Pedro Juan Caballero mantém fortemente a expressão linguística, o que já não ocorre em outros municípios limítrofes como é o caso de Salto del Guayrá que faz divisa com Mundo Novo/MS, onde se fala o espanhol.

Os índios que não estavam aldeados sempre representaram um problema para os administradores da Inspetoria Regional 5 (I.R.5), pois esta liberdade de circulação não era interessante para o governo, e as justificativas para confiná-los em porções do território sempre passou pelo discurso da proteção e melhoria na qualidade de vida dos mesmos. Em 19 de julho de 1946, Joaquim Fausto Prado, funcionário do SPI em relatório da I.R.5 solicita a doação de terras para os índios do Vale do Iguatemi tendo em vista que particulares estavam recebendo títulos provisórios sobre as mesmas, obrigando os índios a abandonarem os locais tradicionalmente ocupados ou ocupando-os como mão-de-obra espoliada. A denúncia de escravidão por dívidas nos trabalhos executados para a Cia Matte Laranjeira na colheita e processamento da erva mate - a mão de obra indígena dos ervais era na ordem de 75% na região Iguatemi, tradicional área ñandeva- também serviu de argumento para a forçar o governo a reservar terras para mantê-los sob controle.

Em 1928 já é possível verificar a diferenciação entre os grupos feito pelos administradores ao referirem-se a estes índios “No município de Ponta Porã e no extremo Sueste de Campo Grande existem indios Cayuás, de mistura com os chamados guaranis, ramos de uma mesma tribu, pois fallam a mesma língua. [...]” (PIMENTEL BARBOSA apud MONTEIRO 2003, p. 111).

Para realizar este breve histórico da presença ñandeva na região sul do MS, mais especificamente na bacia do rio Iguatemi, servi-me de fontes históricas produzidas por exploradores, sertanistas, missionários, militares, mas sempre considerando as advertências feitas por pesquisadores (LANDA, 1995; MELIÀ, 1981,1989; MURA, 2000; OLIVEIRA, 2002) de que se deve analisar os documentos como produtos de um contexto e época específicos para não ceder a tentação de escolher somente aqueles fragmentos que interessam ao discurso do pesquisador atual.

1.2.2. Histórico da Porto Lindo a partir dos relatos

“E não faltava nada. Não faltava nada”.Olívia Rodrigues

A criação em 20 de junho de 1910 do SPILT – Serviço de Proteção aos índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, através do Decreto nº 8.072 dentro da estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) define a política indigenista do Governo federal. A política desta instituição alinhava-se com os interesses governamentais e proprietários de terras, que vislumbravam grandes porções do antigo sul do Mato Grosso propícias para o desenvolvimento das atividades de criação de gado e plantação em grandes áreas. Segundo Brand (2004, p.2) “os objetivos que nortearam a criação desse órgão da administração pública federal foi colocar as populações indígenas sob a égide do Estado, por meio do instituto da tutela, prometendo assegurar-lhes assistência e proteção, tornando efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre índios e fazendeiros”.

No entanto, a presença indígena na região, que passou a interferir na consecução destes propósitos, teria que ser equacionada para permitir o acesso rápido e legal a estas terras. Para resolver este “problema”, a criação deste órgão vai colaborar na articulação de ações institucionais que liberem terras ocupadas, e que ao mesmo tempo permitam controle sobre os indígenas da região. Na realidade, a intenção desse órgão oficial, com a demarcação dessas porções de terra para o usufruto dos Kaiowá e Guarani, era aldeá-los e assim liberar terras para o “progresso” regional. (BRAND; SIQUEIRA, ALMEIDA, 2004, p.2)

No início do século XX, os índios eram compreendidos como transitórios, pois deveriam tornar-se mão-de-obra ou trabalhadores rurais capazes de se auto-sustentarem. A perspectiva presente nestas ações era de que os Nandeva/Guarani e -Kaiowá seriam sistemática e rapidamente incorporados ao sistema produtivo considerado eficiente para apressar o progresso no campo.

A criação das oito reservas pelo SPI no atual Mato Grosso do Sul, entre 1915 e 1928 que objetivava proteger os índios do processo de extermínio, também corroborava este pensamento, pois enquanto estivessem sofrendo o processo de incorporação, os

índios necessitariam de locais onde “esta transitoriedade possa ser vivida sob a proteção do Estado” (BRAND, 2004, p.3).

A demarcação das reservas fez parte de uma política bem programada do governo federal, atraindo para elas indígenas dos Tekohá tradicionais visando a liberação de territórios para a implantação da agricultura e pecuária em grande escala no estado de Mato Grosso. (PAULETTI, 2000, p. 65)

Assim, sobre territórios tradicionais foram sendo criadas áreas que poderiam ou não estar sendo ocupadas por índios naquele momento. Os critérios utilizados para definir uma possível área de demarcação de reserva eram a significativa concentração de índios, terras que não estivessem sendo requeridas por outros pretendentes, e que fossem aptas para a agricultura (BRAND, 2004, p. 5).

As áreas que atendiam estes requisitos foram escolhidas e demarcadas sem considerar padrões tradicionais de ocupação dos índios, iniciando-se o processo de confinamento que envolveu tanto a estratégia do convencimento quanto de violência física contra estas comunidades espalhados por uma região que compreendia quase metade do atual estado de MS, o cone sul do Estado.

Tendo sido criada em 14/11/1928 pelo Governo do Mato Grosso, do qual o estado de Mato Grosso do Sul fazia parte, até desmembrar-se no ano de 1977, quando foi criada por Ernesto Geisel em 24 de agosto através de Lei Complementar. Em 11 de outubro foi assinada a Lei Complementar n. 31 que criava o Estado com a capital em Campo Grande (CAPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 249), a região onde está situada a TI Porto Lindo/Jakarey já era fortemente habitada pelos Nandeva, sendo que Nimuendaju (1987) apresenta uma cifra de 200 pessoas no início do século XX²⁷. Sobre a criação de reservas Oliveira (2003, p. 224) diz que este foi um dos processos de territorialização imposto para os povos indígenas, e que teria contribuído para a normalização de terras acarretando o aumento do valor da terra,

²⁷ “O número de Apapocúva monta hoje a seiscentas e cinquenta cabeças. Deste total, duzentas estão no Iguatemi, em Mato Grosso; (...)” (Nimuendaju, 1987, p. 15)

sendo que o Estado, através da agência indigenista passou a tutelar os índios para que a presença destes não atrapalhasse “grandes projetos regionais ou governamentais”. A criação da reservas destinadas ao Ñandeva/Guarani e Kaiowá no MS, está de acordo com as diretrizes políticas de então, pois liberavam a terra para uso dos não-índios, mantinham controle sobre estas populações e justificavam com argumentos de cunho humanitário pois visavam a preservação física destas populações frente aos “interesses locais contrariados.”

Utilizando o recurso da história oral e atentando para os cuidados teórico-metodológicos apontados por Brand (1998, 1999a e b), Doeswijk (2003) por tratar-se de uma população situada em outra tradição cultural. Foram obtidas informações sobre esta região de um período que alcança o final do século XIX, pois entrevistaram-se pessoas idosas com idades acima de 80 anos (Eunice Martins e Rosa Lopes), que relataram situações nas quais seus pais eram os protagonistas. O processo de transformações aceleradas na dinâmica de vida vivida dos índios foi bastante drástica, e os relatos permitem visualizar e compreender o ciclo de injustiças e desrespeito a sua autonomia pelos quais passaram e ainda hoje passam.

Em relação à erva-mate relatam a participação dos índios nos trabalhos de retirada e transporte desta para a Cia. Matte Laranjeira (BIANCHINI, 2000), com o conseqüente deslocamento de contingentes de homens²⁸, já naquele período, para outros lugares afastados para a execução dos trabalhos ligados à extração do produto. Alguns relatam

²⁸ Nos dias de hoje, se repete na saída de homens da área para trabalharem nas usinas de açúcar e álcool na cidade de Naviraí, com permanência de até três meses afastados da família, fato este, que tem gerado inúmeros problemas na organização social vivenciada pelo grupo (consumo exagerado de álcool, falta de recursos para mulheres e filhos que passam necessidades de diversas ordens, separações, brigas familiares, violência doméstica, abandono de crianças, entre outros.).

que trabalharam na extração da erva-mate , mas no Paraguai. Os trabalhos mais penosos eram realizados pelos índios guarani e kaiowá, como por exemplo o transporte de pesados fardos da erva até os locais de processamento e beneficiamento onde eram despachados para outros estados ou países, especialmente a Argentina. Os demais trabalhadores não-índios não aceitavam serviços desta natureza, que eram considerados os mais desprezíveis dentro de uma hierarquia de subordinação. Como os índios conheciam todos os locais onde a mesma era abundante foram solicitados a entrar nesta empreitada, que acelerou o processo de espoliação de seus territórios tradicionais, pois a erva-mate ocupava estes mesmo territórios.

O acesso irrestrito ao rio Iguatemi, que era de domínio do grupo, permitia que as atividades de pesca se processassem sem problemas, pois era parte fundamental na configuração da área tradicional pela qual estas pessoas se deslocavam. Havia alguns, inclusive, que moravam nas proximidades deste rio e que foram interlocutores para a elaboração do laudo que identificou a área tradicional *Yvy Katu* tendo como um dos limites o próprio rio Iguatemi (MURA, 2002), conforme mapa no capítulo cinco. A maioria dos entrevistados destaca que não era necessário ir o Iguatemi, pois os córregos Jacareí e Guassori apresentavam abundância e variedade de peixes.

Nos depoimentos colhidos nas entrevistas, queixavam-se de que tivessem propriedades atuais que os deixaram afastados do rio. No entanto, os limites já tinham sido impostos em 1928, quando foi demarcada, mas continuaram a deslocar-se pelos locais que eram limites entre a reserva e o rio. Posteriormente, somente podendo ter acesso a ele pela estrada que liga Japorã à cidade de Iguatemi (em torno de 6 km) ou com autorização dos proprietários ou dos

administradores destas terras, que muitas vezes impediam o acesso, tanto para pesca quanto para coleta de recursos vegetais variados (lenha, madicinais, construção de casas) para ser usado nos fogos domésticos para preparo de alimentos e aquecimento.

“Foram entrando pessoas brancas e foi dividindo, e os índios ficaram para cá”. Agripina Lopes.

Um dos aspectos fortemente destacados foi a existência da mata compacta presente no local, onde era possível caçar, coletar alimentos e adquirir matéria-prima para a produção de vários itens da cultura material (habitação, arco, flecha, armadilhas, redes, etc.).

“Antigamente puro mato fechado. Palmital. Agora acabou”. João de Souza

“Tinha peroba, tinha cedro, tinha tudo quanto é madeira. Tinha Palmito”. Carlito Andrade

Recursos vegetais como o palmito e a jaboticaba foram indicados como extremamente abundantes e quando se referem a eles falam em “palmital” e apontam para uma área onde estes estariam disseminados e que indica uma grande extensão destes recursos alimentares. Atualmente, não se encontra palmito na área, e dada a grande importância anterior, há muito poucos pés de jaboticaba também. Pode-se dizer que houve praticamente, uma extinção destes produtos, que somente um trabalho de replantio em grande escala e com controle poderia suprir novamente. Relembra com tristeza este tempo, pois emerge o fato de que muitos índios participaram do processo de retirada destes recursos que hoje já não mais existem.

“Antes tinha palmital.”Rosalino Ortiz

“Era muito palmito. Era palmital.” Rosa Lopes

A coleta de frutas, mel e madeira para usos variados era uma atividade que não apresentava nenhuma dificuldade, já que toda a região até a década de sessenta do século passado era florestada, e a presença de não-índios no entorno era esparsa. Assim, mesmo que tivessem uma área reservada e na qual deveriam permanecer, liberando terras para as atividades de agricultura e pecuária, circulavam livremente em seu território tradicional, representado pelo *tekoha Yvy katu* que era, evidentemente, bem conhecido.

Entre os animais caçados citam o veado, a paca, o macaco, cateto, cotia, a onça, o tatu, a preá (estes dois últimos ainda são encontrados), além de uma variedade de aves que também eram abundantes no local, cujas penas eram utilizadas para a confecção de objetos de adorno pessoal.

Em relação aos recursos vegetais disponíveis então, a abundância das medicinais destaca-se, pois não havia assistência médica, e as doenças eram tratadas através das plantas ou conjunto de plantas indicada pelos rezadores, após as rezas, cantos e danças para receber a informação inspirada que curasse o doente. No entanto, destacam que poucos adoeciam, sendo que alguns relacionam o fato à alimentação anterior que não incluía o uso de sal e gordura, associado com os produtos da roça, da caça, da pesca e da coleta. Outros justificam pela via da religiosidade, pois cada família tinha o seu cacique, que rezava praticamente todos os dias, e assim agindo todos ficavam protegidos de doenças. No entanto, todos reconhecem que houve uma diminuição neste item cultural após o desmatamento.

“Tratava com remédio caseiro, e hoje não tem planta na reserva.” Rosa Lopes

“Até hoje tem por ali no mato bastante.” Carlito Andrade

“Antigamente quando era mato aqui existia bastante, mas agora é bem pouco, porque acabou o mato.” (Agripina Lopes)

“Por isso que antigamente não tinha doença.” [Porque rezavam] (João de Souza)

“...não existia muita doença, mas tinha aquelas pessoas que sabiam remédio para combater.” (Eunice Martins)

Segundo o sr. Carlos Vilharva, que chegou ao local em 1954 com 14 anos de idade, nesta época havia somente 9 famílias, o que confere com o dado de apresentado por Schaden para o ano de 1949, onde afirma que havia em torno de 120 pessoas. As variações no número de pessoas demonstram o costume Guarani de deslocar-se constantemente por um território de domínio, pois Nimuendaju (1987) apresenta uma cifra de 200 pessoas para o início do século XX, enquanto Schaden (1984) para a metade do século identificou somente em torno de 120 pessoas. Atualmente, há 3661²⁹ pessoas no local, quantidade que pode aumentar ou diminuir, a partir dos interesses pessoais e coletivos, e da conjuntura de relacionamento com os não-índios em cada momento histórico:

“A análise das sociedades indígenas do Brasil contemporâneo deve, necessariamente, levar em conta não apenas as concepções e práticas culturais próprias a estas sociedades e a outros segmentos sociais que com ela entram em contato como, também, a realidade histórica, política e econômica da sociedade nacional envolvente”. (CAIUBY NOVAES, 1993, P. 28-29).

Dentre estas 3661 pessoas, 117 são Kaiowá, compondo 44 famílias. A presença de pessoas de outro sub-grupo está presente em todas as aldeias no Estado, sendo que a de Dourados, apresenta inclusive índios Terena, resultado de uma política estadual que procurou colocar todos os índios em áreas previamente estabelecidas, sem respeitar a diversidade cultural que cada uma apresenta. Esta, no

²⁹ Dados da FUNASA- Pólo Base Indígena de Iguatemi, referente ao mês de novembro/ 2004, em anexo.

entanto, é uma área tradicionalmente reconhecido por ser ocupada essencialmente por Nandeva/Guarani.

Com o advento de levadas de pessoas da região sul e sudeste do país (Rio Grande do Sul, Paraná, e São Paulo, principalmente) com o intuito de colonizarem uma região considerada um vazio demográfico, como era a região centro-oeste, este quadro modifica-se drasticamente. Os que primeiro foram atraídos pela oferta de terras a baixo custo foram aqueles que tinham negócios ligados à extração de bens da floresta, que para cá vieram em número elevado, instalando várias serrarias e madeireiras que provocaram um processo acelerado de retirada de madeiras nobres e de maneira desordenada, porque buscavam somente aquelas consideradas nobres e de boa qualidade (peroba, ipê, canjerana, cedro, etc.), e para isto abatiam outras árvores sem um mínimo de critério. Há depoimentos, relatando que um grande número de árvores eram queimadas depois de derrubadas porque não serviam aos propósitos dos madeireiros, e era mais rentável queimá-las do que aproveitar a madeira de outras formas. O tema do fogo destruindo a mata é recorrente na fala de todos, como algo que tornou-se descontrolado, mas que atingiu tais proporções que se preservou na memória. Sistematizadas as falas, não foi possível saber, se foi um grande incêndio, se foram vários que ocorreram em diferentes momentos, nem quando isto teria ocorrido. A recordação é do fato em si, e da consequência, ficando a variável tempo relegada ao esquecimento. No entanto, deve ter ocorrido em ter 1960/1970, quando o confinamento se efetiva com a ocupação de todas as áreas de entorno. Questionados como isto teria acontecido, alguns não sabem informar, outros já acusam os não-índios: “Entrou o pessoal derrubando, queimando, e depois larga o fogo e queimou tudo.” (João de Souza)

Em outros depoimentos (TURMENA, 2000, 2001, 2002; GUERRERO, 2000, 2002;) colhidos com pessoas que se consideram “pioneiros/as” na região, há um lamento ao dizerem “antigamente tinham várias madeiras e agora quase não tem nenhuma”, ao mesmo tempo que dizem que o número de habitantes nas cidades do sul do estado diminuiu na ordem que em algumas chega a mais de 50%, como é o caso de Mundo Novo. Desconsideram que houve uma leva considerável destas pessoas que só queria explorar a madeira existente na mata nativa, e que depois que esta extinguiu-se continuaram seu caminho rumo ao norte, desmatando outros municípios que sofreram e estão sofrendo processo semelhante.

Concomitante com estes, vieram também colonos que instalaram suas propriedades em áreas que pertenciam aos índios, e passaram a plantar com a introdução de maquinário, enquanto outros foram instalando áreas para criação de gado. Todos tem em comum o avanço sobre os territórios indígenas Nandeva/Guarani e Kaiowá, e que é o histórico comum em toda a região sul do Estado, onde se localizavam estas terras, não respeitando os territórios tradicionais indígenas (MELIÀ, 2004, p. 153).

O confinamento então, passou a ser efetivo, com uma retração das áreas destinadas a mobilidade dos grupos (*oguata*). O resultado deste processo, são áreas pequenas territorialmente, e com grandes populações em cada uma delas. Os exemplos da Dourados, Amambai, Caarapó e Porto Lindo apresentam-se hoje como os mais dramáticos.

A ironia e absurdo de toda esta situação é que os indígenas atuaram como mão-de-obra em todas estas etapas sucessivas de espoliação de seus territórios. (BRAND, 1997; MELIÀ, 2004, p. 153; LANDA, VALENTE, GRASSI, 2004). Quando o quadro planejado estava completo, os forçaram a efetivamente ficarem confinados em uma área restrita. E é aí que demonstram as estratégias utilizadas para continuar perambulando pelo território tradicional conhecido, e que agora estão em vias de reconquistar parte dele, a partir das lutas deste povo, que demonstraram que tem direito a porções de terras que lhes permita como garante

a Constituição de 1988, nos artigos 231 e 232, que possam continuar com suas tradições, hábitos e costumes. Entretanto, é sabido que só a retomada da terra não viabiliza o modo-de-ser Guarani. É necessário que as relações desfeitas ou rompidas, sejam novamente refeitas para que novamente sejam retomadas as práticas consideradas tradicionais por eles, como o canto, a dança, as reza, o respeito aos xamãs e o exercício da reciprocidade, que sofreram alterações profundas neste transcurso sócio-político vivido por eles, principalmente no século XX.

Em relação aos capitães³⁰, o sr. Carlos Vilharva citou três, antes dele assumir, no ano de 1962, a capitania do local, cargo no qual permaneceu durante 29 anos. Os três capitães anteriores a ele, e aos quais foi colaborar como ‘polícia’³¹ ou como vice-capitão foram Nolasco Lopes, João Galeano e Máximo Benites. Foi citado pela Sra. Dominga Rodrigues um certo capitão Vicente, que teria sido assassinado. Após o sr. Carlos, assumiu Agostinho Riquelme, substituído pelo sr. Alexandre Oliveira, em dezembro de 2001. De agosto a novembro de 2004, após uma reunião que foi reconhecida pela FUNAI, houve dois capitães atuando no local, onde o sr. Alexandre era responsável pela terra retomada *Yvy Katu*, e o sr. Estevão, pela área demarcada em 1928, mas numa relação de disputas políticas constantes (BRAND, 2004, p. 147). Em novembro de 2004, foi realizada eleição, e foi eleito o sr. Vanderlei Gonçalves, que exercia a função de agente indígena de saúde, pela FUNASA, para exercer a capitania.

Somente quando a FUNASA assumiu a responsabilidade pela saúde pública oferecida aos indígenas é que se iniciou o conhecimento

³⁰ O cargo de capitão designa a pessoa que serve de intermediário no contato entre os não-índios e a comunidade, tendo sido instituído pelo SPI. Em qualquer situação ele é o representante oficial da comunidade.

³¹ Polícia é o índio encarregado de colaborar com o capitão para a manutenção da ordem na aldeia. Muitas vezes, agem de forma truculenta, e são bastante temidos.

efetivo do número mais preciso³² de pessoas residentes em cada área confinada, tendo em vista que há ficha individual para cada família cadastrada, onde constam o número de pessoas, faixa etária, sexo, entre outras informações de uso dos agentes de saúde. No entanto, nos últimos três anos o aumento populacional na TI Porto Lindo/Jakarey foi muito acentuado, passando de 2.300 pessoas em 1999 para 3.661 no ano de 2004.

Uma das explicações, dada por eles é de que houve a vinda de um grande contingente de paraguaios para o local, estimulado pelo atendimento de saúde diário, pela oferta de cesta básica, de ensino dentro da área, e de condições de vida melhores do que aquelas oferecidas pelo governo daquele país. A legislação brasileira garante uma série de direitos aos índios que não tem o mesmo correspondente no país vizinho, apesar das lutas internacionais e latino-americanas para o reconhecimento dos direitos dos povos originários em todos os países.

É necessário que se esclareça que estes “paraguaios” que se instalam na aldeia também são índios Guarani que viviam no país vizinho, e que quando as condições de sobrevivência estão críticas deslocam-se a procura de melhores condições, situação que tem ocorrido com frequência nas áreas indígenas na fronteira com o Paraguai. Em geral, os que se deslocam tem algum parente ou conhecido na Porto Lindo, e dificilmente alguma família entra na área sem relacionar-se anteriormente com algum morador, até para garantir que tenha abrigo enquanto aguarda para construir casa em local designado pelo capitão.

³² Esta precisão é sempre transitória, tendo em vista a grande mobilidade de pessoas e famílias tanto no interior da área, como por outras áreas indígenas no estado e no país, como os que se deslocam constantemente até o Paraguai, país vizinho ao município de Japorã.

Outro fator externo e que interfere no contingente populacional do local , é a vinda de famílias de outras áreas localizadas em municípios próximos como Tacuru, Eldorado, Sete Quedas e Iguatemi , respectivamente das áreas de Jaguapiré, Sassoró, Cerrito, Pirajuí, e ainda índios urbanos que constantemente vem de Iguatemi para Porto Lindo e vice-versa. As motivações para estes deslocamentos são diversos, como por exemplo, casamentos com membros da Porto Lindo, disputas internas, fatores ligados à religiosidade como suicídios, entre outros. Isto faz com que a população flutue bastante, pois assim como vem para o local, também podem voltar para suas antigas áreas ou ainda deslocar-se para outras.

Há famílias que estão em Porto Lindo há muito tempo, com deslocamentos somente esporádicos. Há pessoas com mais de 60 anos que nunca saíram daquele *tekoha*, o que não é incomum no local. Alguns chegam a argumentar que “guarani³³ não é andador”, por isto podem ser visualizadas árvores frutíferas (pés de manga, laranja, amora, mexerica) em grande quantidade, porque eles mesmo plantaram cada uma delas, e o dizem com orgulho, o que é um diferencial interessante em relação às demais áreas indígenas da região sul, característica esta que será discutida mais adiante. No entanto, há aqueles que se deslocam para outros locais com bastante frequência, chegando a conhecer outras áreas Guarani em SP, RS e PR, e mesmo não-guarani.

Todos estes dados são significativos porque, é a partir destes referenciais que os Guarani, tanto ñandeva quanto kaiowá, se utilizam para posicionar-se política e socialmente quando tratam com os diferentes atores sociais não-indígenas – representantes de órgãos públicos, ONGs, universidades, pesquisadores, políticos, entre

³³ Neste caso, fala da autodenominação utilizada pelos Guarani-Ñandeva.

outros. É reavivando os dados da memória dos mais idosos, e das informações provenientes da tradição oral que se colocam não só em oposição aos não-índios, utilizando sinais que estes reconhecem como pertencendo aos índios (caça, pesca, arco e flecha, adornos de penas, discurso da harmonia com a natureza), mas também contextualizando-os dentro de uma situação relacional que se estabelece com este outro com o qual estão interagindo a todo momento. Segundo Dominique Gallois³⁴, as análises e interpretações sobre as sociedades indígenas devem sempre considerar que estes grupos estão integrados à sociedade nacional. Esta integração, no entanto, não é aquela propugnada pelo SPI na qual estes povos deixariam de se diferenciar culturalmente, e se amalgamariam no restante da população, mas é o reconhecer por parte dos pesquisadores que os índios hoje estão inseridos na sociedade nacional, recebendo suas influências e influenciando-a, interagindo em vários níveis, mas ao mesmo tempo mantendo uma identidade que os diferencia da sociedade envolvente e aos mesmo tempo, quando necessário, diferenciando-se enquanto etnia. (CAIUBY NOVAES, 1993; GALLOIS, 2000; PERES, 2003; RIBEIRO, 2002)

A comparação entre o que havia sobre a flora e a fauna e a extinção e desaparecimento de espécies do local contemporaneamente, as práticas culturais e religiosa antigas e a desvalorização destas pelos mais jovens, as lideranças baseadas na rede de parentesco e no prestígio adquirido pelo exercício constante da reciprocidade em oposição à imposição de lideranças, ou as novas escolhas através do voto individual e não mais na experiência do consenso, a transformação da cultura material que utilizava materiais provenientes dos recursos florestais sendo gradativamente sendo substituídas pelos materiais industrializados, o lamento a partir da constatação das alterações sócio-econômicas existentes hoje na aldeia, em que uma das mais importantes situa-se nas profundas transformações da relação vigente entre os mais idosos e os mais jovens, cujos conselhos não são mais seguidos ou mesmo ouvidos, enfim, estas pessoas guardam na lembrança informações que são a todo momento utilizadas para caracterizar um tempo no passado que seria melhor do que o que é vivido atualmente. As palavras da tradição fundamentam a interpretação das mudanças sofridas pelos ñandeva/guarani na Porto Lindo no século XX, e servem de parâmetro para as decisões que os mais jovens terão que tomar em relação a aspectos da cultura,

³⁴ Discussão em um dos módulos do Curso de capacitação ofertado pela Universidade Católica Dom Bosco/MS (UCDB), no ano de 2004.

religiosidade, atividades econômicas, educação, auto-sustentabilidade, a gestão dos recursos ambientais, e, principalmente, a autonomia e auto-determinação, em um contexto marcado pela “total dependência econômica e ausência de recursos para a sobrevivência” (BRAND, 2001, p. 59) e as relações ininterruptas e frequentemente desiguais mantidas com a sociedade nacional.

1.2.3. A Terra Indígena Porto Lindo/ Jakarey contemporaneamente

A Terra Indígena Porto Lindo (Jakarey)³⁵ foi criada através do Decreto nº 835 do Governo de Mato Grosso, de 14/11/1928 em um lote reservado e denominado “Porto Lindo”, com 2000ha. Pimentel Barbosa escolheu uma área de 3600ha, conforme consta no seu relatório de 1927 cujos limites eram “a Nascente pelo córrego denominado ‘Porto Lindo’, pequeno arroio que desemboca próximo do porto deste nome; ao Norte pelo rio Iguatemy; ao poente pelo Corrego Guasory; e ao Sul com terra devolutas.” (MONTEIRO, 2000, p. 85). Na oportunidade teria comunicado às autoridades e moradores do Patrimônio Sacarão (hoje município de Iguatemi) que estas terras pertenciam aos índios e informando que estas eram constituídas por matas e pequeno poteiros, e também eram devolutas.

Com despachos datados de 22.03.32 e 16.06.36, da Diretoria de Terras da Secretaria da Agricultura, foram confirmados os trabalhos de medição e demarcação da área com 2000 ha. Em 1940, a Diretoria de Terras e Obras Públicas em Cuiába expediu o Título Definitivo de Propriedade, em nome do Governo Federal, sobre a área de 2000 ha, sendo o Título Registrado no CRI na Comarca de Amambai em 1965. Em 1988, sob vigência do convênio entre a FUNAI e TERRASUL, foi avientada uma superfície de 1648 ha. Foi homologada pelo Decreto nº 302, de 29.10.91, com superfície de 1.648 ha e perímetro de 18 km e atualmente está registrada no CRI da Comarca de Mundo Novo em 1993 e na D-SPU/MS em 1994 (dados retirado do site da Funai, em 10 de outubro de 2003).

³⁵ Os ñandeva denominam a área por Jakarey, enquanto na documentação oficial da FUNAI (em anexo), consta como Porto Lindo, em referência a um antigo porto localizado próximo dali. Utilizar-se-á o termo oficial em primeiro lugar, no decorrer do trabalho, seguido da autodenominação.

Atualmente vivem na TI Porto Lindo/ Jakarey, 3661 pessoas, distribuídas em 960 famílias³⁶. Conforme pode ser interpretado com os dados acima, de uma área inicial de 3600 ha, que era considerada uma unidade padrão mínima para a escolha de locais para confinar os índios no então sul de Mato Grosso na década de 20, pois esta mesma unidade também foi especificada para outras áreas a serem destinadas a outros grupos (MONTEIRO, 2003, p. 85), houve uma perda de mais de 50% das terras destinadas aos mesmos.

O histórico da região sul de Mato Grosso do Sul, especialmente a margem direita da bacia do rio Iguatemi, demonstra que somente em determinados momentos os índios que a habitavam foram alvo de interesse por parte de colonizadores e desbravadores. A existência destes era conhecida mais como um eco distante, que só teria interesse em ser verificado quando houve a necessidade da mão-de-obra escravizada, seja para outras regiões como para exploração da erva-mate. Sua índole “pacífica” foi sobremaneira útil para os empreendimentos efetuados na região.

A documentação da FUNAI denomina de Porto Lindo esta terra indígena localizada à margem direita do rio Iguatemi, atualmente inserida no município de Japorã, ao sul do estado (conforme Mapas 1). Os ñandeva/guarani denominam esta área por Jakarey como uma referência ao córrego de mesmo nome que delimita a porção sul da mesma. A uma distância de apenas 5 km, há um distrito do município com este mesmo nome, cuja população é composta por aproximadamente 800 pessoas. Os adolescentes, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, no período diurno, assim como adolescentes e adultos que reiniciaram seus estudos frequentam as salas de aula na escola local, no período noturno. Foram implantadas a 5ª e 6ª séries no ano de 2004, sendo que os alunos e alunas podem optar por continuar estudando na área ou deslocar-se até Jacareí.

A reserva está cercada por pequenas e médias propriedades, cujos proprietários se dedicam à criação de gado e agricultura (soja, milho, algodão, mandioca). Os pastos de braqueária (*Brachiaria* sp.) e colônio (*Panicum maximum*) em muito alteraram as características ambientais da região, em substituição à vegetação nativa, interferindo

³⁶ Dados obtidos com a FUNASA/pólo base de Iguatemi, que mantém pasta com informações de cada família e a condição de saúde de cada um dos habitantes da aldeia. Segundo Melià (1989, 298), os Guarani tribais “apresentam atualmente um índice demográfico relativamente elevado, sobretudo quando comparado com as cifras reduzidas, apresentadas por outras tribos amazônicas”

negativamente nos espaços próprios para caça e coleta antes praticados abundantemente. O acesso ao rio Iguatemi, onde ainda os ñandeva costumam pescar deve ser feito pela estrada que liga ao município de Iguatemi. Alguns proprietários servem-se da mão-de-obra indígena em algumas tarefas, outros não permitem a entrada destes nas suas terras, impedindo-os mesmo de coletar madeira para o fogo, e existe aqueles que mantêm um relacionamento bastante amigável com eles.

O limite norte é uma estrada estadual MS-386 por onde transitam dezenas de carros e caminhões diariamente. Nesta mesma estrada, está localizada a Missão Evangélica Presbiteriana, que também faz divisa com a aldeia, e onde é oferecido ensino fundamental da 1ª à 4ª série com caráter confessional para as crianças. Os demais limites são linhas secas, o córrego Jacareí ao sul, e o córrego Guasori à leste.

1.2.3.1 . A rede escolar interna

Considerada por Meliã como uma “novidade” a escola está gradativamente sendo assimilada pelos Ñandeva/Guarani e Kaiowá no Estado. O início do processo de escolarização entre eles, deu-se com a fundação da Missão Caiuá em 1928, na Área Indígena de Dourados, ligada à Igreja Presbiteriana Americana. Com a expansão do processo missionário para outras reservas, foi construída uma escola na década de 1960, ao lado da TI Porto Lindo, em uma de suas entradas localizadas ao norte, conhecida no local por “Escola da Missão”, que oferece ensino fundamental de 1ª à 4ª série, ministrado tanto por professores/as indígenas quanto por missionários da mesma Igreja. Ela não se situa na delimitação geográfica internamente à área, mas sua influência é inequívoca, sendo que constantes comparações são feitas entre os procedimentos desta com a escola pública inserida na área. Há um controle rígido no cumprimento de toda a burocracia que envolve o contexto escolar, sendo que a prática escolar e os professores e professoras índias estão subordinados à direção que me composta por membros da igreja.

Conforme visto anteriormente, no âmbito da área de estudo, está instalada o anexo³⁷ da Escola Municipal José de Alencar, que oferece educação infantil, através do ensino pré-escolar, e o ensino fundamental de 1ª à 6ª série, onde se concentra a maioria

³⁷ Está tramitando na Câmara Municipal o projeto de criação da escola indígena.

do alunado, com 464 alunos. Por localizar-se no que seria o “centro” da aldeia, em suas salas ocorrem todas as reuniões que passaram a interessar aos índios, seja para tratar de educação, saúde, implantação de projetos implementados pelos três níveis do poder público, produção agrícola, eleições para cargos públicos e para capitão, enfim, uma enorme variedade de situações que lá são conhecidas, debatidas e/ou decididas. É o ambiente de uso coletivo por excelência para todas as atividades que se relacionam à esfera não-índia que ocorre na área. Mesmo quando a solicitação é feita por eles, a presença do representante solicitado visa resolver questões que não são propriamente indígenas. Considerando-se os contatos sistemáticos e constantes mantidos com a sociedade envolvente, os assuntos tratados tem interferido profundamente na dinâmica da aldeia, nas relações de poder e prestígio, na organização social das famílias extensas, na religiosidade, na distribuição do conhecimento tradicional, entre outros. Como exceção, foi a realização da *aty guasu* (grande reunião ou reunião geral) realizada no campo de futebol no mês de setembro de 2003, que reuniu representantes todas as áreas Guarani no Estado, contando com a presença de antropólogos, de representantes do Ministério Público, de ONGs, Universidades, entre outros.

Há duas outras salas com turmas multisseriadas, funcionando em dois turnos: uma está localizada próxima do córrego Guasori e a outra próximo ao córrego Jacareí. Internamente conhecem por “Escola do Guasori”³⁸ e a outra por “Escola do Alfredo”, pois o professor que ministra aulas no local tem este nome. Verificar a localização das escolas no mapa 1 em anexo.

Todas as escolas tem um campo de futebol associado, onde são realizadas as aulas de educação física, que muitas vezes resume-se a realização de jogos de futebol nos quais participam meninos e meninas. As aulas são ministradas por professores índios, sendo que a maioria tem o ensino médio, poucos o nível superior, e alguns estão cursando graduação em faculdades particulares, voltados para a formação de professores. A secretaria de educação do Estado tem um programa de formação em serviço para professores índios voltado à capacitação específica de pessoas que estejam atuando em sala de aula, denominado por *Ara Vera*, onde o mesmo é viabilizado através de um calendário diferenciado, com aulas intensivas nos meses de janeiro/fevereiro e no período de férias no meio do ano letivo, com apresentação de monografias e trabalhos

³⁸ Anteriormente era conhecida por “Escola da Mercinda”, por ser este o nome da professora que ministrava aula no local.

ao longo do curso, acompanhamento da execução das atividades previstas por uma professora da AGF/Agência Formadora. A Prefeitura Municipal é parceira na proposta ao viabilizar o deslocamento até o município de Dourados onde acontecem as aulas intensivas e a liberação destes professores e professoras nos dias de encontros de acompanhamento. Atualmente está em processo de capacitação a segunda turma, com índios ñandeva/guarani de todo o estado.

O terceiro grau já está sendo buscado por eles, com alguns já tendo concluído a graduação, e outros que estão freqüentando faculdades particulares em cursos de licenciatura como Pedagogia, Geografia e Letras.

1.2.3.2. Posto de Saúde / FUNASA

O Pólo Base Indígena de Iguatemi, no município de Iguatemi, integrante da estrutura da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde para prestar o atendimento de saúde aos moradores da TI Porto Lindo/Jakarey instalou um posto que oferece atendimento realizado por médico, odontóloga, assistente social, nutricionista, enfermeira, auxiliar de enfermagem e ainda, 8 agentes indígenas de saúde/AIS escolhidos pela própria comunidade da área que atende. Assim, a área de estudo está sub-dividida em oito áreas geográficas, que ficam conhecidas pelo nome do agente que presta assistência. O trabalho destes 8 índios é visitar mensalmente as famílias da sua área para verificar se existem complicações de saúde por parte de seus moradores, entregar remédios, controlar a ingesta de remédios por aqueles que apresentam quadros crônicos, pesar as crianças abaixo de 5 anos para saber o número de desnutridos e atuarem no sentido de reverter esta situação. Através dos dados da própria FUNASA, verifica-se um alto índice de desnutrição entre as populações indígenas no Estado, com elevado número de óbitos de crianças abaixo de 1 ano de idade

Os atendimentos são prestados 2ªfeira , e de 4ª à 6ª feira³⁹, nos dois períodos. Sábados e domingos e à noite fica somente o plantão que atende qualquer complicação mais grave, conduzindo o paciente para o hospital de Iguatemi. O período da manhã é onde se concentra o maior número de pessoas em busca de atendimento médico,

³⁹ Na 3ª feira é feito o atendimento na área do Cerrito, no município de Eldorado.

gerando um ambiente de sociabilidade que se junta à proximidade da escola, pois as crianças que acompanham as mães ficam transitando pelo espaço da escola, enquanto as que esperam para ser atendidas ficam sendo atualizadas das novidades que ocorrem na aldeia. Quando ocorre um acontecimento extraordinário é neste ambiente interconectado com a escola que circulam todas as informações importantes para a vida da comunidade. É muito fácil perceber quando houve algo diferente do normal, pois as pessoas assumem outras atitudes corporais, os grupos mudam, o burburinho é substituído por sussurros.

Desta forma, este espaço implantado a partir de critérios que não considerou os conhecimentos tradicionais sobre saúde e doença que eram partilhados pela comunidade e dos seus especialistas em particular – os caciques- vai assumindo gradativamente uma feição indígena, que o utiliza como espaço de socialização, que é fundamental entre os Guarani.

1.2.3.3. O escritório da FUNAI

Até meados do ano de 2004, o escritório da FUNAI, funcionava em uma sala da antiga escola, em precárias condições, sendo que o representante do órgão também comparecia de maneira irregular. Recentemente foi construída uma casa ampla para servir de escritório e ao mesmo tempo como casa do chefe de posto, que passou a residir no local. Atualmente ao dois funcionários que atendem os índios para providenciar a documentação necessária como RG, certidão de nascimento ou alguma declaração que alguém necessita para ter acesso aos direitos que a legislação federal estendeu aos índios, como aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença.

Diariamente, muitas pessoas circulam por este local, por isto ele é privilegiado para saber as novidades e problemas que ocorrem no âmbito interno.

Situados lado a lado, a escola e o posto de saúde representam o coração da aldeia em sua relação com o mundo externo, pois hoje nestes dois locais são realizadas reuniões com representantes do governo do Estado, da Prefeitura, das Universidades, enfim, com todos aqueles que de alguma forma atuam junto à comunidade. A *aty guaçu* (reunião geral dos Guarani), onde são tratados assuntos amplos como educação, saúde, reivindicação de terras e que reúne representantes de todas as aldeias, foi realizada

embaixo da sombra de árvores de jambolão que ficam em frente a estas duas construções (foto abaixo). Houve descontentamento por parte das lideranças mais tradicionais, com a ausência da quase totalidade das mesmas, por defenderem que este tipo de reunião deveria ser feita na *ogapysy* (casa de reza), e não em um ambiente dominado pelo mundo não-índio.

Assim, o antigo convive com o novo. Algumas situações são conflituosas, em outras ambos os lados cedem e há uma terceira via, em outras o costume antigo se impõe, em outras o novo domina. Como reflete um professor ñandeva “estamos numa mudança de método: não estamos conseguindo seguir o método novo e nem o velho”.

Considerando que se está buscando caracterizar o uso do espaço vivenciado pelos Ñandeva/ Guaraní TI Porto Lindo/Jakarey, é importante enfatizar que esta caracterização terá que ser feita tendo sempre presente o processo de confinamento sofrido por estes índios, a partir da década de 1920. Após o período de *esparramo*⁴⁰, onde os índios foram forçados abandonar as terras tradicionais onde moraram seus antepassados, para liberação de áreas para exploração de madeiras nobres, e posteriormente, aproveitamento pecuário e agrícola em grande escala, houve o engajamento de alguns nos trabalhos nas fazendas recém constituídas, outros deslocaram-se para o Paraguai, e outros se voltaram para as antigas áreas reservadas pelo SPI⁴¹. Muitas destas áreas estão sendo pouco a pouco retomadas e/ou ampliadas, como por exemplo Cerrito, Potrero Guasu, Sete Cerros, Guyra Roka, Arroyo Corá, entre outras.

Esta observação é importante, porque compreendo que toda a mobilidade e uso do espaço vivenciado Porto Lindo, assim como os problemas existentes, tem como pano de fundo este processo de expropriação de terra por parte dos novos “proprietários” da área adjacente a esta reserva e a entrada de um número superior de pessoas ao que comportaria a área atualmente delimitada de forma a viverem o seu modo tradicional de ser (*ñande reko*).

⁴⁰ Segundo Brand (1995,p. 5) “,processo de dispersão das aldeias e famílias extensas, provocado pela perda da terra e pela implantação das fazendas de gado, a partir, especialmente de 1950”.

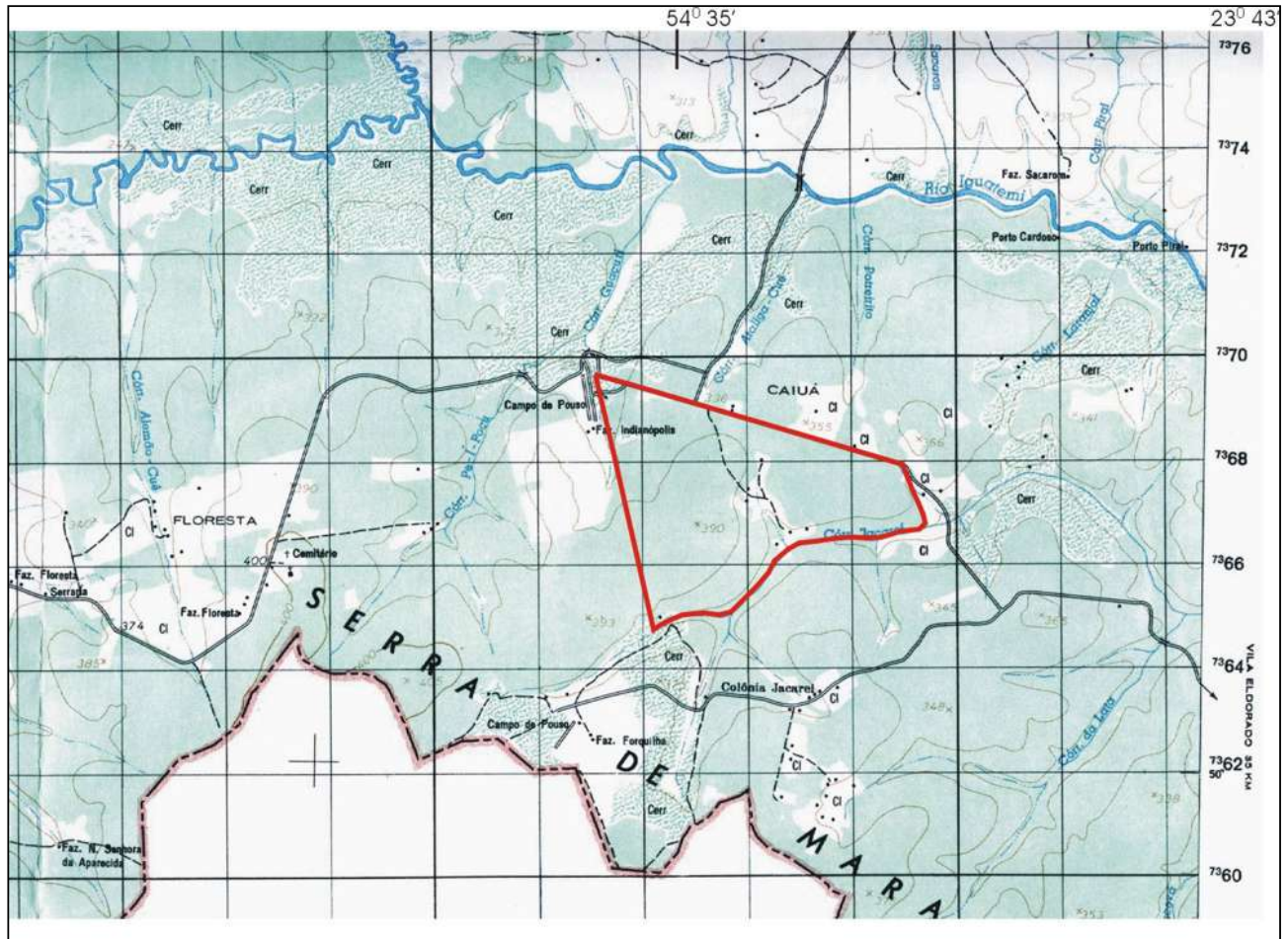
⁴¹ Em pesquisa que está em andamento sobre a aldeia tradicional Vito’Ikuê, destruída entre a década de 50 e 70 do século passado, e que se localizava no município de Mundo Novo, as três possibilidades foram relatadas pelos seus antigos moradores que se encontram atualmente na Porto Lindo.



Foto 1. Vista externa da escola



Foto 2. Posto de Saúde/FUNASA



Mapa 2 – Delimitação da Terra Indígena Porto Lindo/ MS

CAPÍTULO II

A UNIDADE RESIDENCIAL : A HABITAÇÃO

Entre os Ñandeva/ Guaraní da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, a unidade habitacional é um conjunto constituído por uma ou mais construções, circundada por um pátio que varia de 20 a 40m de diâmetro. Estes dois elementos – habitação e pátio – é que conformam a unidade residencial, sendo que não é possível compreender este espaço que não seja em interação total. Enquanto, a habitação é considerada como um espaço “íntimo”, o pátio é o espaço “social”, que se completam com a existência do fogo doméstico (ALMEIDA, 1986, apud MURA, 2000).

Os limites entre uma unidade residencial e outra, podem ser as roças, os caminhos, as árvores frutíferas e produtoras de sombra que circundam o pátio. Menos comum são as cercas, quando há criação de animais, ou também nenhum elemento que possa ser reconhecido enquanto tal, mas que na dinâmica da convivência diária, os ñandeva-guaraní sabem até onde é o espaço que pode usufruir. Se no passado, cada família extensa ocupava uma determinada área do território que apresentava recurso de caça, pesca e coleta, sem que houvesse a interferência de uma outra família, a superpopulação verificada nas reservas não permite mais a existência destes locais de acesso exclusivo para cada família-extensa. Há uma sobreposição de parentelas, que nem sempre mantém laços de reciprocidade e solidariedade, e em muitos casos há inimizades que acabam criando situações difíceis de serem contornadas. Esta foi uma das alterações, pois todos os habitantes acessam os mesmos lugares sem que exista um uso exclusivo previsto para nenhuma delas. As famílias extensas que na área de estudo conseguiram permanecer com uma área que abriga todas as famílias nucleares próximas, este conjunto tende a ser mais amplo. Para os objetivos do estudo a habitação e o pátio serão tratados separadamente, somente para apresentar de forma mais sistemática os materiais utilizados, as estruturas existentes e sua localização, a destinação do lixo, e como estes se interrelacionam com a organização social baseada na família extensa.

2.1. HABITAÇÃO

“Para o Guarani, a casa era um lugar de paz, onde as pessoas que viviam dentro e as famílias da aldeia compartilhavam.” ELIEZER RODRIGUES (2002, p. 10), ñandeva/guarani, professor da Porto Lindo.

“(…) onde uma família inteira vive sob o mesmo teto, cada casa parece conter uma aldeia (…)” (D’ORBIGNY [1839] 1944, p. 126)

A habitação, por ser considerada uma categoria especial de artefatos (DUC apud WILK, 1983, p. 99), é vista como portadora de possibilidades interpretativas e de análise, como, por exemplo, servir de indicador da organização construtiva de um povo a partir do tamanho da casa (CAMERON, 1999), possibilitar a reflexão sobre processos tecnológicos e sociais (MURA, 2000), e o relacionamento entre a área utilizada, demografia e organização social (SIEGEL, 1990). Para Wilk (1983, p. 99) as habitações são entendidas como símbolos que precisam ser decodificados. Alguns estudos sobre o tema, efetuados nas terras baixas sul-americanas apresentados por Siegel (1990), investigaram a relação entre o tamanho do grupo e o local de assentamento, com a finalidade de produzir um modelo que pudesse permitir inferir a demografia de uma população a partir de uma área conhecida arqueologicamente. No entanto, estes estudos foram criticados por serem inapropriados ao relacionarem diretamente os dois fatores, desconsiderando outras variáveis significativas como as sociais e ambientais.

O pesquisador Richard Wilk (1983, p.100) sintetizou as abordagens realizadas por arqueólogos ao tratar deste item da cultura material e identificou quatro regras correlatas já utilizadas por estes ao tratarem do tema: a. Há uma relação direta entre tamanho da casa e o número de pessoas que vivem nela; b. as famílias nucleares vivem em casa menores e as extensas em casa complexas, que possuem mais facilidades de cozinhar e tem mais salas. C. Famílias com maior status vivem em casa maiores que aquelas com status menor; d. Famílias com mobilidade sazonal tem casas menores que aquelas que são sedentárias e que também tem casa maiores e mais elaboradas (Idem,

p. 101), afirmando que os mesmos são improdutivos e incompletos por não refletirem a enorme quantidade de fatores associados a este único aspecto que está sendo considerado que é a habitação. Assim questiona-se se quando há casa grandes e pequenas, as maiores pertencem aos membros de maior prestígio local ou são meramente casas grandes? Para Richard Wilk (1990, p. 34) a arquitetura da casa reflete as atividades práticas na qual as mesmas se realizam, assim alterando-se estas atividades as casas também mudam.

É importante destacar que a habitação ñandeva, assim como as dos demais sub-grupos em território nacional, só pode ser compreendida na sua dimensão fundamental, que é estar em relação com os demais componentes que organizam a aldeia. A casa não é um ente solitário, ela é parte integrante do todo espacial vivenciado no cotidiano. As crianças, ao retratarem a casa onde moram, a desenham relacionando-a aos caminhos que conduzem a outras casas de vizinhos e parentes, com plantas (domesticadas ou não) e animais espalhados pelos espaços nos seus desenhos, com as estradas principais do local, com prédios valorizados atualmente - como a escola, o posto e o escritório da FUNAI- se esta estiver próxima de algum destes elementos, enfim, não é retratada a casa, mas esta e sua relação com as coisas que a tornam social e culturalmente relevante para os seus moradores, e com as pessoas circulando por estes e outros lugares. Há uma integração profunda entre esta e os elementos materiais, ambientais, sociais e humanos que a tornam inteligível. Cada povo, organiza o espaço habitado a partir de determinantes ecológicos, materiais ou ambientais, mas, principalmente a partir de uma concepção de mundo que é particular de cada grupamento humano. Sob as mesmas condições, povos cultural e socialmente diferentes produzirão habitações com características que refletirão o seu modo de compreender o que o rodeia, e onde possam sentir-se “em casa”.

Feitas estas considerações, será necessário, descontextualizar a habitação, separando-a do conjunto, e tornando-a singular, para apresentar alguns aspectos considerados relevantes para o estudo em tela. Ela está intrinsecamente ligada ao espaço do pátio, formando um conjunto único, pois é nesta dinâmica entre o espaço

interno e o espaço externo que eles passam a maior parte do seu dia, realizando as inúmeras tarefas do cotidiano.

A antropóloga Sílvia Novaes, ao organizar um livro sobre habitações indígenas no Brasil em 1983, lamentava o fato de que os trabalhos sobre esta temática estavam inseridas em monografias dispersas, e sempre como um tema secundário. No estado de Mato Grosso do Sul, existem trabalhos que tratam desta temática: o primeiro foi produzido pelo antropólogo Fábio Mura (2000) que realizou um estudo exaustivo sobre a habitação Kaiowá, abordando-a fundamentalmente pelo viés tecnológico, e muitos dados presentes naquele estudo são iguais ou semelhantes aos encontrados neste estudo. No entanto, seria errôneo dizer que “quem viu uma casa Guarani, viu todas”, porque o diferencial não está no material utilizado, na disposição dos módulos ou no tamanho de cada um, mas no significado que o morador lhe dá em cada lugar onde está construída. Outro estudo, de Veronice Rossato (2002) aborda uma construção que estava desaparecendo entre os kaiowá, que é a *ogajekutu*, mas Bartomeu Melià (2004, p. 160) observa que há um retorno deste tipo de construção em algumas áreas.

Ao incluir a habitação como um item a ser compreendido dentro do espaço interno da Porto Lindo, tinha-se como hipótese que os ñandeva mantinham padrões de produção e uso deste componente da cultura material relacionados fortemente ao grupo macro-familiar ou parentela / *te'yi*, e que as construções próximas das instituições externas à comunidade (escola, escritório da FUNAI, e posto de saúde), apresentariam tamanhos e materiais construtivos diferenciados, denotando algum tipo de prestígio reconhecido na comunidade para com o morador daquele conjunto. Além de testar as hipóteses, tinha-se como objetivos: 1) obter dados primários sobre a distribuição das casas no espaço ocupado da TI Porto Lindo/ Jakarey para a elaboração o mapa geral da área; 2) caracterizar a composição das construções, as funções de cada módulo e os materiais construtivos utilizados; 3) verificar se os espaços onde se inserem as habitações eram utilizados da mesma maneira pelas famílias nucleares; 4) determinar se é homogênea a distribuição e uso nas oito áreas atendidas pelos AIS, e 5) identificar se a configuração espacial das habitações agrupava grupos macro-familiares.

Para obter as informações necessárias, foram utilizadas as fichas de cadastramento da casa indígena (em anexo) já descritas na introdução, na qual foram cadastradas 711 habitações, que não correspondem ao número de famílias, pois segundo

os dados da FUNASA (em anexo) há 960 famílias ali cadastradas. Há um item nesta ficha que desperta atenção, por ser um elemento completamente estranho aos antigos costumes, mas que foi rapidamente incorporado pelos moradores da aldeia, que é a numeração. Assim como cada casa na zona urbana tem um número que a identifica, e para a qual são enviadas correspondências de todos os tipos, atualmente nas áreas indígenas no Mato Grosso do Sul atendidas pela FUNASA⁴², todas as residências também o possuem. A ficha familiar é identificada por este número, e todos os atendimentos feitos para os membros são anotados neste formulário, permitindo o acompanhamento dos problemas de saúde ocorridos na mesma. Quando a família ocupa outra residência na área de estudo, o número a acompanha, pois passa para a área de outro AIS, mas a numeração familiar permanece a mesma.

Para iniciar a discussão sobre as estruturas habitacionais na Porto Lindo, o seguinte trecho extraído de Egon Schaden - que esteve na aldeia no final da década de quarenta do século passado – é ilustrativo do que permaneceu e do que mudou nestes últimos 50 anos.

A não ser por pormenores insignificantes, a maioria das casas (*óga, óy*) dos Mbüa e ñandeva atuais é idêntica às das populações rurais vizinhas: ranchos de duas águas, de poucos metros quadrados e reduzida altura; os dos Mbüa um pouco mais baixos dos que os dos Ñandeva. Como exceção, havia em Jacareí algumas habitações abertas: uma só parede e cobertura de três águas. Quase tudo é amarrado com cipó, mais raramente com embira; há casas construídas sem utilização de nenhum prego. As maiores, entre os Ñandeva, são divididas ou semidividas em dois ou mais compartimentos. Muitas já tem portas e janela. As paredes (*korá*), feitas de pau-a-pique, de estacas ou de bambu rachado, raramente são barreados (assim criam muitas baratas) e têm de ordinário um forro parcial de folhas de *djedjý* (guaricanga), *pindó* (palmeira) ou *djapé* (sapé). Para a cobertura (*djoía*), que repousa em sarrafos de tronco de palmeira ou de outro vegetal, servem também o *djedjý pindó* ou *djapé*. Entre os Ñandeva, as coberturas de *djedjý* são feitas de folhas dobradas; no litoral, amarram-nas à maneira cabocla. O uso de agulhas de madeira especiais para costurar a cobertura das habitações outrora foi comum aos três subgrupos da tribo. (SCHADEN, 1974, p. 28-29)

As habitações no local, seguiriam o estilo regional caboclo ou camponês (Almeida, 1991, p. 230; Rossato, 2002, p. 162; Schaden, 1974, p. 28), na qual estaria instalada somente a família nuclear. Este estilo rural caboclo tem como características

⁴² Desconheço a realidade de outros estados, mas acredito que onde há atendimento da FUNASA em área de reserva indígena, a sistemática deva ser a mesma.

segundo Schaden (Ibid. p. 28) serem “ranchos de duas águas, de poucos metros quadrados e reduzida altura”, e que Rossato (2004, p. 162) aponta como tendo “tábuas, cobertura de sapé ou de amianto e chão batido”, e os demais autores não apresentam as características do que entendem por esta definição. No entanto, após a observação em campo destas construções na área de estudo, e as modificações havidas nos últimos vinte anos nas habitações dos moradores rurais, acredito que não é mais possível manter esta concepção.

Hoje, as casas nucleares dos ñandeva e kaiowá estão passando por tantas e tão rápidas transformações, que se pode dizer que a habitação “tradicional”⁴³ é aquela que apresenta todos os materiais construtivos que a compõe, provenientes dos recursos vegetais da mata. Entendidos nesta dinâmica seriam as casas, ou módulos, com poucos metros quadrados (em geral de 12 a 16), reduzida altura (2 a 2,40 m) com paredes de pau-a-pique, sem janelas, porta estreita e baixa, cobertura de sapé, capim ou cedro. A análise dos dados presentes na fichas, indicou que dos 1253 módulos existentes, 286 possuem a parede de pau-a-pique com cobertura de sapé, e 122 apresentam parede de pau-a-pique com cobertura de amianto, e 22 tem cobertura de tábuas feitas de cedro. O restante, é uma combinação de dois, três e até quatro materiais entre parede e cobertura, não apresentando expressividade quantitativa, do que se deduz, que a casa “típica” no local, é de chão batido, parede de pau-a-pique, coberta com sapé, amianto ou tábuas de cedro. As cobertas com amianto não são reconhecidas por eles como “tradicional”, no entanto, este material está cada vez mais presente na arquitetura desta área indígena.

2.1. Distribuição das habitações

Sobre a distribuição das habitações no ambiente da TI Porto Lindo/Jakarey é importante considerar os fatores de nucleação e dispersão entre os Kaiowá apontados por Mura (2000, p. 96-7) que se modificaram intensamente no século XX.

A primeira [nucleação], nos tempos antigos, é determinada por uma nucleação de indivíduos sob um mesmo teto e a dispersão das famílias extensas que estes constituíam, numa área liderada por um único

⁴³ Assim consideradas pelos moradores entrevistados.

tekoaruvicha. A segunda é a atual, em que a nucleação é a das famílias extensas internas aos *tekoha*, muitas vezes com uma elevada densidade demográfica, enquanto que a dispersão, desta vez é a das famílias conjugais.”

A casa que servia de moradia para várias famílias- *ogajekutu*⁴⁴ - é uma realidade material que apresenta bastante divergência no retrospecto histórico do local, pois há depoimentos nos quais as pessoas dizem que há muito tempo as casas já eram separadas por família nuclear (Sra. Olívia Rodrigues e Sra. Antônia Barros), enquanto outros apontam para uma família grande que dividia um mesmo espaço (Sr. Epifânio Ortega). O sr. João de Souza, diz que as *ogajekutu* eram construídas para moradia dos caciques, que morava com a sua família nuclear. Em sua monografia de conclusão de curso sobre o modo de vida dos moradores da Porto Lindo há 50 anos atrás, o professor Eliezer Rodrigues (2002, p. 10) em determinada parte do texto diz que “A casa era grande afim (sic) de atender aos parentes também, isto é, a casa não era planejada somente para as pessoas que moravam ali, também, não era difícil para fazer uma casa grande”, informação que permite que se entenda que haviam construções que abrigavam famílias extensas, corroborando depoimento anterior.

Como contextualizado anteriormente, a distribuição das residências, formas construtivas, material utilizado, composição familiar, devem ser sempre entendidos através do longo e doloroso percurso dos Nandeva e Kaiowá, atualmente no território sul-mato-grossense no século XX, em que o processo de confinamento tem gerado os problemas enfrentados hoje por esta população. Os Nandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey percorreram este devir histórico em que apesar das interferências externas, seguem afirmando-se índios e detentores de direitos que lhes foram usurpados, em que os principais foram a perda do território tradicional e o direito à terra onde poderiam continuar vivendo plenamente o seu *teko*. As modificações na organização social, certamente se refletiram na arquitetura das construções Wilk (1983, p. 101), pois se antes a família extensa vivia sob um mesmo teto, o que já não ocorre, aproximadamente, desde o segundo quarto do século XX, a construção que a abrigava refletiria esta organização mais ampla e complexa, apresentando um tamanho maior, com estruturas diferenciadas, e na qual as *ogajekutu* eram mais comuns.

⁴⁴ Casa beira-chão em que teto e parede formam um conjunto indiferenciado. Mais adiante será tratada em detalhes.

Hoje, a família extensa ainda é identificável quando se atenta para isto, pois as famílias nucleares por parentesco, agrupando-se geograficamente próximas, e por desenvolverem atividades que requerem fortes laços de cooperação, como por exemplo, roçado, plantio, construção de casas, colheita, conduz para um desenho espacial que ficaria próximo das casas grandes (*ogajekutu, oga guasu*). Assim, os bisavós (às vezes), avós, pais e filhos encontram-se dispersos entre as habitações destinadas a cada núcleo familiar, mas agrupados em espaços de domínio por laços de parentesco, afinidade e reciprocidade. Esta dispersão das unidades habitacionais, muitas vezes, produz áreas maiores que são exploradas por todos os membros pertencentes àquela grande família.

Nas oito áreas nas quais a FUNASA dividiu a área para facilitar o atendimento por parte dos agentes indígenas de saúde, apresentam-se bastante equilibradas, tanto em número de módulos, na distribuição e função de cada um destes módulos., até porque cada agente é responsável por um número de famílias pré-definido, que está ao redor das 100 famílias. Este número altera-se constantemente, em virtude das famílias trocarem de residência com muita frequência.

É necessário que se faça uma ressalva ao mapa geral, pois lá foram incluídas somente as 711 habitações referentes as fichas, e não o total de módulos detectados (1253), considerando somente uma delas quando havia mais que uma. No entanto, já é possível perceber como há uma densidade distribucional semelhante por toda a área de estudo, com um diferencial somente no espaço onde estão situados os prédios da escola, posto de saúde e FUNAI. Este padrão atual , é completamente diferenciado do anterior, onde cada família extensa ocupava um cabeceira de córrego, e neste momento há uma sobreposição entre estas, que somente os estudos permitem identificar as família extensas presentes na área. A falta de espaço na área estudada para a realização dos antigos costumes, fica muito evidente ao se consultar o mapa 1 em anexo, exigindo por parte deles soluções criativas para os problemas criados para eles pela sociedade nacional.

2.2. Caracterização geral

Segundo Wilk (1983, p. 100), as casas podem ser descritas a partir do seu tamanho, composição familiar, coerência e permanência locacional ou morfologia. Neste item serão apresentadas as características morfológicas, dimensões, materiais e, quando possível, o arranjo familiar que pode estar presente em cada módulo ou conjunto de módulos. Os contatos constantes e inevitáveis com a sociedade envolvente tem alterado rapidamente o estilo da habitação, considerada “tradicional “ para os padrões atuais. Para Mura (2000, p. 59) a aquisição da matéria-prima depende das “condições de disponibilidade e acessibilidade do/ao território no qual movem-se os atores sociais”, e para todos os Guarani, Nãndeva ou Kaiowá no estado, as dificuldades são as mesmas pois a disponibilidade dos recursos vegetais que eram necessários para a edificação de suas habitações e anexos está cada dia mais restrita em virtude do desmatamento e redução dos pequenos fragmentos de mata, e onde podem consegui-los – nas fazendas situadas no entorno das áreas- o acesso é, na maioria das vezes, proibido. Tendo em vista os vários conflitos envolvendo índios e fazendeiros, os últimos tornaram-se cada vez mais restritivos e impeditivos no acesso aos indígenas às suas terras.

O uso de materiais industrializados e mais duráveis está tornando-se cada vez mais freqüente, mas não concordamos com Wilk (1983, p.113) ao afirmar que o uso de materiais menos perecíveis é uma das manifestações mais comuns de crescimento de qualidade, e que isto se refletiria mais fortemente no dado arqueológico. O dado arqueológico pode ser beneficiado porque certas matérias-primas se decompõem em mais tempo, mas o uso destes materiais não implica necessariamente em uma melhoria na qualidade de vida. Pode estar indicando poder de compra mais acentuado, mas as casas de materiais perecíveis construídas por eles, são adequadas ao estilo de vida que levam. Esta alteração tem causado muitos transtornos na utilização desta construção que tem padrão diferente dos conhecidos. Um exemplo, é a manutenção de banheiros com fossas sépticas nos fundos da casa, mesmo que a construção seja de alvenaria e esteja próxima da rede de água, sendo que para o padrão da sociedade envolvente, comportaria construí-lo internamente à casa. No entanto, algumas constantes foram constatadas, e seguem o mesmo padrão das habitações Kaiowá de Jaguapiré e Pirakua estudadas por Mura (2000), por isso utilizaremos a nomenclatura apresentada por este pesquisador para caracterizar os diversos tipos de habitações observados nas atividades de campo.

2.3. As construções e o sistema modular

Assim como foi observado entre os Kaiowá (Mura. 2000), os Ñandeva também adotaram o sistema de módulos para as suas construções. A princípio, cada módulo tem uma função no conjunto habitacional de cada família nuclear. Esta modularidade é preferencial, mesmo nas situações nas quais há uma só construção em formato alongado (foto 3, abaixo), no qual é possível identificar a justaposição de várias pequenas construções que acabaram por gerar um bloco único. Os aumentos na construção originária, deixam transparecer esta noção de pequenos espaços cumprindo diferentes funções, mas todas juntas compondo a totalidade das necessidades que devem ser supridas.



Foto 3. Casa alongada pela justaposição de módulos

As 711 habitações, ou adequando-se aquilo que foi observado em campo, os 711 números cadastrados pela FUNASA, pois o levantamento efetuado permite que se compreendam as construções enquanto conjunto, e não objetos materiais individualizados, corresponderam a 1253 módulos totais, conforme tabela a seguir.

Tabela 1. Relação entre habitações, módulos e uso

Agente	Quantidade de módulos						Total de módulos	Uso					Total de fichas
	1	2	3	4	5	6		Mor.	Coz.	Quarto	Dep.	Outro	
Adelina	34	34	13	1	-	-	144	91	40	3	4	9	82
Avelino	43	28	17	2	2	-	168	105	40	8	3	12	92
Donevil	58	28	17	-	-	-	165	100	45	12	3	5	103
Dulcila	31	34	13	1	-	-	142	90	42	3	4	4	79
Geraldo	35	39	9	3	1	1	165	97	47	5	8	8	90
Roberto	44	32	9	-	-	-	135	96	28	1	5	6	85
Timóteo	37	43	13	1	-	-	176	101	51	3	4	7	94
Vanderlei	31	37	12	4	1	-	158	104	36	5	7	6	103
Total geral	313	275	103	12	4	1	1253	789	329	40	38	57	711

O sistema modular apresentado pelas construções feitas na área de estudo, apresenta uma característica a troca de funções que cada módulo pode ter ao longo de sua “vida” útil (construção, uso, abandono, reuso, colapso total). Siegel (1990) em seu estudo, afirma que existe a possibilidade de que uma residência transforme-se em cozinha, e que o contrário não se verifica, considerando este processo como unidirecional. Entre os Nandeva/Guarani, a dinâmica a ser seguida neste caso é um pouco diferente. Quando há somente um módulo, cujas características foram abordadas anteriormente, a cozinha - representada principalmente pelo fogo doméstico no interior da mesma - pode ou não ser transferida para o novo módulo construído. Pode ocorrer da cozinha, permanecer onde estava, e o outro módulo passar a servir de dormitório e guarda da tralha doméstica da família nuclear. Ou pode ser transferida para a nova construção. Assim, não há uma regra rígida a ser seguida para a transformação de funções para a mesma. No entanto, quando há um módulo específico utilizado como cozinha, esta será a sua função até que a construção se deteriore, e seja substituído por outra.

O módulo cozinha é preferencialmente construído de pau-a-pique e com cobertura de sapé. Também se verá mais adiante, que os fogos

domésticos podem localizar-se em lugares variados do espaço, tanto interna quanto externamente à casa, em local abrigado ou a céu aberto, ser usado por uma ou mais famílias nucleares. Os depósitos ou galpões de armazenamento seriam os últimos módulos a serem construídos. O mesmo procedimento é verificado entre os Kaiowá (MURA, 2002) cuja seqüência de prioridade é dormitório, cozinha e galpão. Se há filhos adolescentes, pode ser construído um dormitório para abrigá-los separadamente do restante da família ficando com esta função, já que todas as demais atividades (comer, socializar-se, receber visitantes) são realizadas preferencialmente no pátio.

2.4. Materiais

Os materiais utilizados na construção dos módulos, apresentam-se bastante variados, e a composição destes no produto final é ainda mais diferenciado. Há os produtos que são provenientes dos recursos vegetais ainda existentes na área de estudo, e aqueles que estão sendo adquiridos no comércio nas cidades próximas.

A tabela referente a matéria-prima do primeiro grupo, será apresentada no final do item, e o local na construção aonde é mais comum.

No segundo grupo, onde estão os materiais adquiridos no comércio próximo, e as principais aquisições são as seguintes:

Tabela 2 - Materiais industrializados utilizados nas habitações

Material	Uso na construção
Tijolo (6 furos, maciço)	Parede
Telhas de amianto	Cobertura
Lona plástica preta	Parede, cobertura
Tábuas de madeira	Parede
Cumeeira	Cumeeira
Caibro	Tirantes, vigas laterais e transversais
Cimento	Fixar tijolos, piso,

	rebocos de parede
Pregos	Fixar estruturas de madeira
Lajotas	Piso
Janelas de alumínio e madeira	Janelas
Portas de alumínio e madeira	Portas
Areia	Para misturar com o cimento

O que se percebe após a análise das fichas a respeito deste tema, é que está iniciando-se uma nova prática construtiva, na qual, para produzirem os módulos ou as habitações únicas, estão combinando materiais provenientes dos fragmentos de mata com os novos produtos industrializados que estão se tornando bastante populares, conforme visto na seção anterior. O novo está sendo assimilado, em alguns casos, lentamente, com o uso de algum elemento misturado ao antigo, mas sem que se altere a maneira própria de se relacionar com a casa e o seu entorno.

2.5. A habitação e módulos: morfologia

Neste item será tratada especificamente, a morfologia das casas existentes no local. As definições para cada tipo detectado, seguiu as apresentadas por Fábio Mura (2002) que realizou estudo entre os Kaiowá, que apresentam padrões construtivos semelhantes aos encontrados entre os ñandeva/guarani

1) “Construção com pórtico central : tem a forma retangular, com dois ambientes fechados, um de frente para o outro divididos por um espaço aberto, mas coberto com o mesmo teto. As portas de ambos os ambientes comunica com este espaço central. “ Não foram observadas muitas construções deste tipo, mas a planta baixa destas construções, se fossem detectadas no futuro, poderiam ser entendidas como um bloco único que poderia ter aberturas nos quatro lados. As paredes são de pau-a-pique

com cobertura de sapé ou tábuas de cedro⁴⁵. O tamanho destas construções é de aproximadamente 12 X 4m, e nelas encontramos morando: a) casal de pessoas idosas; b) família que utilizava um dos ambientes como dormitório e local para guardar a tralha doméstica e demais utensílios e o outro como cozinha, e c) um dos ambientes era ocupados pelos filhos e o outro servia de cozinha e dormitório para o casal.

2)“Construções com pórtico frontal. Há dois tipos. O primeiro apresenta as mesmas características da construção anterior, com a ausência de um dos ambientes fechados. (...) O segundo é constituído por uma variante da construção com teto a duas ou quatro águas, quer dizer, pelo delimitar com paredes simetricamente a meio da planta da edificação total.” Estas construções são bastante comuns, e permitem que a família possa ter também o seu fogo neste local, em dias muito quentes, e onde podem receber visitantes também. As dimensões desta construção variam bastante, mas há uma média de 18m² ou 6 X 3m, mas também há construções de 3,5 X 2m. (Foto 4)



Foto 4. Habitação com pórtico frontal e cobertura de sapé

3) “Construções com teto de uma água. Geralmente de pequenas dimensões se feitas com teto de fibras naturais e/ou lona. No caso do uso de telhas, chapas onduladas

⁴⁵ Estas tábuas de cedro possuem entre 35 a 45 cm de comprimento por 25 a 35 de largura.

e/ou fibra de cimento (eternit) estas podem alcançar consideráveis tamanhos (...). A planta pode ser retangular ou quadrada, com estrutura baseada em pilares laterais com vigas transversais sob o teto. (...). Estas construções são mais encontradas quando construídas de material industrializado como tijolos e telhas de eternit. Aquelas que utilizam material proveniente dos recursos vegetais encontrados na área de estudo, se destinam para cobrir fogos familiares, tanques de lavar roupa, servir de local para pendurar roupas e utensílios domésticos, apresentando dimensões entre 3 e 5m²

4) “Construção com teto de duas águas. Representa uma das formas mais comuns quando se trata de realizar edificações de planta retangular. A técnica de construção é a de pau-a-pique.” Esta é o tipo mais comum, e apresenta dimensões variadas que ficam entre 12 m² (o tamanho mais freqüente) a 60m² (mais raro). (Foto 5)



Foto 5. Habitação com duas águas, parede e teto de madeira.

5) “Construção com teto de três águas. Variante da de quatro águas de planta retangular, por exclusão de uma das duas terminações. “ Não são incomuns, mas são pouco freqüentes na área de estudo. Normalmente, são encontradas quando há mais módulos compondo o conjunto habitacional, podendo ser utilizada como dormitório para os filhos/as adolescentes, cozinha, ou como depósito de materiais ou da tralha doméstica ou de trabalho. Como moradia única, foi detectada somente uma. As dimensões variam de 10 a 20 m². (Foto 6)



Foto 6. Habitação de três águas, parede de madeira e cobertura de sapé

6)” Construções de quatro águas. Geralmente de planta quadrada com uma certa regularidade em superfície (a mais comum é uma de 6 X 6 m) com repartições internas em dois ou quatro ambientes, se a unidade residencial não tem construção separada para atividade culinária. (...) O teto se sustenta com um único pilar central que sustém uma viga cumeeira de 1,5m de comprimento em seu ponto médio, enquanto esta recebe neste ponto e em suas extremidades os tirantes, que se erguem a partir das vigas laterais. Os tetos sustentados por um único pilar central sem viga cumeeira são raros, mas mesmo assim testemunham a presença desta técnica que potencialmente permite formas de plantas poligonais. Caso sejam retangulares, estas construções se apresentam estruturalmente idênticas às de pórtico central, mas sem o espaço aberto no meio.”



Foto 7. Módulo de quatro águas.

As construções de quatro águas, também não são frequentes, e ocorrem em composição com outras de duas e três águas. Já do tipo de quatro águas com pilar central, encontramos somente um exemplar, o telhado era uma poligonal de oito lados, o que demonstra que a tradição de conhecimento sobre esta construção é bastante restrita no local. O sr. Marciano Benites, que fez este módulo, e a família o usam como dormitório. Nos tirantes estavam penduradas redes e objetos variados, sendo que o pilão estava dentro deste módulo, o que não é comum, pois em geral, ele fica jogado pelo pátio. Disse que a construiu faz mais de dez anos, e até hoje não necessitou de reparos. É fechada em todas as laterais, sendo que duas servem de acesso a esta construção, por apresentar entrada em forma de uma porta. A dimensão era de 6 X 6m de diâmetro. O material utilizado foi a madeira guruaia (*Peltophorum dubium*), sapé para a cobertura, que ele buscou em uma fazenda próxima, e nos pilares madeiras como a guajuvira (*Myrciantes pingens*), a peroba (*Aspidosperma polyneurum*) e o ipê (*Tabebuia* sp.). Além desta, uma outra casa de formato retangular de 6 x 2, era utilizada pela família, servindo de moradia, com área de cozinha e depósito. O pátio (*okara*) tinha uma dimensão muito maior em relação a média de aldeia que fica em torno de 20 a 40m de diâmetro. Este possuía pelo menos 50m, em um ambiente com muito espaço livre, árvores frutíferas e de sombra, e sem vizinhos muito próximos.

As construções de tijolos, cimento e eternit, em geral são feitas de uma água com dimensões aproximadamente 15 m², ou duas águas, com planta baixa quadrada ou retangular, variando de 12 a 25m² de tamanho. Em uma destas construções observou-se uma casa de alvenaria que não possuía janelas, demonstrando que houve a substituição do material construtivo utilizado, mas que a forma da casa seguiu o padrão tradicional do local que é a presença de uma porta baixa, com total ausência de janelas. (Foto 8) É interessante destacar que, excetuando-se as casas construídas com artigos industrializados, as demais não possuem aberturas do tipo janela.



Foto

8. Habitação de alvenaria sem janelas

2.6. A cobertura

A cobertura é considerada como condicionante para a forma que terá uma determinada construção (Mura, 2000, p. 48), e os materiais utilizados nas habitações observadas na TI Porto Lindo/Jakarey foram os seguintes:

1) Fibras vegetais

As fibras vegetais foram encontradas em 865 construções, sendo recurso único ou em parceria com outros materiais como lona ou plástico, representando 65% do total analisado. São compostas principalmente pelo uso do sapé/ *kapi'i* (*Imperata brasiliensis*), e capim colônia (*Panicum maximun*). Todas estas coberturas são mais recorrentes nas habitações de paredes de pau-a-pique, sendo muito mais raras encontrar estas fibras em paredes de tijolos ou tábuas. (Foto 9)



Foto

9. Módulo com cobertura de sapé

2) Madeira

As tábuas curtas feitas a partir do cedro/lygary (*Cedrella fissilis*) que possuem entre 35 a 45 cm de comprimento por 25 a 35 de largura, estão sendo paulatinamente abandonadas porque a madeira de onde é retirada está se extinguindo no local. São encontrados pés desta madeira em diversos estágios de crescimento, mas que não permitem o seu uso para este fim. Ainda são encontradas em torno de 2,5% do total geral, mas segundo o depoimento de moradores que possuem habitações com este tipo de teto, a tendência é rapidamente ser substituído pelo uso da telha de fibra de cimento (eternit). Admitem que as tábuas de cedro para o teto é muito mais durável (pode durar mais de dez anos, tendo sido encontrada uma casa com 15 anos com este tipo de cobertura), não se quebra com os granizos, é termicamente adequada, pois protege do frio e do calor, se comparada com a folha de eternit. Para utilizar este material, é necessário o uso de pregos para firmar as tábuas nos tirantes e nas vigas laterais e centrais.



Foto

10. Casa duas águas com cobertura de madeira

3) Folhas de amianto/eternit

Fazendo parte mais recentemente do estoque de materiais disponíveis para a cobertura de casas, a justificativa para o seu uso, é o reduzido acesso aos demais recursos vegetais pela diminuição da oferta de madeiras na área e na região de entorno. No entanto, o que se verifica é que as construções de paredes de tijolo, com cobertura de eternit, foi popularizado por aqueles que de alguma forma tem o seu sustento proveniente de algum recebimento mensal: funcionários da Prefeitura, AIS, tratoristas, aposentados, ou que mantém relações de comércio mais freqüente com os não-índios que podem chegar a ter um excedente anual, mesmo que pequeno para poderem adquirir mais confortavelmente produtos industrializados nos municípios da região. No entanto, hoje, está se tornando bastante comum, mesmo com o reconhecimento unânime dos problemas que este tipo de cobertura apresenta: absorve muito calor no verão, é fria no inverno, pode

quebrar-se com os granizos e com as ventanias que ocorrem acentuadamente na região. (Foto 11)



Foto 11.

Casa em construção já com telha de amianto

Os casais mais jovens, tendem a construir sua casa já utilizando materiais como tijolos e telhas de eternit, enquanto os mais antigos continuam optando pelos recursos vegetais do local. Verifica-se que quando há vários módulos, podem ocorrer vários tipos de construção com variados materiais. As cozinhas, são as que apresentam a menor variabilidade, pois são construídas de pau-a-pique e cobertas com sapé ou capim. Consideram mais aconchegantes as com cobertura de sapé ou tábuas de cedro.

A aceitação deste material está na relação direta estabelecida com a sociedade envolvente que utiliza amplamente estas telhas para quase todas as suas construções conjugado com a falta de matéria-prima suficiente para a continuação deste estilo que se considera, hoje como o “tradicional” (paredes de pau-a-pique, cobertura de fibras vegetais ou madeira), porque se considera com este sentido os novos significados fornecidos pelos Nãndeva/Guarani para coisas antigas.

4) Mistas

Nesta categoria encontram-se aquelas construções que podem apresentar mais de um tipo de cobertura, conjugando uma ou mais das descritas acima. A cobertura de lona preta, também pode ser encontrada misturada com fibras vegetais. A pesquisa de Mura (2000, p. 49-50) entre os Kaiowá na área de Pirakua, também detectou casas que apresentavam cobertura de lona e folhas de *jata'y*. (Foto 12)



Foto 12. Habitação com dois tipos de cobertura: amianto e tábua

Os dicionários de Montoya (1876) apresentam como materiais utilizados nas coberturas o pindo (*Arecastrum romanziffianum*) (T:296), e Jatai (*Butia capitata e Butia eriospathaoul*) (B: 124), demonstrando uma continuidade no uso de determinados elementos para produção de cultura material, como cobertura das habitações.

Nesta categoria, é onde melhor se identificam os processos de transmissão e distribuição dos conhecimentos para a produção deste objeto material, e a incorporação dos conhecimentos e saber-fazer técnicos com os quais estão em contato. (Mura, 2000, p. 80). Se até pouco tempo atrás, para construir uma casa de alvenaria, eram contratados pessoas não-índias para levantá-las, hoje, existem na área de estudo pessoas que executam esta tarefa, pois aprenderam fora, e passaram a distribuir o seu conhecimento tanto ensinando outros índios, quanto servindo de mão-de-obra

“especializada” para esta situação. São contratados por outros índios para executar esta tarefa. As construções ‘tradicionais’ podem ser feitas por qualquer homem adulto, pois desde crianças aprendem a construí-la com orientação do pai. Construir casa não é tarefa executada por mulheres, só muito raramente podem vir a contribuir em alguma das etapas.

2.7. A *ogajekutu*

Haveria ainda, a *ogajekutu*, que é uma “casa fincada”, (*kutú*, fincar, cutucar) ou, em português, ‘casa beira-chão’ (SCHADEN, 1974, p. 26), “construções beira-chão” (MURA, 2000, p.45), “casa de paus fincados no chão” (ROSSATO, 2002, p. 162). O pesquisador Fábio Mura (2000, p. 45/6, em seu estudo detectou dois tipos diferentes para esta construção: um que tem “os pilares centrais que sustentam a viga cumeeira”(…), e o outro “que tem vigas laterais e/ou transversais com ausência de colunas centrais (nesta última a transmissão ao solo das cargas da linha cumeeira é feita através dos tirantes). “

Nos trabalhos de campo, foram encontradas nove *ogajekutu*. Sendo que sete estavam sendo utilizadas para armazenamento de alimentos (milho, arroz, feijão) e uma para guarda de animais. Somente uma tinha função de casa de reza- *ogapysy*. (Fotos 13, 15)



Foto 13. *Ogajekutu* utilizadas como depósito

Anteriormente a *ogapysy* - casa de reza- costumava ser do tipo *ogajekutu* e abrigava toda a família extensa e mais os convidados em dias de realização dos rituais. O pesquisador Fábio Mura (2000, p.60) afirma que “uma *ogapysy* não é outra coisa que uma *ogajekutu*” e que “com a denominação ‘*ogapysy*’ os índios parecem querer essencializar uma construção ‘tradicional’, indicando uma forma característica de beira-chão”. Na área de estudo, esta afirmação deve ser problematizada, pois foram detectadas somente duas casas de reza⁴⁶, e somente uma atendia as características citadas. A primeira foi construída a aproximadamente há três anos, por meio de um projeto financiado por uma ONG. Segundo o cacique Ângelo Nunes, a proposta inicial era construí-la como *ogajekutu*, mas a falta de material construtivo adequado (sapé, que teve que ser trazido de outra reserva) os impediu de continuar como teria sido planejado. No entanto, os rituais, danças e cantos são praticados nesta construção de duas águas e sem paredes, numa clara reestruturação do significado religioso dedicado a esta construção tão diversa do planejado, e que teria o formato considerado “tradicional” para uma casa de reza. Os membros da comunidade, a reconhecem como a casa de reza, e a valoram a partir desta função reconhecida social e culturalmente, e a essencialização neste caso, se dá pela função da construção e não pela forma que a mesma apresenta.

Esta *ogapysy*, mede 10 X 6m, sem esteio central, com três pilares, sendo um central e dois laterais, que estariam cumprindo a função de umbrais, se a construção fosse fechada, pois segundo Malhano (1987, p. 94), umbral é “esteio que define o acesso ao interior da construção.” Na sua construção foram utilizadas madeiras como pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), peroba (*Aspidosperma polyneurum*), guatambu (*Aspidosperma australe*), mbokaja (*Bignonia sp.*), guarita (*Astronium graveolens*), pindó (*Arecastrum romanzoffianum*, T:296) , curupaí (*Parapiptadenia rígida/ T: 111*), yvyra pitã (*Peltophorum dubium*) para os esteios, e sapé (*Imperata brasiliensis*) para a cobertura.

(foto 14)



⁴⁶ Considera-se casa interior, diferenciando

Foto 14. Vista interna da *ogapysy Araguaçu* (Tempo iluminado)

No seu interior encontram-se, o cocho/*yvyra ña'e*⁴⁷ de cedro (*Cedrella fissilis*) onde é fermentada a chicha, medindo 3,10 X 0,50m, sendo que a parte escavada tem 0,28m de altura; o altar de madeira/*tataendy* onde são dispostos os chocalhos de porongo/*mbarakas*, as taquaras/ *takua* e os colares/*bo'i*, sendo que o bastão masculino/*yvyra para* e os cocares/*acangua'a* ficam pendurados em uma das vigas. Os bancos/*apyka* ficam nas laterais da construção.

A segunda foi encontrada em uma área afastada do zona “central” da aldeia, e é conduzida pela sra. Florentina Lopes, que ocupou o lugar anteriormente pertencente a um dos rezadores mais prestigiados da área que é o sr. Delosanto Centurião, que transferiu-se para a área retomada do *tekoha Yvy Katu*. Mede aproximadamente 5,5 X 5m, é coberta de sapé, abertura para o sul, tem um altar/ *tataendy* colocado a leste, taquaras/ *takua* (usadas pelas mulheres nos rituais) encostada no mesmo, chocalhos de porongo/*mbarakas* (usado pelos homens nos rituais) pendurados ns vigas do teto ou no altar e bancos/*apyka* para os visitantes se acomodarem para receberem a palavra. Esta segue o formato de construção beira-chão/*ogajekutu*. (Foto xx,xx,xx)

⁴⁷ Também podem ser denominadas por *vatea* (MARTINS, 2002) ou *kaguiha*.



Foto 15. *Ogapysy* tipo *ogajekutu*

Em pesquisa realizada pelo professor Eliezer Martins (2002), foram identificados quatro lugares onde havia casas de reza, até a década de sessenta do século passado: Bentinho, Guassori, Jakarey e Yvu. Os depoimentos orais também corroboram esta informação, de que para cada família extensa, haveria um cacique com os seus ajudantes (*yvyra'ija*). O avô da sra. Olívia Rodrigue, era um destes caciques, e quando eram realizados os rituais de batismo das crianças (*mitã mbo'éry*), do milho (*avatikyri*), outras famílias próximas eram convidadas para participar. Nesta ocasiões haviam danças (*jeroky*), cantos (*mborahéi*) e rezas (*ñembo'é*), e os presentes bebiam chicha de milho ou mandioca.

O que se observa é que não há uniformidade entre a construção, aparência externa e a função entre as construções dos Nandeva/Guarani na área de estudo, conforme verificado por Wilk (1983, p. 112) em seu estudo. Elas apresentam variações nas suas dimensões, nas funções que cada uma tem dentro do contexto de unicidade ou quando são parte integrante de um conjunto, e conforme relatado anteriormente, o estoque de conhecimento que eles possuem em relação às formas que podem ser produzidas- mais ou menos complexas- denotam um amplo conhecimento repassado e atualizado de geração à geração. O material construtivo, apresenta uma gama ampla de recursos vegetais que são utilizados, que requer um extenso conhecimento das qualidades inerentes a cada material, considerando o tempo de durabilidade e a

função/funções prevista/as para as edificações, e a tecnologia construtiva que será empregada.

Na interpretação arqueológica, assume-se que os povos criam espaços de um determinada tamanho para poderem proceder a atividades específicas e ao mesmo tempo, relacionam-se ao número de pessoas que utilizarão este espaço. O tamanho do espaço construído tem servido, inclusive, para estimar a população (CAMERON, 1999, p. 201). No caso de tentar estimar-se a população a partir das 1253 construções detectadas em contexto arqueológico, e utilizando-se uma cifra ‘conservadora’ de 5 pessoas para a família nuclear dos ñandeva/guarani⁴⁸, se atingiria 6265 pessoas, que extrapolaria em muito os números apresentados atualmente- que já são muito altos- que é de 3661 habitantes. Assim, deve sempre ser considerado nestas estimativas, os usos e funções de cada espaço construído, pois o tamanho dos módulos é equivalente para a maioria das habitações cadastradas.

Continuando a abordagem sobre o tamanho das casas, Cameron (1999, p. 213), no seu estudo, assume que o tamanho das casas são similares tendo em vista que as atividades internas realizadas no interior (processamento alimentar, cozimento, estocagem, manufatura de ferramentas e sua manutenção, comer dormir) de grupos horticultores também são similares. Os módulos referentes à cozinhas e dormitórios apresentam bastante semelhança quanto a variável tamanho, no entanto, não se pode afirmar o mesmo para aquelas construções em que abrigam mais de uma família nuclear, às vezes uma família extensa convive neste espaço, pois foi encontrado esta configuração social em casa com dimensões maiores, nas quais moravam até quatro gerações.

Foi observado que famílias que se consideram originárias da Porto Lindo, apresentam uma concentração de habitações em locais próximos podendo agrupar em torno de 6 famílias nucleares que como abordado anteriormente, acabam conformando o que seria o espaço ocupado por uma família extensa. As habitações dos mais antigos ou líderes da família (*hi’u, ha’i, jaryí ou ñamõi*) tendem a ser maiores na maioria dos casos, até porque os demais membros desta família colaboram para que esta seja melhor estruturada, porque é o ponto de apoio de todos, onde recorrem quando precisam, e onde fortemente atualizam os laços e relações familiares.

⁴⁸ A média de filhos está ao redor dos quatro, sendo que não é raro encontrar-se mulheres que já tiveram 6 ou mais filhos.

Estas famílias “originárias” estão distribuídas por toda a área de estudo, demarcando espaços importantes que resulta em poder e prestígio em âmbito local. Ter algum membro morando próximo ao “centro”, por onde circula toda a informação tanto de assuntos internos, quanto daqueles que vem dos órgãos públicos, universidades, ONGs, e outros, é estratégico para a manutenção de poder político, social e econômico. Manter boas relações com vários órgãos, também garante uma constante participação de pessoas destas famílias em eventos municipais, estaduais e federais, de discussões de temas variados, que muitas vezes resultam em projetos que são destinados a uma parcela da comunidade. Alguns destes participantes indígenas, que acabam representando grupos de até 6000 pessoas, tem trajetórias individuais bastante interessantes. Muitos deles chamados pelo seu poder de oratória, por serem considerados “tradicionais”, por estarem representando um segmento importante dentro da comunidade, enfim, a sua representatividade é reconhecida tanto interna quanto externamente. Deter estas informações, e ser um dos elos de ligação dos agentes externos com a área facilita que a família extensa, de alguma forma, se beneficie dos projetos implantados.

Um outro aspecto importante, é que existem diferenças locais entre os que moram no centro e os que moram na periferia, também chamada de “fundão”. No fundão, existem famílias muito tradicionais, que por opção, evitam o tumulto de pessoas, informações e trânsito. Há o desenvolvimento das mesmas atividades econômicas, com maiores problemas, porque a distância de água potável é bastante grande neste local. A água encanada só existe em pontos próximos da rede, enquanto que os que estão mais próximos das minas, tem que buscar água para uso humano aí. Os órgãos públicos, terminam por privilegiar os que são mais fáceis de encontrar, e há uma luta dos que se sentem marginalizados em serem ouvidos também. Durante uma das estadias na área, fui chamada pelo sr. Izidro Cáceres que queria ser ouvido sobre a história do local. Disse, “todos ficam ouvindo os mesmos sempre, e esquecem que há outros que também sabem muito.” A lição foi aprendida.

É notável o tratamento diferenciado com que os do “centro” tem para com os do “fundão”. Pode-se presenciar em uma reunião de adolescentes, dentro das atividades do

projeto financiado pelo UNICEF⁴⁹, que as adolescentes moradoras próximo à escola municipal e ao posto de saúde da FUNASA, participavam ativamente das discussões, dominado completamente o espaço. Era perceptível o desconforto das demais. As que vieram de longe, manifestaram-se somente nos grupos menores que se distribuíram por afinidade e proximidade. Após o almoço, foram embora daquele lugar que as oprimia. Segundo o antropólogo Levi Pereira, em comentário pessoal em 2003, as áreas indígenas também têm os seus marginalizados, e como pesquisadores, se houver descuido, acaba-se ouvindo quase sempre a “elite” do local, e então se terá dados ainda mais fragmentados e distorcidos de determinado tema, ou somente a visão de um determinado segmento.

O cadastramento permitiu verificar que não há uma forte convergência entre tamanho de casa e prestígio social, político ou religioso, pois foram encontradas casas de tamanho padrão (entre 10 e 12m²) que abrigam pessoas, hoje, de muito prestígio na comunidade como professores/as, agentes indígenas de saúde e funcionários da prefeitura.

Já a conexão entre reconhecimento social interno e material construtivo utilizado na construção da habitação está se tornando bastante significativo. Nota-se que a maior utilização de material industrializado (tijolos, telhas de amianto) está passando a refletir um status diferenciado aos seus moradores, pois está havendo uma grande procura por esta matéria-prima para a construção dos novos módulos habitacionais. No entanto, ressalte-se que a pouca disponibilidade de matéria-prima considerada tradicional pelos habitantes do local (sapé, palha, madeiras resistentes) ou no entorno são cada vez mais raras e de difícil acesso aos membros da comunidade. Assim, é possível considerar que está havendo uma substituição progressiva e rápida do material construtivo utilizado, não sendo exclusivo de pessoas que hoje tem prestígio político ou social reconhecido, mas que estes estão aderindo efetivamente a esta nova dinâmica. Como afirma Mura

⁴⁹ Projeto Criança Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul, no ano de 2003.

(2002) para os Kaiowá, ao refletir sobre o uso de matérias-primas industrializadas no interior das duas áreas estudadas por ele,

(...) Indubitavelmente que a arquitetura (estética), a matéria-prima, a disposição das famílias e a própria concepção de habitar sofreram mudanças. Parece, no entanto, que se mantêm regras que normatizam relações de parentesco, as quais, mantidas estruturalmente, se organizam no espaço segundo estas determinações.

Para os Ñandeva/Guarani em tela, esta mesma conclusão é verificável, pois não é o tamanho das residências, o material construtivo utilizado e/ou o prestígio embasado nas exterioridades provenientes do contato estreito com a sociedade envolvente que determinam o uso do espaço interno ou externo deste item da cultura material, mas as relações de parentesco, a rede de alianças, e o exercício da solidariedade que se concretiza entre os agentes sociais que convivem em determinado espaço.

O acesso a uma grande quantidade de habitações⁵⁰ existentes na área de estudo permitiu que se tivesse uma visão ampla do conjunto de construções e sua conseqüente distribuição no espaço, e ao mesmo tempo detalhada em alguns itens como quantidade de módulos e materiais utilizados. Como destacado no início da apresentação deste tema, a produção do espaço habitacional Ñandeva na Porto Lindo não pode ser um objeto da cultura material destituído do contexto no qual se insere, porque ele só é compreensível na relação existente entre os seus moradores e destes com os habitantes do aldeia. Também não é possível entender seus múltiplos significados que apontam, entre outros, para uma estreita relação com a mata (em processo de diminuição acelerada) mesmo que só com os fragmentos remanescentes que informam a grande abundância e diversidade que foi perdida, basta consultar a tabela da matéria-prima vinda daí para se ter uma noção próxima do que seria o local há 50-60 anos atrás, portanto em época recente. Ao mesmo, a roça (que será abordada em outro capítulo) presente na maioria das casas, e em algumas dividindo espaço com as árvores frutíferas no pátio, formam um conjunto que somente em interação se completa.

⁵⁰ Faz-se necessário esclarecer que a totalidade das habitações foi cadastrada em fichas individuais, mas tive acesso direto à aproximadamente 40% das casas, tendo em vista que se dividiu os pesquisadores como forma de agilizar a tarefa, já que o preenchimento de cada uma durava em média 20 min.

As relações externas, mantidas com diversificados atores sociais, provocam mudanças nas opções construtivas, com a incorporação acentuada de elementos antes raros no âmbito da área de estudo, mas que sempre são perpassados pelo modo de fazer as suas casas e o jeito de morar dos índios ñandeva, que optam por estas inovações técnicas e tecnológicas. Todos estes fatores apontam para uma tradição que se atualiza constantemente no cotidiano, a forma está mudando, lenta e rapidamente ao mesmo tempo, mas o conteúdo das habitações é proporcionado pelo jeito próprio dos Ñandeva/Guarani na Porto Lindo/Jakarey se relacionarem com os materiais, com as construções, com o ambiente, e principalmente, a partir das relações sociais existentes e que aponta para a fundamentação na família extensa, embora aos olhos pouco avisados, pareçam 711 casas indígenas, muito parecidas entre si.

Tabela 3. Listados recursos vegetais utilizados nos módulos habitacionais

Nome vulgar	Família	Nome científico
Alecrim	Leguminosae -Caesalpinoideae	<i>Holocalyx balansae</i>
Amarelinha	<i>Rosaceae</i>	<i>Rubus organensis</i>
Amendoim	Leguminosae	<i>Arachis hypogaea</i>
Amoreira	Moraceae	<i>Maclura tinctoria</i>
Angico	Leguminosae -Mimosoidea	<i>Parapiptadenia rigida</i>
Canafístula	Leguminosae	<i>Peltophorium dubium</i>
Canela branca	Lauraceae	<i>Ocotea spixiana</i> Parede
Canela-do-mato	<i>Lauraceae</i>	<i>Nectandra nitidula</i>
Canela-mole	<i>Compositae</i>	Indeterminado.
Canjerana	Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i>
Capim colônia	Graminae	<i>Panicum maximun</i>
Espeteiro	Flacourtiaceae	<i>Caseari gossypiosperma</i>
Cedro	Meliaceae	<i>Cedrella fissilis</i>
Guaimbé		<i>Philodendrum bipinnatifidum</i>
Guarita	Anacardiaceae	<i>Astronium graveolens</i>
Guatambu	Rutaceae	<i>Aspidosperma australe</i>
Ipê	Bignoniaceae	<i>Tabebuia vellosi</i>
Laurel	Lauraceae	<i>Ocotea suaveolens</i>
Louro	Boraginaceae	<i>Cordia sellowiana</i>
Pau-brasil	Leguminosae	<i>Caesalpinia echinata</i>
Peroba	Apocynaceae	<i>Aspidosperma polyneuron</i>
Pindó	Palmae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i>
Sapé	Graminae	<i>Imperata brasiliensis</i>
Taquara	Graminae	<i>Guadua trini</i>

CAPÍTULO II

A UNIDADE RESIDENCIAL : A HABITAÇÃO

Entre os Nãndeva/ Guarani da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, a unidade habitacional é um conjunto constituído por uma ou mais construções, circundada por um pátio que varia de 20 a 40m de diâmetro. Estes dois elementos – habitação e pátio – é que conformam a unidade residencial, sendo que não é possível compreender este espaço que não seja em interação total. Enquanto, a habitação é considerada como um espaço “íntimo”, o pátio é o espaço “social”, que se completam com a existência do fogo doméstico (ALMEIDA, 1986, apud MURA, 2000).

Os limites entre uma unidade residencial e outra, podem ser as roças, os caminhos, as árvores frutíferas e produtoras de sombra que circundam o pátio. Menos comum são as cercas, quando há criação de animais, ou também nenhum elemento que possa ser reconhecido enquanto tal, mas que na dinâmica da convivência diária, os nãndeva-guarani sabem até onde é o espaço que pode usufruir. Se no passado, cada família extensa ocupava uma determinada área do território que apresentava recurso de caça, pesca e coleta, sem que houvesse a interferência de uma outra família, a superpopulação verificada nas reservas não permite mais a existência destes locais de acesso exclusivo para cada família-extensa. Há uma sobreposição de parentelas, que nem sempre mantém laços de reciprocidade e solidariedade, e em muitos casos há inimizades que acabam criando situações difíceis de serem contornadas. Esta foi uma das alterações, pois todos os habitantes acessam os mesmos lugares sem que exista um uso exclusivo previsto para nenhuma delas. As famílias extensas que na área de estudo conseguiram permanecer com uma área que abriga todas as famílias nucleares próximas, este conjunto tende a ser mais amplo. Para os objetivos do estudo a habitação e o pátio serão tratados separadamente, somente para apresentar de forma mais sistemática os materiais utilizados, as estruturas existentes e sua localização, a destinação do lixo, e como estes se interrelacionam com a organização social baseada na família extensa.

2.1. HABITAÇÃO

“Para o Guarani, a casa era um lugar de paz, onde as pessoas que viviam dentro e as famílias da aldeia compartilhavam.” ELIEZER RODRIGUES (2002, p. 10), ñandeva/guarani, professor da Porto Lindo.

“(…) onde uma família inteira vive sob o mesmo teto, cada casa parece conter uma aldeia (…)” (D’ORBIGNY [1839] 1944, p. 126)

A habitação, por ser considerada uma categoria especial de artefatos (DUC apud WILK, 1983, p. 99), é vista como portadora de possibilidades interpretativas e de análise, como, por exemplo, servir de indicador da organização construtiva de um povo a partir do tamanho da casa (CAMERON, 1999), possibilitar a reflexão sobre processos tecnológicos e sociais (MURA, 2000), e o relacionamento entre a área utilizada, demografia e organização social (SIEGEL, 1990). Para Wilk (1983, p. 99) as habitações são entendidas como símbolos que precisam ser decodificados. Alguns estudos sobre o tema, efetuados nas terras baixas sul-americanas apresentados por Siegel (1990), investigaram a relação entre o tamanho do grupo e o local de assentamento, com a finalidade de produzir um modelo que pudesse permitir inferir a demografia de uma população a partir de uma área conhecida arqueologicamente. No entanto, estes estudos foram criticados por serem inapropriados ao relacionarem diretamente os dois fatores, desconsiderando outras variáveis significativas como as sociais e ambientais.

O pesquisador Richard Wilk (1983, p.100) sintetizou as abordagens realizadas por arqueólogos ao tratar deste item da cultura material e identificou quatro regras correlatas já utilizadas por estes ao tratarem do tema: a. Há uma relação direta entre tamanho da casa e o número de pessoas que vivem nela; b. as famílias nucleares vivem em casa menores e as extensas em casa complexas, que possuem mais facilidades de cozinhar e tem mais salas. C. Famílias com maior status vivem em casa maiores que aquelas com status menor; d. Famílias com mobilidade sazonal tem casas menores que

aquelas que são sedentárias e que também tem casa maiores e mais elaboradas (Idem, p. 101), afirmando que os mesmos são improdutivos e incompletos por não refletirem a enorme quantidade de fatores associados a este único aspecto que está sendo considerado que é a habitação. Assim questiona-se se quando há casa grandes e pequenas, as maiores pertencem aos membros de maior prestígio local ou são meramente casas grandes? Para Richard Wilk (1990, p. 34) a arquitetura da casa reflete as atividades práticas na qual as mesmas se realizam, assim alterando-se estas atividades as casas também mudam.

É importante destacar que a habitação não se dá, assim como as dos demais sub-grupos em território nacional, só pode ser compreendida na sua dimensão fundamental, que é estar em relação com os demais componentes que organizam a aldeia. A casa não é um ente solitário, ela é parte integrante do todo espacial vivenciado no cotidiano. As crianças, ao retratarem a casa onde moram, a desenham relacionando-a aos caminhos que conduzem a outras casas de vizinhos e parentes, com plantas (domesticadas ou não) e animais espalhados pelos espaços nos seus desenhos, com as estradas principais do local, com prédios valorizados atualmente - como a escola, o posto e o escritório da FUNAI- se esta estiver próxima de algum destes elementos, enfim, não é retratada a casa, mas esta e sua relação com as coisas que a tornam social e culturalmente relevante para os seus moradores, e com as pessoas circulando por estes e outros lugares. Há uma integração profunda entre esta e os elementos materiais, ambientais, sociais e humanos que a tornam inteligível. Cada povo, organiza o espaço habitado a partir de determinantes ecológicos, materiais ou ambientais, mas, principalmente a partir de uma concepção de mundo que é particular de cada grupamento humano. Sob as mesmas condições, povos cultural e socialmente diferentes produzirão habitações com características que refletirão o seu modo de compreender o que o rodeia, e onde possam sentir-se “em casa”.

Feitas estas considerações, será necessário, descontextualizar a habitação, separando-a do conjunto, e tornando-a singular, para apresentar alguns aspectos considerados relevantes para o estudo em tela. Ela está intrinsecamente ligada ao espaço do pátio, formando um conjunto único, pois é nesta dinâmica entre o espaço

interno e o espaço externo que eles passam a maior parte do seu dia, realizando as inúmeras tarefas do cotidiano.

A antropóloga Sílvia Novaes, ao organizar um livro sobre habitações indígenas no Brasil em 1983, lamentava o fato de que os trabalhos sobre esta temática estavam inseridas em monografias dispersas, e sempre como um tema secundário. No estado de Mato Grosso do Sul, existem trabalhos que tratam desta temática: o primeiro foi produzido pelo antropólogo Fábio Mura (2000) que realizou um estudo exaustivo sobre a habitação Kaiowá, abordando-a fundamentalmente pelo viés tecnológico, e muitos dados presentes naquele estudo são iguais ou semelhantes aos encontrados neste estudo. No entanto, seria errôneo dizer que “quem viu uma casa Guarani, viu todas”, porque o diferencial não está no material utilizado, na disposição dos módulos ou no tamanho de cada um, mas no significado que o morador lhe dá em cada lugar onde está construída. Outro estudo, de Veronice Rossato (2002) aborda uma construção que estava desaparecendo entre os kaiowá, que é a *ogajekutu*, mas Bartomeu Melià (2004, p. 160) observa que há um retorno deste tipo de construção em algumas áreas.

Ao incluir a habitação como um item a ser compreendido dentro do espaço interno da Porto Lindo, tinha-se como hipótese que os ñandeva mantinham padrões de produção e uso deste componente da cultura material relacionados fortemente ao grupo macro-familiar ou parentela / *te'yi*, e que as construções próximas das instituições externas à comunidade (escola, escritório da FUNAI, e posto de saúde), apresentariam tamanhos e materiais construtivos diferenciados, denotando algum tipo de prestígio reconhecido na comunidade para com o morador daquele conjunto. Além de testar as hipóteses, tinha-se como objetivos: 1) obter dados primários sobre a distribuição das casas no espaço ocupado da TI Porto Lindo/ Jakarey para a elaboração o mapa geral da área; 2) caracterizar a composição das construções, as funções de cada módulo e os materiais construtivos utilizados; 3) verificar se os espaços onde se inserem as habitações eram utilizados da mesma maneira pelas famílias nucleares; 4) determinar se é homogênea a distribuição e uso nas oito áreas atendidas pelos AIS, e 5) identificar se a configuração espacial das habitações agrupava grupos macro-familiares.

Para obter as informações necessárias, foram utilizadas as fichas de cadastramento da casa indígena (em anexo) já descritas na introdução, na qual foram cadastradas 711 habitações, que não correspondem ao número de famílias, pois segundo

os dados da FUNASA (em anexo) há 960 famílias ali cadastradas. Há um item nesta ficha que desperta atenção, por ser um elemento completamente estranho aos antigos costumes, mas que foi rapidamente incorporado pelos moradores da aldeia, que é a numeração. Assim como cada casa na zona urbana tem um número que a identifica, e para a qual são enviadas correspondências de todos os tipos, atualmente nas áreas indígenas no Mato Grosso do Sul atendidas pela FUNASA⁵¹, todas as residências também o possuem. A ficha familiar é identificada por este número, e todos os atendimentos feitos para os membros são anotados neste formulário, permitindo o acompanhamento dos problemas de saúde ocorridos na mesma. Quando a família ocupa outra residência na área de estudo, o número a acompanha, pois passa para a área de outro AIS, mas a numeração familiar permanece a mesma.

Para iniciar a discussão sobre as estruturas habitacionais na Porto Lindo, o seguinte trecho extraído de Egon Schaden - que esteve na aldeia no final da década de quarenta do século passado – é ilustrativo do que permaneceu e do que mudou nestes últimos 50 anos.

A não ser por pormenores insignificantes, a maioria das casas (*óga, óy*) dos Mbüa e ñandeva atuais é idêntica às das populações rurais vizinhas: ranchos de duas águas, de poucos metros quadrados e reduzida altura; os dos Mbüa um pouco mais baixos dos que os dos Ñandeva. Como exceção, havia em Jacareí algumas habitações abertas: uma só parede e cobertura de três águas. Quase tudo é amarrado com cipó, mais raramente com embira; há casas construídas sem utilização de nenhum prego. As maiores, entre os Ñandeva, são divididas ou semidividas em dois ou mais compartimentos. Muitas já tem portas e janela. As paredes (*korá*), feitas de pau-a-pique, de estacas ou de bambu rachado, raramente são barreados (assim criam muitas baratas) e têm de ordinário um forro parcial de folhas de *djedjý* (guaricanga), *pindó* (palmeira) ou *djapé* (sapé). Para a cobertura (*djoía*), que repousa em sarrafos de tronco de palmeira ou de outro vegetal, servem também o *djedjý pindó* ou *djapé*. Entre os Ñandeva, as coberturas de *djedjý* são feitas de folhas dobradas; no litoral, amarram-nas à maneira cabocla. O uso de agulhas de madeira especiais para costurar a cobertura das habitações outrora foi comum aos três subgrupos da tribo. (SCHADEN, 1974, p. 28-29)

As habitações no local, seguiriam o estilo regional caboclo ou camponês (Almeida, 1991, p. 230; Rossato, 2002, p. 162; Schaden, 1974, p. 28), na qual estaria instalada somente a família nuclear. Este estilo rural caboclo tem como características

⁵¹ Desconheço a realidade de outros estados, mas acredito que onde há atendimento da FUNASA em área de reserva indígena, a sistemática deva ser a mesma.

segundo Schaden (Ibid. p. 28) serem “ranchos de duas águas, de poucos metros quadrados e reduzida altura”, e que Rossato (2004, p. 162) aponta como tendo “tábuas, cobertura de sapé ou de amianto e chão batido”, e os demais autores não apresentam as características do que entendem por esta definição. No entanto, após a observação em campo destas construções na área de estudo, e as modificações havidas nos últimos vinte anos nas habitações dos moradores rurais, acredito que não é mais possível manter esta concepção.

Hoje, as casas nucleares dos ñandeva e kaiowá estão passando por tantas e tão rápidas transformações, que se pode dizer que a habitação “tradicional”⁵² é aquela que apresenta todos os materiais construtivos que a compõe, provenientes dos recursos vegetais da mata. Entendidos nesta dinâmica seriam as casas, ou módulos, com poucos metros quadrados (em geral de 12 a 16), reduzida altura (2 a 2,40 m) com paredes de pau-a-pique, sem janelas, porta estreita e baixa, cobertura de sapé, capim ou cedro. A análise dos dados presentes na fichas, indicou que dos 1253 módulos existentes, 286 possuem a parede de pau-a-pique com cobertura de sapé, e 122 apresentam parede de pau-a-pique com cobertura de amianto, e 22 tem cobertura de tábuas feitas de cedro. O restante, é uma combinação de dois, três e até quatro materiais entre parede e cobertura, não apresentando expressividade quantitativa, do que se deduz, que a casa “típica” no local, é de chão batido, parede de pau-a-pique, coberta com sapé, amianto ou tábuas de cedro. As cobertas com amianto não são reconhecidas por eles como “tradicional”, no entanto, este material está cada vez mais presente na arquitetura desta área indígena.

2.1. Distribuição das habitações

Sobre a distribuição das habitações no ambiente da TI Porto Lindo/Jakarey é importante considerar os fatores de nucleação e dispersão entre os Kaiowá apontados por Mura (2000, p. 96-7) que se modificaram intensamente no século XX.

A primeira [nucleação], nos tempos antigos, é determinada por uma nucleação de indivíduos sob um mesmo teto e a dispersão das famílias extensas que estes constituíam, numa área liderada por um único

⁵² Assim consideradas pelos moradores entrevistados.

tekoaruvicha. A segunda é a atual, em que a nucleação é a das famílias extensas internas aos *tekoha*, muitas vezes com uma elevada densidade demográfica, enquanto que a dispersão, desta vez é a das famílias conjugais.”

A casa que servia de moradia para várias famílias- *ogajekutu*⁵³ - é uma realidade material que apresenta bastante divergência no retrospecto histórico do local, pois há depoimentos nos quais as pessoas dizem que há muito tempo as casas já eram separadas por família nuclear (Sra. Olívia Rodrigues e Sra. Antônia Barros), enquanto outros apontam para uma família grande que dividia um mesmo espaço (Sr. Epifânio Ortega). O sr. João de Souza, diz que as *ogajekutu* eram construídas para moradia dos caciques, que morava com a sua família nuclear. Em sua monografia de conclusão de curso sobre o modo de vida dos moradores da Porto Lindo há 50 anos atrás, o professor Eliezer Rodrigues (2002, p. 10) em determinada parte do texto diz que “A casa era grande afim (sic) de atender aos parentes também, isto é, a casa não era planejada somente para as pessoas que moravam ali, também, não era difícil para fazer uma casa grande”, informação que permite que se entenda que haviam construções que abrigavam famílias extensas, corroborando depoimento anterior.

Como contextualizado anteriormente, a distribuição das residências, formas construtivas, material utilizado, composição familiar, devem ser sempre entendidos através do longo e doloroso percurso dos Nandeva e Kaiowá, atualmente no território sul-mato-grossense no século XX, em que o processo de confinamento tem gerado os problemas enfrentados hoje por esta população. Os Nandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey percorreram este devir histórico em que apesar das interferências externas, seguem afirmando-se índios e detentores de direitos que lhes foram usurpados, em que os principais foram a perda do território tradicional e o direito à terra onde poderiam continuar vivendo plenamente o seu *teko*. As modificações na organização social, certamente se refletiram na arquitetura das construções Wilk (1983, p. 101), pois se antes a família extensa vivia sob um mesmo teto, o que já não ocorre, aproximadamente, desde o segundo quarto do século XX, a construção que a abrigava refletiria esta organização mais ampla e complexa, apresentando um tamanho maior, com estruturas diferenciadas, e na qual as *ogajekutu* eram mais comuns.

⁵³ Casa beira-chão em que teto e parede formam um conjunto indiferenciado. Mais adiante será tratada em detalhes.

Hoje, a família extensa ainda é identificável quando se atenta para isto, pois as famílias nucleares por parentesco, agrupando-se geograficamente próximas, e por desenvolverem atividades que requerem fortes laços de cooperação, como por exemplo, roçado, plantio, construção de casas, colheita, conduz para um desenho espacial que ficaria próximo das casas grandes (*ogajekutu, oga guasu*). Assim, os bisavós (às vezes), avós, pais e filhos encontram-se dispersos entre as habitações destinadas a cada núcleo familiar, mas agrupados em espaços de domínio por laços de parentesco, afinidade e reciprocidade. Esta dispersão das unidades habitacionais, muitas vezes, produz áreas maiores que são exploradas por todos os membros pertencentes àquela grande família.

Nas oito áreas nas quais a FUNASA dividiu a área para facilitar o atendimento por parte dos agentes indígenas de saúde, apresentam-se bastante equilibradas, tanto em número de módulos, na distribuição e função de cada um destes módulos., até porque cada agente é responsável por um número de famílias pré-definido, que está ao redor das 100 famílias. Este número altera-se constantemente, em virtude das famílias trocarem de residência com muita frequência.

É necessário que se faça uma ressalva ao mapa geral, pois lá foram incluídas somente as 711 habitações referentes as fichas, e não o total de módulos detectados (1253), considerando somente uma delas quando havia mais que uma. No entanto, já é possível perceber como há uma densidade distribucional semelhante por toda a área de estudo, com um diferencial somente no espaço onde estão situados os prédios da escola, posto de saúde e FUNAI. Este padrão atual , é completamente diferenciado do anterior, onde cada família extensa ocupava um cabeceira de córrego, e neste momento há uma sobreposição entre estas, que somente os estudos permitem identificar as família extensas presentes na área. A falta de espaço na área estudada para a realização dos antigos costumes, fica muito evidente ao se consultar o mapa 1 em anexo, exigindo por parte deles soluções criativas para os problemas criados para eles pela sociedade nacional.

2.2. Caracterização geral

Segundo Wilk (1983, p. 100), as casas podem ser descritas a partir do seu tamanho, composição familiar, coerência e permanência locacional ou morfologia. Neste item serão apresentadas as características morfológicas, dimensões, materiais e, quando possível, o arranjo familiar que pode estar presente em cada módulo ou conjunto de módulos. Os contatos constantes e inevitáveis com a sociedade envolvente tem alterado rapidamente o estilo da habitação, considerada “tradicional “ para os padrões atuais. Para Mura (2000, p. 59) a aquisição da matéria-prima depende das “condições de disponibilidade e acessibilidade do/ao território no qual movem-se os atores sociais”, e para todos os Guarani, Nãndeva ou Kaiowá no estado, as dificuldades são as mesmas pois a disponibilidade dos recursos vegetais que eram necessários para a edificação de suas habitações e anexos está cada dia mais restrita em virtude do desmatamento e redução dos pequenos fragmentos de mata, e onde podem consegui-los – nas fazendas situadas no entorno das áreas- o acesso é, na maioria das vezes, proibido. Tendo em vista os vários conflitos envolvendo índios e fazendeiros, os últimos tornaram-se cada vez mais restritivos e impeditivos no acesso aos indígenas às suas terras.

O uso de materiais industrializados e mais duráveis está tornando-se cada vez mais freqüente, mas não concordamos com Wilk (1983, p.113) ao afirmar que o uso de materiais menos perecíveis é uma das manifestações mais comuns de crescimento de qualidade, e que isto se refletiria mais fortemente no dado arqueológico. O dado arqueológico pode ser beneficiado porque certas matérias-primas se decompõem em mais tempo, mas o uso destes materiais não implica necessariamente em uma melhoria na qualidade de vida. Pode estar indicando poder de compra mais acentuado, mas as casas de materiais perecíveis construídas por eles, são adequadas ao estilo de vida que levam. Esta alteração tem causado muitos transtornos na utilização desta construção que tem padrão diferente dos conhecidos. Um exemplo, é a manutenção de banheiros com fossas sépticas nos fundos da casa, mesmo que a construção seja de alvenaria e esteja próxima da rede de água, sendo que para o padrão da sociedade envolvente, comportaria construí-lo internamente à casa. No entanto, algumas constantes foram constatadas, e seguem o mesmo padrão das habitações Kaiowá de Jaguapiré e Pirakua estudadas por Mura (2000), por isso utilizaremos a nomenclatura apresentada por este pesquisador para caracterizar os diversos tipos de habitações observados nas atividades de campo.

2.3. As construções e o sistema modular

Assim como foi observado entre os Kaiowá (Mura. 2000), os Ñandeva também adotaram o sistema de módulos para as suas construções. A princípio, cada módulo tem uma função no conjunto habitacional de cada família nuclear. Esta modularidade é preferencial, mesmo nas situações nas quais há uma só construção em formato alongado (foto 3, abaixo), no qual é possível identificar a justaposição de várias pequenas construções que acabaram por gerar um bloco único. Os aumentos na construção originária, deixam transparecer esta noção de pequenos espaços cumprindo diferentes funções, mas todas juntas compondo a totalidade das necessidades que devem ser supridas.



Foto 3. Casa alongada pela justaposição de módulos

As 711 habitações, ou adequando-se aquilo que foi observado em campo, os 711 números cadastrados pela FUNASA, pois o levantamento efetuado permite que se compreendam as construções enquanto conjunto, e não objetos materiais individualizados, corresponderam a 1253 módulos totais, conforme tabela a seguir.

Tabela 1. Relação entre habitações, módulos e uso

Agente	Quantidade de módulos						Total de módulos	Uso					Total de fichas
	1	2	3	4	5	6		Mor.	Coz.	Quarto	Dep.	Outro	
Adelina	34	34	13	1	-	-	144	91	40	3	4	9	82
Avelino	43	28	17	2	2	-	168	105	40	8	3	12	92
Donevil	58	28	17	-	-	-	165	100	45	12	3	5	103
Dulcila	31	34	13	1	-	-	142	90	42	3	4	4	79
Geraldo	35	39	9	3	1	1	165	97	47	5	8	8	90
Roberto	44	32	9	-	-	-	135	96	28	1	5	6	85
Timóteo	37	43	13	1	-	-	176	101	51	3	4	7	94
Vanderlei	31	37	12	4	1	-	158	104	36	5	7	6	103
Total geral	313	275	103	12	4	1	1253	789	329	40	38	57	711

O sistema modular apresentado pelas construções feitas na área de estudo, apresenta uma característica a troca de funções que cada módulo pode ter ao longo de sua “vida” útil (construção, uso, abandono, reuso, colapso total). Siegel (1990) em seu estudo, afirma que existe a possibilidade de que uma residência transforme-se em cozinha, e que o contrário não se verifica, considerando este processo como unidirecional. Entre os Nandeva/Guarani, a dinâmica a ser seguida neste caso é um pouco diferente. Quando há somente um módulo, cujas características foram abordadas anteriormente, a cozinha - representada principalmente pelo fogo doméstico no interior da mesma - pode ou não ser transferida para o novo módulo construído. Pode ocorrer da cozinha, permanecer onde estava, e o outro módulo passar a servir de dormitório e guarda da tralha doméstica da família nuclear. Ou pode ser transferida para a nova construção. Assim, não há uma regra rígida a ser seguida para a transformação de funções para a mesma. No entanto, quando há um módulo específico utilizado como cozinha, esta será a sua função até que a construção se deteriore, e seja substituído por outra.

O módulo cozinha é preferencialmente construído de pau-a-pique e com cobertura de sapé. Também se verá mais adiante, que os fogos

domésticos podem localizar-se em lugares variados do espaço, tanto interna quanto externamente à casa, em local abrigado ou a céu aberto, ser usado por uma ou mais famílias nucleares. Os depósitos ou galpões de armazenamento seriam os últimos módulos a serem construídos. O mesmo procedimento é verificado entre os Kaiowá (MURA, 2002) cuja seqüência de prioridade é dormitório, cozinha e galpão. Se há filhos adolescentes, pode ser construído um dormitório para abrigá-los separadamente do restante da família ficando com esta função, já que todas as demais atividades (comer, socializar-se, receber visitantes) são realizadas preferencialmente no pátio.

2.4. Materiais

Os materiais utilizados na construção dos módulos, apresentam-se bastante variados, e a composição destes no produto final é ainda mais diferenciado. Há os produtos que são provenientes dos recursos vegetais ainda existentes na área de estudo, e aqueles que estão sendo adquiridos no comércio nas cidades próximas.

A tabela referente a matéria-prima do primeiro grupo, será apresentada no final do item, e o local na construção aonde é mais comum.

No segundo grupo, onde estão os materiais adquiridos no comércio próximo, e as principais aquisições são as seguintes:

Tabela 2 - Materiais industrializados utilizados nas habitações

Material	Uso na construção
Tijolo (6 furos, maciço)	Parede
Telhas de amianto	Cobertura
Lona plástica preta	Parede, cobertura
Tábuas de madeira	Parede
Cumeeira	Cumeeira
Caibro	Tirantes, vigas laterais e transversais
Cimento	Fixar tijolos, piso,

	rebocos de parede
Pregos	Fixar estruturas de madeira
Lajotas	Piso
Janelas de alumínio e madeira	Janelas
Portas de alumínio e madeira	Portas
Areia	Para misturar com o cimento

O que se percebe após a análise das fichas a respeito deste tema, é que está iniciando-se uma nova prática construtiva, na qual, para produzirem os módulos ou as habitações únicas, estão combinando materiais provenientes dos fragmentos de mata com os novos produtos industrializados que estão se tornando bastante populares, conforme visto na seção anterior. O novo está sendo assimilado, em alguns casos, lentamente, com o uso de algum elemento misturado ao antigo, mas sem que se altere a maneira própria de se relacionar com a casa e o seu entorno.

2.5. A habitação e módulos: morfologia

Neste item será tratada especificamente, a morfologia das casas existentes no local. As definições para cada tipo detectado, seguiu as apresentadas por Fábio Mura (2002) que realizou estudo entre os Kaiowá, que apresentam padrões construtivos semelhantes aos encontrados entre os ñandeva/guarani

1) “Construção com pórtico central : tem a forma retangular, com dois ambientes fechados, um de frente para o outro divididos por um espaço aberto, mas coberto com o mesmo teto. As portas de ambos os ambientes comunica com este espaço central. “ Não foram observadas muitas construções deste tipo, mas a planta baixa destas construções, se fossem detectadas no futuro, poderiam ser entendidas como um bloco único que poderia ter aberturas nos quatro lados. As paredes são de pau-a-pique

com cobertura de sapé ou tábuas de cedro⁵⁴. O tamanho destas construções é de aproximadamente 12 X 4m, e nelas encontramos morando: a) casal de pessoas idosas; b) família que utilizava um dos ambientes como dormitório e local para guardar a tralha doméstica e demais utensílios e o outro como cozinha, e c) um dos ambientes era ocupados pelos filhos e o outro servia de cozinha e dormitório para o casal.

2)“Construções com pórtico frontal. Há dois tipos. O primeiro apresenta as mesmas características da construção anterior, com a ausência de um dos ambientes fechados. (...) O segundo é constituído por uma variante da construção com teto a duas ou quatro águas, quer dizer, pelo delimitar com paredes simetricamente a meio da planta da edificação total.” Estas construções são bastante comuns, e permitem que a família possa ter também o seu fogo neste local, em dias muito quentes, e onde podem receber visitantes também. As dimensões desta construção variam bastante, mas há uma média de 18m² ou 6 X 3m, mas também há construções de 3,5 X 2m. (Foto 4)



Foto 4. Habitação com pórtico frontal e cobertura de sapé

3) “Construções com teto de uma água. Geralmente de pequenas dimensões se feitas com teto de fibras naturais e/ou lona. No caso do uso de telhas, chapas onduladas

⁵⁴ Estas tábuas de cedro possuem entre 35 a 45 cm de comprimento por 25 a 35 de largura.

e/ou fibra de cimento (eternit) estas podem alcançar consideráveis tamanhos (...). A planta pode ser retangular ou quadrada, com estrutura baseada em pilares laterais com vigas transversais sob o teto. (...). Estas construções são mais encontradas quando construídas de material industrializado como tijolos e telhas de eternit. Aquelas que utilizam material proveniente dos recursos vegetais encontrados na área de estudo, se destinam para cobrir fogos familiares, tanques de lavar roupa, servir de local para pendurar roupas e utensílios domésticos, apresentando dimensões entre 3 e 5m²

4) “Construção com teto de duas águas. Representa uma das formas mais comuns quando se trata de realizar edificações de planta retangular. A técnica de construção é a de pau-a-pique.” Esta é o tipo mais comum, e apresenta dimensões variadas que ficam entre 12 m² (o tamanho mais freqüente) a 60m² (mais raro). (Foto 5)



Foto 5. Habitação com duas águas, parede e teto de madeira.

5) “Construção com teto de três águas. Variante da de quatro águas de planta retangular, por exclusão de uma das duas terminações. “ Não são incomuns, mas são pouco freqüentes na área de estudo. Normalmente, são encontradas quando há mais módulos compondo o conjunto habitacional, podendo ser utilizada como dormitório para os filhos/as adolescentes, cozinha, ou como depósito de materiais ou da tralha doméstica ou de trabalho. Como moradia única, foi detectada somente uma. As dimensões variam de 10 a 20 m². (Foto 6)



Foto 6. Habitação de três águas, parede de madeira e cobertura de sapé

6)” Construções de quatro águas. Geralmente de planta quadrada com uma certa regularidade em superfície (a mais comum é uma de 6 X 6 m) com repartições internas em dois ou quatro ambientes, se a unidade residencial não tem construção separada para atividade culinária. (...) O teto se sustenta com um único pilar central que sustém uma viga cumeeira de 1,5m de comprimento em seu ponto médio, enquanto esta recebe neste ponto e em suas extremidades os tirantes, que se erguem a partir das vigas laterais. Os tetos sustentados por um único pilar central sem viga cumeeira são raros, mas mesmo assim testemunham a presença desta técnica que potencialmente permite formas de plantas poligonais. Caso sejam retangulares, estas construções se apresentam estruturalmente idênticas às de pórtico central, mas sem o espaço aberto no meio.”



Foto 7. Módulo de quatro águas.

As construções de quatro águas, também não são frequentes, e ocorrem em composição com outras de duas e três águas. Já do tipo de quatro águas com pilar central, encontramos somente um exemplar, o telhado era uma poligonal de oito lados, o que demonstra que a tradição de conhecimento sobre esta construção é bastante restrita no local. O sr. Marciano Benites, que fez este módulo, e a família o usam como dormitório. Nos tirantes estavam penduradas redes e objetos variados, sendo que o pilão estava dentro deste módulo, o que não é comum, pois em geral, ele fica jogado pelo pátio. Disse que a construiu faz mais de dez anos, e até hoje não necessitou de reparos. É fechada em todas as laterais, sendo que duas servem de acesso a esta construção, por apresentar entrada em forma de uma porta. A dimensão era de 6 X 6m de diâmetro. O material utilizado foi a madeira guruaia (*Peltophorum dubium*), sapé para a cobertura, que ele buscou em uma fazenda próxima, e nos pilares madeiras como a guajuvira (*Myrciantes pingens*), a peroba (*Aspidosperma polyneurum*) e o ipê (*Tabebuia* sp.). Além desta, uma outra casa de formato retangular de 6 x 2, era utilizada pela família, servindo de moradia, com área de cozinha e depósito. O pátio (*okara*) tinha uma dimensão muito maior em relação a média de aldeia que fica em torno de 20 a 40m de diâmetro. Este possuía pelo menos 50m, em um ambiente com muito espaço livre, árvores frutíferas e de sombra, e sem vizinhos muito próximos.

As construções de tijolos, cimento e eternit, em geral são feitas de uma água com dimensões aproximadamente 15 m², ou duas águas, com planta baixa quadrada ou retangular, variando de 12 a 25m² de tamanho. Em uma destas construções observou-se uma casa de alvenaria que não possuía janelas, demonstrando que houve a substituição do material construtivo utilizado, mas que a forma da casa seguiu o padrão tradicional do local que é a presença de uma porta baixa, com total ausência de janelas. (Foto 8) É interessante destacar que, excetuando-se as casas construídas com artigos industrializados, as demais não possuem aberturas do tipo janela.



Foto

8. Habitação de alvenaria sem janelas

2.6. A cobertura

A cobertura é considerada como condicionante para a forma que terá uma determinada construção (Mura, 2000, p. 48), e os materiais utilizados nas habitações observadas na TI Porto Lindo/Jakarey foram os seguintes:

5) Fibras vegetais

As fibras vegetais foram encontradas em 865 construções, sendo recurso único ou em parceria com outros materiais como lona ou plástico, representando 65% do total analisado. São compostas principalmente pelo uso do sapé/ *kapi'i* (*Imperata brasiliensis*), e capim colônia (*Panicum maximun*). Todas estas coberturas são mais recorrentes nas habitações de paredes de pau-a-pique, sendo muito mais raras encontrar estas fibras em paredes de tijolos ou tábuas. (Foto 9)



Foto

9. Módulo com cobertura de sapé

6) Madeira

As tábuas curtas feitas a partir do cedro/lygary (*Cedrella fissilis*) que possuem entre 35 a 45 cm de comprimento por 25 a 35 de largura, estão sendo paulatinamente abandonadas porque a madeira de onde é retirada está se extinguindo no local. São encontrados pés desta madeira em diversos estágios de crescimento, mas que não permitem o seu uso para este fim. Ainda são encontradas em torno de 2,5% do total geral, mas segundo o depoimento de moradores que possuem habitações com este tipo de teto, a tendência é rapidamente ser substituído pelo uso da telha de fibra de cimento (eternit). Admitem que as tábuas de cedro para o teto é muito mais durável (pode durar mais de dez anos, tendo sido encontrada uma casa com 15 anos com este tipo de cobertura), não se quebra com os granizos, é termicamente adequada, pois protege do frio e do calor, se comparada com a folha de eternit. Para utilizar este material, é necessário o uso de pregos para firmar as tábuas nos tirantes e nas vigas laterais e centrais.



Foto

10. Casa duas águas com cobertura de madeira

7) Folhas de amianto/eternit

Fazendo parte mais recentemente do estoque de materiais disponíveis para a cobertura de casas, a justificativa para o seu uso, é o reduzido acesso aos demais recursos vegetais pela diminuição da oferta de madeiras na área e na região de entorno. No entanto, o que se verifica é que as construções de paredes de tijolo, com cobertura de eternit, foi popularizado por aqueles que de alguma forma tem o seu sustento proveniente de algum recebimento mensal: funcionários da Prefeitura, AIS, tratoristas, aposentados, ou que mantém relações de comércio mais freqüente com os não-índios que podem chegar a ter um excedente anual, mesmo que pequeno para poderem adquirir mais confortavelmente produtos industrializados nos municípios da região. No entanto, hoje, está se tornando bastante comum, mesmo com o reconhecimento unânime dos problemas que este tipo de cobertura apresenta: absorve muito calor no verão, é fria no inverno, pode

quebrar-se com os granizos e com as ventanias que ocorrem acentuadamente na região. (Foto 11)



Foto 11.

Casa em construção já com telha de amianto

Os casais mais jovens, tendem a construir sua casa já utilizando materiais como tijolos e telhas de eternit, enquanto os mais antigos continuam optando pelos recursos vegetais do local. Verifica-se que quando há vários módulos, podem ocorrer vários tipos de construção com variados materiais. As cozinhas, são as que apresentam a menor variabilidade, pois são construídas de pau-a-pique e cobertas com sapé ou capim. Consideram mais aconchegantes as com cobertura de sapé ou tábuas de cedro.

A aceitação deste material está na relação direta estabelecida com a sociedade envolvente que utiliza amplamente estas telhas para quase todas as suas construções conjugado com a falta de matéria-prima suficiente para a continuação deste estilo que se considera, hoje como o “tradicional” (paredes de pau-a-pique, cobertura de fibras vegetais ou madeira), porque se considera com este sentido os novos significados fornecidos pelos Nandeva/Guarani para coisas antigas.

Nesta categoria encontram-se aquelas construções que podem apresentar mais de um tipo de cobertura, conjugando uma ou mais das descritas acima. A cobertura de lona preta, também pode ser encontrada misturada com fibras vegetais. A pesquisa de Mura (2000, p. 49-50) entre os Kaiowá na área de Pirakua, também detectou casas que apresentavam cobertura de lona e folhas de *jata'y*. (Foto 12)



Foto 12. Habitação com dois tipos de cobertura: amianto e tábua

Os dicionários de Montoya (1876) apresentam como materiais utilizados nas coberturas o pindo (*Arecastrum romanziffianum*) (T:296), e Jatai (*Butia capitata e Butia eriospathaoul*) (B: 124), demonstrando uma continuidade no uso de determinados elementos para produção de cultura material, como cobertura das habitações.

Nesta categoria, é onde melhor se identificam os processos de transmissão e distribuição dos conhecimentos para a produção deste objeto material, e a incorporação dos conhecimentos e saber-fazer técnicos com os quais estão em contato. (Mura, 2000, p. 80). Se até pouco tempo atrás, para construir uma casa de alvenaria, eram contratados pessoas não-índias para levantá-las, hoje, existem na área de estudo pessoas que executam esta tarefa, pois aprenderam fora, e passaram a distribuir o seu conhecimento tanto ensinando outros índios, quanto servindo de mão-de-obra

“especializada’ para esta situação. São contratados por outros índios para executar esta tarefa. As construções ‘tradicionais’ podem ser feitas por qualquer homem adulto, pois desde crianças aprendem a construí-la com orientação do pai. Construir casa não é tarefa executada por mulheres, só muito raramente podem vir a contribuir em alguma das etapas.

2.7. A *ogajekutu*

Haveria ainda, a *ogajekutu*, que é uma “casa fincada’, (*kutú*, fincar, cutucar) ou, em português, ‘casa beira-chão’ (SCHADEN, 1974, p. 26), “construções beira-chão” (MURA, 2000, p.45), “casa de paus fincados no chão” (ROSSATO, 2002, p. 162). O pesquisador Fábio Mura (2000, p. 45/6, em seu estudo detectou dois tipos diferentes para esta construção: um que tem “os pilares centrais que sustentam a viga cumeeira”(…), e o outro “que tem vigas laterais e/ou transversais com ausência de colunas centrais (nesta última a transmissão ao solo das cargas da linha cumeeira é feita através dos tirantes). “

Nos trabalhos de campo, foram encontradas nove *ogajekutu*. Sendo que sete estavam sendo utilizadas para armazenamento de alimentos (milho, arroz, feijão) e uma para guarda de animais. Somente uma tinha função de casa de reza- *ogapysy*. (Fotos 13, 15)



Foto 13. *Ogajekutu* utilizadas como depósito

Anteriormente a *ogapysy* - casa de reza- costumava ser do tipo *ogajekutu* e abrigava toda a família extensa e mais os convidados em dias de realização dos rituais. O pesquisador Fábio Mura (2000, p.60) afirma que “uma *ogapysy* não é outra coisa que uma *ogajekutu*” e que “com a denominação ‘*ogapysy*’ os índios parecem querer essencializar uma construção ‘tradicional’, indicando uma forma característica de beira-chão”. Na área de estudo, esta afirmação deve ser problematizada, pois foram detectadas somente duas casas de reza⁵⁵, e somente uma atendia as características citadas. A primeira foi construída a aproximadamente há três anos, por meio de um projeto financiado por uma ONG. Segundo o cacique Ângelo Nunes, a proposta inicial era construí-la como *ogajekutu*, mas a falta de material construtivo adequado (sapé, que teve que ser trazido de outra reserva) os impediu de continuar como teria sido planejado. No entanto, os rituais, danças e cantos são praticados nesta construção de duas águas e sem paredes, numa clara reestruturação do significado religioso dedicado a esta construção tão diversa do planejado, e que teria o formato considerado “tradicional” para uma casa de reza. Os membros da comunidade, a reconhecem como a casa de reza, e a valoram a partir desta função reconhecida social e culturalmente, e a essencialização neste caso, se dá pela função da construção e não pela forma que a mesma apresenta.

Esta *ogapysy*, mede 10 X 6m, sem esteio central, com três pilares, sendo um central e dois laterais, que estariam cumprindo a função de umbrais, se a construção fosse fechada, pois segundo Malhano (1987, p. 94), umbral é “esteio que define o acesso ao interior da construção.” Na sua construção foram utilizadas madeiras como pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), peroba (*Aspidosperma polyneurum*), guatambu (*Aspidosperma australe*), mbokaja (*Bignonia sp.*), guarita (*Astronium graveolens*), pindó (*Arecastrum romanzoffianum*, T:296) , curupaí (*Parapiptadenia rígida/ T: 111*), yvyra pitã (*Peltophorum dubium*) para os esteios, e sapé (*Imperata brasiliensis*) para a cobertura.

(foto 14)



⁵⁵ Considera-se casa interior, diferenciando

Foto 14. Vista interna da *ogapysy Araguaçu* (Tempo iluminado)

No seu interior encontram-se, o cocho/*yvyra ña'e*⁵⁶ de cedro (*Cedrella fissilis*) onde é fermentada a chicha, medindo 3,10 X 0,50m, sendo que a parte escavada tem 0,28m de altura; o altar de madeira/*tataendy* onde são dispostos os chocalhos de porongo/*mbarakas*, as taquaras/ *takua e os* colares/*bo'i*, sendo que o bastão masculino/*yvyra para e os* cocares/*acangua'a* ficam pendurados em uma das vigas. Os bancos/*apyka* ficam nas laterais da construção.

A segunda foi encontrada em uma área afastada do zona “central” da aldeia, e é conduzida pela sra. Florentina Lopes, que ocupou o lugar anteriormente pertencente a um dos rezadores mais prestigiados da área que é o sr. Delosanto Centurião, que transferiu-se para a área retomada do *tekoha Yvy Katu*. Mede aproximadamente 5,5 X 5m, é coberta de sapé, abertura para o sul, tem um altar/ *tataendy* colocado a leste, taquaras/ *takua* (usadas pelas mulheres nos rituais) encostada no mesmo, chocalhos de porongo/*mbarakas* (usado pelos homens nos rituais) pendurados ns vigas do teto ou no altar e bancos/*apyka* para os visitantes se acomodarem para receberem a palavra. Esta segue o formato de construção beira-chão/*ogajekutu*. (Foto xx,xx,xx)

⁵⁶ Também podem ser denominadas por *vatea* (MARTINS, 2002) ou *kaguiha*.



Foto 15. *Ogapysy* tipo *ogajekutu*

Em pesquisa realizada pelo professor Eliezer Martins (2002), foram identificados quatro lugares onde havia casas de reza, até a década de sessenta do século passado: Bentinho, Guassori, Jakarey e Yvu. Os depoimentos orais também corroboram esta informação, de que para cada família extensa, haveria um cacique com os seus ajudantes (*yvyra'ija*). O avô da sra. Olívia Rodrigue, era um destes caciques, e quando eram realizados os rituais de batismo das crianças (*mitã mbo'éry*), do milho (*avatikyri*), outras famílias próximas eram convidadas para participar. Nesta ocasiões haviam danças (*jeroky*), cantos (*mborahéi*) e rezas (*ñembo'é*), e os presentes bebiam chicha de milho ou mandioca.

O que se observa é que não há uniformidade entre a construção, aparência externa e a função entre as construções dos Nandeva/Guarani na área de estudo, conforme verificado por Wilk (1983, p. 112) em seu estudo. Elas apresentam variações nas suas dimensões, nas funções que cada uma tem dentro do contexto de unicidade ou quando são parte integrante de um conjunto, e conforme relatado anteriormente, o estoque de conhecimento que eles possuem em relação às formas que podem ser produzidas- mais ou menos complexas- denotam um amplo conhecimento repassado e atualizado de geração à geração. O material construtivo, apresenta uma gama ampla de recursos vegetais que são utilizados, que requer um extenso conhecimento das qualidades inerentes a cada material, considerando o tempo de durabilidade e a

função/funções prevista/as para as edificações, e a tecnologia construtiva que será empregada.

Na interpretação arqueológica, assume-se que os povos criam espaços de um determinada tamanho para poderem proceder a atividades específicas e ao mesmo tempo, relacionam-se ao número de pessoas que utilizarão este espaço. O tamanho do espaço construído tem servido, inclusive, para estimar a população (CAMERON, 1999, p. 201). No caso de tentar estimar-se a população a partir das 1253 construções detectadas em contexto arqueológico, e utilizando-se uma cifra ‘conservadora’ de 5 pessoas para a família nuclear dos ñandeva/guarani⁵⁷, se atingiria 6265 pessoas, que extrapolaria em muito os números apresentados atualmente- que já são muito altos- que é de 3661 habitantes. Assim, deve sempre ser considerado nestas estimativas, os usos e funções de cada espaço construído, pois o tamanho dos módulos é equivalente para a maioria das habitações cadastradas.

Continuando a abordagem sobre o tamanho das casas, Cameron (1999, p. 213), no seu estudo, assume que o tamanho das casas são similares tendo em vista que as atividades internas realizadas no interior (processamento alimentar, cozimento, estocagem, manufatura de ferramentas e sua manutenção, comer dormir) de grupos horticultores também são similares. Os módulos referentes à cozinhas e dormitórios apresentam bastante semelhança quanto a variável tamanho, no entanto, não se pode afirmar o mesmo para aquelas construções em que abrigam mais de uma família nuclear, às vezes uma família extensa convive neste espaço, pois foi encontrado esta configuração social em casa com dimensões maiores, nas quais moravam até quatro gerações.

Foi observado que famílias que se consideram originárias da Porto Lindo, apresentam uma concentração de habitações em locais próximos podendo agrupar em torno de 6 famílias nucleares que como abordado anteriormente, acabam conformando o que seria o espaço ocupado por uma família extensa. As habitações dos mais antigos ou líderes da família (*hi’u, ha’i, jaryí ou ñamõï*) tendem a ser maiores na maioria dos casos, até porque os demais membros desta família colaboram para que esta seja melhor estruturada, porque é o ponto de apoio de todos, onde recorrem quando precisam, e onde fortemente atualizam os laços e relações familiares.

⁵⁷ A média de filhos está ao redor dos quatro, sendo que não é raro encontrar-se mulheres que já tiveram 6 ou mais filhos.

Estas famílias “originárias” estão distribuídas por toda a área de estudo, demarcando espaços importantes que resulta em poder e prestígio em âmbito local. Ter algum membro morando próximo ao “centro”, por onde circula toda a informação tanto de assuntos internos, quanto daqueles que vem dos órgãos públicos, universidades, ONGs, e outros, é estratégico para a manutenção de poder político, social e econômico. Manter boas relações com vários órgãos, também garante uma constante participação de pessoas destas famílias em eventos municipais, estaduais e federais, de discussões de temas variados, que muitas vezes resultam em projetos que são destinados a uma parcela da comunidade. Alguns destes participantes indígenas, que acabam representando grupos de até 6000 pessoas, tem trajetórias individuais bastante interessantes. Muitos deles chamados pelo seu poder de oratória, por serem considerados “tradicionais”, por estarem representando um segmento importante dentro da comunidade, enfim, a sua representatividade é reconhecida tanto interna quanto externamente. Deter estas informações, e ser um dos elos de ligação dos agentes externos com a área facilita que a família extensa, de alguma forma, se beneficie dos projetos implantados.

Um outro aspecto importante, é que existem diferenças locais entre os que moram no centro e os que moram na periferia, também chamada de “fundão”. No fundão, existem famílias muito tradicionais, que por opção, evitam o tumulto de pessoas, informações e trânsito. Há o desenvolvimento das mesmas atividades econômicas, com maiores problemas, porque a distância de água potável é bastante grande neste local. A água encanada só existe em pontos próximos da rede, enquanto que os que estão mais próximos das minas, tem que buscar água para uso humano aí. Os órgãos públicos, terminam por privilegiar os que são mais fáceis de encontrar, e há uma luta dos que se sentem marginalizados em serem ouvidos também. Durante uma das estadias na área, fui chamada pelo sr. Izidro Cáceres que queria ser ouvido sobre a história do local. Disse, “todos ficam ouvindo os mesmos sempre, e esquecem que há outros que também sabem muito.” A lição foi aprendida.

É notável o tratamento diferenciado com que os do “centro” tem para com os do “fundão”. Pode-se presenciar em uma reunião de adolescentes, dentro das atividades do

projeto financiado pelo UNICEF⁵⁸, que as adolescentes moradoras próximo à escola municipal e ao posto de saúde da FUNASA, participavam ativamente das discussões, dominado completamente o espaço. Era perceptível o desconforto das demais. As que vieram de longe, manifestaram-se somente nos grupos menores que se distribuíram por afinidade e proximidade. Após o almoço, foram embora daquele lugar que as oprimia. Segundo o antropólogo Levi Pereira, em comentário pessoal em 2003, as áreas indígenas também têm os seus marginalizados, e como pesquisadores, se houver descuido, acaba-se ouvindo quase sempre a “elite” do local, e então se terá dados ainda mais fragmentados e distorcidos de determinado tema, ou somente a visão de um determinado segmento.

O cadastramento permitiu verificar que não há uma forte convergência entre tamanho de casa e prestígio social, político ou religioso, pois foram encontradas casas de tamanho padrão (entre 10 e 12m²) que abrigam pessoas, hoje, de muito prestígio na comunidade como professores/as, agentes indígenas de saúde e funcionários da prefeitura.

Já a conexão entre reconhecimento social interno e material construtivo utilizado na construção da habitação está se tornando bastante significativo. Nota-se que a maior utilização de material industrializado (tijolos, telhas de amianto) está passando a refletir um status diferenciado aos seus moradores, pois está havendo uma grande procura por esta matéria-prima para a construção dos novos módulos habitacionais. No entanto, ressalte-se que a pouca disponibilidade de matéria-prima considerada tradicional pelos habitantes do local (sapé, palha, madeiras resistentes) ou no entorno são cada vez mais raras e de difícil acesso aos membros da comunidade. Assim, é possível considerar que está havendo uma substituição progressiva e rápida do material construtivo utilizado, não sendo exclusivo de pessoas que hoje tem prestígio político ou social reconhecido, mas que estes estão aderindo efetivamente a esta nova dinâmica. Como afirma Mura

⁵⁸ Projeto Criança Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul, no ano de 2003.

(2002) para os Kaiowá, ao refletir sobre o uso de matérias-primas industrializadas no interior das duas áreas estudadas por ele,

(...) Indubitavelmente que a arquitetura (estética), a matéria-prima, a disposição das famílias e a própria concepção de habitar sofreram mudanças. Parece, no entanto, que se mantêm regras que normatizam relações de parentesco, as quais, mantidas estruturalmente, se organizam no espaço segundo estas determinações.

Para os Nandeva/Guarani em tela, esta mesma conclusão é verificável, pois não é o tamanho das residências, o material construtivo utilizado e/ou o prestígio embasado nas exterioridades provenientes do contato estreito com a sociedade envolvente que determinam o uso do espaço interno ou externo deste item da cultura material, mas as relações de parentesco, a rede de alianças, e o exercício da solidariedade que se concretiza entre os agentes sociais que convivem em determinado espaço.

O acesso a uma grande quantidade de habitações⁵⁹ existentes na área de estudo permitiu que se tivesse uma visão ampla do conjunto de construções e sua conseqüente distribuição no espaço, e ao mesmo tempo detalhada em alguns itens como quantidade de módulos e materiais utilizados. Como destacado no início da apresentação deste tema, a produção do espaço habitacional Nandeva na Porto Lindo não pode ser um objeto da cultura material destituído do contexto no qual se insere, porque ele só é compreensível na relação existente entre os seus moradores e destes com os habitantes do aldeia. Também não é possível entender seus múltiplos significados que apontam, entre outros, para uma estreita relação com a mata (em processo de diminuição acelerada) mesmo que só com os fragmentos remanescentes que informam a grande abundância e diversidade que foi perdida, basta consultar a tabela da matéria-prima vinda daí para se ter uma noção próxima do que seria o local há 50-60 anos atrás, portanto em época recente. Ao mesmo, a roça (que será abordada em outro capítulo) presente na maioria das casas, e em algumas dividindo espaço com as árvores frutíferas no pátio, formam um conjunto que somente em interação se completa.

⁵⁹ Faz-se necessário esclarecer que a totalidade das habitações foi cadastrada em fichas individuais, mas tive acesso direto à aproximadamente 40% das casas, tendo em vista que se dividiu os pesquisadores como forma de agilizar a tarefa, já que o preenchimento de cada uma durava em média 20 min.

As relações externas, mantidas com diversificados atores sociais, provocam mudanças nas opções construtivas, com a incorporação acentuada de elementos antes raros no âmbito da área de estudo, mas que sempre são perpassados pelo modo de fazer as suas casas e o jeito de morar dos índios ñandeva, que optam por estas inovações técnicas e tecnológicas. Todos estes fatores apontam para uma tradição que se atualiza constantemente no cotidiano, a forma está mudando, lenta e rapidamente ao mesmo tempo, mas o conteúdo das habitações é proporcionado pelo jeito próprio dos Ñandeva/Guarani na Porto Lindo/Jakarey se relacionarem com os materiais, com as construções, com o ambiente, e principalmente, a partir das relações sociais existentes e que aponta para a fundamentação na família extensa, embora aos olhos pouco avisados, pareçam 711 casas indígenas, muito parecidas entre si.

Tabela 3. Listados recursos vegetais utilizados nos módulos habitacionais

Nome vulgar	Família	Nome científico	Uso na construção
Alecrim	Leguminosae -Caesalpinoideae	<i>Holocalyx balansae</i>	Esteios
Amarelinha	<i>Rosaceae</i>	<i>Rubus organensis</i>	Esteios
Amendoim	Leguminosae	<i>Arachis hypogaeae</i>	Esteios/parede
Amoreira	Moraceae	<i>Maclura tinctoria</i>	Esteios
Angico	Leguminosae -Mimosoidea	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Esteios
Canafístula	Leguminosae	<i>Peltophorium dubium</i>	Caibro/tirante/ parede
Canela branca	Lauraceae	<i>Ocotea spixiana</i>	Parede
Canela-do-mato	<i>Lauraceae</i>	<i>Nectandra nitidula</i>	Parede
Canela-mole	<i>Compositae</i>	<i>Indeterminado.</i>	Parede
Canjerana	Meliacea	<i>Cabrlea canjerana</i>	Esteios, parede
Capim colônia	Graminae	<i>Panicum maximun</i>	Cobertura
Espeteiro	Flacourtiaceae	<i>Caseari gossypiosperma</i>	Parede
Cedro	Meliaceae	<i>Cedrella fissilis</i>	Cobertura
Guaimbé		<i>Philodendrum bipinnatifidum</i>	Amarração das estruturas
Guarita	Anacardiaceae	<i>Astronium graveolens</i>	Viga cumeeira
Guatambu	Rutaceae	<i>Aspidosperma australe</i>	Esteios
Ipê	Bignoniacea	<i>Tabebuia vellosi</i>	Esteios

Laurel	Lauraceae	<i>Ocotea suaveolens</i>	Parede
Louro	Boraginaceae	<i>Cordia sellowiana</i>	Esteios
Pau-brasil	Leguminosae	<i>Caesalpinia echinata</i>	Esteios/tirantes
Peroba	Apocynaceae	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Esteios
Pindó	Palmae	<i>Arecastrum romanzoffianum</i>	Cobertura, caibro, tirante
Sapé	Graminae	<i>Imperata brasiliensis</i>	Cobertura
Taquara	Graminae	<i>Guadua trini</i>	Caibro/ tirante

CAPÍTULO III

A UNIDADE RESIDENCIAL: O PÁTIO / OKARA⁶⁰

O pátio, compõe com a casa uma estrutura indissociável no espaço doméstico, pois a casa não existe como um ente por si só e vice-versa. É neste espaço que homens, mulheres e crianças passam a maior parte do dia, executando as mais diversas atividades, como cozinhar, comer, cuidar das crianças, rezar, varrer, descartar o lixo, pilar, conversar, etc. Mas a atividade principal executada no pátio é a socialização. Espaço por definição voltado para a exterioridade, é neste local que recebem os parentes, vizinhos, visitas e não-índios em geral, o tereré circula ininterruptamente, aproximando solidariedades. Os mais jovens também ali permanecem. É ali que se fazem as reuniões. É neste espaço que rezam, se for a casa de um rezador e houver um *tataendy*⁶¹. É neste espaço que socializam as crianças, é ali que elas permanecem no colo das mães ou irmãos mais velhos, onde aprendem a caminhar nos *mitã oguata*⁶² (se tiver um), recebem os ensinamentos, brincam, alimentam-se, correm, fazem suas tarefas escolares. As reuniões internas ao grupo familiar ou a um grupo de interesse com uma finalidade comum (roça, corte e costura), e com os não-índios ali ocorrem. É o espaço onde a organização social se materializa em toda a sua significação. Se as várias famílias nucleares de uma família extensa ocupa espaços contíguos o pátio tende a ampliar-se abarcando a todos. Se não houver pessoas no pátio, é porque não há ninguém em casa. Somente nos dias de chuva e de frio que permanecem dentro das casas.

Mas o que caracteriza este pátio/*okara*? Em primeiro lugar, é esta abertura para o ambiente externo. Enquanto a casa, é o local da convivência íntima e familiar, este é o lugar que permite que a rede de relações se forme e se consolide. Ali há a circulação de pessoas, informações, bens, em uma dinâmica que está sempre sendo reatualizada. Na concretude, é um espaço de 20 a 40 m de diâmetro em média (encontrou-se casos de até 60m), que circunda a habitação em terra nua. Podem ser encontradas plantas medicinais, outras utilizadas na alimentação (abacaxi / *Ananas sativus*, a batata-doce /

⁶⁰ Em outras publicações encontramos o termo *oka*, mas este foi informado pelos próprios Ñandeva/ Guaraní.

⁶¹ Estrutura de reza que será tratada a seguir.

⁶² Andador para as crianças aprenderem a andar, que será tratado a seguir.

Ipomoea batata, a abóbora (*Cucurbita pepo*), e o feijão (*Phaseolus vulgaris*), e em geral, apresenta plantas arbóreas, frutíferas ou não. Apoiados nestas árvores podem ser colocados instrumentos utilizados na roça como enxadas, facões, e outros objetos como peneiras, mão de pilão, roupas.

No pátio são encontrados os objetos do cotidiano dos ñandeva/guarani, como panelas, chaleiras, vasilhas de todos os tipos e tamanhos, talheres, pratos, recipientes variados. Também podem ser encontrados os objetos que não serão mais utilizados (latas, garrafas, vasilhames, pedaços de brinquedos, sapatos, roupas, etc.) espalhados por todo o ambiente, ou em locais destinados ao lixo (mais raros). As torneiras, quando tem, estão instaladas neste local. Ali também são encontrados itens da cultura material derivados dos recursos provenientes da mata como armários/prateleiras, pilões, bancos, pedaços de tronco, *mitã oguataha*, *tataendy*, lenha e madeiras variadas. A própria habitação, se a entendermos como inserida neste espaço.

Outra característica é a instalação de fogos domésticos neste local, próximos ou ao lado da habitação. Em dias quentes, é no pátio que são identificados os fogos para a finalização do processamento alimentar. Aquele que ocupa um lugar na casa permanece desativado, e este passa a ser utilizado no cotidiano. Também é possível encontrar vestígios de outros fogos utilizados recentemente, e que agora se encontram desativados, sendo possível encontrar mais de um destes fogos na mesma residência. Assim, por ser parte dos seus costumes ter o fogo aceso, apesar de ter diminuído de intensidade, porque os recursos da mata estão se esgotando rapidamente, é comum encontrar algo sendo cozido, e as mulheres ou crianças manipulando-o.

Na TI Porto Lindo/Jakarey, o pátio/*okara* apresenta uma característica que o diferencia dos demais⁶³ áreas que é a grande quantidade de frutíferas⁶⁴, de todos os tipos, mas destacando-se as cítricas, junto com as árvores plantadas para proteção e sombreamento, conforme será tratado no item da roça

A seguir serão apresentados alguns itens da cultura material encontrados neste espaço, para alguns itens a distribuição no âmbito da aldeia, os recursos utilizados provenientes dos demais espaços

⁶³ Segundo observações feitas por Antônio Brand e Veronice Rossato que conhecem a maioria das áreas Ñandeva/Guarani e Kaiowá no Estado.

⁶⁴ Sara Ribeiro (2002, p. 97) também encontrou a mesma característica entre os Ñandeva no Oco'y.

abordados, e a influências das esferas sociais, religiosas e culturais associados com cada um.

3.1. Pilão: organização social e distribuição no espaço

O pilão apresenta-se como um dado interessante para analisar-se o uso que determinado item da cultura material pode representar na compreensão da organização social e o seu lugar no espaço. Presente no dicionário de Tesoro de Montoya (p.42) sob a denominação de *angua*, termo ainda hoje utilizado, o pilão apresenta-se como um item da cultura material que vem acompanhando a história dos Guarani através dos tempos. No mesmo dicionário são encontrados outros verbetes relacionados ao mesmo, como a mão de pilão (*anguai*, T: 42), o tipo de fundo das cavidades que poderia ser chata (*anguapipe*, T: 42), e o ato de escavar a madeira retirando-lhe porções pequenas (*amoangua ibira*, T: 42).

O pilão permanece no cotidiano da TI Porto Lindo ocupando um lugar de destaque entre os demais utensílios domésticos, pois com o percorrido das habitações para elaboração do mapa do local, foi possível identificar uma grande quantidade e diversidade de pilões existentes na área. Parece existir uma contradição em relação a este objeto, pois ao se perguntar se possuíam pilão, a grande maioria dos visitados mostrava displicentemente o objeto, que repousava sempre próximo da habitação e raríssimas vezes, dentro da mesma. Outros ainda serviam de banco para a família e visitantes. Mas ao se perguntar porque tinham o pilão, a resposta invariavelmente apresentava como conteúdo algumas das seguintes variações: “porque é dos Guarani usar pilão”, “porque é coisa de índio”, “porque senão não dá para preparar a comida”.

Pilão é o objeto utilizado para moer, triturar, amassar produtos diversos, e pode ser confeccionado de qualquer madeira firme “encontrada no mato”, segundo moradores do local. Segundo os depoimentos, o tempo médio de confecção de um destes utensílios é de duas a três horas para deixar concluída a cavidade onde são pilados atualmente milho, arroz, mandioca e, em menor proporção, plantas medicinais. No entanto, dadas as proporções de alguns destes, que chegam a medir 0,93 m de altura, e apresentam-se bem acabados tanto interna quanto externamente, este tempo deve ser ampliado em pelo

menos 5 vezes⁶⁵. Deve-se considerar também, que neste intervalo não está computado a obtenção da matéria-prima, que eles desconsideram quando perguntados sobre o tempo médio de confecção assim como os detalhes refinados que alguns podem vir a ter, fixando-se somente na produção da cavidade interna onde são colocados os grãos e plantas que são pilados. Não foi possível presenciar a confecção de nenhum para poder pelo menos estimar com maior precisão.

São encontradas estruturas para pilar⁶⁶ confeccionadas em troncos de árvore (foto 16)⁶⁷ propositalmente derrubadas ou caídas, em diversos pontos da área, informando a importância deste ato para a comunidade. No Guayra, também Montoya deve ter encontrado esta prática comumente em uso, pois *angua iba* (T: 42) significa “mortero hecho em algun arbol por los caminos”, revivendo-se situações já conhecidas pela documentação. Estes pilões são de caráter provisório, pois ao mesmo tempo que o utilizam para pilar alimentos, também vão retirando pedaços de madeira das extremidades para serem colocados no fogo culinário, até que atinja a parte que serviu para pilar e a queimam também.



Foto 16. Estrutura para pilar feita em tronco

Somente em uma habitação foi encontrado mais de um pilão, mas isto está relacionado ao abandono da família que morava anteriormente no local, para deslocar-

⁶⁵ Estimativa feita considerando-se o objeto em questão.

⁶⁶ Denomino de estruturas para pilar ao invés de pilão, tendo em vista que não representam o objeto clássico presente na literatura etnográfica e etno-histórica.

⁶⁷ Todas as fotos estarão no final deste item, na ordem em que aparecem no texto.

se para a área retomada do *tekoha Yvy Katu*, levando somente roupas e alimentação disponível no momento. A família que os substituiu no lugar – uma das sobrinhas do morador anterior- possuía um pilão que trouxe junto. Os dois estavam jogados próximos à casa, sendo que nas atividades de campo, observou-se o pilão do primeiro morador ser utilizado pelas sobrinhas e esposa desta, que pilavam arroz na ocasião (foto 17).



Foto 17. Mulheres pilando arroz

A tarefa foi executada por duas moças e foi realizada da seguinte maneira: uma porção de arroz com casca era colocado na cavidade do pilão (*angua*) por uma das moças, e a seguir a outra golpeava os grãos com a mão-de-pilão (*avaty soka* ou *socador*) . Depois, remexendo e elevando os grãos já pilados a uma altura suficiente para fazê-los ficar fora da concavidade, sopravam sobre eles, fazendo com que as cascas voassem e se depositassem próximo da área onde estavam, conforme pode ser observado na foto acima. Colocavam um pouco mais, e repetiam todas as etapas novamente. Alternaram

as tarefas de agregar e golpear os grãos. Em determinado momento, a tia mais idosa aproximou-se com outra mão-de-pilão e realizou a tarefa conjuntamente. As três realizaram esta atividade em pé. Após terminada a tarefa, juntaram o arroz limpo num saco, forneceram um pouco para as pessoas da casa (os dois são idosos) e encaminharam-se para uma residência localizada a aproximadamente 100m

Estes objetos são encontrados sempre próximos à estrutura habitacional, mesmo aqueles confeccionados em troncos de árvores, eventualmente ocupando lugar de destaque na composição da disposição dos demais itens do cotidiano da casa. Alguns moradores, um pouco mais cuidadosos, viram a parte da concavidade para baixo de modo a evitar o acúmulo de terra e sujeira, de modo que não seja necessário limpá-lo quando o mesmo for usado. Também foram encontrados alguns utilizados como bancos (*apyka*) por pessoas da casa ou visitantes, assim como alguns são confeccionados em formato de banco destinando-se também a este uso. (foto 18). Assim, quando não está cumprindo a função que lhe é específica, pode ter outros usos. Em uma oportunidade, foi possível ver uma planta medicinal (*pohã*) ainda no recipiente, aguardando para ser usada novamente. (foto 19)



Foto 18. Pilão em formato de banco



Foto 19. Pilão com planta medicinal/pohã no sei interior

Entretanto, a questão mais importante em relação ao pilão deve-se ao fato de que o uso do mesmo está associado fundamentalmente à família extensa, pois estes objetos são encontrados na casa dos mais idosos da família, normalmente na casa dos avós, que tem perto filhos e filhas, netos e netas, e outros afins ou residentes. Indagados sobre quem utilizava o pilão, a resposta invariavelmente recaía sobre os membros próximos da família.

Uma das conseqüências do desmatamento ocorrido nos últimos 50 anos na região onde se localizada a TI Porto Lindo/Jakarey, foi a diminuição na oferta de matéria-prima para a confecção do pilão (*angua*) e da mão-de-pilão (*avaty soka* ou *socador*) e que deve ter interferido profundamente na seleção das madeiras utilizadas atualmente pelos homens ñandeva quando produzem este equipamento doméstico. Conforme Garcia (1985, p. 151) há uma preferência dos Kaiowá na Reserva de Amambai, no município e Amambai/MS pelo uso do cedro/ *ygáry* (*Cedrella fissilis*) na produção deste. Também entre os Ñandeva/Guarani da Porto Lindo confirma-se esta mesma opção para a confecção do pilão, o mesmo não ocorrendo para o socador. No entanto, deve-se sempre considerar que houveram brutais transformações ambientais,

que tornam difícil a aquisição desta madeira. Percebe-se percorrendo a área, que em muitas residências as famílias estão retomando o plantio desta planta considerada sagrada para os Guarani (CADOGAN, 1971 1972, 1992; CHAMORRO, 1998, p. 131), pois intimamente relacionada ao dizer, à palavra, na cosmologia Guarani, pois “o equilíbrio da terra é vinculado com a coluna e com o vigamento em forma de cruz, de madeira indestrutível”. Nos relatos obtidos por Cadogan (1959, 1971) o cedro seria o vigamento que apoiava (e apóia) a terra que brotava dos dedos de Ñanderu, o deus criador, e que a partir da “extremidade da vara-insígne a terra fosse gerada”.



Foto 20. Pé de cedro (*Cedrela fissilis*) em crescimento

Na área de estudo, ela está presente nos rituais, na confecção da *vatea*/ recipiente de madeira onde é preparada a *chicha*⁶⁸ (MARTINS, 2002, p. 24) existente na casa de reza (*oga pysy*, *oga vusu*), em altares (*tataendy*), nas estruturas de reza existentes nas habitações dos xamãs, além de ser usada como medicinal (*pohã*) para dores no corpo e no estômago. É possível encontrar pés de cedro que foram recentemente plantados, em vários estágios de desenvolvimento, pois é bastante comum a queixa de que teria

⁶⁸ Também denominada por *Yvyra ña-e* pelo cacique Ângelo.

desaparecido nos últimos 20 anos. Pés de cedro mais antigos, em estágio adulto, são bem raros de serem detectados nos pequenos fragmentos de mata, mas há uma predisposição de várias famílias contatadas nos trabalhos de campo em estar novamente reintroduzindo-a nos ambientes domésticos.

A seguir será apresentada a análise de 130 pilões e 50 mãos-de-pilão (tendo em vista que não se obteve informações para 80 deles), considerando-se a madeira utilizada em ambos, a altura e a forma dos pilões observados lateralmente e em vista superior, e os tamanhos e formas mais comuns dos *avaty soka*.

3.1.1. As madeiras e a produção de pilões e mãos-de-pilão

A aquisição de matéria-prima para a produção de qualquer item material necessário para a realização de atividades cotidianas ou eventuais, como é o caso de construção e/ou reforma de habitações ou anexos, que seja proveniente dos recursos vegetais disponíveis na área de estudo, apresenta muitos problemas, tendo em vista os pequenos espaços onde estas podem ser encontradas e coletadas, somado ao excesso populacional que apresenta a Porto Lindo. O conhecimento por parte dos ñandeva/guarani das espécies vegetais existentes no local é bastante acentuado, principalmente entre os homens adultos mais velhos. Se a abundância e diversidade da flora em período anterior, permitia a escolha de uma determinada madeira para confeccionar um objeto específico, atualmente está havendo a substituição tanto por dos materiais utilizados, assim como dos itens materiais. Os produtos industrializados estão penetrando cada vez mais fortemente no espaço da aldeia. Telhas de amianto substituem os telhados de sapé, os pregos os cipós usados nas amarrações, os tijolos as tábuas de pau-a-pique, no entanto, a decisão de trocar um material por , também é uma estratégia que a preservação das áreas ‘florestadas’ por um intervalo maior de tempo.

Assim, na falta de uma matéria-prima considerada a mais apropriada, escolhem outra que possa cumprir a mesma função. Apesar do desmatamento, ainda são encontrados muitas espécies vegetais que são utilizadas nestes e outros ítems. A seguir, apresenta-se as madeiras informadas pelos moradores da Porto Lindo que possuem pilões. Há uma grande percentual onde falta informação, pois muitos, tanto homens

como mulheres, não sabiam informar a madeira usada nos pilões e/ou mãos-de-pilão, ou porque não havia ninguém em casa no momento da coleta de dados.

Tabela 4 – Madeiras utilizadas na confecção de pilões e mãos-de-pilão

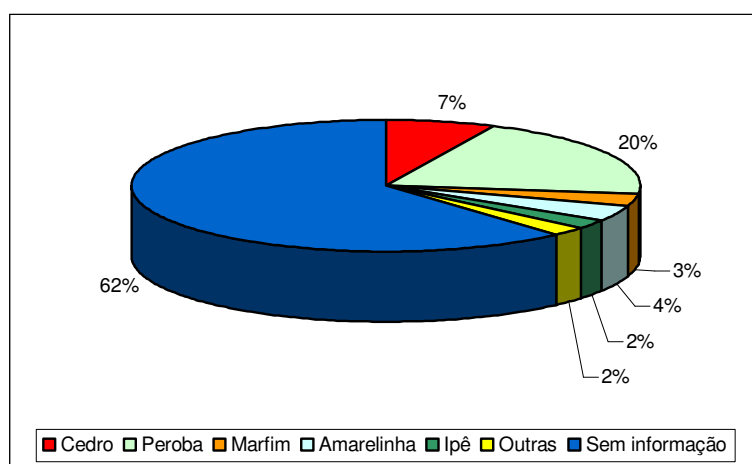
Madeira	Nome científico	Família
Alecrim	<i>Holocalyx</i> sp.	Leguminosae
Amarelinha	Terminalia brasiliensis	
Amendoim	Pterogyne nitens	
Angico	Anadenanthera sp.	Leguminosae
Cambará	<i>Gochnatia</i> sp.	
Canafístula	Peltophorium ferruginea	Leguminosae
Canjerana	Cabralea canjerana	Meliaceae
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Meliaceae
Guajuvira	Myrciantes pungens	Borraginaceae
Gurucuia	Peltophorium dubium	Leguminosae
Ipê roxo	<i>Tabebuia impertiginosa</i>	Bignoniaceae
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.	
Louro branco	<i>Auxemana ancocalyx</i>	
Marfim	<i>Balfaurodendron riedelianum</i>	
Peroba	Aspidosperma sp.	Apocynaceae

Tabela 5 – Madeiras utilizadas na confecção dos pilões

Madeira	Número de pilões	% das madeiras
Cedro	27	20,8
Peroba	8	6,2
Angico	7	5,3
Marfim	4	3,0
Ipê	6	4,7
Louro branco	3	2,3
Outros	10	7,7
Sem Informação	65	50
Total	130	100%

A partir das informações relacionadas na tabela acima, a madeira mais utilizada para produzir os pilões foi o cedro, com 27 indicações, seguido da peroba e angico, respectivamente com 8 e 7 indicações. Na categoria ‘outros’ foram incluídos aquelas que tiveram somente 2 citações, como a amarelinha e o amendoim, ou somente uma como cambará, canafístula, guajuvira, e canjerana. A seguir o gráfico que apresenta a contribuição de cada um destes recursos vegetais.

Gráfico 1 – Madeiras utilizadas na confecção dos pilões



3.1.2. Altura dos pilões

As alturas dos pilões estão diretamente relacionadas aos tipos apresentados anteriormente, pois os que apresentam maior altura são aqueles em formato de taça com tronco e pedestal, sendo que o maior percentual é encontrado nos tipos retangulares, que apresentam pouca altura. No entanto, há uma grande variação neste item de análise, que oscila de 0,10 a 0,93 m, sendo que dos 95 analisados, 55 encontram-se no intervalo entre 21 a 40 cm, conforme dados da tabela a seguir.

Tabela 6 – Altura dos pilões

Altura	Quantidade de pilões	% de cada altura
10 a 20cm	7	5,4
21 a 30cm	36	27,7

31 a 40cm	19	14,6
41 a 50cm	9	6,9
51 a 60cm	8	6,3
61 a 70cm	11	8,5
71 a 80cm	3	2,3
81 a 90cm	1	0,7
91 a 100cm	1	0,7
Sem informação	35	26,9
Total	130	100

Assim, há que se relacionar altura do pilão, forma, profundidade da depressão onde são colocados os vegetais a serem pilados, e principalmente, quem executará esta atividades, pois os maiores são preferencialmente manipulados pelos adultos.

3.1.3. Madeiras utilizadas para confecção da mão-de-pilão

Considerando-se o alto percentual de ausência de informações, que ultrapassa os 50%, corre-se o risco de interpretar equivocadamente os dados, no entanto, parece inequívoco que a peroba e o cedro, que representam 26,9% das madeiras citadas, são as opções preferenciais para a produção da mão-de-pilão por parte deles. A peroba é uma das árvores que está mais visível na área de estudo: uma por ser uma árvore muito alta que pode atingir até 20m de altura, cujos galhos e folhas estão somente na parte superior formando uma copa globosa. Em segundo lugar, é comum encontrar um pé solitário em meio as plantações de milho, mandioca e algodão ou mesmo próximo das casas. O seu corte foi proibido em anos anteriores, segundo os depoimentos, mas ninguém sabe informar quem proibiu e nem porque aparentemente, seguem esta determinação. Digo aparentemente, porque são encontradas habitações novas nas quais esta madeira esta presente, assim como em itens materiais menos fixos

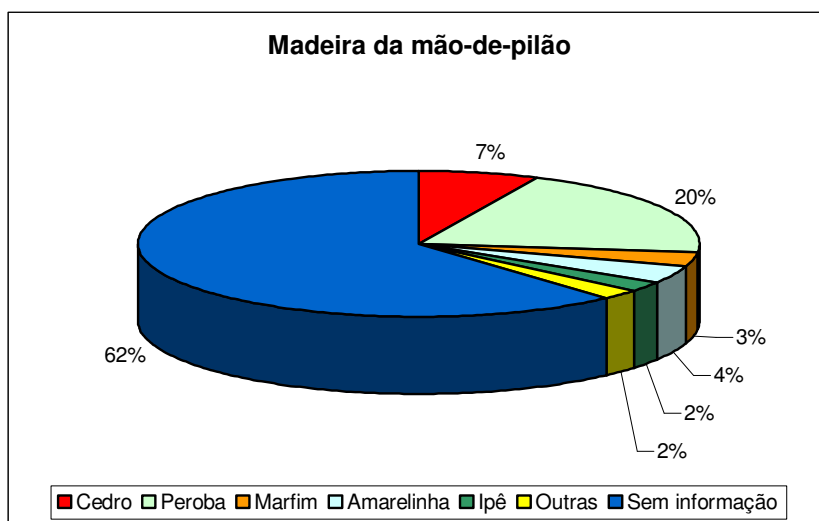
como é o caso de pilões e suas mãos. Talvez, porque seja mais resistente ao fogo que domina a área nos períodos que antecedem ao plantio nos meses de agosto, setembro e outubro. Nos ambientes abertos área de estudo, parece contemplar o presente com tristeza, ao lembrar de um passado em que era apenas mais uma árvore no meio de outras tantas, que hoje não mais existem.

As outras madeiras informadas: amarelinha, marfim e ipê, assim como o cedro e a peroba, também são encontradas nas construções de habitações e anexos, donde se infere que não há uma exclusividade para o uso de madeiras específicas para a produção de um item material. O cedro, ipê, canjerana também foram indicados pelos/as entrevistados/as como tendo fins medicinais. Na categoria ‘outras’ estão guajuvira e canjerana com somente 1 indicação.

Tabela 7 – Madeiras utilizadas na confecção das mãos-de-pilão

Madeira	Número de mãos-de-pilão	% das madeiras
Cedro	9	6,9
Peroba	26	20,0
Amarelinha	5	3,8
Marfim	4	3,0
Ipê	3	2,3
Outras	3	2,3
Sem informação	80	61,7
Total	130	100%

Gráfico 2 – Madeiras utilizadas na confecção das mãos-de-pilão



3.1.4. Forma do pilão visto lateralmente

Analisou-se as diferentes formas que este equipamento doméstico para processamento alimentar apresenta quando visto lateralmente, com o objetivo de permitir que se acrescente outros dados para a interpretação da produção deste item da cultura material, na qual estão envolvidos disponibilidades de matéria-prima, instrumental adequado para ser utilizado, habilidade individual por parte do artesão e as escolhas sociais próprias de cada grupo familiar.

A tabela e o gráfico abaixo demonstram os diversos tipos de formas que os pilões podem ter, quando visto lateralmente. A importância desta diversidade relaciona-se com a profundidade que as depressões poderão atingir, com a tecnologia envolvida para a produção de cada um deles e também com escolhas das madeiras que serão utilizadas.

Tabela 8 – Forma dos pilões vistos lateralmente

Formas do pilão	Quantidade
Mista	17
Não observado	20
Outros	3
Quadrada	4
Retangular Horizontal	39

Retangular vertical	13
Taça	30
Tronco de árvore	4
Total	130

As formas mais simples são aquelas em que não é necessário o domínio muito preciso da técnica de escavar a madeira, que é a mais corrente para a produção deste equipamento conforme ressaltado anteriormente. Entre estas, utilizar o tronco de madeira caído ou derrubado propositalmente, apresenta-se como o mais simples deles, pois somente é necessário escavar uma parte deste para que se seja utilizado como um pilão. No entanto, representam somente 3% tendo sido encontrados somente 4 deles no interior da área. Com certeza, devem existir mais, mas estes foram os que foram localizados mais próximos das casas, após terem sido abatidas árvores para outros fins, como aquisição de madeira para construção de casas ou para ir ao fogo. O manejo difícil, já que não pode ser transferido de um local para outro, também podem ser fatores que contribuam para esta pouca representatividade, já que podem ser encontrados tanto próximos quanto um pouco mais afastados da habitação. Estes troncos, que são escavados para terem a função de pilão também, são usados no cotidiano da família, pois podem servir de bancos quando há visitas de um número maior de pessoas quando há reuniões (foto 21 abaixo), e em duas habitações estavam sendo queimados nos fogos domésticos externos, onde uma ou as duas das extremidades são colocadas para queimar, em momentos diferentes. Em uma, estava apresentando quase que só a parte escavada onde é colocado o produto que vai ser pilado, pois o restante já tinha sido queimado.



Foto 21. Estrutura para pilar em tronco, servindo de banco.

As formas retangulares - vertical e horizontal- são as mais populares já que representam 41% do total dos pilões detectados, sendo que as horizontais são as mais comuns de serem produzidas, enquanto que as de que possuem formato quadrado representam somente 3% com 4 exemplares.

Denomina-se por ‘taça’ aqueles pilões que apresentam a parte superior arredondada, e que pode possuir ou não um tronco mais estreito conectado a parte de cima e/ou uma em pedestal geralmente arredondada. Estes tipos são esculpidos a partir de um tronco único que é preparado com machado, e com faca ou facão. Requer uma maior habilidade daquele que o produz, pois os pilões com estas características apresentam maior refinamento e cuidado no sua finalização. Foram subdivididas em três outras formas: 1, 2, e 3. A primeira apresenta as três partes, corpo, tronco e pedestal; a segunda corpo e tronco, e a terceira somente corpo e pedestal. Exemplos do tipo 1 podem ser conferidas nas fotos 22 e 23.

O total de 30 pilões tipo taça, estão assim distribuídos: do tipo 1 foram identificados 9 exemplares; do tipo 2 tem-se 7; e do tipo 3, que é o mais abundante tem-se 14 representantes, que somam juntos 23% do total, o que demonstra que mesmo apresentando uma maior dificuldade na sua confecção e exigindo um tempo maior para a sua produção, tem uma popularidade bastante acentuada no interior da área de estudo. Não foi possível identificar, ainda, as motivações para esta escolha.



Foto 22. Pilão em formato de “taça” tipo 1



Foto 21. Pilão em formato de “taça” tipo 1

Foto 24. Pilão
vertical



retangular

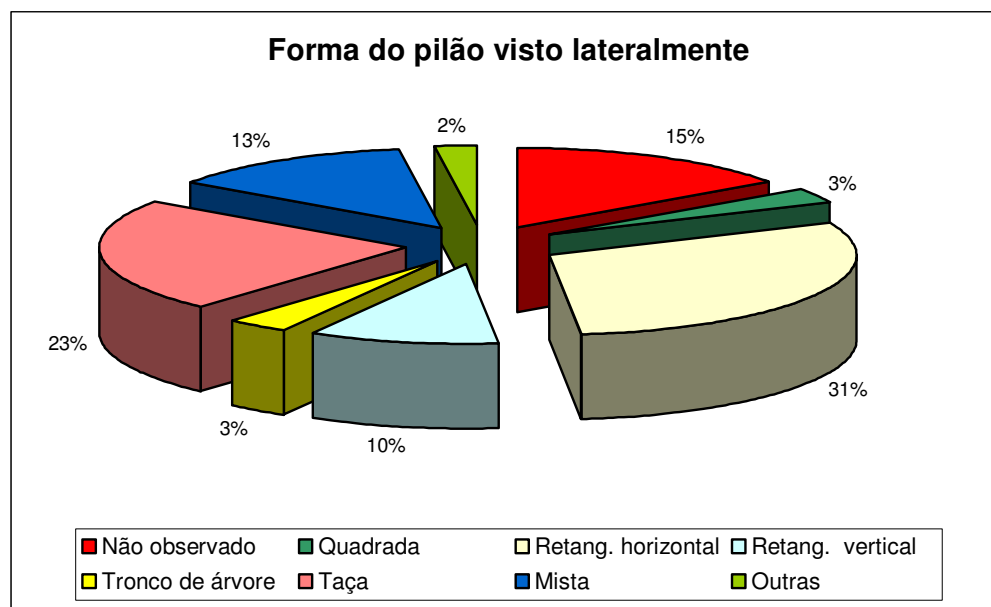


Foto 25. Pilão retangular horizontal

Os tipos ‘misto’ que representam 15%, foram assim denominados por possuírem um lado retangular e outro triangular, com 17 exemplares identificados indicando também popularidade na sua produção. Na categoria ‘outros’ estão dois exemplares circulares e um misto de forma retangular com aresta.

No item ‘não observados’, foram incluídos aqueles nos quais houve alguma falha na coleta de dados, necessitando que se retorne a campo para verificar o seu formato.

Gráfico 3. Forma do pilão visto lateralmente



3.1.5. Tamanho e forma das mãos-de-pilão

Os tamanhos e formas das mãos-de-pilão também possuem bastante variedade, pois para cada pilão há um tipo que se adapta melhor, e que cumpre a função a qual se destina.

A tabela abaixo apresenta a quantidade por pilões por intervalos de dez centímetros, sendo que o menor mede 0,37 m e o maior 1,14 m, e o percentual referente a cada um destes.

Tabela 9 - Comprimentos mínimos e máximos das mãos-de-pilão

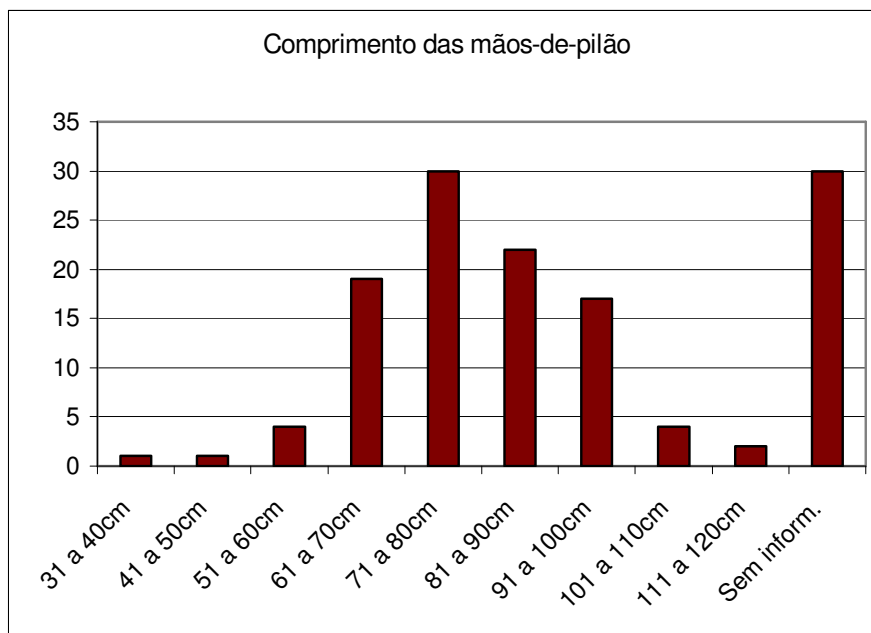
Comprimento	Número de mãos-de-pilão	% de cada comprimento
31 a 40cm	1	0,77
41 a 50cm	1	0,77
51 a 60cm	4	3,08
61 a 70cm	19	14,61
71 a 80cm	30	23,08
81 a 90cm	22	16,92

91 a 100cm	17	13,07
101 a 110cm	4	3,08
111 a 120cm	2	1,53
Sem informação	30	23,08
Total	130	100

O gráfico abaixo informa que a maioria das mãos está na faixa de 0,61 até 1m, contabilizando 88 exemplares do total de 130 analisados, sendo que o intervalo de 0,71 a 0,80 m, apresenta o maior número, com 30 representantes. Entretanto, isto não se relaciona com a altura dos pilões, que apresentam uma maior densidade justamente na faixa de 21 a 40 cm, conforme tabela XX, intervalo no qual detectou-se somente uma mão de pilão-de-pilão.

Deve-se considerar tanto a profundidade da depressão onde são colocados os grãos ou ervas a serem piladas, quanto o tipo de cada pilão, pois os mais altos requerem que as mulheres permaneçam em pé, para que a força da gravidade associada com o peso da mão-de-pilão torne o trabalho mais produtivo. Aqueles que tem formato retangular e tem suas alturas no intervalo entre 21 a 40 cm podem ser manipulados inclusive por crianças, que podem ficar sentadas em uma das suas extremidades, enquanto golpeiam os produtos que estão sendo amassados.

Gráfico 4 – Comprimento da mão de pilão



Buscou-se compreender uma das variáveis do uso do espaço doméstico através de dois objetos produzidos pelos homens, mas utilizados preferencialmente por mulheres, que são o pilão e o seu complemento que é a mão-de-pilão. Este espaço não é hermético, já que a contribuição das matérias-primas provenientes de outros ambientes, neste caso, a mata, o interconecta com outros componentes sociais, culturais, econômicos e tecnológicos, perpassados pelo conhecimento tradicional que os Nãndeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey dominam, e que influenciam suas escolhas.

Estes objetos apresentam uma distribuição regular em toda a área da aldeia, o que pode estar sugerindo que as famílias extensas também se ajustam de maneira a se distribuir no exíguo espaço de convivência de forma semelhante como o faziam no passado, isto é, procurando manter-se afastados um dos outros. Em período não muito recuado, 50-60 anos atrás, cada família extensa/ *te'yi* ocupava um córrego podendo desfrutar de um espaço territorial com recursos suficientes para as atividades de caça, pesca, coleta e agricultura. Com o confinamento, este distanciamento físico não pode mais ser materializado no espaço, entretanto, reordenam aquele ambiente que atualmente lhes é possível, deixando mensagens - sutis para os não-índios- de que estas famílias dominam uma porção deste "território" restrito. Uma destas mensagens, é a distribuição deste equipamento utilizado para processar alimentos, que é partilhado fundamentalmente pela família extensa, e por aqueles que fazem parte da rede de afinidade e reciprocidade, que formam alianças políticas e sociais que podem se ampliar ou retrair.

O pilão é encontrado em 90% das ocasiões, no pátio, muita vezes parecendo abandonado e esquecido, conforme comentário acima. A mão-de-pilão também não é guardada em melhores condições, pois pode estar próxima do pilão, encaixada em uma árvore ou jogada em cima do telhado. No entanto, quando são utilizados parece que este aparente desprezo por eles desaparece, sofrendo uma rápida valorização pelo período em que estão sendo manipulados. Nas atividades de

campo, havia um estranhamento por parte das pessoas para quem perguntávamos da existência de pilão, sendo que na maioria das vezes já haviam sido localizados próximo da habitação. Os apontavam de forma displicente, e riam do interesse que se demonstrava por estes artefatos.

Estes artefatos, pilão e mão-de-pilão, não tem valor intrínseco em si, mas naquilo que representam em termos da organização social, pois são as pessoas de mais idade (não necessariamente idosos) que possuem estes bens, sendo também lideranças familiares (*hi'u, ha'i, jary'i, tamõi ou ñamõi*), podendo ser homens ou mulheres. Para este local convergem os mais jovens, os parentes, os aliados políticos, e dali se distribuem os bens (materiais ou não) através da economia de reciprocidade (SOUZA, 2004; MELIÀ; TEMPLE, 2004).

3.2. Tataendy, *Igrejas Pentecostais e Neo-pentecostais*⁶⁹: aspectos da religiosidade que se distribuem no espaço

⁶⁹ “...as principais denominações pentecostais são: Igreja Assembléia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil, Igreja Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal Cristã, Igreja Brasil para Cristo, Igrejas Batista e Igreja Universal Reino de Deus. Este autor divide a chegada dessas diversas Igrejas no Brasil em três ondas: a primeira inicia em 1910, com a Congregação Cristã e Assembléia de Deus; a segunda inicia, na década de 1950 com a Igreja Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962); finalmente a terceira onda, no final da década de 1970, com ênfase na Igreja Universal do Reino de Deus. Para Oro (1996:21), as Igrejas de segunda e terceira onda são as chamadas Neopentecostais. O acento maior estaria no dom da cura e no exorcismo do demônio. (BRAND, 1997, p.12)

A religiosidade entre os Guarani é um dos marcadores fundamentais da sua cultura, e foi um dos temas que se destacou desde que os mesmos foram contatados no século XVI. As cartas ânuas apresentam aspectos importantes da religião através da resistência feita pelos rezadores do período aos colonizadores que estavam se instalando em seu território (MONTROYA, 1985; CORTESÃO, 1951, 1952, MAEDER, 1984, 1996, como exemplo), assim como os estudos contemporâneos sobre a religião vivida pelos Guarani atraíram a atenção daqueles com quem conviveram (CADOGAN, 1971,1992; NIMUENDAJU, 1987; SCHADEN, 1974; CHAMORRO, 1998a e b); Conforme Chamorro (1998a, p.13) “os Guarani são reconhecidos como portadores de uma cultura centrada no conceito-existência ‘palavra’. Nesta categoria reside o ponto forte de todas as suas criações. Ela é o tecido elementar que trama a autocompreensão dos grupos, sua cosmologia e sua experiência religiosa”. Mais recentemente, os estudiosos buscam refinar nas suas pesquisas as diferenças existente nas práticas de relacionamento com o sobrenatural de cada um dos sub-grupos em território nacional.

Em projeto financiado pelo UNICEF⁷⁰ verificou-se que uma das reclamações mais recorrentes por parte de idosos e adultos era justamente o abandono das práticas tradicionais por parte dos mais jovens, o que para eles, estava resultando no desprestígio na comunidade⁷¹ das lideranças religiosas representadas pelos caciques⁷². Entre as práticas consideradas tradicionais pelos participantes citaram o *guachiré* (dança), o *jeroky* (canto) , o batismo das sementes, fundamentalmente o milho, o batismo das crianças quando recebem o nome que os designa em Guarani e os torna pessoa em plenitude. Entre os Ñandeva/Guarani os depoimentos permitem afirmar que não fazia e não faz parte dos rituais tradicionais, a perfuração dos lábios dos meninos (*kunumi*

⁷⁰ O projeto “Criança Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul” foi coordenado pelo Profr. Dr. Antônio Brand, e executado através do Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI da Universidade Católica Dom Bosco(UCDB) com financiamento do UNICEF. Teve como parceiros o Programa Kaiowá/Guarani/UCDB, UNICEF, FUNASA/MS, Secretaria de Educação de MS, Prefeitura Municipal de Dourados e Prefeitura Municipal de Caarapó, *SETASS, SDA/IDATERRA, FUNAI e Oikos*. Este projeto visava “estimular a criação de uma rede de proteção social para a criança e a família indígena tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes das comunidades indígenas kaiowá e guarani, estabelecendo um processo de integração e articulação dos projetos e das políticas públicas executadas nas áreas indígenas com a participação de representantes indígenas, incluindo, especialmente, professores, agentes de saúde, lideranças e mulheres”.

⁷¹ Entende-se que o termo “comunidade” deve ser utilizado com bastante reserva tendo em vista que trata-se muito mais de uma abstração analítica do que de uma realidade social que se concretiza no cotidiano. Está-se se utilizando aqui no sentido de que este desprestígio real ou exagerado perpassa o conjunto dos jovens.

⁷² Utilizo este termo por ser a forma mais comum que os Ñandeva/Guarani e Kaiowá se referem aquelas pessoas que estabelecem a relação com o sobrenatural. Também denominados de xamãs ou rezadores.

pepy), sendo praticado somente entre os Kaiowá, mas atualmente em desuso. O que constatou nos trabalhos de campo através dos relatos em reuniões mais gerais é que a iniciação dos meninos passa pelo recebimento de uma oração e canto individuais.

Para Graciela Chamorro (1998a, p. 82) é a dança seria um das formas dos Guarani expressarem sua religiosidade e que “(...) Desde os primeiros registros, é através do canto-dança que os ‘descontentes indígenas’ aparecem convocando à resistência” Este fenômeno não está isolado do contexto que envolve a área estudada, tendo em vista a proximidade dos centros urbanos, a exigüidade da área para plantio por grupo familiar, que não permite que os jovens tenham terra em quantidade suficiente para o seu sustento e o da família, o confinamento de uma grande população que força a convivência entre não parentes, o apelo ao consumo de bens industrializados que fascina aos mais jovens, e a falta de renda própria no interior da área que empurra adolescentes e adultos para o trabalho nas usinas de álcool e açúcar, peões de fazendas e sítios como forma de obter dinheiro.

Apesar de todos estes fatores destruturadores do modo-de-ser partilhado pelos Ñandeva/Guarani, ainda persistem no interior da área elementos que toleram que se afirme que este é um momento de crise acentuada, e que somente o tempo permitirá uma análise mais pormenorizada dos seus desdobramentos, mas que existem pessoas que se apresentam como guardiãs dos costumes tradicionais (dentro da concepção atual), materializado no espaço através do *tataendy* (altar para reza). Ao mesmo tempo, houve a introdução de novas práticas religiosas vindas de fora através das igrejas pentecostais e neo-pentecostais. A distribuição dos *tataendy* e das Igrejas pode ser melhor visualizada no mapa 2, em anexo.

3.2. *Tataendy*

Um dos elementos reconhecíveis e sinalizadores nas áreas indígenas ñandeva e Kaiowá da existência de um xamã, está representado pelo *tataendy* (altar), encontrado na parte frontal das residências destes, em geral localizado externamente à construção, com nenhum ou poucos objetos compondo o conjunto, quando não estão sendo executadas rezas. Trata-se de uma estrutura muito simples, composta por três a seis

troncos⁷³, de diâmetro aproximado entre 5 e 8 cm, que são fixados verticalmente no solo, e sua altura máxima oscila entre 1,40 e 1,60m. Transversalmente, na parte superior é colocado um outro tronco de dimensão semelhante, que une os três anteriores. Algumas vezes encontrou-se uma quarta estaca colocada intermediariamente. (Fotos 25,26,27)



⁷³ A base da estrutura exige três troncos, mas dependendo da sua espessura exige que seja colocado muito próximo (3 a 8 cm) um outro para fixá-lo melhor no solo, conforme é possível perceber nas fotos.

Foto 25. *Tataendy* feito de quatro troncos



Foto 26. Vista do *tataendy* no pátio



Foto 27. *Tataendy* com mais de quatro troncos.

Idealmente deveriam ser construídos a partir do cedro (*Cedrela fissilis*), considerada como a madeira sagrada por excelência (Amaral, 1902; LADEIRA; WERA TUPÃ, 2004, p. 55) , entretanto, pela sua raridade no local, porque foi uma das mais procuradas no período da retirada das madeiras nas década entre 1950-1970. Hoje é utilizada qualquer madeira para a sua produção. Somente em um o altar foi construído a partir de um pé de cedro em crescimento (foto 28). Em um dos lados, é possível encontrar um *mbaraka* (chocalho) pendurado, assim como alguns colares (*bo'y*). Estes altares são encontrados nas habitações dos rezadores pertencentes a uma macro-família.



Foto 28. *Tataendy* construído a partir de um pé de cedro (*Cedrela fissilis*)

Foram detectadas ao todo dezesseis destas estruturas, o que não significa que seja somente este o número de rezadores, pois em uma das casas que visitamos não havia mais o *tataendy*, que havia sido desfeito porque o morador mudou-se para outro lugar próximo, e ainda não havia construído o novo. Assim, pode ter ocorrido que não se tenha identificado, mas certamente existem na área mais rezadores que *tataendy*. No entanto, salienta-se que não são realizados rituais na ausência deste altar.

Já nas duas casas de reza (*ogapysy*) construídas para este fim, os objetos associados ao altar são bem mais evidentes em quantidade. Além dos já mencionados anteriormente, são encontradas os *takua* (bastão de ritmo manipuladas pelas mulheres quando são realizados os cantos, foto abaixo), os *acangua'a* (cocares), o *yvyra pará* (bastão de dança utilizado pelos homens), e o *yvyra nã'é* (tronco de cedro escavado onde é feita a chicha). Só foram vistos dois destes em todo o âmbito da aldeia: um na *ogapysy* construída há aproximadamente três anos, e outro na casa do cacique Inácio Souza, um dos mais prestigiados na área, e que mora bastante afastado do burburinho de pessoas e informações representado pela escola, posto de saúde e casa da FUNAI. Outro cacique que é detentor de muito prestígio entre os moradores é o sr. Delosanto Centurião, que atualmente está morando nas terras retomadas do *tekoha Yvy katu*.

Estas estruturas são bastante frágeis, e se localizam próximas à porta de entrada da habitação. Esta distância situa-se entre 2 a 6m. Mais raramente o *tataendy* é construído na área coberta da casa. Somente foi identificado um nesta situação, na habitação do sr. Inácio Souza, pois os demais que estão em ambientes cobertos, fazem parte de casas de reza (*ogapysy*).



Foto 29. *Tataendy* no interior da casa. Ao fundo estrutura para chicha.

Os rezadores ainda presentes no interior da aldeia, possuem diferentes graus de prestígio e status. Os mais antigos e idosos, como o sr. Inácio Souza, Teófilo Dias e Delosanto Centurião, são reconhecidos pela comunidade também por seu vínculo ao local, seja por terem nascido na Porto Lindo ou por estarem morando há muito tempo na área. No primeiro caso, encontram-se os dois primeiros e no segundo caso a terceira pessoa citada. A vinculação com o local, torna-se assim, um quesito importante para a auto-identificação com alguém, que é legitimado para realizar os rituais que reestruturam a relação com os elementos cosmológicos.

Aqueles rezadores que por algum tempo estiveram afastados morando em outros lugares, ou que são considerados jovens não eram lembrados pelos/as entrevistados/as quando se questionava sobre os rezadores existentes na área. Considerando a mudança nos costumes que está se verificando entre os jovens, e a tentativa de mudar este quadro, foi criada no ano de 2003, uma associação de caciques nos moldes clássicos para os padrões da sociedade nacional, com diretoria composta por presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro, cujo objetivo principal é estimular um retorno à participação da comunidade nos rituais. Esta é uma tentativa de estar fortalecendo e estimulando as práticas consideradas tradicionais por estes membros como o batismo das crianças onde o nome em Guarani é dado para a criança, as curas através das rezas, danças e remédios naturais provenientes das plantas, etc. Em anexo, constam as plantas medicinais ainda presentes na área de estudo, que são indicadas para distúrbios físicos variados. O ensino do bom modo-de-ser (*teko porã*) para as crianças passa necessariamente pelo cumprimento e realização de rituais,

acompanhados dos ensinamentos através dos conselhos dos mais velhos e da palavra inspirada.

Houve a oportunidade de participar de uma reunião desta associação no mês de julho de 2004, onde foi discutida uma parceria entre caciques e FUNASA visando minimizar os índices de complicações resultantes da dicotomia entre as práticas de cura dos Ñandeva/Guarani e a medicina ocidental. Há um entendimento de que é preciso deixar o doente e/ou sua família procurarem os caciques como primeiro recurso, e a seguir consultar o médico da instituição de atendimento à saúde ou mesmo o hospital. Isto visa facilitar o processo de aceitação da medicina ocidental, que é sistemática na prescrição da medicação, exigente na ingestão dos remédios, entende o doente como uma parte do organismo perturbado por alguma doença ou invés de considerá-lo holisticamente, e que desconsidera as práticas de cura conhecidas por cada pessoa que a procura. Foi possível observar uma nítida satisfação por parte dos caciques presentes, em perceber que está começando a haver uma sintonia entre as duas medicinas: a tradicional com seu conhecimento secular e a moderna, com suas maneiras próprias de atendimento, e que o órgão institucional está se permitindo atuar em conjunto.

Há também mulheres que dominam o conhecimento de plantas medicinais, algumas relacionadas fundamentalmente à doenças, desconforto e queixas feitas por aquelas que as procuram. É o caso das parteiras, que podem tratar as mulheres desde a primeira menarca, gravidez, parto e acompanhamento pós-parto, e também tratar problemas de esterilidade, diminuir fertilidade, tratar de cólicas, entre outras. Estas podem ou não ser rezadoras, mas o que as distingue é justamente o conhecimento que possuem sobre o corpo feminino e os melhores tratamentos para minorar as dores físicas e as angústias do espírito.

Outras mulheres também são reconhecidas como rezadoras, não tendo um conhecimento especializado sobre um segmento de gênero ou idade, mas, sobretudo, dominando a religiosidade de uma maneira mais intensa e ampla, sendo que algumas são casadas com caciques. Uma das *ogapysy* detectadas em campo, é conduzida por uma rezadora, e internamente havia o *tataendy* associado aos demais objetos materiais próprios para os rituais. (Foto abaixo).



Foto 30 . *Tataendy* no interior de uma *ogajekutu*

Os dezesseis altares identificados na área de estudo, distribuem-se quase que equilibradamente por todo o local, pois em todas as oito áreas atendidas pelos agentes de saúde indígena há a existência de pelo menos um. (Ver mapa 2 em anexo). Em três áreas detectaram-se três altares, em duas existem dois e em três somente um. Os tamanhos são bastante semelhantes, assim como a arquitetura da estrutura. Os rituais acontecem no período da noite, com a presença do grupo familiar, e de pessoas que vem tratar-se de alguma doença junto com membros do seu círculo familiar, batizar crianças, ou rezar costumeiramente. Exatamente como foi observado por Melià, Grunberg e Grunberg (1976, p. 246) entre os Paî-Tavyterã do Paraguai, de que o altar ritual não está presente em todas as casas, mas que pode haver mais de um em um *tekoha* e que “ um jefe político o un pa’i, sienta necesidad de tener sua próprio mba’ê marangatu, incluso por razones de prestigio.(...)” foi possível detectar atualmente para os ñandeva/guarani na área de estudo.

Arqueologicamente, os vestígios seriam muito tênues, pois as estacas são delgadas e também não são colocadas muito profundamente no solo. No entanto, a proximidade com a habitação é uma maneira de estar revivendo os tempos em que este localizava-se internamente a mesma. As fotos das estruturas permitem que se visualize que o *tataendy* é compreendido como um elemento que é englobado pela habitação, ampliando a espacialidade desta. A equação mais pertinente para o tamanho da casa

teria que considerar o tamanho real da construção mais o espaço existente entre esta até alcançar e envolver o altar, pois este, hoje, é uma continuação da primeira.

3.2.2. As Igrejas Pentecostais e Neo-pentecostais

As igrejas pentecostais e neo-pentecostais instaladas no interior das aldeias representam a face mais nova da religiosidade Guarani como uma questão que também se coloca frente a necessidade de reordenarem os antigos papéis e práticas cotidianas e sociais, tendo em vista que os caciques vão cada vez mais vendo sua importância simbólica e social sendo substituídas por novas lideranças religiosas. Instaladas a partir da conversão de um dos membros da família extensa, em geral o chefe, vão arrebanhando os demais membros da família e aqueles com quem tem relações de parentesco e afinidade.

Foram identificadas cinco denominações presentes na área de estudo com espaço separado para os cultos: Igreja Visão Missionária, Deus é Amor, Assembléia de Deus, Igreja Pentecostal do Último Tempo, Igreja Pentecostal de Jesus Cristo (Fotos xx no final). Estas agregam número variado de pessoas, que se reúnem para os cultos. Em geral, na sua instalação os cultos são realizados por pastor vindo de fora da aldeia. Posteriormente, é substituído por alguém que domine a leitura, seja reconhecido pelo grupo de conversos como capaz de assumir a função e tenha o dom da oratória – característica corriqueira entre os Guarani. Sua distribuição abrange toda a aldeia, pois estão estrategicamente espalhadas, sendo que quando se entra na área pela sua entrada sul, a primeira edificação é da igreja Assembléia de Deus. Antes de se avistar qualquer habitação ocupada por um ñandeva/guarani avista-se um espaço de caráter exógeno.

Estas igrejas e seus membros estão aumentando numericamente, e como observa Vietta (2003) os números no cômputo geral não devem ser desprezados, o que tem gerado conflitos entre os “crentes⁷⁴” e os que defendem os costumes tradicionais baseados nas práticas conduzidas pelos caciques e/ou que não optam por nenhuma dela. Estes conflitos não são violentos, mas são motivo de queixas por parte da população, principalmente porque o capitão era da Assembléia de Deus, e vários o acusavam de

⁷⁴ Termo utilizado por outra pessoa para definir aquele que faz parte de uma igreja pentecostal ou neo-pentecostal.

privilegiar “os irmãos”⁷⁵ na religião, no uso do trator, na transmissão de informações importantes, no recebimento e distribuição de bens vindos de fora, na participação de projetos, etc. Os que defendem a religiosidade dos antigos baseado nos cantos, danças e rezas inspiradas, onde a figura do cacique é a materialização da ligação entre o mundo terreno e o sobrenatural, dizem que estes são responsáveis pelo desprestígio vivenciados por estes hoje, e pelo agravamento dos problemas enfrentado nas aldeias.

O antropólogo Levi Pereira (2003) pesquisou os processos de desconversão vivenciados por índios que em um dado momento de suas existências passaram a freqüentar igrejas que diferem muito das práticas religiosas tradicionais dos grupos ñandeva e kaiowá no MS. Um dos exemplos mais interessantes é o do líder assassinado Marçal de Souza, o Tupa’i (TETILA, 1994)

Este é um dos espaços de poder e prestígio, que está sendo apropriado pelos índios, e como ponto de comparação com as práticas religiosas tradicionais, o fato de agregar inicialmente a família extensa, e em muitos casos somente passam a integrar a igreja e os cultos, aqueles que mantêm algum laço de parentesco, aliança ou afinidade política. No entanto para Bartomeu Melià (2004, p. 161), (...) La instalación de varias y contrarias religiones en algunas aldeas guaraní del Brasil, especialmente entre los Kaiowá, es manifiestamente exagerada e irritante.”



⁷⁵ Termo com que os participantes de uma igreja neopentecostal se designam.

Foto 31. Igreja Pentecostal do Último Tempo

3.3. As crianças, suas atividades e a cultura material

“(...) quando era pequenininha, não brinca não. Só trabalha. A mãe ensinava a fazer todo tipo de coisa, e também depois de crescer, de idade de doze, treze anos, fica em *oga* (casa) separada. O pai dela fazia uma casa separada para guardar lá (a menina). Sra. Eunice Martins.

A participação e influência das crianças na formação de sítios arqueológicos apresenta-se como um novo fator a ser considerado na interpretação tanto dos dados materiais coletados, quanto na conformação espacial dos contextos onde estes são encontrados. Kamp (2001, p. 3) destaca que a infância, assim como outras categorias de idade (adolescência, adultez, velhice) são construções sociais. Reconhece, entretanto, que as categorias de idade e gênero são perpassados por componentes biológicos, mas que não são somente estes que determinam a compreensão que cada grupo humano possui para estas categorias. Por serem construções sociais, há que se desvendar o seu significado na comunidade estudada e compreender a importância de cada segmento etário no conjunto da formação social. Ironiza afirmando que os arqueólogos, talvez, os consideram “(...) Perhaps subsistence strategies, social organization, population growth, and culture change, for example, are not affected by the presence of children,

attitudes toward the young , or the nature of childhood experience. ” Sabe-se quanto a presença infantil afeta qualquer formação social. No entanto, há uma tendência a desconsiderar as crianças, assim como as mulheres e os idosos, ao se analisar os dados arqueológicos , e segundo o autor não por considerá-los sem importância, mas porque apresentam-se como intangíveis (Idem, p. 2).

Politis (1999, p.263) ao tratar da interferência das crianças em contextos arqueológicos destaca que “(...) Básicamente se ha reconocido explicitamente algo absolutamente obvio: que los niños son tanto productores como consumidores de cultura material” e alerta que há uma tendência em se assumir que o material recuperado assim como os vestígios de sua produção tenham sido produzidos por adultos somente “por ausencia (*default*) de otros actores sociales”.

A análise dos vestígios recuperados em sítios Guarani também seguem esta mesma orientação, e se desconsidera que em sociedade há objetos produzidos por homens, mulheres e crianças, e que dentro desta variação ainda existe um componente que pode envolver também uma variável de faixa etária, que fica oculta nas análises do material detectado e resgatado.

Na bibliografia consultada não foi identificada esta produção direcionada especificamente para crianças tão pequenas, e isto pode estar corroborando que por muito tempo ficaram invisíveis e que só recentemente os estudos estão se voltando para estes atores sociais. Estudos sobre crianças indígenas só recentemente tem recebido atenção, como por exemplo, os que aparecem no livro organizado por Aracy Lopes da Silva e outras publicado em 2002. Recentemente, Pereira (2002) produziu um trabalho onde discute a participação dos guachos⁷⁶ no interior das famílias Kaiowá, do Mato Grosso do Sul e como se estabelecem as relações de parentesco e poder entre os agentes sociais envolvidos, e como isto se reflete no cotidiano destas crianças.

Nos trabalhos de campo realizados, também não constava, inicialmente, entre os objetivos traçados, identificar a participação das crianças e jovens e sua produção no contexto e espaço da TI. No entanto, a participação no projeto da UNICEF e a realidade com a qual passei a me deparar , quase que me obrigou a considerar este segmento e sua significação na organização social e no uso do espaço. Para mim elas também eram

⁷⁶ Crianças que são criadas por outras pessoas que não os pais, principalmente os avós, ou filho adotivo

intangíveis, mas passaram a ganhar significado com a convivência frequente. Não era possível mais ignorá-las.

Assim, partilhando os quatro princípios gerais apresentados por Kamp⁷⁷ (2001,p. 3) como uma perspectiva para o desenvolvimento de uma compreensão da participação da criança na interpretação arqueológica, descreve-se abaixo atividades realizadas por crianças na faixa etária que se estende desde o período em que a criança inicia a caminhar até 12 ou 13 anos, e também itens da cultura material produzidas por elas ou para elas.

3.3.1. Objetos e estruturas produzidas para crianças

Durante as atividades de campo, identificou-se uma estrutura produzida especialmente para crianças cujo objetivo é servir-lhes de apoio para o processo de aprendizagem no andar. Esta estrutura denomina-se *mitã oguataha* (o lugar da criança caminhar), e é disponibilizada até que a criança demonstre o pleno exercício da marcha com autonomia. Isto ocorre, aproximadamente, até a idade entre um ano e meio e dois anos.

Não se pode caracterizar como uma produção com forte apelo cultural e social⁷⁸, obrigatória ou necessária em todas as casa que possuem crianças com esta idade, pois nas 711 casas cadastradas localizaram-se apenas 5, o que demonstra que não é um objeto recorrente entre eles. Conforme os dados da FUNASA (em anexo) há 889 crianças abaixo de 5 anos, que representam 25% da população total. No entanto, deve-se destacar o fato da existência da mesma, justamente como um componente a mais

⁷⁷ Os princípios são os seguintes: 1. Age categories, like gender categories are cultural constructs, rather than biological realities; 2. Age is one important principle of social organization, and thus should not be ignored in analyses of past societies; 3. Like adults, children play important social and economic roles in many societies; 4. It is possible to learn something about children's lives and the roles they played in society using archaeological data.

⁷⁸ O contrário foi observado por Elizabeth Pissolato (2004), que entre os Guarani-Mbya "(...)" há uma ênfase na prática de produzir as condições para que o recém-nascido o quanto antes "erga-se" e caminhe (note-se aqui os "remédios do mato" (*poã ka'aguy*) para fazer "andar" logo e os tão comum andadores vistos nos pátios) (...)." Entre os Guarani-Mbyá estas estruturas são denominadas por *amba*.

para ser considerado nas análises da distribuição das evidências presentes no solo em contextos arqueológicos, justamente por serem raros.

Trata-se de uma estrutura, que, por ter sido encontrada um número tão limitado, apresenta muitas variações na sua produção. A composição mínima detectada foi confeccionada com três troncos finos de 3 a 5 cm de diâmetro, dos quais dois são fixados no solo verticalmente para servir de apoio para um terceiro que é colocado horizontalmente, e que pode ter entre 1,5 e 3m de comprimento. O comprimento do *mitã oguataha* é igual ou próximo do tronco que é colocado horizontalmente. Aqueles que são fixados no solo, podem apresentar na extremidade que fica fora da terra um formato em “V”, onde é apoiado o tronco horizontal. Tendo ou não este formato, é feita uma amarração com restos de tecidos, cordões de tênis ou sapatos, ou usado qualquer material que deixe firme toda esta armação, para que a criança possa apoiar-se com segurança (Tipo 1). A altura oscila entre 45 e 60 cm. Toda esta construção pode ser duplicada, permitindo que a criança fique no centro e possa apoiar-se com ambas as mãos, o que permite uma maior firmeza no locomover-se. A distância entre uma e outra, neste caso, é de até 70 cm. (Tipo 2) É possível acrescentar neste último, um outro tronco horizontal fechando um dos lados (Tipo 3) (Fotos 32 e 33).

Em todas as habitações que encontramos o *mitã oguataha* , este foi desfeito após a criança dominar a marcha, o que significa que é um objeto da cultura material que tem um ciclo de produção, uso, e descarte bastante curto, computando-se um máximo seis meses de permanência no pátio. O local de instalação da estrutura é sempre próxima da habitação (*oga*) , no pátio (*okara*) , em local onde a mãe ou outro familiar possa estar incentivando o uso pela criança ao colocá-la ali, e ao mesmo tempo verificar o seu progresso.



Foto 32. *Mitã oguataha* tipo 2Foto 33. *Mitã oguataha* tipo 3

Há objetos que se enquadram na classe 2 proposta por Politis (1999, p.270), que são “os artefatos que copiam la forma de los de adultos pero que tienen um tamaño menor y que son usados em funciones similares a los de adulto o com fines lúdicos”. Estas podem ser produzidas por crianças ou adultos. Entre os objetos produzidos por adultos para crianças encontrou-se um conjunto de arco e flecha que era portado por uma criança com idade próxima aos 4 anos, quando caminhava acompanhado pela família. O conjunto foi produzido pelo pai, como uma forma de distinção da sociedade não-índia, segundo o seu depoimento. Foi feito de uma tira de tronco de árvore flexível, 40 cm de comprimento e era amarrada com fio de lã. As flechas foram confeccionadas de madeira leve, sem ponta, e mediam em torno de 40 cm de comprimento⁷⁹. Tem pleno conhecimento de que não existe mais caça que possa ser abatida com este tipo de instrumental, mas o significado do qual o objeto está imbuído é que fundamental. Ao colocar o menino em contato de algo que a sociedade envolvente considera como “coisa de índio”, o que começa a ser informado para ele é que há objetos que possuem um poder simbólico muito mais do que uma função prática.

⁷⁹ Martínez-Crovetto (1968 c, p. 22) identificou entre as crianças Mbyá o brinquedo de arco e flecha denominado por *wirapa'i*.

A utilização do arco e flecha como um marcador étnico foi encontrado em outra ocasião - esta bastante real - que foi a retomada de uma antiga área tradicional próxima à aldeia e que foi palco de um conflito que ocupou as páginas dos jornais regionais e foi notícia do Jornal Nacional que tem repercussão nacional. Esta área denomina-se *Yvy katu* (terra sagrada ou verdadeira).

Ao ter acesso a esta terra retomada, foi solicitado por índios que estavam em uma das áreas em conflito que se fizesse fotografias. Em algumas delas foram feitas poses em que era utilizado o arco e flecha como recurso de diferenciação étnica. Nos vários encontros durante a negociações com as autoridades e com os proprietários da região, estes dois itens da cultura material são apresentados pelos Ñandeva/Guarani e Kaiowá como símbolos da sua identidade. (Foto 34).



Foto 34. Criança com arco e flecha

3.3.2. Objetos produzidos e utilizados por crianças

Na classe 1, que engloba os “artefactos especificamente confeccionados para jugar que tienen um diseño específico” (POLITIS, 1999, p.270), foram mostradas pequenas bolas confeccionadas (foto 35) a partir da argila retirada dos depósitos existentes no âmbito da área estudada. Também foi encontrada uma delas próximo a um córrego. É uma produção feita pelos meninos a partir dos 7 anos de idade, e são usadas para caçar os pássaros que se alimentam dos frutos provenientes dos fragmentos de mata existentes. Para isto, também produzem os estilingues ou bodoques de partes de árvores que tem o formato de “Y” e amarram uma tira de 20 a 25 cm de uma borracha usada para garrotear o braço quando se retira sangue, ou pedaços de borracha proveniente de câmaras de bicicletas.

Eles escolhem qualquer tipo de argila, pois há branca, preta, amarelada e marrom, que eles podem obter internamente à área estudada quanto em propriedades próximas ao córrego Guassori. Retiram pequenas quantidades, e produzem as bolinhas que servirão para derrubar o pássaro, amassando em movimentos circulares com ambas as mãos. Esperam secar, e já podem ser usadas. Colocam-nas nos bolsos ou em sacos plásticos e vão em grupos pequenos aos locais propícios para caçar este tipo de animal.

A matéria-prima utilizada – a argila- é encontrada em toda a extensão do córrego interno que não tem um nome conhecido pela grande maioria das pessoas que tem habitações próximas ao mesmo. Somente obtivemos uma indicação de que se denominaria “porã”, mas não foi confirmado por outras pessoas. Assim como crianças e adolescentes estão buscando estes locais para captar material para produzir seus instrumentos de caça, também as mulheres estão obtendo o mesmo material para a produção de artesanato em cerâmica.



Foto 35. Bolinhas de argila usadas para matar passarinhos

Há um brinquedo construído por um adolescente de 13 anos, que não se enquadraria em nenhuma das categorias apresentadas pelo autor anteriormente citado, pois o objeto que lhe dá origem não é transportável. No entanto, é utilizado pelos adultos diariamente, quando o possuem. É uma miniaturização de um poço de abastecimento de água. (foto 36)

A água é um dos grandes problemas presentes dentro da área, pois os que não possuem água encanada fornecida pela FUNASA e Prefeitura, tem que recorrer à construção de poços ou buscar nas muitas minas que originam os córregos internos ou que circundam a aldeia. Algumas destas ficam à distância de mais de 400m do local onde não existe a rede d'água. Mesmo alguns que tem a rede instalada e torneira na sua habitação, não a recebem com a frequência diária, por problemas de distribuição e/ou desperdício deste recurso natural.

O brinquedo apresenta perfeitamente toda a estrutura deste objeto existente na realidade vivida por este adolescente. Há os postes de sustentação de um terceiro colocado horizontalmente onde é afixada a corda que é amarrada a um recipiente plástico pequeno que cumpre a função de balde, que é colocado no buraco escavado no chão, que

pode atingir mais de 15m de profundidade nas áreas mais altas da área.



Foto 36. Brinquedo imitando um poço

3.3.4. Objetos naturais ou industrializados usados por crianças

Os brinquedos industrializados estão cada vez mais penetrando no mundo indígena infantil. Hoje em dia, dificilmente uma criança indígena não terá tido contato com algum brinquedo no comércio das cidades vizinhas. Assim é possível encontrar bonecas, carrinhos, bolas, jogos de cartas de desenhos que estão em cartaz na televisão (Cavaleiros do Zodíaco, Yu-Gi-Oh, etc.), inteiros ou parcialmente destruídos, nas habitações que têm crianças. Quando não estão brincando, estes objetos ficam jogados pelo pátio. Ao se deteriorarem, é possível ver seus restos continuarem no mesmo local. No entanto, não há crianças que possuam um número expressivo de brinquedos. A maioria já teve um destes objetos, mas não é algo a que se apegam, ao contrário, partilham com muita tranqüilidade o brinquedo.

O objeto de divertimento mais apreciado entre eles é a bola de futebol. Com ela, formam-se times adversários rapidamente, de meninos e meninas, e mesmo misturando os dois, e jogam nos vários campos existentes, nos espaços criados pelos familiares, ou

em qualquer terreno plano, como por exemplo as estradas internas à área. A escola também desempenha papel fundamental na difusão desta atividade, tendo em vista que é, praticamente, o único esporte incentivado nas aulas destinadas à Educação Física. Nas comemorações dedicadas ao Dia do Índio (19 de abril) houve um torneio disputado contra alunos da escola de Jacareí que foram até o local. O futebol é tão apreciado que foi construído um estádio pela Prefeitura Municipal para abrigar tanto os jogos internos quanto com times vindos de fora. Desde crianças, são incentivados a apreciar este esporte, especialmente.

As bolinhas de vidro (denominadas por burquinha) também ocupam o tempo dos meninos, que disputam partidas animadas entre eles (foto 37), com direito a gritos e brigas. Martínez-Crovetto (1968d, p.22), encontrou um tipo de brincadeira semelhante a este jogado por crianças, e dentre as classificações que propôs⁸⁰, classificou-a como pertencente aos jogos infantis. Entre os Mbyá no nordeste argentino denomina-se de *balita* (Idem, p. 12).

Entre as meninas, o antigo jogo das Três-marias, que é jogado com três quadrinhos de pano, cada uma com 4 a 6 cm de lado, cheias de areia, é substituída por pedrinhas de brita (*ita'i*). Elas procuram um local plano, principalmente onde há uma calçada (o piso da escola, por exemplo) e lá disputam o jogo. Quem primeiro supera todas as etapas deste jogo é a vencedora. Também foram encontradas meninas jogando com objetos de pano, mas na ausência destes é rapidamente feita a substituição por algo que possa cumprir a mesma função. Martínez- Crovetto (1968c, p. 3) identificou jogo semelhante – *kapichu'á*, que utiliza mais pedrinhas, mas que também devem ser jogadas para o alto e aparadas no dorso e na palma da mão, e o classificou como jogos de habilidade, que também é adequado para a brincadeira realizada pelas meninas ñandeva na Porto Lindo.



⁸⁰ Classificação de jogos e desportos e

Foto 37. Meninos brincando de “burquinha”

3.3.5. Atividades realizadas por crianças

Nesta categoria estarão sendo discutidas as atividades realizadas por crianças, mas que seriam de responsabilidade de adultos, e aquelas lúdicas, mas que não produzem vestígios para a arqueologia.

3.3.5.1. Crianças e atividades próprias de adultos

Kamp (2001, p. 15) ao discutir as várias atividades realizadas no cotidiano pelas crianças, e que são fundamentais para o bom andamento da casa, chama a atenção para o fato de que quando são executados por adultos são considerados trabalho (cuidar de crianças, carregar água, buscar lenha), e quando executados por crianças a mesma categorização não ocorre. Uma possível interpretação para compreender diferenciadamente as mesmas atividades, ao considerar a faixa etária, talvez esteja ligado ao fato de que estas são atividades ligadas às mulheres, que delegam parte delas para as crianças. Tanto um quanto outro segmento, são pouco visíveis ainda, no contexto da produção acadêmica. Para os Guarani, são ainda poucos os estudos sobre o segmento feminino (KERN, 1992; DÍAS DE GUERRA,

1992; FLECHKERN, 1992; LANDA, 1995 a, 1995b, 1999a, 1999b, MELIÁ, 1988, por exemplo)

O mesmo autor (Idem, p. 14) afirma que o cuidado com as crianças é apresentado sempre como uma atividade de mulheres, mas considera que as crianças seriam os maiores cuidadores de outras crianças. Para os Nandeva/Guarani da TI Porto Lindo/Jakarey não se pode afirmar que exista a mesma relação, pois não foi feito um estudo que computasse o tempo que adultos e crianças ficariam cuidando de bebês ou crianças menores. No entanto, o que se pode afirmar, é que as crianças são responsáveis pelo cuidado dos menores quando as mães e/ou pais afastam-se destas, ou quando estão em outras atividades.

Pode-se acompanhar crianças na faixa etária de 5 a 8 anos, cuidando de bebês que ainda estavam sendo amamentadas. As mães estavam em atividades de aprendizagem de corte e costura, participando de reuniões ou de atividades coletivas promovidas por mulheres, e/ou que envolviam interesses direcionadas de alguma forma para elas. Na coleta de dados para a elaboração da distribuição espacial na área de estudo, encontraram-se muitas vezes somente crianças abaixo de 12 anos em casa. As mães tinham ido ao posto de saúde, estavam em visita à parente, tinham ido à cidades próximas, enfim, uma série de razões para estarem ausentes, e as crianças maiores ficarem responsáveis pelas menores. (Fotos 38, 39).

Existe, efetivamente uma segurança social muito grande por parte das crianças com quem se contactou neste período. Após o período de amamentação, que em geral se estende até os dois anos de vida, e dominar completamente a marcha, as crianças passam a ser autônomas, pois é comum encontrá-las sozinhas pelas estradas brincando ou andando em grupos de variados tamanhos, em geral de três a cinco componentes, e pertencentes muito freqüentemente à mesma família. . As estradas internas tem que ser percorridas cuidadosamente quando se está de carro, e em baixa velocidade , pois sempre há crianças circulando por elas. Ao ouvirem o barulho de motor, afastam-se rapidamente do centro da estrada e correm para as laterais, esperando o carro passar. Os automóveis exercem uma grande atração sobre elas, basta parar ou estacionar, que são circundados por muitas crianças, cujas marcas das mãos ficam afixadas na lataria.

O que se quer ressaltar é que, efetivamente, criança cuida muito de criança. Os irmãos mais velhos é que detém esta responsabilidade, mas um vai substituindo o outro nas tarefas de segurar o bebê, brincar, dar água, alimentar, ficar observando para não se machucarem, são o primeiro socorro quando se machucam, enfim, uma série de zelos que não são de responsabilidade exclusiva da mãe e/ou pai.



Foto 38. Crianças cuidando de outras crianças nas minas e lavando roupas

O preparo para a vida adulta, começa bem cedo, com as meninas aprendendo a cuidar da casa, a cozinhar, a responsabilizar-se pelos menores, a buscar água, tendo em vista que estão casando cada vez mais cedo. É comum encontrar meninas a partir de treze, quatorze anos já casadas. As que atingem os 18 anos sem se casarem, são casos considerados bastante atípicos. Esta adultez precoce, pode estar relacionado pelo fato de que desde cedo assumem muitas tarefas que seriam do domínio do adulto. Deve-se destacar, que adolescência e vida adulta também são categorias que se concretizam em cada sociedade por serem culturalmente estabelecidas, mas é reconhecido pela comunidade que os casamentos estão se realizando cada vez mais cedo, e também se desfazendo muito mais rapidamente. Os meninos também são chamados a participar desde cedo de tarefas cotidianas que a princípio seriam somente de adultos: participar

das atividades da roça (quando a família a possui), buscar água e lenha, cuidar dos menores se ele está entre os de mais idade.



Foto 39. Criança cuidando de criança

Outra tarefa realizada pelas crianças, que se pode observar nas atividades de campo, é o abastecimento de água para a habitação, e que será usada no preparo dos alimentos, limpeza dos utensílios domésticos, para matar a sede, tomar tereré, entre outras. Nas casas que não são servidas por água fornecida pelas caixas d'água instaladas na área, que é proveniente de poço artesiano, são as mulheres e as crianças que abastecem de água que será usada por todos. É muito freqüente ver crianças, buscando água nas minas, às vezes portando dois baldes com a maior dificuldade. Em geral, não vão sozinhas para esta atividade, sendo acompanhadas ou pela mãe, ou por outras crianças que também transportam água para suas residências. (Foto 40) Apesar de ser uma tarefa difícil para as crianças, pois as minas estão nas áreas mais baixas da área, o retorno é por caminhos (*tape poi*) estreitos e íngremes, com distâncias que podem ser chegar a 400m. No entanto, na mina, elas aproveitam para se divertir refrescando-se ou mesmo tomando banho no local.



Foto 40. Criança buscando água na mina

O processamento de alimentos realizado por crianças é uma atividade bastante rotineira entre os Nãndeva/ Guaraní estudados. Executado normalmente pelas meninas acima de 7 anos, é possível vê-las cuidando de panelas colocadas nos fogos existentes na habitação ou externamente à ela. Em geral, cozinham mandioca, feijão, arroz e macarrão, produtos provenientes das roças e do Programa de Segurança Alimentar do Governo Estadual (popularmente conhecida como cesta básica). Outros produtos são adquiridos no comércio das cidades próximas.

Os horários dedicados ao preparo dos alimentos são bastante variados, pois levantam e recolhem-se muito cedo, tendo em vista que a grande maioria não possui energia elétrica. Os índios e índias que são funcionários públicos (Prefeitura, FUNASA, FUNAI), tem o horário mais restritivo em termos de variabilidade, pois

acompanham horários e regras destas instituições. Os demais, que tem roça e ganhos autônomos podem optar por alimentar-se em horários diversos. Encontrou-se um grupo de meninos, por volta das 15 horas fritando pedaços de polenta, em um fogo escavado no chão onde foi colocada uma chapa de metal e em cima desta a panela que continha a gordura aquecida. Estavam todos em volta cuidando do alimento. (Foto 41)



Foto 41. Crianças cozinhando

Instrumentos cortantes como facas e facões utilizados no processamento alimentar, são manejados com destreza por crianças até bem pequenas, por volta de 3-4 anos. Cortar carne (quando está disponível) , descascar mandioca para posterior cozimento, cana para ser ingerida na hora, são alguns dos alimentos que necessitam deste instrumental, e que são manipulados pelas crianças rotineiramente.

Outra tarefa em que há a participação de crianças e adolescentes está relacionada à criação de algumas cabeças de gado bovino e equino. Elas os levam para tomar água nas minas ou mesmo buscam água para ser ofertado para estes animais, e também as soltam pela manhã e as recolhem ao anoitecer. Não é uma tarefa realizada somente por elas, mas há uma grande participação das mesmas.

3.3.5.2. Crianças e atividades que não geram vestígios

Nem todas as atividades e tarefas executadas geram resíduos e vestígios que podem ser detectados nos sítios arqueológicos (BROOKS; YELLEN, 1987; HODDER, 1972) entre estas estão algumas de caráter lúdico, mas que são vivenciadas rotineiramente.

As crianças e adolescentes da TI Porto Lindo/Jakarey, em dias quentes reúnem-se e procuram os córregos nos pontos mais profundos para poderem nadar e brincar por um longo período. Os córregos mais procurados são o Jacareí e o córrego interno que tem nascente no próprio local e deságua naquele. Nestas ocasiões é possível reunir mais de 20 pessoas, entre meninos e meninas, que saem em busca de diversão. Há um entendimento entre os adultos, de que muitos namoros e casamentos – e gravidez precoce- iniciam nestes encontros em que se reúnem adolescentes.

Certamente, outras várias atividades e tarefas realizadas pelas crianças não foram apresentadas neste estudo, como por exemplo a da escola, que hoje apresenta-se como um elemento novo a ser compreendido dentro da sua especificidade. Optou-se por apresentar uma objetos e parte da dinâmica da vida cotidiana que poderiam estar interferindo na formação do registro arqueológico e no uso do espaço, pois ao inserir as crianças e adolescentes como produtores e consumidores de bens materiais visa-se ampliar a compreensão de uma comunidade que tem homens, mulheres e crianças, e que cada um destes segmentos interferem significativamente na dinâmica desta sociedade , e que é preciso prestar atenção nos mais intangíveis: as crianças e as mulheres.



Foto 42. Crianças no córrego Jacareí

3.4. Estruturas de combustão

“Quando eu morei no sítio, em casa bonita, não podia fazer fogo no chão. Eu sentia uma falta muito grande do calor do fogo!”⁸¹ Estas palavras sintetizam a importância das estruturas de combustão internas às residências da área de estudo, presentes em praticamente 100% delas. Somente naquelas em que foi introduzido o uso do fogão a gás de forma mais sistemática, é que as mesmas podem não estar presentes,

⁸¹ AIS Dulcila

mas a grande maioria deste grupo ainda conserva também as estruturas de fogo no chão, que são encontradas amplamente.

Conforme Leroi-Gourhan (1979, p. 9) as estruturas de combustão são:

(...) freqüentemente designadas como ‘fogueiras’ estas estruturas se referem normalmente `a objetos tão diferentes como a fogueira propriamente dita (...), os produtos do esvaziamento da fogueira, a mancha criada com a difusão das partículas carbonizadas pelos pés, etc (...)”.

Na área de estudo foram encontrados quatro tipos de conformação destas estruturas e situadas em locais onde há construções onde o elemento fogo é o principal. O primeiro são os fogos existentes no interior das habitações, e que são individualizados por família. Frequentemente acesos, estes fogos desempenham as funções de cozer os alimentos, esquentar água, aquecer nos períodos de frio, mas principalmente como um marcador social relacionado aos grupos de parentesco. Funciona também como um marcador étnico, pois como no depoimento colhido, a mulher ñandeva/guarani necessita deste bem cultural para entender-se como participante desta comunidade. O antropólogo Levi Pereira (1999, 2004, p.50-77) defende a proposição de que a organização social dos Kaiowá baseia-se justamente nos fogos existentes em cada *te'yi*.

Na existência de apenas um módulo na unidade habitacional, sempre haverá um espaço destinado para a instalação de uma estrutura que comporte a existência de um fogo doméstico para as funções acima mencionadas. Há uma variação muito grande, mas, geralmente, são construções que misturam barro, tijolos e terra, um pouco mais elevadas do solo, em torno de 30cm, com uma pequena depressão, que pode se localizar no centro ou próximo das laterais onde é colocada a lenha. Os tamanhos oscilam de 0,8 a 1m, por 0,50m a 0,70cm. Um outro tipo, este encontrado também no interior das residências, é feito elevando-se dois ou três lados, com formato retangular, de aproximadamente 0,40m, com uma mistura de barro com pedaços variados de outros materiais, ou colocado um ou dois tijolos que podem ser unidos com barro ou com um pouco de cimento. Em cima é colocada uma chapa de ferro onde são colocadas as vasilhas usadas para o cozimento dos alimentos ou aquecimento da água. Os fogos podem ser feitos somente juntando troncos de madeira das mais diversas espessuras, de

maneira que fique um centro menos elevado, onde será colocado o vasilhame que vai ser utilizado, apoiando este nos troncos equilibrados ou com a colocação de uma chapa de ferro. Outros ainda utilizam tijolos para limitar as laterais e colocam também chapas de ferro. Enfim, utilizam tudo o que estiver disponível e que atenda as necessidades da mulher que cuidará do fogo. (Fotos 43 e 44)

Os fogos localizados externos às casas foram detectados nos períodos de temperaturas mais elevadas, e podem encontrar-se muito próximo das residências (o que tem provocado acidentes, com a queima total da construção) ou afastadas aproximadamente entre 3 a 8m das mesmas. Situam-se na parte frontal e nas laterais da habitação quando está próxima, e em qualquer local do pátio (*okara*). Há módulos construídos com a função de acolher estes fogos, na possuem paredes, mas tem cobertura - preferencialmente de sapé. Entretanto, as demais atividades que se utilizam do fogo são realizadas. No inverno, quando iniciam as baixas temperaturas, as paredes podem vir a ser colocadas. Para estes fogos, não é feita nenhuma preparação especial no solo. Em geral, colocam a lenha retirada dos fragmentos de mata localizados mais próximos, e que foram trazidos por qualquer membro da família, mas principalmente pelas mulheres e crianças, que coletam o material principalmente nas suas bordas. Estes locais não tem um caráter de permanência, podendo ser transferido a qualquer momento, para outro lugar. Quando há mais de uma família que mora próximo e tem alguma relação de parentesco (principalmente se forem mulheres), este fogo pode ser usado também por esta, pois a permanência dele aceso é por tempo variado. No entanto, foram detectadas pequenas estruturas escavadas, com pouca profundidade, no qual podem ou não ser colocadas chapas de ferro em cima destas, de modo a facilitar a colocação das vasilhas. (Fotos 45 a 49)

O terceiro local de existência de estruturas de combustão, são depressões escavadas para queima de lixo em algumas residências e nas instituições presentes na área de estudo, como as escolas, o posto da FUNAI e da FUNASA. Neste local são queimados os resíduos sólidos provenientes das atividades desenvolvidas nestes órgãos como papéis, materiais de uso em ambulatório, restos de alimentação, lataria, vidros, etc. A produção destas estruturas destinadas ao

armazenamento do lixo até que seja queimado não é comum nos ambientes domésticos, pois como será tratado mais adiante, pois o mais corriqueiro é que o lixo fique espalhado pelo pátio até que seja varrido, e posteriormente queimado no fundo do mesmo. No entanto, é possível encontrá-los esporadicamente. (foto 50)

Os fornos fechados, representam o quarto tipo, e são produzidos para assar alimentos. Os fornos de barro, suspensos do chão em torno de 0,80 m, são feitos por homens para o uso das mulheres, que podem usá-los para assar pães, milho, frango, etc. Também são poucos no local estudado, e somente aqueles que possuem uma família grande ou que produzem para vender o possuem. Identificou-se que a produção e o uso destes elementos materiais relaciona-se também a um contato mais intenso com o não-índio, por pessoas que teriam morado em fazendas. (Foto 51)

O dado etnográfico obtido corrobora o que a documentação colonial permite somente inferir de que atividades domésticas executadas pelas mulheres, como processamento alimentar, produção de bebidas possuíam como suporte imprescindível as estruturas de combustão existentes dentro das residências ou próximo da residência, e que são de responsabilidade das mulheres e meninas indígenas guarani cuidar para que ele esteja sempre aceso ou ao menos pronto para ser aceso.

A dinâmica verificada em campo, onde o fogo doméstico existente fora das casas - quando não há uma estrutura com cobertura que o delimite - não tem um lugar específico, podendo ser instalado em qualquer espaço do pátio, permite que se reflita tanto sobre as escolhas sociais envolvidas com a produção e manutenção do fogo, como a interferência das escolhas individuais feitas em cada caso.



módulo cozinha

Foto 43. Fogo doméstico no



Foto 44. Fogo doméstico no módulo da cozinha



Foto 45. Fogo doméstico no pátio onde se vê a chaleira sob uma chapa de ferro.



Duas estruturas de combustão em um mesmo no pátio.

Foto
46.



Foto 47. Estrutura de combustão escavada no chão, no pátio



Foto

48. Fogo doméstico próximo à casa e no pátio



Foto 49. Fogo

doméstico no pátio, com cobertura



Foto 50. Estrutura de combustão para queima de lixo.



Foto 51. Forno de barro para assar, localizado no pátio.

3.5. DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A destinação dos resíduos sólidos provenientes das diversas atividades realizadas no âmbito doméstico (processamento alimentar, produção de equipamentos domésticos e de trabalho, etc.) foi um dos aspectos pouco abordados na documentação do período colonial e nos estudos etnográficos. Atualmente, somente as cidades de grande porte, com número de habitantes expressivos, possui um serviço razoavelmente eficiente para destinar os restos que sobram de todas as atividades executadas pela população. Pequenas cidades, em muitos casos, continuam depositando em lugares impróprios como nascentes e várzeas de rios, córregos, ou mesmo próximo da zona urbana.

A arqueologia já desenvolveu técnicas que permitem identificar quando o material recolhido nas variadas atividades de campo é proveniente de locais destinados a este fim ou mesmo recolhe na bibliografia disponível para determinado período, as orientações do poder público para o descarte do material produzido pelos cidadãos, em muitos casos determinando locais específicos (KENT, 1999; LANDA, 1996; SYMANSKI, 1998; TOCHETTO et al., 2001).

Os resíduos das atividades executadas pelos Guarani, não representavam um problema para os mesmos, pois as mulheres constantemente varriam ao redor das residências, conforme afirma Montoya (1985, p. 56) quando os caciques ofereceram aos padres suas mulheres para que executassem os serviços que não consideravam adequados para homens executarem como “trabalhos domésticos, quais os de cozinhar, varrer e outros deste tipo.” Considerando-se que a grande maioria dos bens eram confeccionados a partir de materiais perecíveis como a madeira, palha, ossos, pena, recursos vegetais provenientes das atividades de coleta e de plantio, etc. estes se decompunham naturalmente.

Atualmente, entretanto, com a grande penetração de objetos industrializados no interior das áreas, seja por aquisição por parte dos próprios índios ou por influência externa, o lixo passou a ser um dos problemas ambientais percebidos nas diversas áreas indígenas do Mato Grosso do Sul. Os produtos que compõem o Programa de Segurança

Alimentar ou cesta básica⁸², tem contribuído fortemente para o aumento do problema nas áreas, e em Porto Lindo o mesmo ocorre. Sacos plásticos, latas variadas, embalagens de biscoitos e sucos, e caixas longa vida são recipientes que sobram após a ingestão dos alimentos, e ficam espalhados pelo pátio de muitas casas.

Até serem varridos e queimados – maneira mais comum de destinar os resíduos sólidos, (Fotos 52, 53, 55) permanecem ao redor das habitações junto com outros itens como roupas, calçados, partes de brinquedos, restos de processamento alimentar (cascas de mandioca, sabugos de milho), garrafas de plástico de 2 litros (Pet). Em algumas habitações, há mulheres que varrem diariamente o pátio, e então é possível encontrar todos estes materiais agrupados em um local destinado ao lixo, que em geral localiza-se na parte posterior da mesma. Foram localizadas estruturas escavadas somente para este propósito em poucas habitações, onde após juntar uma certa quantidade de material, o lixo é queimado. (foto 53). Nas parentelas que mantêm casas próximas, esta área de descarte pode ser compartilhada por várias famílias nucleares.

Em época da “quebra do milho” (julho, agosto), quando retiram todas as espigas ainda restantes nos pés, a quantidade de sabugos aumenta consideravelmente no pátio ou nos locais destinados a coletar as sobras, principalmente quando é feita uma venda dos grãos para alimentar galinhas para compradores externos ou internos à área. (Foto 54)

Restos orgânicos quase não são encontrados - a não ser cascas de frutas ingeridas recentemente- pois o que sobra do consumo dos moradores destes itens alimentares, os animais domésticos existentes em grande quantidade na área, representados por cachorros, gatos, e por vezes galinhas e patos encarregam-se de retirar do ambiente o que sobraria.

Em muito poucas residências, encontrou-se algum recipiente destinado ao recolhimento do lixo. Encontra-se este tipo de depósito nas cozinhas das escolas, no posto de saúde, no posto da FUNAI, e na sala destinada ao curso de corte e costura feito por mulheres. Todos os resíduos coletados nestes recipientes, são queimados posteriormente em buracos escavados para este fim.

⁸² A cesta básica é constituída dos seguintes produtos: 10 kg de arroz, 5 kg de feijão, 5 kg açúcar, 1 kg charque, 5 latas de sardinha 130g, 4 latas de óleo de soja 900 ml, 1 kg sal refinado, e pct leite em pó 400g, 2 kg fubá, 1 kg macarrão, 1 kg farinha de mandioca, 1 kg erva-mate, 1 tb. de goiabada 500g.

Adultos e pessoas mais idosas, em alguns depoimentos, chegam a comentar que após os “bailes”⁸³ é possível encontrar uma grande quantidade de garrafinhas plásticas contendo 500ml de cachaça – denominadas por ‘corotinhos’ – espalhadas pelo local onde foi realizado o encontro de jovens, que normalmente é no pátio (*oka*) de alguma casa de adolescente. Mesmo nos caminhos (*tape poi*) por onde circularam durante à noite, estes garrafinhas são encontradas.

No período de campanha eleitoral, após os comícios realizados na aldeia, os corotinhos vazios eram presença destacada, junto com papéis de doces e balas, garrafas Pet de refrigerantes, restos orgânicos e propaganda dos candidatos. Um ou dois dias depois, todo este lixo era varrido e queimado em lixeiras (escavadas) já existentes anteriormente, pois estes eventos eram realizados nos campos de futebol que tem no local, pois podem abrigar mais pessoas.

Os restos inorgânicos presentes por toda a área estudada não são percebidos pela comunidade como um problema, nem de pequenas ou grandes proporções. Ela o resolve pragmaticamente. Assim que começa a parecer demasiado sujo o pátio, e atrapalhar outras atividades realizadas ali, as mulheres os varrem e os queimam, sem entrar no mérito se deviam ou não estar ali, e o que representam em termos de saúde, higiene ou qualidade de vida. Talvez, com o acúmulo cada vez maior destes bens industrializados adquiridos no comércio das cidades próximas ou que acompanham a cesta básica e que deixam vestígios demasiado pelas áreas de circulação este venha a ser questionado brevemente.

Este é um fato novo, fortemente relacionado a uma indústria que produz uma quantidade de bens que não possui destinação adequada por parte dos usuários indígenas e que acarreta demandas de destinação do lixo que antes não existiam ou eram menos intensas. O uso de lixeiras comuns por um grupo de famílias nucleares

⁸³ Os denominados “bailes” abarcam uma gama grande de manifestações que reúnem pessoas mais jovens, fundamentalmente, adolescentes que ainda não constituíram família. Além da pouca idade, os bailes tem como componente principal um aparelho de som onde colocam fitas ou CDs de músicas variadas, e onde podem dançar e conversar. Sempre ligado a estes encontros, existe o consumo de bebidas alcoólicas que muitas vezes influem no surgimento de brigas e desentendimentos. Pais e mães de filhos e filhas adolescentes solicitam em todos os encontros para tratar da violência interna das aldeias (suicídios, estupros, brigas, discussões, violência contra crianças), que se profba a realização destes “bailes”. Alguns utilizam o discurso da tradição “porque antes não tinha”, ou simplesmente buscam diminuir os problemas domésticos estimulados pela desobediência dos/as filhos/as e do consumo de bebidas, cigarros e, mais recentemente, drogas ilícitas.

aparentadas também é uma solução interessante do ponto de vista social, já que todo este material passa a ser encarado como coletivo, e deve ter o mesmo destino final.

Não se deve esquecer que o “fóssil guia” da arqueologia guarani – a cerâmica – foi justamente produzido de material mineral que resistiu ao tempo, e permite hoje, que se reconstrua, mesmo que com omissões, falhas e imprecisões o passado de grupos que habitaram a região sul do Mato Grosso do Sul. Há casos em que a quantidade de fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície externa com padrões diversos pode indicar sim, o mesmo processo de reunir fragmentos provenientes de quebras de vasilhas ou de produtos que foram considerados impróprios para uso, num mesmo local de descarte pelas famílias extensas/ *te'yi* que habitavam a mesma casa comunal (*te'yi oga*).

Susan Kent, em artigo de 1999, apresenta critérios para definir se uma área arqueológica cujos vestígios permitissem uma análise adequada, é um local de armazenamento ou descarte de lixo. Diz que uma das dificuldades na pesquisa etnoarqueológica para responder a esta questão é determinar um padrão entre o que está sendo utilizado e o que está sendo descartado. Como não havia o objetivo de realizar um estudo intensivo sobre a caracterização e descarte do lixo, mas somente determinar onde eram colocados os refugos produzidos pelas diferentes atividades executadas, não foi feito um levantamento sistemático sobre o que está em uso nas residências, nem o que existia nas lixeiras ou espalhados pelos pátios.

O que a autora afirma é que os locais de armazenamento apresentam mais diversidade de categorias e em conseqüência um maior número de objetos em cada uma do que as áreas de descarte, que apresentam, no caso estudado, uma diversidade muito menor. Para os Guarani contemporâneos, ainda não foi feito um levantamento sistemático dos objetos em uso e o que está presente nos locais de descarte, tanto os espalhados, quanto os que estão em lixeiras. Arqueologicamente, nos sítios relacionados a este grupo, a cerâmica ainda apresenta um percentual muito superior em relação a outros itens, não permitindo até o presente momento que se possa afirmar que um determinado local que apresenta este tipo de vestígio estaria indicando um local de armazenamento ou depósito de lixo. As observações feitas em campo não localizaram nenhuma estrutura de armazenamento em sub-superfície, o que pode ter acontecido no passado também.



Foto 52. Lixo queimado no pátio da unidade residencial



Foto 53. Estrutura para destinação do lixo



Foto 54. Espigas de milho espalhadas pelo pátio.



Foto 55. Objetos espalhados pelo pátio.

3.6. ARMAZENAMENTO DE BENS

Como afirmado acima, o estudo sobre o uso do espaço entre os Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey, apontou a inexistência de estruturas escavadas no solo nas quais pudessem armazenar algum tipo de alimento ou outros objetos. Todo o armazenamento é feito em superfície, seja ele do tipo formal ou informal, não tendo sido encontrada nenhuma estrutura em sub-superfície ou escavada para armazenamento de qualquer tipo de material. O tipo informal é aquele no qual os objetos são colocados em locais que não possuem a função específica de guardar, e também apresentam-se pouco visíveis no dado arqueológico. Já o tipo formal é aquele feito em local cuja função é apropriada para guardar ferramentas ou outros itens da cultura material (KENT, 1999, p. 80). Pode ou não ser visível no registro arqueológico.

Nas atividades de campo, encontraram-se estruturas que estavam sendo usadas especificamente para a guarda de alimentos (milho, feijão, arroz), ferramentas utilizadas na roça (enxadas, facões, matraca), objetos de uso variado (peneira, carrinho de mão, martelo, etc.) que se enquadram no tipo formal. Eram constituídas de módulos que poderiam ter sido construídos, inicialmente, para servir de habitações ou quartos individuais, e que posteriormente se transformaram em locais de armazenamento, pois as dimensões são muito semelhantes às destinadas para moradia, medindo em torno de 2 X 3m, 3 X 3m, 3 X 4.

Em geral, a destinação de um módulo destes para armazenamento, está relacionado a um período prolongado de alguns anos no local, pois permite que se construa o módulo inicial que serve de moradia⁸⁴, até que se construa outro, e este fique para cozinha, e posteriormente se construa outro, liberando um para a função de armazenamento e/ou depósito. As famílias que apresentam três ou mais módulos no seu pátio, apresentam uma grande possibilidade de existir um que tenha esta função, principalmente quando há várias roças que pertencem a este grupo familiar. Uma família extensa poderá utilizar a mesma estrutura para armazenar seus bens.

⁸⁴ Estou entendendo este módulos como moradia quando o quarto e a cozinha são conjugados.

Também encontraram-se construções que não serviram anteriormente de moradia, dadas as dimensões pequenas, mas que tem esta mesma função. Em geral, não apresentam portas, estão com algum processo de deterioramento (no telhado, nas laterais), o que indica que está sendo usada enquanto estiver apta para uso. Oito destas estruturas, tinham a arquitetura de *ogajekutu* (já analisada anteriormente), e estavam sendo usadas para armazenar milho. (Foto 58)

Outro tipo de armazenamento formal é o representado pelas estantes, prateleiras ou estruturas tipo armário que são construídas tanto dentro quanto fora das habitações. As que são encontradas internamente, são edificadas em algum canto da moradia, próximo ao fogão que está no chão. As que se encontram fora da habitação podem estar próximas à mesma, ou afastadas poucos metros. Há um aproveitamento dos troncos de árvores que fazem sombra, para a produção destas prateleiras externas. Dependendo do número de pessoas que faz as refeições em uma determinada casa, o número de prateleiras aumenta também. São construções simples, em geral com quatro troncos verticais onde são colocados pequenas tábuas ou troncos horizontais que formam as prateleiras.

Nestas prateleiras, colocadas interna ou externamente às casas, são depositadas vasilhas de plástico e alumínio, panelas diversas, copos, pratos, talheres, xícaras, chaleiras, etc. em combinações as mais diversas. (Fotos 56 e 59) Naquelas estruturas que estão dentro das habitações, também podem ser vistos pacotes abertos com alimentos para serem preparados como arroz, farinhas, açúcar, massas.

Aqui considerar-se-á como estrutura anexa, e conceituadas como “locais multifuncionais, cobertos ou não utilizados para processar alimentos, cozinhar, depositar gêneros, instalar o tipiti, produzir objetos diversos, lazer, etc.” (NOELLI, 1993, p. 100). aquelas situadas externamente ao local de habitação, pois as prateleiras que estão no seu interior constituem-se como parte da mobília. Este mesmo autor, apresenta o verbete *ñongatu ucaha, hereco uca hague* (B: 299) que significa depósito, que é uma das funções das estruturas que se está tratando.

Quando é produzida uma estrutura de combustão na parte externa da habitação para cozimento de produtos da roça ou provenientes de compras do comércio próximo, estas prateleiras servem para depositar o equipamento doméstico que está sendo utilizado no processamento deste alimento (colheres, facas, pratos) assim como os

próprios gêneros antes de irem ao fogo. Esta mesma dinâmica do cotidiano foi relatado por Ambrosetti (1895, p, 697).

O armazenamento informal, ou aquele nos quais os objetos são colocados em locais não específicos para este fim, é uma prática bem comum no local. Na grande maioria das habitações, é possível visualizar uma variedade de objetos ocupando o telhado de forma aleatória, como se fossem jogados. Os objetos mais comuns estão representados por roupas e calçados de todos os tipos e tamanhos (calças, blusas, meias, camisas, tênis, sapatos), mas também podem ser encontrados instrumentos como facas, facões, enxadas, mãos-de pilão, cabaças, brinquedos e peles ou carapaças de animais. Dentro das habitações, além das prateleiras, há a utilização de caixas de papelão variadas para guardar roupas e alimentos, muitas vezes empilhadas, e ainda utilizam-se dos esteios laterais e centrais para pendurar roupas e outros objetos. A lâmina IV apresentada por Vignatti (1953), sobre os Cainguá, e que foi produzida a partir da expedição conduzida por Ambrosetti apresenta cabaças penduradas nos esteios transversais da casa. A descrição informa o seguinte :

Sobre la puerta, del lado de afuera y debajo del vestíbulo, em algunos *tapu*⁸⁵, hay una especie de zarzo donde colocan um sinnúmero de cosas, principalmente *porongos*, reatados com corteza de *guaimbé*, em los que se conservan las semillas, maíz desgranado, etc., y también les sirven para llevar agua.

As fotos apresentadas demonstram que qualquer lugar pode servir para armazenar, mesmo que provisoriamente, objetos de uso rotineiro, em locais que não seriam apropriados para este fim. Entretanto, considerando-se que é uma prática comum, deve-se começar a refletir que existe a possibilidade destes locais serem compreendidos por eles como adequados para este fim. Há casos de casas que já possuem móveis específicos para guarda de objetos, como armários, guarda-roupas, prateleiras adquiridas em lojas da cidade de Iguatemi, fundamentalmente.

Ainda compondo o tipo de armazenamento informal, a existência de árvores ao redor das casas oferece aos moradores uma oportunidade para transformar os troncos

⁸⁵ Tipo de habitação.

em abrigo de objetos como mãos-de-pilão, facões, enxadas, cavadeiras, peneiras, cabaças, entre outros, fazendo parte da categoria de armazenamento informal.

Desta maneira, as opções criadas e aceitas pelo grupo para o armazenamento e descarte do que é desnecessário é bastante variado, e atende a padrões pessoais, familiares e sociais



Foto 56. *Ogajekutu* utilizada para armazenamento de alimento



Foto 57. Estrutura tipo prateleira para guarda de objetos diversos



Foto 58. Estrutura tipo prateleira para guarda de objetos diversos



Foto 59. Travessão do módulo da cozinha para guardar roupas

CAPÍTULO IV

ROÇA: ESPAÇO DE MANEJO DOS RECURSOS VEGETAIS

Os Guarani coloniais passaram de “incansable agricultor que tiene sus graneros llenos de provisiones” para “índio perezoso sólo trabajaba por imperio de la fuerza” (ATINAIE e HERNANDEZ apud MELIÀ 1989, p. 6)

Até recentemente, os Guarani eram denominados por horticultores de floresta tropical, mas este termo está entrando rapidamente em desuso, pela discussão teórica de que o manejo agroflorestal realizado por este grupo nas áreas onde se instalavam, era responsável por grandes impactos ambientais, como a introdução e modificação de espécies valorizadas social e economicamente, e que os classifica como agricultores. Moraes (1999/2000, p. 206/7) afirma:

“(…) hoje abomino a expressão “horticultor” para qualificar as sociedades pré-coloniais brasileiras (ou americanas) que praticavam a agricultura, exatamente por concordar com as acepções de Aurélio Buarque de Holanda (1983) : *horticultor é a pessoa que se dedica à agricultura e esta é a arte de cultivar hortas e jardins* (grifo no original). Não é o caso dos indígenas americanos que, muito eficientemente, praticaram o manejo da flora (transferindo espécies de um lugar para outro) e domesticaram algumas plantas que mudaram, definitivamente, o cardápio dos europeus. “
ou ainda

(...) Por que chamá-los de horticultores, já que o termo é mais apropriado aos plantadores de hortaliças? Seria pelo fato de não cultivarem espécies exóticas, nos moldes da agricultura comercial introduzida pelos conquistadores europeus? O justo é chamá-los, sim, de agricultores praticantes de uma agricultura de subsistência (e, ao que parece, exercitaram com sucesso o manejo da floresta). (MORAIS, 2000, p. 10).

Nas atividades de campo, detectou-se a existência de roça no ambiente doméstico ou próxima às casas em 416, sendo que em 286 não foi identificado nenhum tipo de plantio. Este dado parece contradizer a proposição que se está defendendo neste estudo na medida em que aproximadamente 40% das residências não possui nenhum cultivo para subsistência. No entanto, quando se analisa com mais rigor esta informação, e ao mesmo tempo se considera a pressão por espaço que está havendo, é possível interpretar e compreender mais adequadamente estes dados.

Uma primeira aproximação que se deve fazer, é que em muitos casos as pessoas que estão em determinado módulo numerado são idosos que vivem de sua aposentadoria e do recebimento da cesta básica. A aposentadoria recebida por eles é a rural, pois na legislação em vigor, este é o tipo de benefício mais adequado para a situação. Como o Estado-nação classifica os indígenas como cidadãos brasileiros, e a sua inserção econômica advém de atividades ligadas à terra, este tipo de benefício foi estendido aos mesmos. Não houve por parte do Estado-nação a perspectiva de instituir um tipo especial de aposentadoria para os índios⁸⁶.

Outro importante fator a ser considerado insere-se justamente no fato de que as relações de parentesco são a base da organização social e econômica dos Guarani, e os representantes ñandeva/guarani não fogem à regra. Assim, em muitas residências, a resposta para a pergunta da existência ou não da roça, a resposta era da seguinte forma “eu não tenho, mas os meus filhos tem”, “o meu irmão planta para mim”, “aqui não tem nada plantado, mas o meu pai planta”. Interpretar estas falas nos remetem ao exercício de decodificação do que é explícito e do que fica subentendido no silêncio. Os filhos possuem roça, logo esta pessoa também tem acesso a esta produção alimentar sem nenhum tipo de

⁸⁶ Os índios recebem aposentadorias amparados na Lei 8213/91 e no Decreto 3048/99.

constrangimento, fato que ocorre muito freqüentemente com mulheres idosas e sem marido.

Testemunhou-se em algumas oportunidades, pessoas mais jovens trazerem mandioca e/ou outros produtos para os mais idosos, como avós, tios e tias, mães e pais. Na casa da dona Eunice Martins, presenciamos o neto dela deslocar-se até o local onde mora, a aproximadamente 150m de distância, buscar uma panela de mandioca já cozida para fazer parte do cardápio que estaria sendo servido neste dia, pois ela havia preparado macarrão e frango.

O segundo fator para tão expressivo número de pessoas não possuírem roça, aplica-se nos casos em que a mulher está sem marido ou é solteira e depende da família, pois esta é uma tarefa, atualmente, é de responsabilidade quase exclusiva do homem. Ele queima ou derruba o mato (quando precisa abrir nova área de roça), limpa a área para o plantio, planta, tem que manter o local livre de ervas daninhas, sendo responsável pela conservação e limpeza do terreno, e por último, com a ajuda dos demais membros familiares colhe os produtos. Se espécies vegetais como o feijão, a mandioca, e o milho tiveram um excedente, ou foi produzida com o único objetivo de comercializá-la, como é o caso da mandioca amarga (*Manihot sculenta*) que é vendida para as fecularias instaladas em município próximos, e do algodão (*Gossipium herbaceum*), são os homens que tratam com os interessados, realizam as transações, fornecem o produto e recebem o valor acertado.

Na etapa do plantio e colheita as mulheres e as crianças podem ajudar realizando estas tarefas, mas houve uma substituição de tarefas após o contato com os não-índios, que Noelli (1993, p. 154) apresenta da seguinte forma

“As estratégias de subsistência estão baseadas numa forte divisão sexual do trabalho. É o ponto simbólico onde a prescrição original das sociedades Tupi-guarani mostra sua inflexibilidade, embora existam muitas diferenças grupais. Somente as imprevisíveis situações geradas no contato com os europeus é que passaram a quebrar e transformar a divisão sexual do trabalho”.

A partir da bibliografia etno-histórica confirma-se esta substituição, sendo que nos documentos referente aos primeiros contatos, a roça era uma atividade

prescrita para mulheres (LANDA, 1995, p. 30-40). D'Orbigny (1944, p. 389) observou o seguinte:

“(…) sobre las mujeres recae todo o trabalho interior: los hombres derriban las árboles para tener un terreno mientras sus compañeras siembran, cosechan, transportan los productos a la casa y prepara las bebidas fermentadas para las visitas (...) ,

enquanto Andrada ([1545] 1941, p. 147) mostra-se, aparentemente, indignado quanto às atividades executadas na roça e somente por elas “(...) há nesta terra um maldito costume, o qual são as mulheres que plantam e colhem o mantimento (...)

“.

A única etapa que não sofreu transformação foi a primeira, que é a derrubada da mata, pois esta continua sendo uma atividade exclusivamente masculina. As demais, em algumas ocasiões podem também estar sendo executadas pelas mulheres, como a colheita de produtos da roça para o preparo alimentar. A prática da coivara, ainda pode ser observada mesmo em áreas com lugares reduzidos e já com sérios problemas ambientais (como é o caso da área de estudo).

4.1.1. A roça na documentação colonial

A abundância alimentar experimentada pelos europeus (viajantes, militares, missionários) no período dos primeiros contatos que pode ser deduzida através de inúmeras passagens, é resultado de um longo processo de manejo ambiental, que transformou os Guarani em exímios plantadores e conhecedores profundos do habitat onde se instalavam. Nesta experimentação continuada e troca constante de sementes entre as mulheres daquelas espécies que tinham se mostrado eficientes, os produtos provenientes da roça apresentavam uma grande diversidade, e demonstravam a sabedoria agrícola partilhada por elas. O levantamento efetuado por Noelli (1993, 1994), apresenta grande variedade para cada produto existente na roça: para a mandioca (*Manihot sculenta*), 24 variedades; feijão (*Phaseolus sp*), 16 variedades; milho (*Zea mays*), 13 variedades; amendoim (*Arachis hypogaea*); cará (*Dioscorea sp.*), 9 variedades; melancia (*Cucurbita moschata*), 4 variedades, além de citar mais 33

espécies de outros cultivos que poderiam estar presentes nas roças familiares. Como assinala o mesmo autor (1994, p. 17) “(...) Esta diversidad se vio seriamente reducida después del ‘descubrimiento’ hace 500 años.”

Algumas espécies são identificados como uma constante nos relatos feito nos primeiros contatos com os diferentes grupos existentes por uma ampla região de dispersão que cobre os atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, além de países como a Argentina, Paraguai e Bolívia, (Montoya, [1639] 1876, 1985; Cabeza de Vaca, 1987; como exemplos).

Cabeza de Vaca, militar que empreendeu uma viagem iniciada em Santa Catarina, com destino à Assunção no Paraguai no ano de 1541, relata os vários encontros com grupos Guarani que contatou ao longo deste trecho, e a variedade e abundância de alimento fornecido por eles aos visitantes. O fato deve tê-lo impressionado sobremaneira, pois em várias oportunidades fala da boa receptividade que o grupo liderado por ele (250 arcabuzeiros e balisteiros, dois frades e índios que o acompanhavam) obteve ao longo do trajeto ocupado por populações indígenas Guarani. Talvez o fato de presentear os líderes de cada um destes grupos tenha colaborado para que o governador tivesse um tratamento privilegiado em todos os locais pelos quais passou.

Independente deste fator de atração, o fato é que havia alimento, que se não pode se considerado como excedente, era pelo menos superior ao necessário para satisfazer as necessidades do grupo contatado, tanto que pode ser compartilhado/trocado/vendido com os participantes da expedição de Cabeza de Vaca. Em cada ocasião era apresentado um rol de produtos constantes (milho, mandioca, batata em apresentações variadas) acrescidos de outras variedades (amendoim, farinha de pinhão). No entanto, também não se deve desconsiderar a prática da economia do dom, onde “o princípio do “dom” é o regulador da circulação de bens e serviços em sociedades cultivadoras, inclusive entre os Guarani, o que não pode ser considerado pelos cânones estreitos do utilitarismo clássico.” (SOUZA, 2002, p. 218; MELIÀ; TEMPLE, 2004).

As passagens abaixo retirados de Cabeza de Vaca (1987) e Montoya (1985) permitem inferir a importância das atividades da roça, o potencial agrícola destas

comunidades que exigiam um amplo conhecimento botânico, que foi se desenvolvendo e aperfeiçoando ao longo de centenas de anos.

“(...) A duas léguas dali outros índios vieram receber o governador e sua gente, trazendo mais mantimentos, o que passou a ser uma constante, de modo que nunca faltava o que comer. (...)” (CABEZA DE VACA, 1987, p. 132)

“Seguindo seu trajeto por aquelas terras, o governador e sua gente chegaram a um povoado dos guaranis, cujo senhor principal, chamado Pupebaje, saiu a caminho para recebê-los, muito alegre e trazendo mel, patos, galinhas, milho, farinha e outras coisas. (...)” (Idem, 1987, p. 133)

Um dado importante que se verifica nesta passagem são as relações políticas que se estabelecem tanto entre os Guarani, lideranças estas baseadas tanto nas relações de parentesco quanto nas alianças feitas com grupos vizinhos, e na articulação destas com os novos visitantes. As citações permitem que se descortine o equilíbrio na alimentação, pois estão presentes tanto os produtos cultivados nas roças (carboidratos/formadores), os obtidos nas atividades de coleta (açúcares/energéticos), e os provenientes do trato de animais domésticos (proteínas), além de outros que não foram citados, mas que devem incluir frutas variadas, permitindo que seja válido para aquele momento os depoimentos da sra. Olívia Rodrigues “...por isso que a gente antigo é sadio”, e do sr. Carlos Vilharva “... eu mesmo tenho 60 anos e nunca fui pra hospital. Faz consulta, mas nunca fui pra hospital.”, que relacionam saúde com diversidade e qualidade alimentar.

É importante destacar que apesar da possibilidade de estar alimentando os participantes da expedição - que não era um número reduzido- a organização social formada por famílias extensas constituía um núcleo de produção, consumo e vida religiosa, formada por linhagens, parcialidades ou parentelas *te'yi*, em que no passado habitavam a *te'yi oga* (casa comunal) que poderia abrigar até 300 pessoas conforme os dados etno-históricos. Este tipo de organização Souza (2002, p. 235) condiciona a dispersão nos núcleos habitacionais, já que cada grande família produz o necessário para o seu sustento, sem a produção de excedentes.

“Procurando manter o rigor conceitual necessário à ciência, não existe como considerar a sociedade Guarani como caracterizada pela produção de excedente, ainda que ela fosse capaz de produzir uma reserva além da sua capacidade de consumo. Essas questões remetem ao que já foi exposto, acrescentando-se o fato de que boa parte dos produtos da lavoura Guarani eram bastante perecíveis. (...)” (Idem, p. 245)

Voltando as impressões de Cabeza de Vaca,

“(...) Finalmente, naquele dia 19, chegaram a um povoado de índios guaranis, que vieram recebê-los muito contentes, trazendo suas mulheres e filhos, além de muitos mantimentos, como galinha, batata, pato, mel, farinha de milho e farinha de pinheiro, que produzem em grande quantidade, porque há pinheiros tão grandes por ali que quatro homens com os braços estendidos não conseguem abraçar um. (...)” (Cabeza de Vaca, 1987, p. 134)

“(...) Como nos demais povoados, os índios semeiam mandioca, milho e batata, sendo que esta produzem de três tipos, branca, amarela e rosa. Criam patos e galinhas e extraem mel do oco das árvores.” (Idem, p. 136)

A presença de mulheres e crianças na maioria das ações realizadas no cotidiano era e é um dos marcadores fortes da organização social entre os Guarani, pois estava baseado nas relações de parentesco. Por isto, talvez tenham se tornado presas fáceis para os apresadores de escravos, representados pelos bandeirantes paulistas, pois a morte dos homens nas lutas travadas com potencial bélico desigual, facilitava o aprisionamento das mulheres e crianças que estivessem próximo do conflito.

A variedade das espécies é demonstrada nesta última citação na qual foi-lhes apresentado três tipos de batata, fato que corrobora o levantamento anteriormente citado (Noelli, 1994), que apresenta para as batatas 21 variedades e que estão presentes nos dicionários de Montoya: branca (*jety ai*, T: 196), amarela (*jety mbytavog*, T: 196) e rosa (*jety karatuã ou jety ajurupy pinahã*, T: 196)

Outro elemento importante é a localização dos grupos contatados, pois o oferecimento da farinha do pinheiro, permite que se projete – com risco de errar- que deveria estar em algum local acima dos 600m de altitude que é o habitat natural do pinheiro brasileiro ou pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia* ou *Araucaria*

brasiliensis), fato que exige um conhecimento ecológico diferenciado daquele necessário para os grupos que habitavam o litoral ou mesmo zonas com menor altitude, onde este tipo de flora não é encontrada, assim como uma adaptação específica para climas mais frios. Como a expedição cruzou o atual estado do Paraná, este grupo contatado poderia estar habitando as zonas mais frias deste estado. Isto demonstra o potencial de aquisição de conhecimentos novos e habilidade em desenvolver estratégias de subsistência adequadas para cada zona ecológica e geográfica onde se instalavam.

Por não terem encontrado os Guarani durante 5 dias seguidos a expedição de Cabeza de Vaca passou muita fome e a única salvação “eram os gusanos brancos e grandes, da grossura de um dedo, que tiravam do meio das canas e fritavam para comer (...)” (Idem, p. 136)

Os europeus adentravam no território dominado por índios Guarani e não possuíam conhecimento do meio ambiente e dos recursos variados disponíveis para subsistirem sem a necessidade de que fossem socorridos freqüentemente por eles, para poderem prosseguir a jornada sem passar necessidades. Ao ultrapassar o rio Iguaçu, Cabeza de Vaca observa que havia muita gente habitando as suas margens e considerou que estes seriam os “mais ricos” entre todos os grupos Guarani contatados de todas as terras percorridas:

“São lavradores e criadores, além de ótimos caçadores e pescadores. Entre suas caças estão os porcos montanhesees, veados, antas, faisões, perdizes e codornas. Entre suas plantações, além da mandioca, milho e batata, figura também o amendoim. Também colhem muitas frutas e mel.” (Idem, p. 138)

Os cursos d’água mais caudalosos e maiores, apresentavam-se como prioritários para a instalação de aldeias com uma maior densidade populacional, tendo em vista a posição estratégica para manter em observação constante o acesso de grupos rivais no local. A existência de ilhas na região do Guairá, que representavam um importante recurso para coleta de material lítico e mesmo para servirem de oficinas para a produção dos instrumentos (lâminas de machado, raspadores, alisadores, pontas de flecha, entre outros), necessários para atividades como a caça, derrubada de árvores, retirada de couro dos animais caçados. A utilização do rio como meio de locomoção deve ser bem

equacionado, pois permitia uma grande mobilidade para o grupo que dominasse o uso das canoas, permitindo o deslocamento para outras áreas com quem mantinham alianças políticas na mesma margem do rio quanto para atravessar para o lado oposto, para a realização das visitas familiares fundamentais na estrutura social dos Guarani, além de serem locais com vista privilegiada para o rio. No Mato Grosso do Sul, os sítios arqueológicos, MS-PA-03/ Ponte Ayrton Senna, MS-PA-04/ Porto Morumbi, MS-PA-05/ Porto Don Carlos são bons exemplos dos potenciais estratégicos, culturais e sociais e de produção da cultura material acima descritos. (LANDA, 2003)

O Pe. Montoya relata nas seguintes passagens a diversidade e quantidade de alimentos produzidos nas roças Guarani, das famílias contatadas no século XVII, além da técnica de plantio da mandioca seguindo os mesmos gestos técnicos utilizados ainda hoje nas roças familiares existentes na Porto Lindo, assim como a retirada do ácido cianídrico, elemento altamente tóxico presente na mandioca amarga.

(...) Eram a alimentação principal batata doce, bananas e raízes de mandioca, sendo que desta têm-se duas espécies: doce uma, que, assada ou cozinhada, come-se e não causa danos; a outra é brava ou silvestre e amarga, e , comida deste modo, mata, mas ralada e exprimida se come, e não poucos usam o ‘caldo’, para dar sabor ao que com ele se cozinha. Existe a tradição de que foi São Tomé , o Apóstolo, que a deu aos índios como alimentos, pois, tomando ele um pau ou rama, fê-los em pedaços e mandou que os plantassem. É assim que fazem e o plantam. E, sem que o pedaço não tenha raiz alguma, o pé as produz, e bem grossas, em questão de oito, dez ou doze meses. E se planta a doce de mistura com a amarga, aquela perde a sua doçura, tornando-se amarga e venenosa. “ (Montoya, 1985, p. 48)

“Meu companheiro e eu ficamos. Quando os índios fugidos voltaram e se lhes assinalaram os sítios, fizeram as suas casas e roças, todos se batizaram e alguns deles hoje vivem como bons cristãos.” (Montoya, 1985, p. 120)

A existência de roças mais afastadas do núcleo habitacional é atestada na seguinte passagem:

“(…) Bem informados a propósito das crueldades destes ‘alarbes’ [bandeirantes que objetivam aprisioná-los], seus vizinhos se meteram em grande número nos bosques, indo para lá em companhia de suas

mulheres e filhos, e dali saindo às suas próprias plantações em busca de alimento” (Montoya, 1985, p. 130)

4.1.2. O espaço da roça na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey

O pesquisador Warwick Kerr (1987, p. 159) que realizou estudos botânicos e agrônômicos entre os Kayapó da Amazônia, apresentou 7 locais na área de domínio do grupo onde poderiam estar cultivando a terra. São eles:

“(…) 1) junto as casas, dentro do perímetro da aldeia, com a formação de pomares, hortas medicinais e de plantas manufatureiras; 2) nas roças que distam de 5 a 10 km da aldeia; 3) nas trilhas que ligam aldeias e roças entre si; 4) em pequenas clareiras feitas nas trilhas; 5) em locais onde encontram clareiras naturais ou onde derrubam árvores para a coleta de madeira ou de mel; 6) em sítios abertos “em memória do pai ou da mãe que morreu”; 7) em micro nichos especiais, tais como nas proximidades de rochas provenientes de basalto. “

Assim como o apresentado para os Kayapó, os Guaraní também deveriam apresentar uma grande diversidade de locais para a concretização do seu sistema agrônômico (NOELLI, 1993, p. 262-5), considerando-se que o território tradicional não possuía os limites políticos e geográficos como se apresentam hoje, principalmente durante os primeiros contatos na bacia platina, e apresentava condições de prover seu sustento, realizar seus rituais e festas, viver em plenitude o modo-de-ser, e ainda pôde, sustentar os primeiros europeus que adentraram seu espaço. (CABEZA DE VACA, 1987; CORTESÃO, 1951, 1969; MAEDER, 1984, 1996; MONTOYA, 1876, 1951, 1985, entre outros).

Considerando-se a diversidade de locais possíveis para o plantio de espécies variadas apresentadas acima, atualmente, onde os Nãndeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey localizam seus cultivos? Há formas diversas de plantio? Quem é responsável pelas diversas etapas do manejo agroflorestal? Inicialmente, é necessário que se esclareça que além de assegurar a subsistência, eles plantam também para ter acesso a plantas com finalidades medicinais, religiosas, sociais, e para preservação de

determinadas espécies valorizadas culturalmente. Os locais privilegiados onde cultivam são as roças (*kokue*), junto às casas (*oga*) e nos pátios (*okara*).

As roças localizam-se, em geral, nos limites do local previsto para cada família, nuclear ou extensa, que se configuram dependendo do tipo de relações que mantém e tempo que estão no local⁸⁷. As distâncias entre as habitações e as áreas de roça varia de acordo com: a) a finalidade do plantio, se é para consumo ou para ser comercializado; se o responsável cuida de mais de uma roça, no caso de plantar para parentes; e c) da disponibilidade de área próxima da sua residência para plantio. Este último item está relacionado com aqueles que chegaram a pouco, e não tem área suficiente. Estima-se que a maioria fique entre 10 e 50m de distância das casas. Há casos, em que a área de plantio é instalada afastada do âmbito residencial, em virtude de uma necessidade de produção maior, ou porque há locais sub-utilizados, como é o caso de pessoas idosas e mulheres sozinhas, cujos espaços ociosos ao redor da casa que porventura possam ter, podem ser utilizados por filhos, irmãos, genros, tios ou primos, em troca de acesso à parte da produção. O tamanho das roças varia sobremaneira, de 1 a 5 ha (fotos xx e xx a seguir), a depender do produto a ser plantado, e se é para consumo e/ou comercialização, e principalmente da configuração da família que irá ter uma roça coletiva.

Uma outra variante a ser considerada, é a antiguidade da família na área, sendo que as mais antigas ou tradicionais (são denominados de “raiz”), possuem roças maiores, pois foram se estabelecendo quando não havia tantos moradores e o fizeram de forma a manter-se afastados de outras famílias. O cuidado com a roça é praticamente diário, para que o colônio e a braquiária não sufoquem as plantas novas. Aquelas famílias que estão há pouco tempo no local, seja por terem vindo do Paraguai ou de outra aldeia possuem espaços de plantio menores, próximo das habitações, sendo que alguns não possuem. Os moradores que optam por estabelecer-se próximo ao “centro” da área (ao redor da escola municipal, do posto de saúde da FUNASA e da sede da FUNAI, tem espaços de roça também muito restringidos. Neste caso, a opção não é por espaço, mas de proximidade com os locais por onde circula toda a informação que interessa aos moradores.

⁸⁷ Deve-se sempre ter presente que nos últimos 5 anos houve um grande afluxo de índios provenientes do Paraguai, sendo que há casos de pessoas que não possuíam vínculo de parentesco com ninguém da área.

Os produtos da roça na área de estudo, estão representados por aqueles cultivos que são citados desde os primeiros contatos, cujos verbetes são estão presentes nos dicionários de Montoya (1876), e que constituem a base alimentar da comunidade, que são o milho/*avaty* (*Zea mays*), a mandioca/*mandi'ó*, doce ou amarga (*Manihot utilissima*, *Manihot sculenta*), feijão/*kumandá* (*Phaseolus vulgaris*), amendoim/*manduby* (*Arachis sp.*), batata doce (*Ipomoea batatae*) e batata (*Solanum tuberosum*). O arroz/*arroz* (*Oriza sativa*), foi introduzido na roça mais recentemente, mas hoje, junto com o milho e a mandioca representam os alimentos mais consumidos pelas famílias no local. Presenciou-se, no período da tarde, crianças servindo-se de arroz que estava em uma panela sem tampa depositada displicentemente em uma mesa, sem nenhum tipo de outro acompanhamento. Estes itens, muitas vezes representam o único alimento que a família dispõem. Há que se considerar, que nem todos possuem roça, muitas mulheres jovens e sem marido não tem outra fonte de renda, e sobrevivem basicamente com os produtos da cesta básica e da ajuda de parentes.

O algodão (*Gossipium herbaceum*), que era o produto básico para a atividade têxtil desenvolvida pelas mulheres para a confecção de redes, vestimenta, tecidos, faixas, etc. cuja complexidade desde o momento que é colhido até a transformação em fios (coleta, limpeza, fiação, transformação em novelos e meadas), uso do tear de tipo aruaque ou amazônico⁸⁸, até a peça pronta chamou a atenção de missionários, viajantes e outros, está descrita em detalhes nos verbetes dos dicionários produzidos por Montoya (1839,1840), e a sistematização foi apresentada por Landa e Noelli (1994, 1995, p. 54- 67), é cultivado fundamentalmente para comercialização, assim como a mandioca brava (*Manihot sculenta*).

O abandono do plantio de algodão para confecção de produtos para uso pessoal ou familiar, relaciona-se ao fato de que pelo esgotamento da qualidade da terra, é necessário a melhoria da mesma agregado ao uso de agrotóxico freqüente para o combate as pragas que atingem este tipo de cultivo. Somente os que tem algum outro recurso financeiro podem estar constantemente investindo neste tipo de plantação. O

⁸⁸ Descrito por O'neale, 1987, p. 397 e Ribeiro, 1987, p. 395

IDATERRA é o maior apoiador deste tipo de plantio na área, pois ele fornece os técnicos que orientam os índios, e os insumos necessários para que iniciem a atividade.

Em campo, foram identificados somente dois teares (foto 60 abaixo), mulheres que ainda confeccionam os fios manualmente a partir do algodão tecendo redes de algodão e de caraguatá . No entanto, tornam-se cada vez mais raras, pois a compra de vestuário no comércio das cidades próximas, e dada a complexidade da técnica que é dominado por pessoas muito idosos, há uma tendência a um completo desaparecimento desta produção doméstica, assim como ocorreu com a cerâmica. Outro fator importante a ser considerado, para não se compreender a substituição dos produtos confeccionados no tear pelos adquiridos em lojas de vestuário, somente pelo contato com a sociedade envolvente, é a escassez da oferta de matéria-prima na área de estudo para a continuidade deste tipo de atividade.



Foto 60. Tear

As variedades de milho conhecidas pelos Guarani, que lhes eram próprios, foram freqüentemente destacados por aqueles que tiveram contato com eles. Amaral (1902, p. 269), em relação a este tema destaca que entre os guarani localizados no vale do Paranapanema afirma o seguinte: “ O milho (avaty) de que fazem uso, é amarelo, ou roxo, ou rajado com a palha roxeada. Na sua simplicidade disseram-me que tal milho era diferente do usado pelos brancos, e só do índio, porque Deus lhes deixara para alimento.”

Na área de estudo, a variedade considerada “dos guarani mesmo”, “antiiigo⁸⁹ mesmo”, “ dos índio” é o branco (*moroti*), que somente moradores mais antigos e/ou rezadores os possuem. Como este milho deve ter suas semente conservadas de um ano para outro, num longo processo que envolve conhecimento agronômico e uma parte preme de aspectos de religiosidade, pois desde as etapas de plantio até a colheita há rituais envolvendo sua produção. Após colhido, algumas espigas são separadas para serem tratadas, para que seus grãos possam ser plantados na época propícia. Estas espigas selecionadas, que são benzidas pelo xamã, são amarradas juntas e presa ao teto, acima do local onde está instalado o fogo (foto 61). A secagem acontece através do calor lento e continuado do fogo doméstico, para que não seja atacado por carunchos e possa continuar se reproduzindo. Além da variedade branca, também há uma espécie amarela e outra rajada, bem diferentes das variedades provenientes das sementes recebidas do IDATERRA ou da Prefeitura que são sementes selecionadas e que passam por tratamento químico que lhes dá cor rósea, avermelhada ou roxa que impede o ataque de pragas e que garante a produtividade necessária tanto para consumo da família como em alguns casos para venda para particulares ou comércio próximo.

⁸⁹ Palavra escrita na tentativa de enfatizar a forma como falam quando se referem a esta variedade.



Foto 61. Milho tradicional (*avaty moroti*) secando sob o fogo

Mesmo valorizado no nível do discurso e justificando a importância deste produto para a continuidade das tradições e hábitos partilhados na comunidade, pouquíssimas famílias, considerando que a área tem 960 famílias segundo os dados da FUNASA, plantam ou possuem espigas ou sementes que possam ser utilizadas para a continuidade deste cultivar específico, e que tem significado cultural sempre repetido para os não-índios. Em geral, os adultos⁹⁰ falam somente sobre o milho branco-mesmo tendo conhecimento dos demais tipos que são de uso exclusivo dos ñandeva e kaiowá- que conheceram na infância, valorizam, informam quem ainda pode ter, mas concluem afirmando que “ está acabando”, “ quase não tem mais” , e que “só os mais velhos tem”, sendo estes os fiéis depositários de um item importante cultural e socialmente.

O milho (*Zea mays*), quando há um excedente na produção é vendido para o comércio em Iguatemi, principalmente, pois além de consumi-lo cozido ou assado também é armazenado na forma de farinha. Depois do período adequado da colheita, o milho é “quebrado”, isto é, as espigas com o grão duro são retiradas e o caule é quebrado pelo meio para indicar que não há mais nenhuma naquele pé. Estes grãos são armazenados para servir de alimento para a criação de galinhas e patos, ou são vendidos

⁹⁰ Há que se realizar uma pesquisa para saber até que ponto os mais idosos e adultos, tem continuado a transmitir o significado cultural destas variedades de milho consideradas tradicionais- por eles- para crianças e adolescentes.

para pessoas – moradoras ou não da área - que possuem estes animais domésticos. Estas atividades são quase todas executadas pelos homens, cabendo às mulheres a produção da farinha de milho e a maceração dos grãos duros para dar para os animais nos pilões familiares.

No entanto, a massiva introdução dos elementos forâneos citados anteriormente, não foi suficiente, ainda, para eliminar o sentimento em relação ao que reconhecem como seu. “Aquele” milho branco (*avaty moroti*) é produzido, preservado, cuidado, e multiplicado através das redes de solidariedade e reciprocidade, baseada na lideranças de uma pessoa cujo prestígio pode ultrapassar inclusive os parentes, agregando outras famílias nucleares ou extensas que terminam por possuir um caráter que os diferencia dos demais grupos. Este pode ser um idoso reconhecido pelos participantes do grupo, como aquele que tem a capacidade de aglutinar interesses e resolver questões que possam surgir, baseado em sabedoria adquirida através do tempo. Avôs (*tamoi*), caciques e algumas lideranças políticas tem desempenhado esta função.

Há um impasse presente neste aspecto, porque a roça que podia ser conduzida dentro do manejo tradicional de coivara, com a derrubada e queima da vegetação para a abertura de novas áreas, plantios variados por alguns anos, e período de repouso para que a terra pudesse novamente se restabelecer, está completamente inviabilizado no espaço interno que dispõem. Anualmente devem produzir na mesma área, as mesmas culturas, no mesmo espaço, e com técnicas que não lhe são próprias. O uso de trator, agrotóxicos, correção do solo com calcário e adubo, luta contra a braquiária e o colônio, dependência do fornecimento de sementes e insumos pelos órgãos governamentais e organização em grupos cujos componentes muitas vezes não possuem vínculos familiares ou de afinidade, transformaram profundamente esta atividade cuja essência estava baseada no uso da terra como um recurso através da qual podiam compreender-se e identificar-se. A terra não era um elemento a ser explorado até a exaustão, ao contrário, o sentimento era de pertença a ela. Eram abençoados através de uma produção generosa e diversificada.

Se anteriormente, a introdução de novas espécies era proveniente das relações fortes existentes entre as mulheres (NOELLI, 1993; LANDA, 1995), tanto internamente ao *tekoha*, como nas visitas a outras áreas com a troca de cultivares entre parentes, hoje também está sendo efetivada com os não-índios, que são aqueles que oferecem

sementes, equipamentos, insumos, cujo contato torna estas líderes ainda mais poderosas, pois ampliaram sua rede de trocas, que não está restrita somente aos membros da comunidade.

“A imposição de métodos agrícolas de outras latitudes foi justificada, correntemente, pela falácia de que o sistema de cultivo itinerante aborígine era primitivo e ineficaz. Só agora, biólogos e agrônomos reconhecem que o sistema de lavoura indígena é mais complexo e, de um modo geral, melhor adaptado às condições tropicais do que se supunha” (POSEY, 1987, p. 21).

Esta substituição do manejo tradicional efetuado pelos Guarani é facilmente verificável nas áreas no Mato Grosso do Sul. O trator passou a ser sinônimo de eficiência de plantio, pois o preparo da terra torna-se mais rápido, o que inviabiliza as técnicas anteriores de roçado manual, até porque plantas como a braqueária (*Brachiaria* sp.) e o capim colômbio (*Panicum maximum*) praticamente impossibilitam a continuidade desta técnica. O uso de agrotóxicos, para combate às pragas das lavouras, tanto no preparo do solo, quando o local está tomado por colômbio ou durante o período de desenvolvimento da planta (caso do algodão), tem contribuído para alterações significativas na qualidade do solo, e para as transformações dos processos mais tradicionais de cuidado com a terra, que incluíam, o roçado constante, a verificação freqüente das condições das plantações, o trabalho coletivo, e, por uma imposição de espaço nas áreas reservadas, a rotatividade das áreas plantadas por períodos de alguns anos (5-10) por outras virgens/ou em pousio por longo tempo através da abertura de novas áreas de roça.

Ao se considerar que a TI Porto Lindo/Jakarey foi reservada em 1928 em área tradicional, isto é, que fazia parte do território conhecido, manejado, percorrido e de

domínio dos Guarani⁹¹ que circulavam pela região - como atestam a documentação referenciada em capítulo anterior, e o sítio arqueológico existente dentro da mesma- o confinamento em um espaço restrito que foi imposto pela sociedade nacional, interferiu profunda e negativamente nas práticas agrícolas conhecidas anteriormente. O constante uso da mesma terra, considerando-se somente a partir da reserva da área está-se aproximando de quase 90 anos, diminuiu a qualidade de nutrientes que permitiam a colheita de produtos em quantidade e qualidade, como atestam os depoimentos colhidos. Junte-se a este fato, o aumento da população motivado tanto por causas externas quanto aumento vegetativo nos últimos 5 anos, que inviabilizou ainda mais o uso das práticas anteriores.

A produção de excedentes⁹², mesmo sendo possível dentro do sistema de agricultura rotativa (POSEY, 1987, p. 22), não representava um objetivo especial a ser atingido através das técnicas empregadas no período anterior ao contato, e nem quando a roça associada com a caça, a coleta e a pesca no século XX, permitiam alimentação suficiente e saudável, foi buscada. Importava sim, produzir a mais para o compartilhamento daqueles itens que eram parte integrante das festas coletivas. Para a produção, por exemplo, da chicha⁹³, feita pela mulheres, e distribuída entre os participantes de rituais como o *ñemongarai* (batismo e nomeação das crianças), *avatykyry* (batismo do milho novo) e o *cuñumi pepi* (perfuração dos lábios dos meninos), que são ritos que ainda persistem, mesmo que em declínio nas áreas ñandeva e kaiowá. A pesquisadora Graciela Chamorro assistiu a um ritual de nomeação na aldeia Palmeirinha, município de Chopinzinho/PR, entre os Mbyá em 1998, onde não menciona a ingestão da chicha ou outro alimento tradicional em nenhum momento. Ao contrário, foi servido pelas mulheres, durante a cerimônia “café doce com bolacha” (CHAMORRO, 1998b, p. 209).

Deste modo, considera-se que a roça, apesar da interferência externa ser cada vez mais evidente dadas as condições reais vivenciadas por eles, ainda representa um

⁹¹ Aqui uso o termo Guarani e não ñandeva, pois esta categoria foi criada posteriormente, quando a partir do século XIX os estudiosos começaram a compreender que tratavam-se de grupos que falavam a mesma língua, possuíam costumes muito semelhantes, com a religiosidade sendo a base do seu modo de ser, mas que também apresentavam características que os distinguiam entre si, e que hoje, fazem questão de ressaltar, quando é necessário.

⁹² Excedente é aqui considerada aquela produção a mais que não será utilizada pela família nuclear e extensa, podendo ser disponibilizada para outros fins.

⁹³ Chicha é uma bebida fermentada produzida com a utilização de produtos retirados da roça, como o milho, a mandioca e a cana.

dos elementos fundamentais do modo de ser deste grupo, pois as suas reivindicações por ampliação das áreas, são justificadas pela necessidade que tem de as retomarem pois a terra é o suporte físico para a vivência dos seus costumes, onde podem ser plenos no seu modo-de ser/*teko*.

O consorciamento de espécies ainda é uma prática comum entre eles, que permitiria a manutenção da qualidade de terra se ela não fosse super explorada, pois na coleta de dados para a produção dos mapas de distribuição de recursos foram encontrados vários exemplos: mandioca- arroz, milho-arroz, mandioca-feijão-arroz, etc, conforme as fotos a seguir.



Foto 62.
em roça na área



ConSORCIAMENTO
de estudo

Foto 63. Consorciamento com milho e arroz.

Tabela 10 – Relação das espécies vegetais cultivadas na roça.

Família	Nome Científico	Nome Comum
<i>Convolvulaceae</i>	<i>Ipomoea batatas</i>	Batata-doce
<i>Cucurbitaceae</i>	<i>Cucurbita pepo</i>	Abóbora
<i>Cucurbitaceae</i>	<i>Citrullus vulgaris</i>	Melancia
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Manihot sp.</i>	Mandioca
<i>Gramineae</i>	<i>Oryza sativa</i>	Arroz
<i>Gramineae</i>	<i>Saccharum officinarum</i>	Cana-de-açúcar
<i>Gramineae</i>	<i>Zea mays</i>	Milho
<i>Leguminosae</i>	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Feijão
<i>Malvaceae</i>	<i>Gossypium sp.</i>	Algodão
<i>Solanaceae</i>	<i>Solanum tuberosum</i>	Batata-inglesa

Atualmente, através do incentivo proporcionado pelo IDATERRA e pela Prefeitura, que tem fornecido sementes, equipamentos, diesel para trator, orientação e acompanhamento técnico, existem 26 grupos de roça, cada qual liderado por um

homem que denominam de “cabeçante”, congregando aproximadamente 340 pessoas, tendo cada grupo em torno de dez participantes. Estes podem ou não ser parentes, mas em geral há relações de parentesco consanguíneo ou de afinidade entre os seus membros. O cabeçante é o responsável por organizar o grupo, repassar as informações dos órgãos públicos com quem dialogam, receber as sementes, insumos e equipamentos e distribuir entre os participantes, estar sempre atualizado das necessidades e produtividade do grupo, enfim é o administrador dos bens e informações.

Estes grupos tendem a se dividir quando o cabeçante não cumpre com suas obrigações e/ou quando o grupo ou algum membro dele de alguma forma se sente prejudicado. A posse dos equipamentos ou ferramentas (enxadas, facão, matracas, etc.) de forma permanente pelo cabeçante que não faz um rodízio dos mesmos entre os participantes, gera um grande descontentamento que termina por esfacelar aquela formação. Assim, os grupos estão constantemente aumentando ou diminuindo de tamanho, tendo em vista que eles não tem por hábito criar discussões envolvendo este tipo de situação. Preferem afastar-se, e formar outro grupo, que tem seu núcleo inicial formado por parentes próximos que se sentiram enganados. Observa-se uma grande dificuldade em partilhar objetos provenientes das relações estabelecidas com os não-índios, tanto por parte das mulheres quanto dos homens. Instrumentos de trabalho como enxadas, pás, carrinhos de mão, facões, máquinas de costura recebidas através de projetos desenvolvidos no local por órgãos governamentais ou não, são interpretados como sinal de prestígio por aquele que recebe. Neste fato, resulta a dificuldade em partilhar estes bens. Os tratores são melhor utilizados porque a Prefeitura tem um controle mais efetivo sobre as atividades dos mesmos, e também, porque os índios reclamam sobremaneira se não são atendidos satisfatoriamente pelos tratoristas nas suas reivindicações. Já os pequenos instrumentos, passam mais

despercebidos pela coletividade, e somente quando alguém sente-se prejudicado é que as reclamações chegam até quem facilitou ou propiciou a aquisição de tal bem. Ao mesmo tempo, verifica-se que aquele que se apropria de algo que pertencia ao grupo sofre retaliações como o afastamento dos demais do convívio deste, a não prestação de ajuda quando solicita, e o comentário desabonador sobre tal atitude na comunidade.

Nas atividades de campo, foi possível observar todas estas atividades desde o preparo da terra, o plantio do milho, a retirada das espigas verdes, o período de quebrar o milho, o descascamento da espiga, as mulheres utilizando o pilão para produzir a farinha e para quebrar os grãos secos em pedaços menores para servir de alimento para galinhas e patos. (Fotos 64, 65). A atividade de descascar o milho e os resíduos gerados estão descritos no item que aborda sobre os resíduos sólidos.



Foto 64. Milho seco na roça



Foto 65. Milho secando para semente (acima na foto) e espigas aguardando para serem descascadas



Foto 66. Mulher pilando milho para galinhas

O plantio de espécies vegetais ao redor ou próximo das habitações apresenta-se de três formas diferenciadas e estão representadas pelas: a. hortas, b. medicinais e c. frutíferas.

4.1.2.1. Hortas

São as menos abundantes, pois em todas as casas visitadas somente encontramos 23. São plantios coletivos, que já vem de um longo processo de tentativas realizadas para introduzir verduras e legumes no cardápio dos índios no local. Uma das

experiências, foi iniciativa da Igreja Católica através do frei Álido, que organizou vários grupos de mulheres por atividades: horta, corte e costura, roça, animais domésticos (a doação de vacas leiteiras foi destinada para algumas famílias). Estes grupos se organizavam em torno de uma liderança feminina saída das relações existentes entre elas. Poderiam ser relações de parentesco, afinidade ou reciprocidade.

Em geral, estas atividades passam por um período inicial de muita motivação, e aos poucos tendem a deixar de ser interessantes, gerando o abandono no cumprimento das tarefas destinadas a cada uma, desagregando o grupo inicial. Os grupos envolvidos com as atividades de corte e costura, participaram de um curso oferecido em parceria com a Prefeitura Municipal, e após a conclusão do mesmo cada grupo recebeu uma máquina de costura que deveria ser utilizadas por todas as componentes do mesmo. Como o associativismo e o cooperativismo não foram discutidos, e também como não fazem parte das relações econômicas e sociais vivenciadas pelas participantes, as máquinas terminaram ficando de posse da liderança, que pode agregar outras mulheres de famílias nucleares com relações de parentesco para a continuidade das atividades. Assim as reclamações são intensas quando se contata aquelas que se sentiram prejudicadas. A falta de material (tecidos, linhas, agulhas) para a continuidade das atividades é apontada como fator desestruturador do grupo, que não conseguiu produzir para comercializar interna ou externamente, e assim não pode reinvestir para dar seqüência a atividade.

Este é um exemplo de como, projetos bem intencionados, acabam prejudicando mais do que ajudando a comunidade, se não há uma discussão séria e responsável entre o proponente e o público-alvo que deseja atender. Segundo Dominique Gallois, em curso oferecido pela UCDB em Campo Grande, a discussão sobre os objetivos e as metas do projeto que se deseja atingir representa um dos componentes mais demorados na sua elaboração, pois é o momento de serem discutidos entre os interessados o desenho que é necessário ter para que produza resultados satisfatórios para o grupo envolvido. A prática atual dos não-índios é propor projetos que se são interessantes para outros atores sociais, para os índios já vem destinadas a não terem êxito, pois estes já vem prontos, herméticos, com prazos fixos, não permitindo a reelaboração a partir das categorias indígenas, e de realização no tempo e espaço que lhes são próprios.

As hortas são exemplares neste aspecto. Para incentivar e motivar as mulheres a participarem do processo produtivo - já que a roça, contemporaneamente entre os Nandeva/Guarani na Porto Lindo, não é mais uma tarefa feminina⁹⁴-, melhorar a qualidade da alimentação e diminuir o índice de mortalidade e desnutrição infantil verificada no interior das áreas indígenas foi proposta a criação de hortas que seriam de responsabilidade das mesmas, mas a partir de uma demanda das próprias mulheres. Áreas em torno de 80-100m² foram cercadas com tela no pátio de uma das participantes do grupo, em geral da líder ou daquela que possuía água com fornecimento regular da rede de abastecimento, pois um dos grandes problemas hoje é a oferta irregular de água na área, e foram feitos canteiros de tamanhos variados. As sementes também foram doadas pelo IDATERRA e Prefeitura Municipal.

A motivação inicial faz com que todas iniciem participando, colham o que foi plantado, alguns produtos são vendidos, e a experiência tende a parar, até que consigam semente novamente. Alguns grupos até conseguem adquirir sementes a partir da comercialização no comércio próximo de alguns produtos. Aqueles que são comercializados fazem parte do grupo de alimentos que não é muito apreciado para consumo pelos índios, entre eles beterraba e verduras. Também vendem cenoura, cebola e tomate. Nos grupos contactados, foi unânime a informação de que a beterraba é plantada, mas não é consumida.

Assim, se o objetivo da implantação de hortas é enriquecer o cardápio diário para melhorar a qualidade de vida das crianças, não está sendo atingido, pois poucos produtos da roça acabam fazendo parte da dieta diária, já que uma parte significativa é comercializada. No entanto, deve-se tentar compreender o significado no contexto da área de estudo, de possuir ou fazer parte de um grupo que está envolvido com a produção de alimentos a partir da implantação de hortas, e que somente os objetivos

⁹⁴ O antropólogo Levi Pereira, na sua tese doutorado (2004,p. 204-5) realizada entre os Kaiowá no MS, aponta esta atividade como tendo uma grande contribuição por parte das mulheres: “(...) Também uma quantidade importante do trabalho na roça é por elas executado, o que representa uma sobrecarga de trabalho, considerando a sua responsabilidade pelos cuidados de manutenção do fogo culinário, envolvendo ainda as atividades de recolher e preparar os alimentos, cuidar das crianças, lavar a roupa, etc. A dedicação da mulher à lavoura está ligada ao seu interesse pela proeminência gozada pelo fogo que dispõe de uma roça suficientemente grande para prover fartamente de alimentos seus integrantes e os eventuais visitantes. O prestígio da mulher é proporcional ao prestígio do fogo que mantém e organiza, isto também é verdade para os homens, mas a mulher parece sempre estar mais preocupada com o tamanho e a qualidade da roça, ela vive praticamente entre a casa, o pátio e a roça, enquanto o marido possui maior mobilidade espacial e se dedica mais intensamente a outras atividades econômicas. (...)”

principais não justificam o interesse por parte das mesmas, e de outros grupos que solicitam a implantação de hortas nos seus pátios, mas como não tem acesso à água de forma regular não puderam ter atendidas as suas solicitações.

Considerando-se que cada vez mais os moradores da aldeia estão abertos e atentos para as novidades que os agentes externos lhes apresentam, sejam eles governamentais ou não-governamentais, de universidades ou particulares, o fato das mulheres serem chamadas para participarem de uma atividade produtiva que tem significado fundamentalmente para estes agentes, representa estar em contato com pessoas que podem lhes imputar prestígio frente aos demais membros da comunidade.

Houve tentativas individuais de liderança femininas importantes como é o caso da sra. Agripina Lopes que motivou um grupo de mulheres que participavam das aulas de corte e costura a também cuidarem de uma roça, com o objetivo de melhorar o cardápio das famílias participantes. Por insistência pessoal, contou com o apoio da Prefeitura que forneceu a tela, adubo e sementes. Esta horta foi implantada atrás da escola em área desocupada. Foram plantadas cenoura, beterraba, salsa, almeirão, alface, tomate, couve. A produção foi satisfatória, conforme foto abaixo, e observou-se que várias das participantes buscavam os produtos que cuidaram, para consumirem nas suas casas.



Foto 67. Horta produzindo

Houve o interesse em abrir uma área maior, e as mulheres buscaram a madeira necessária para delimitar o espaço onde seria colocada a tela, enquanto maridos de algumas delas cavaram os locais para colocar as estacas. (O processo em detalhes está relatado no capítulo que trata da mata) . No entanto, esta nova área até o momento não se concretizou, e um dos motivos é que a “cabeçante” engravidou e teve que manter-se afastada de várias atividades por motivos de saúde, e nenhuma das outras mulheres assumiu a sua função. Deste modo percebe-se que as lideranças femininas ainda estão se consolidando dentro do seu grupo de influência – que no caso específico não é formado por parentes- e outras novas ainda são vistas com reservas pelas demais participantes.

Neste momento, o IDATERRA tem como proposta estar retomando os grupos de mulheres ligadas às atividades envolvendo as hortas coletivas. Os objetivos do projeto de criação de hortas, são os mesmo citados anteriormente, mas também para atender uma demanda que vinha sendo feita há aproximadamente dois anos. Existem seis grupos em atividade lideradas pelas sras. Agripina, Florinda, Vitória, Sebastiana, Márcia e Melânia, que congregam aproximadamente 70 mulheres.

O tamanho do espaço cercado para as hortas varia de 100 e 500m², e estas localizam-se próximas à habitação da responsável pelo grupo, numa distância de 20 a 150m. Tanto os técnicos do IDATERRA quanto o frei Álido verificam rotineiramente o progresso das roças. Pelo órgão estadual, foram fornecidas sementes de abóbora (dois tipos), melancia, tomate, pepino,

As hortas identificadas nos trabalhos de campo estavam produzindo os seguintes produtos :

Tabela 11 – Relação das espécies cultivadas na horta

Fa mí lia	No me cie ntí fic	No me po pu lar

	o	
<i>Asteraceae</i>	<i>Chorizanthus</i>	Almeirão
<i>Chenopodiaceae</i>	<i>Beta vulgaris</i>	Beterraba
<i>Compositae</i>	<i>Lactuca sativa</i>	Alface
<i>Cruciferae</i>	<i>Raphanus sativus</i>	Rabanete
<i>Cruciferae</i>	<i>Brassica oleracea</i>	Repolho
<i>Cruciferae</i>	<i>Erucasativa</i>	Rúcula
<i>Cruciferae</i>	<i>Brassica oleracea</i>	Couve
<i>Cucurbitaceae</i>	<i>Cucumis sativus</i>	Pequião

		<i>s</i>	
<i>Lil iac ea e</i>		<i>All iu m sat ivu m</i>	Al ho
<i>Lil iac ea e</i>		<i>All iu m ce pa</i>	Ce bol a
<i>Sol an ac ea e</i>		<i>Sol an um me lon ge na</i>	Be rin jel a
<i>Sol an ac ea e</i>		<i>Ca psi cu m fru tes ce ns</i>	Pi me nta - ma lag uet a
<i>Sol an ac ea e</i>		<i>Ly co pe rsi cu m esc ule ntu m</i>	To ma te
<i>U mb elli fer ae</i>		<i>Da uc us ca rot a</i>	Ce no ura
<i>U mb elli fer ae</i>		<i>Pe tro sel inu m sat ivu m</i>	Sal sa

Assim, plantas antes inexistentes, estão sendo introduzidas e ampliando a oferta de alimentos no interior da área. Há uma nova relação social surgindo, a partir de núcleos coordenados por mulheres. No passado, estas relações eram fundamentalmente baseadas no parentesco, quando eram responsáveis pelas roças, desde o plantio até a colheita, cabendo aos homens as etapas iniciais de derrubada, queima e preparo do solo. Como houve esta inversão de funções através do longo tempo decorrido desde os primeiros contatos até a atualidade, elas estão se reinserindo no processo de produção de alimentos, tentando manter algumas características do passado recente, que é o trabalho coletivo entre as parentes cujos núcleos habitacionais também apresentem uma proximidade geográfica.

Além da melhoria da qualidade alimentar para a família nuclear ou extensa, que pode ser alcançado com a implantação destas hortas, e eventualmente o recebimento de uma pequena renda, o que se observa é que é muito mais significativo este contato freqüente e baseado numa relação de troca que existe entre estes grupos e os agentes governamentais e não-governamentais que atuam na área. Até as décadas de 50-60 do século passado, não era necessária a existência de um espaço específico para o cultivo de alimentos deste tipo, tendo em vista que a oferta alimentar era variada, com acesso a roça, caça, pesca e coleta, os quais ofereciam todo o estoque necessário para uma alimentação equilibrada. A diminuição das variedades de produtos da roça, o desaparecimento da caça, a limitação da pesca, e a impossibilidade de coletar o necessário para complementar o cardápio, de alguma forma obriga as mulheres Nandeva/Guarani a aceitarem programas e projetos que não teriam sentido em um ambiente preservado e dentro do território tradicional conhecido anteriormente, e que agora não existe mais.

A relação com os não-índios, que são os que propõe novas formas de subsistência, é importante como uma forma de prestígio, pois já compreenderam que é através deles que podem obter insumos, produtos, equipamento e informações que podem lhes garantir uma melhor situação na aldeia. Utilizo as palavras de Novaes

(1993, p. 69) para quem “vendo-se obrigado a ter o branco como modelo que se impõe, o índio não perde sua identidade original” . O modelo que se impõe é o plantio de verduras e legumes que antes não faziam parte da sua dieta alimentar – e ousa-se afirmar que continuam não fazendo- mas que é valorizado pelos não-índios. A aceitação das hortas no ambiente doméstico por parte das mulheres, tem como contraponto a perspectiva de compreender os códigos dos não-índios em relação à alimentação, pois se o que é plantado na roça é apreciado pela sociedade envolvente, há que se instrumentalizar neste conhecimento para reavaliá-lo a partir dos seus códigos culturais, sociais e econômicos.

O grande desafio atual, é fazer um diálogo intercultural que seja realmente respeitoso entre os interessados, a fim de que a comunidade possa refletir sobre as novidades⁹⁵ que estão penetrando muito rapidamente nas áreas indígenas Guarani. A horta é uma destas novidades, que traz em si a ampliação das redes de reciprocidade, pois extrapola o âmbito da área.

4.1.2.2. Mediciniais

A flora da área de estudo, assim como de toda a região sofreu impactos ambientais drásticos nos últimos 50 anos, em virtude das frentes colonizadoras recentes vindas do sul e sudeste, que desmataram sem controle, objetivando abrir áreas para criação de gado e agricultura. A diminuição da oferta de itens vegetais atingiu todas as comunidades do amplo território com presença Guarani no estado.

O conhecimento tradicional de prevenção e cura de doenças baseadas na farmacoterapia tradicional proveniente dos recursos existentes em ambientes de mata sofreu uma diminuição que ainda não é possível avaliar em toda a sua extensão, tendo em vista que não haviam estudos sistemáticos com os quais se pudesse comparar com os dados atuais que estão sendo coletados contemporaneamente, para quantificar perdas e

⁹⁵ Uso o termo novidade para situações, instituições e costumes que não existiam originalmente entre os Guarani, mas que o contato com a sociedade colonial e nacional introduziu nos diferentes grupos e tem que ser reapropriado dentro dos padrões conhecidos, conforme Bartomeu Melià em curso na UCDB, em novembro de 2004.

permanências. Os depoimentos colhidos com pessoas que participaram ativamente ou passivamente deste processo, lamentam a diminuição das áreas florestadas e a perda do repertório de plantas usadas como medicinais.

Em conversas informais com membros da comunidade, há uma forte tendência em afirmar que “hoje não tem mais remédio (*pohã*) do mato, que tem que procurar o médico do posto quando alguém fica doente” e/ou “ninguém mais conhece remédio dos antigos”. Já nas entrevistas realizadas com caráter mais formal, foi possível identificar uma grande variedade de plantas com este uso, o que remete a um conhecimento partilhado por diferentes pessoas da comunidade, e que é uma das características do conhecimento tradicional, o de ser transmitido oralmente e reatualizado no cotidiano, entre outros. Os estudos de Turmena (2004) e Oliveira (2004) demonstram ainda a existência e a significação destas no cotidiano da comunidade.

As plantas terapêuticas estão hoje em dois ambientes diferentes que é a mata (fragmentos existentes) e o pátio (*oka*) das habitações. O primeiro será tratado no capítulo IV, e ao final do texto, será apresentada uma tabela com a relação das medicinais identificadas no segundo ambiente.

As mulheres é que dominam o maior conhecimento no tocante a este aspecto da flora, juntamente com os rezadores. Verificou-se que há muito poucas habitações que não possuem alguma planta que possa ser usada como remédio. Observou-se em várias situações, que as plantas podem estar disponíveis, mas o seu uso é desconhecido para esta finalidade específica pelos moradores, o que também é interessante de ser discutido, tendo em vista que a imagem “positiva” que os meios de comunicação e os manuais escolares destinam aos índios, é que eles conhecem em profundidade o seu meio ambiente.

Em campo, relativiza-se bastante esta informação, pois se há pessoas que dominam muito determinada informação, há outras que conhecem outros aspectos da vida na comunidade, e nem todos detêm um conhecimento aprofundado de todas as situações. Os conhecimentos que cada segmento detém sobre um mesmo assunto também é diferenciado. Há homens que conhecem um grande número de plantas medicinais, mas as mulheres parteiras conhecem uma quantidade mais diversa de plantas indicadas para combater problemas e agravos femininos, e para tratar doenças

infantis. Assim, o saber tradicional nunca é total, mas sempre partilhado entre vários participantes da mesma comunidade de relação.

Encontraram-se medicinais em canteiros junto às casas, em árvores, no solo, em locais próximos da habitação, e em canteiros preparados para este fim, todas no espaço do pátio, que ocupa aproximadamente, em cada habitação uma área de 20-40 m de diâmetro (Foto abaixo). Assim, as plantas conhecidas por determinado grupo familiar é plantado em local que possa ser facilmente acessado, quando alguém dela necessita. As indicações são passadas muito freqüentemente de mãe para filha, ou avó para neta. O conhecimento dos homens sobre curas e propriedades medicinais das plantas, estão fortemente relacionados ao papel de xamãs/ rezadores (*ñanderu*), denominados pelos Guarani Kaiowá e Ñandeva também por caciques, cujos conhecimentos necessários para desempenhar este papel, os Ñandeva/Guarani adquirem através dos sonhos. O *yvyra'ija* (ajudantes dos *ñanderu*) também podem ter conhecimentos superiores à media da população, em relação a este aspecto. No entanto, há uma hierarquia entre um e outro.



Foto 68. Horta de medicinais

4.1.2.3. Frutíferas

A TI Porto Lindo/Jakarey apresenta uma diferenciação bastante evidente em relação à maioria das áreas kaiowá e ñandeva no estado que é a grande quantidade de árvores frutíferas encontrada no local⁹⁶, principalmente representadas pelos cítricos (mexerica, laranja, limão). Os pomares são muito comuns e tem como função a oferta de frutas nas diferentes épocas do ano e também para sombreamento das habitações.

Estas árvores localizam-se no pátio (*okara*) que tem em torno de 20m de raio, muitas vezes cercado as habitações ou pelo menos um dos lados. É nas sombras das árvores que os visitantes são recebidos, e invariavelmente são oferecidos bancos, pequenos troncos de árvores ou cadeiras para que possam ficar melhor acomodados. Este é local privilegiado de socialização: recebem parentes, vizinhos, compadres, visitantes de órgãos públicos, universidades, ONGs, etc.

A permissão para a entrada nas residências é muito mais restrita, atendo-se aos parentes ou pessoas com quem tem maior afinidade, no entanto, o pátio é a abertura para a exterioridade, onde qualquer pessoa pode aproximar-se e será bem recebido em qualquer ocasião. Comentou-se anteriormente, que os membros da equipe que produziram os dados para a confecção dos mapas temáticos, raramente foram mal recebidos, e quando ocorreu a pessoa estava alcoolizada. A dificuldade ao contrário, era permanecer somente o tempo necessário para coletar as informações, quando esperavam que se ficasse conversando por mais tempo.

Junto com as plantas medicinais (em menor proporção), as frutíferas dominam os pátios na área de estudo, não significando que todas as residências apresentem frutíferas, principalmente a quantidade de cítricas, mas que é uma das características do local. (Foto a seguir). Segundo os moradores que possuem estas plantas, as mudas foram doadas por pessoas e órgãos externos a aldeia, quais sejam frei Álido, Prefeitura, EMPAER (substituído pelo IDATERRA), e foram rapidamente assimilados pelos interessados que posteriormente

⁹⁶ Diferenciação confirmada pelos pesquisadores Antônio Brand (UCDB) e Veronice Rossato (SEED) que conhecem a maioria das áreas Guarani no estado.

também repassaram mudas para outros. Esta foi uma “novidade” que foi rapidamente assimilada e reelaborada no local, pois originalmente não existiam *stritu senso* o que hoje se denomina por pomar, pois a mata estava próxima para propiciar alimento, proteção e área de coleta dos mais variados recursos alimentares, medicinais e de matéria-prima.

Há que se fazer um contraponto com as demais áreas que também apresentam pomares como os descritos aqui, no entanto, isto não é generalizado por toda a aldeia, fato que se verifica na área de estudo. A hipótese é que os habitantes apresenta uma mobilidade para o exterior muito menor que a verificada nas outras áreas. Há famílias que estão no local há mais 100 anos, pois entrevistou-se pessoas com mais de 80 anos, cujos pais e avós já moravam no espaço reivindicado, e outros que nunca saíram da reserva propriamente dita, deslocando-se apenas internamente.

A mobilidade interna é bastante acentuada, pois mudam de casa muito facilmente, às vezes transferindo-se para outras situadas a poucos metros de distância, mas são mais contidos para aventurar-se para outros locais, excetuando-se os jovens que tem prestígio. O que está se afirmando é que há uma tendência dos *ñandeva* a permanecer por mais tempo no local, o que permite o plantio de árvores, que levam em torno de 5-10 anos para começar a produzir frutos que podem ser consumidos na alimentação, pois não há uma previsão de deslocamento a curto prazo. Estas frutíferas foram plantadas por pessoas que hoje tem em torno de 40 a 55 anos, e que estão no mesmo local há pelo menos 20 anos, o que é facilmente comprovado quando lembram quando foi plantado cada pé ou conjunto de árvores. Os mais jovens podem casar, morar próximos ou afastados, mas tem naquele local, juntamente com a pessoa que lidera a família (que pode ser avô/avó, pai/mãe, tio/tia) um ponto de referência do lugar originário dentro da aldeia.

Mesmo com a enorme destruição ambiental ocorrida na região como um todo, que afetou todas as atividades dos índios na região, a superpopulação associada a intensa interferência externa vivenciada por eles, há espaços específicos escolhidos pelas famílias mais antigas

da reserva, nos quais constróem identidades diretamente relacionadas aos mesmos, que pode ser o tipo de plantio, a destinação deste plantio, a manutenção dos costumes religiosos tradicionais, inclusive pela presença de caciques respeitados e prestigiados, a influência política voltada para a exterioridade no qual representam todos os moradores, enfim, diferentes espaços cumprindo diferentes funções a partir da antiguidade dos seus membros no local.

Além dos cítricos, as mangueiras, por seu porte, destacam-se na paisagem pois raramente é plantada somente uma, mas várias. É comum encontrar-se mais de cinco pés no pátio que estão associados a outras frutíferas menores, e ainda árvores que somente fornecem sombra. Dividindo o mesmo espaço do pátio, ainda podem ser encontradas as plantas medicinais, pequenas roças de mandioca, milho e feijão, e toda sorte de objetos, utensílios, e construções que foram tratados em capítulo anterior.

Há espécies frutíferas que são originárias da região, que surgem espontaneamente, sem a interferência humana, mas que possuem valor intrínseco por serem remanescentes de um período de grande abundância, no qual as nativas forneciam frutas variadas e em quantidade. Estas são representadas pela jabuticada do mato - hoje muito rara-, o jaracatiá e a guabiroba.

A existência de tantas árvores frutíferas na área, e que formam em algumas residências um dossel de proteção e abrigo, permite que se interprete este fato como uma tentativa de recriar e aproximar o mato que foi extinto por um processo agressivo e desordenado de destruição ambiental, e de ocupação das áreas anteriormente pertencentes aos Guarani, a partir de um modelo diferente, mas que pretende cumprir as mesmas funções de tempos passados. A exuberância anterior pode ser inferida somente a partir dos fragmentos existentes no interior da área, que apenas proporcionam uma vaga idéia do que seria originalmente o local.

Esta mata originária não pode ser recomposta em um intervalo de tempo curto, enquanto as árvores frutíferas estão produzindo satisfatoriamente em torno de 10 anos, induzindo à retomada da

coleta⁹⁷ de alimentos, o retorno de pássaros e animais antes desaparecidos, a segurança proporcionado pelo conjunto de árvores, e a humanização dos espaços (PEREIRA, 2004, p. 164-231), isto é, recria um ambiente que foi perdido há 50 anos atrás, e que pessoas acima dos quarenta anos ainda lembram com saudade e espanto por não terem percebido o que estava acontecendo.

Na tabela a seguir, estão relacionadas as espécies mais comuns encontradas na TI Porto Lindo/Jakarey.

Tabela 12 – Relação das espécies frutíferas cultivadas e/ou espontâneas na TI Porto Lindo/Jakarey.

	Ma rí li a		M c r é c i é r t í f i c c	M c r é c i é r t í f i c c
	A r c á r c i á c é á é		M c r s i f é r c s P .	M c r s U é i r á
	A		S	S

⁹⁷ Para Levi M. Pereira (2004, p. 183), a coleta é representada pelos “recursos que se oferecem”.

<p>n a c a n c i a c e a e</p>	<p>P c r c i c s P u r P u r e c .</p>	<p>e n i g u e l a</p>
<p>H n c n e l i a c e a e</p>	<p>A n c n c s c t i v l s</p>	<p>A h c c x i</p>
<p>C a n i c a c e a e</p>	<p>C n i c c s P .</p>	<p>J c r c t i s</p>
<p>C a n i c a c e a e</p>	<p>C n i c c s P .</p>	<p>M c r c C</p>
<p>I</p>	<p>A</p>	<p>A</p>

	<p>a u n a c e a e</p>	<p>e n s e c s n c r i s s i n c</p>	<p>t a c t e</p>
	<p>I e s t u r i n c s a e</p>	<p>I y n e n c c c v n b c n i l</p>	<p>J a t c h s</p>
	<p>M c r a c e a e</p>	<p>M c n u s n i s n c</p>	<p>A I C I e i I s</p>
	<p>M u s c e s</p>	<p>M u s c H c</p>	<p>H s I s I e i</p>

	e	r c c i s i c c c	r a
	N y r t a c e a e	F s i c i v r s v c j c v c	C C i a F a
	N y r t a c e a e	C c n F c n c n e s i c s F .	C u s F i r C F s
	N y r t a c e a e	N y r c i c n i c s H	J s F u t i C s F s

		.	
N y n t a c e a e		A u g e r i c s P .	H i t a n g u e i n s
N y n t a c e a e		A u g e r i c j c n b c l c n c	J s n H C l s C
H h a n n a c e a e		H c v e n i c c v l c i s	U v s C C J s H s C
H u b i a c e a e		C e n i F c c r	J e n i F s H e i

		e r i c c r c	r c
	H u t a c e a e	C i t r u s s P .	M e x e r i c a
	H u t a c e a e	C i t r u s c u r c t i l u r	L a r a r j e i r a
	H u t a c e a e	C i t r u s l i r c u r C i t r u l	L i r s C i r s C l e s C

		s r é c i c c
--	--	---------------------------------



oto 69. Frutíferas no pátio de uma residência na TI Porto Lindo/Jakarey

Deve-se destacar que as árvores frutíferas não são encontradas somente no pátio, mas também nas áreas abertas, nos fragmentos de mata, tanto na sua borda quanto no interior dos mesmos, estão distribuídas em todos estes espaços podendo estar misturadas às cultivadas e as espontâneas. Além de serem consumidas *in natura*, algumas destas frutas servem para a produção de vinhos ou sucos, como é o caso do jenipapo, de acordo com o relato de Sr. Carlito Andrade.

Assim, estas variedades específicas demonstram que os Ñandeva/Guarani procuram, sempre que possível ocupar de forma semelhante como conhecido pela tradição oral no passado, os três espaços que lhe eram fundamentais para manter e reproduzir o seu

modo-de-ser (*teko*) , aqui ocupando o que se denomina por roça, que necessita da interferência humana para que produza adequadamente, mas que remete a um outro espaço, que é o espaço da mata/floresta/monte que podia ser utilizado pelos Guarani, desde que fossem autorizados pelos donos das plantas e animais, os *jara*.

Os Ñandeva/Guarani da TI Porto Lindo/Jakarey conforme demonstrado nesta capítulo, ainda são excelentes cultivadores mesmo em situações ambientais completamente depauperadas, com mudanças importantes no relacionamento com este espaço, que deve ser super-explorado para que continuem a produzir tanto para alimentação, como para melhoria na saúde. A introdução de novas espécies que não faziam parte de seu repertório de conhecimentos representados pelos produtos das hortas, aos poucos está sendo assimilado a partir das suas categorias agronômicas. Deve-se ressaltar, que se a roça é um espaço preferencialmente masculino, a implantação das hortas é uma demanda feminina.

Tabela 13. Plantas medicinais encontradas no espaço doméstico/pátio

				Indi caçã o Tera pêut ica
				Prob lema s cardí acos
				Dor de cabe ça
				Antii nfla mató rio

				Digestão e dor de estômago, Antiinflamatório, Ferida, Cólica menstrual
				Dores no corpo, Anti-oftálmico
				Pneumonia, Dores no corpo, Resfriado

					Antit ussíg eno, Resf riado , Febrí fugo
					Antii nfla mató rio
					Dore s de barri ga

				Dor de estômago, Dor de estômago
				Dores no corpo
				Infecção das vias urinárias

				Cisti te
				Cóli ca mens trual, Dor de estô mag o
				Dore s no corp o, Dor de cabe ça

				Vent o- virad o
				Resf riado
				Dige stão e cólic as
				Dor de cabe ça

				Anti diarr éico, Dores no corpo
				Prob lema s asso ciad os com gravi dez e nasci ment o, Aler gias
				Dor de dent e, Dor de dent e, Dor de ouvi do, Dor de cabe ça,

				Anti nfla mató rio
				Pneu moni a, Cóli ca mens trual, Dimi nuir fluxo mens trual, Diet a após o parto
				Facil itar o parto
				Dore s no corp o

				Ictericia
				Resfriado
				Cicatrizante

				Anti ofidi co
				Dor de cabe ça
				Aler gia e frieir a

CAPÍTULO V

5.1. MATA : ESPAÇO DA COLETA

“(...) Domesticar a floresta com seus perigos era a oportunidade que tinham os homens para desenvolver sua personalidade e para obter prestígio. A comunicação vital com os animais e com os espíritos da floresta permitia-lhes desenvolver sua rica vida espiritual. Tudo isto está irremediavelmente perdido.” (GRÜNBERG, 2003 apud MELIÀ, 2004, p. 157)

A mata, é o terceiro espaço considerado vital para o modo-de-ser Guarani em geral, e neste estudo para os Ñandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey, onde as atividades efetuadas em campo permitiram identificar a importância deste espaço no cotidiano do local. A floresta, foi um dos itens que mais se alterou com a penetração intensa dos não-índios, nas áreas territoriais tradicionais dos Ñandeva, Kaiowá e Mbyá no Brasil. A liberação das áreas de ocupação indígena para a implantação de áreas destinadas à agricultura e pecuária, monocultura, no Mato Grosso do Sul.

(...) La historia colonial en el territorio guaraní viene a confundirse con el avance de la destrucción del monte, destrucción representada míticamente por el saltamontes. La destrucción es de proporciones tan alarmantes que ya no deja alternativa de huida hacia montes más lejanos.” (MELIÀ, 2004)

Composta por três pequenos fragmentos⁹⁸ (verificar nos mapas 1 e 2, em anexo), intensivamente explorados pela população que habita o local onde realizam a extração de matéria-prima para construção de casas e outros itens da cultura material, lenha para a

⁹⁸ Denomina-se de fragmentos de mata, porque são pequenas áreas com espécimes vegetais em vários estágios de crescimento e separadas de outras áreas semelhantes.

manutenção do fogo doméstico, coleta⁹⁹ de plantas medicinais, entre outros. Deduz-se, pelas características que apresentam, que já foram muito explorados. Considerando-se que a área como um todo, tem uma ocupação humana ininterrupta por mais de 100 anos, calculados a partir dos relatos dos mais idosos, impressiona a sobrevivência destas áreas, sem que tenha havido nenhuma intervenção de ampliar o adensamento e a variedade dos recursos vegetais lá existentes.

Vistos de fora, estes fragmentos parecem estratos compactos, no entanto, ao se adentrar nestas áreas há uma rede de caminhos por onde se pode circular livremente, sem que haja obstáculos para caminhadas que se queira realizar no seu interior. Em espaços pouco explorados, é possível verificar um agrupamento de plantas em diferentes estágios, sendo que existem alguns remanescentes que demonstram a diversidade anteriormente existente no local, como é o caso de um dos raros exemplares de jatobá localizados na área. Nas bordas dos caminhos / *tape poî* internos a estes dois fragmentos, verifica-se que há uma regeneração de espécies pioneiras em andamento, dado a intensa retirada de matéria-prima para usos variados, que vem acontecendo desde que o entorno da Porto Lindo passou para o gerenciamento dos não-índios, a partir da década de 50 do século passado.

O fragmento de mata situado mais à leste, tem aproximadamente 75 ha, e é cortado pela estrada que conduz ao posto da FUNASA, FUNAI e à escola municipal. Os demais, localizados à oeste, tem ao redor de 80 a 100 ha cada um. Há uma pequena conexão entre estes dois fragmentos. Cada área é explorada pelo moradores que estão mais próximos, e apesar da área da área de estudo ser muito pequena para a realização dos costumes e das formas de apropriação tradicionais dos espaços, há muitos que ainda desconhecem uma ou outra área, principalmente as mulheres, em virtude deste ser um espaço de exploração destinados ass homens principalmente. As mulheres e crianças coletam madeiras tombadas para os fogos domésticos, mas em geral, não derrubam as árvores, somente em ocasiões específicas, como será relatado na continuidade do capítulo. A mata é o local de coleta por excelência, onde os recursos se oferecem (PEREIRA, 2004) para os seres humanos.

⁹⁹ Por coleta entende-se a obtenção de plantas silvestres, animais e produtos animais, bem como diversos elementos inertes adequados à alimentação, ao uso como matérias primas manufatureiras ou remédios. (...)" (POSEY, 1987, p. 19)

A existência de seres responsáveis pelas matas e florestas – os *ka'aguy jara* – cuja atribuição é cuidar e zelar por estes locais, e para quem deve ser solicitado permissão para adentrar nestas áreas, é de conhecimento daqueles que desejam explorá-las, no entanto, nas vezes em que acompanhamos as pessoas que foram realizar alguma atividade na mata, não demonstraram algum sinal específico de que estivessem obtendo esta permissão. Não significa que não o fizeram, somente que não se foi capaz de identificar algum gesto, movimento, interrupção, etc. que pudesse deixar transparecer que estaria ocorrendo uma comunicação com seres míticos.

A floresta era o ambiente onde estavam os animais que poderiam ser objeto de expedições de caça e segundo Melià (1989, p. 14)

Probablemente era la caza para los Guaraní históricos, como lo es todavía para Guaraní modernos como los Pai-Tavytera, um modo de estar em el monte, la ocasión de correrías y de aventuras, más que una actividad productiva que se medía por la cantidad de lo cazado y su real dimensión como fuente alimenticia. ,

informação etnográfica que destaca o componente social mais do que a sua execução como Um recurso econômico. A atividade de caça e todo o repertório de práticas associadas conhecidas por eles, foram informados pelos entrevistados, inclusive pelas mulheres que descreveram o sistema de captura das armadilhas *ñuha* e *monde*, concluindo-se que esta era cotidiana ou freqüentemente realizada. Assim como hoje, em que a mata ainda é um espaço de domínio dos homens, no passado ela também era realizada por eles. É necessário destacar, que toda “exclusividade” de efetivação de uma atividade indicada para um ou outro sexo, sempre encerra a possibilidade de que alguém ou grupo transgrida a norma, mas se está argumentando a partir do caráter corriqueiro de alguma atividade, prevista por uma cultura que é elaborada, ordenada, construída e partilhada pelos membros da sociedade, que em determinado podem aboli-la e criar outra que a substitua ou reformulá-la de forma que seja adequada ao novo contexto. São os homens que freqüentam mais assiduamente este espaço, para coleta de madeiras para fins variados.

Os moradores do local, tem dois níveis de elaboração em relação à representação da mata : o primeiro é de caráter prático, que está relacionado com a possibilidade de

aquisição de matéria-prima para a produção de vários objetos da cultura material que são fundamentais para a concretização das tarefas diárias na aldeia. O segundo, está no apelo discursivo que a exigüidade da mata representa quando estão frente a frente com os não-índios nas suas reivindicações. Retoma-se a questão que perpassa este estudo, que são as contingências histórico-sociais do confinamento que são o pano de fundo para compreender as lutas empreendidas pela ampliação da terra, e que ao fazerem, procuram reforçar aqueles aspectos que os não-índios identificam como intrinsecamente constituintes da categoria “índios”, que os classifica como uma etnia diferenciada. O recurso ao reforço identitário diferenciado é então colocado em ação, quando todas as diferenças existentes no interior das áreas, e as disputas internas são esquecidas para alcançar um objetivo mais amplo, que é ser ouvido como se todos se metamorfoseassem em um único, com um único pedido a ser atendido.

Nas relações que estabelecem com os não-índios, seja em reuniões, cursos de capacitação, representações por segmentos, audiências, repetem insistentemente “...não temos terra, a mata acabou, não tem mais caça, não tem mais remédio do mato”, porque a mata, e tudo o que ela representa é diretamente associado com os índios, e este é um recurso discursivo poderoso, pois opera ao nível das categorias de senso-comum partilhados pela grande maioria dos interlocutores com quem se relacionam. Ao falar da inexistência das matas colocam o fundamento sobre o qual devem ser conduzidas as discussões, pois ao retirar a mata dos índios, retira-se parte de sua identidade intrínseca, e portanto, estas pessoas que representam instituições tem uma dimensão exata do problema grave vivenciado por eles. Criam, assim, a condição propícia para terem seus pedidos, ao menos, considerados.

É interessante a participação em reuniões preparatórias para encontros com pessoas importantes dos órgãos públicos, pois ali, com pessoas que os apóiam permitem-se explicitar as divergências existentes, de se designarem como pertencente a esta ou aquela aldeia, exercendo este ou aquele cargo. No encontro principal, todas as diferenças desaparecem, e todos passam a ser “índio guarani e kaiowá”, assumindo o designativo do outro, fato que não o fazem a não ser nestas ocasiões de atendimento de demandas políticas e sociais conjuntas. Buscam também reforço para diferenciar-se etnicamente em oposição ao interlocutor na realização de pequenos rituais antes do início da reunião, mas já na

presença da pessoa com quem vão tratar o assunto. Nestas ocasiões, sempre um rezador está presente, com seu *mbaraka*, seu *acangua'a*¹⁰⁰ e seus colares de contas.

Considerando a minha condição de mulher, foi a atividade que menos pude fazer observar *in loco*, sendo que os dados a seguir apresentados são provenientes, em sua maioria, do uso destes recursos já no espaço habitacional, sendo portanto uma análise indireta feita a partir dos processos de produção, uso e descarte do material neste ambiente, a partir da matéria-prima coletada nos fragmentos de mata. Deve-se destacar também, que há uma preferência em deslocar-se até este espaço em mais de uma pessoa, pois em algumas ocasiões pude observar os homens chegando ao espaço habitacional portando o resultado de sua coleta, que eram os troncos cortados, e os mais grossos ou proveniente de árvores que apresentam mais densidade em sua madeira, dois o transportarem. Observei chegadas em que os homens traziam vários troncos pouco espessos, cada um com um número compatível com critérios de idade, tamanho e força. As atividades realizadas em comum, o *potirõ*, emerge nestas ocasiões como se verá a seguir, juntamente com as situações comuns de queimadas que ocorrem tanto nos ambientes destinados à roça quando estão tomados por ervas daninhas, como para a abertura de espaços novos para instalação de novas habitações ou roças.

5.1.1. Atividade realizada em comum/potyrõ: coleta de madeiras

O trabalho realizado coletivamente é descrito na documentação desde os primeiros contatos realizados com os Guarani. Montoya ([1639]1876) apresenta o termo *potyrõ* (T: 310; B: 322) traduzido e conceituado como “pôr mãos à obra” e “todas as mãos” denotando a execução de tarefas ou atividades que extrapolam a capacidade produtiva da família nuclear ou mesmo da família extensa. Outra variável importante é que ao trabalho conjunto estava associado o convite para realizar tal tarefa, e que o dicionarista apresenta com o vocábulo *pepy* (T: 268). Dois elementos básicos estavam presentes nos trabalhos comunitários, que eram as atividades coletivizadas e a realização sócio-cultural. Meliá (1989, p.18) baseado em etnografias com grupos contemporâneos reafirma que o costume

¹⁰⁰ Adorno de cabeça tipo cocar.

ainda está bem presente e nas suas palavras “La institución del trabajo colectivo no remunerado, *mba’ e pepy*, es expresión de la solidaridad comunal y se basa en el principio de reciprocidad”. Após a conclusão da tarefa executada em comum, esta era festejada com comida, cantos, danças e chicha, que era a bebida preparada por mulheres pertencentes à casa daquele que convidava .

Deve-se considerar, no entanto, que o trabalho realizado atenderá somente àqueles que participaram das tarefas componentes da atividade. Em geral, os participantes possuem algum vínculo de parentesco com aquele que convida. Na TI Porto Lindo/Jakarey ainda são encontradas muitas situações nas quais a rede de parentesco, vizinhança ou um objetivo comum (para aqueles que não são aparentados) são os determinantes para a realização de atividades coletivas. São atividades específicas, de curta ou média duração e são realizadas com dedicação e entusiasmo, porque está associada à realização sócio-cultural cujo princípio é a reciprocidade. O antigo costume de convidar para comer e beber após o término da tarefa não ocorre, quando o que será realizado atenderá várias famílias nucleares, conforme presenciou-se na saída com as mulheres.

Apresentarei duas atividades realizadas coletivamente, nas quais a matéria-prima envolvida é a madeira, proveniente dos fragmentos de mata existentes no local. A primeira é a retirada de madeira para o cercamento de uma área existente atrás da escola, onde um grupo de mulheres, algumas parentes, lideradas pela sra. Agripina Lopes, ampliaram o espaço da horta já implantada. A segunda está representada pelas atividades realizada pelos homens, parentes entre si, envolvendo a construção e/ou reforma de habitações e anexos no período que antecede o inverno.

5.2.1.1. Atividade coletiva realizada pelas mulheres : coleta de madeira para cercamento de área para horta

A sra. Agripina Lopes é contratada pela Prefeitura Municipal de Japorã para ensinar corte, costura e culinária para grupos de mulheres. Preocupada com a situação de risco infantil existente na aldeia, com taxa de desnutrição em torno de

10% entre as crianças abaixo de 5 anos, em parceria com as estas, resolveram implantar uma horta coletiva em local situado atrás da escola. Esta horta foi implantada em uma área de aproximadamente 126 m² (foto abaixo), em abril de 2003.



Foto 70 . Horta anterior

Como o local tornou-se pequeno para a demanda da quantidade de pessoas que estava se beneficiando dos produtos ali plantados – alface, cebolinha, tomate, almeirão, coentro, beterraba, couve- decidiram ampliar a área, incluindo também plantas com propriedades medicinais.

O convite foi feito pela coordenadora, para as mulheres que participam dos dois cursos. Reuniram-se 12 mulheres para fazer a coleta de madeiras necessárias para confeccionar os palanques onde seriam afixadas as telas. Levavam como instrumento de trabalho somente facões. Três homens, maridos de algumas das participantes, as acompanharam nesta atividade e levavam machados. A partir das 7 horas começaram a reunir-se na casa da Agripina, algumas tomaram café e conversaram bastante aguardando as demais. Saíram às 8h 15min. Dirigiram-se até o fragmento de mata localizado na porção leste da áreas de estudo (conferir no mapa 1 e 2 em anexo), a uma distância de aproximadamente 1,5 km. A coleta de madeiras foi efetuada na parte mais ao sul do fragmento e está situado a uma distância de 300m do córrego Jacareí. O outro lado desta porção de mata é limitado pela estrada interna principal da área.



Foto 71. Mulheres dirigindo-se ao fragmento de mata para realizar coleta



Foto 72 – Derrubada de árvore com uso de facão

No local, escolhido aleatoriamente, aquelas que estavam mais acostumadas com este tipo de tarefa iniciaram a derrubada de árvores que estavam na borda da mata, utilizando o machado. (Foto xx ao lado). Enquanto umas cortavam as árvores que tinham em torno de 0,25m de diâmetro, outras retiravam os galhos com os facões e/ou carregavam até a carroça que foi colocada à disposição pelo marido de uma delas (Foto 73 abaixo)

Freqüentemente trocavam de tarefa, não permanecendo na mesma atividade o tempo todo em que se esteve ali. Os troncos de árvores abatidos, foram somente de uma espécie arbórea denominada por elas de laurel (*Ocotea suaveolens*), e só cortaram exemplares desta, mesmo havendo exemplares de outras famílias e que apresentavam as mesmas espessuras desta. Os homens internaram-se em torno de 8m na mata, e também só trouxeram troncos de laurel, somente um pouco mais grossos.

Voltaram para o local de origem da expedição, onde os homens cavaram estruturas em torno de 0,50m de profundidade para as estacas que serviram de apoio para a colocação das telas. Ao mesmo tempo as mulheres colocavam nestes, os troncos coletados. Não acrescentavam nada para preenchimento e firmeza dos moirões. Somente era devolvida a terra que tinha sido retirada, e socavam com uma estaca um pouco menos espessa. Uma vizinha que mora a uns 60m, veio acompanhada do marido, e trouxeram outras estacas de canjerana e ipê, e também participaram da colocação dos moirões e da cerca.



Foto 73 – Mulher carregando tronco de árvore



Foto 74. Mulheres colocando moirão

Após colocadas todas as estacas para delimitação desta nova área de horta, os homens cercaram com tela o local (Foto abaixo). Enquanto faziam isto, ajudados eventualmente por uma delas, as demais ficaram tomando tereré e conversando animadamente. O tempo de duração total desta atividade foi de 1h e 15min, considerando desde o momento da saída da casa da coordenadora, corte das madeiras, carregamento e descarregamento dos mesmos, preparação dos suportes para as estacas, sua colocação na terra e cercamento da área com tela, foi de 1h e 15 min. Combinaram entre elas de começar a providenciar os canteiros,

preparar a terra, e

colocar o esterco alguns dias depois, quando novamente acertariam dia e hora para estas atividades¹⁰¹. Após terem finalizado esta atividade, algumas foram participar de uma reunião que durou aproximadamente 30min. Estas mulheres puderam retornar para suas casas por volta das 10 horas da manhã. O novo local para horta tem uma área de aproximadamente 310 m².



Foto 75– Homem cercando a área de horta



Foto 76. Nova horta com alguns canteiros preparados

¹⁰¹ A coleta de madeiras para delimitação desta horta foi realizada no mês de junho de 2003. Até outubro, foram feitos 5 canteiros, com colocação de esterco nos mesmo. No ano de 2004, em virtude da gravidez e parto da coordenadora, foi abandonada. As demais não continuaram a atividade.



Foto 77. Mães carregando bebês

A presença de bebês é outro fato que chama bastante atenção. Enquanto as mães cortavam, carregavam ou firmavam as estacas na terra, outras mulheres ou crianças um pouco maiores (entre elas a irmã e um menino parente de um dos bebês) os cuidavam. Na foto ao lado vê-se duas crianças no colo de suas mães. O tema das crianças realizando tarefas de adultos foi tratado anteriormente.

Estes não choraram ou criaram situações que fizessem as mães terem alguma atitude de aborrecimento. A mãe de uma das meninas, e que era uma das mais participantes e ativas na realização da tarefa, também a amamentou uma vez durante o período que durou a atividade.

Outro trabalho paralelo que está sendo efetuado pela coordenadora é o incentivo à utilização efetiva dos produtos provenientes da horta na alimentação das crianças. No curso de culinária, que ocorre duas vezes por semana, está incluindo produtos como a beterraba e verduras nos pratos ensinados. Entende como uma alternativa para o combate à desnutrição, que como já foi tratado anteriormente, apresenta-se como um problema de difícil solução, pois envolve aspectos sociais, simbólicos além de alimentares.

Novamente a questão de terras para os Ñandeva/Guarani quanto Kaiowá se impõe, quando se percebe o esforço coletivo para produzir alimentos que anteriormente não faziam parte da sua dieta, mas que neste momento são vistos como uma das alternativas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da aldeia, principalmente das crianças, quando antes a grande extensão de matas e terras lhes possibilitava acesso à caça, pesca e coleta associados à agricultura bem desenvolvida. Atualmente, estão aprendendo a manejar outros recursos alimentares dentro da ótica

restrita da sociedade nacional. A aceitação deste tipo de prática agrícola somente pode compreendida pela extrema restrição territorial que vivenciam na atualidade. Um outro aspecto a ser destacado, e agregado a este, é que estas lideranças estão se instrumentalizando no relacionamento com os não-índios para proveito não somente individual e familiar, mas da comunidade. São nas relações estabelecidas com estes que se reconhecem como diferentes, e passam a ocupar um espaço de negociação importante,

5.2.1.2. Atividade coletiva masculina : construção de módulos habitacionais

Os ciclos da natureza sempre representaram um importante demarcador das atividades rotineiras executadas pelos Guarani. O período de plantio, colheita, realização de rituais, caça, pesca, coleta, enfim toda a vida é regulada em conformidade com os períodos de frio/calor, chuva/seca, cheias/vazantes dos rios. A influência das mudanças climáticas pode ser observada em atividades que passaram a ser realizadas pelos homens em vários pontos da aldeia.

Nas permanências e visitas verificou-se que nos meses de fevereiro e março, que antecedem o período em que as temperaturas apresentam-se mais baixas (maio a agosto) há uma intensa movimentação dos homens no sentido de estarem construindo e/ou reformando casas e anexos utilizados com os mais diversos fins. Corroborando a execução de certas atividades considerando os ciclos da natureza, Neumann (1996, p. 65) afirma que também para o período missioneiro na região rio-platense “as referências explícitas às estações do ano como demarcadores de várias atividades econômicas aparecem mencionadas na documentação colonial com certa frequência, constituindo-se na balisa mais clara quanto à duração de cada etapa de trabalho.”

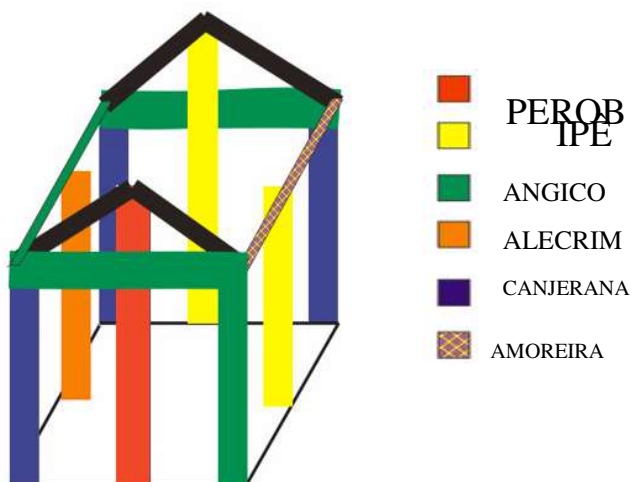
Praticamente em todas as casas são executados alguns consertos de telhados, fechamento de paredes com lonas, papelões e uma variedade de outros materiais, numa preparação para o frio. No entanto, foi possível acompanhar a edificação das estruturas de duas destas casas que mediam em

torno de 24m². Através de entrevistas realizadas com dois construtores e um cacique, que tem conhecimento das árvores existentes na mata, foram obtidos dados significativos que demonstram o conhecimento dos recursos vegetais. Durante o levantamento, verificou-se que para a confecção dos esteios laterais e centrais são utilizadas partes do tronco das seguintes árvores:

Tabela 14. Relação dos recursos vegetais utilizados e *status* taxonômico

Nome vulgar	Família	Nome científico
Alecrim	Leguminosae - Caesalpinoideae	<i>Holocalyx balansae</i>
Angico	Leguminosae -Mimosoidea	<i>Parapiptadenia rigida</i>
Louro	Boraginaceae	<i>Cordia sellowiana</i>
Peroba	Apocynaceae	<i>Aspidosperma polyneuron</i>
Ipê	Bignoniacea	<i>Tabebuia vellosi</i>

Abaixo são apresentados os esquemas de utilização dos materiais vegetais nas duas estruturas de habitação que se acompanhou.



Nesta primeira construção, verifica-se a intensa utilização de recursos vegetais bastante diversificados que foram extraídos do fragmento de mata situado à leste da área de estudo, e que compõem a estrutura principal de sustentação da habitação. Há a utilização de madeiras nobres como a peroba e o ipê.

Figura 1 – Habitação 1 e as espécies vegetais utilizadas

A segunda construção apresenta somente três espécies de madeiras usadas para a implantação das estruturas principais, com o uso de madeiras nobres também.

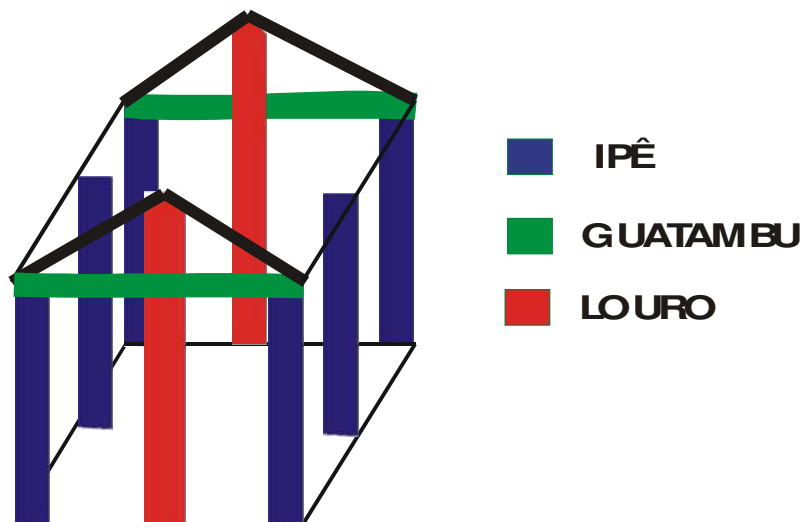


Figura 2 –Habitação 2 e as espécies vegetais utilizadas



Foto 78. Vista lateral da habitação 2 após a conclusão, onde se vê a cobertura de tábuas de cedro.

Para a confecção dos travessões que unem os esteios foram utilizadas partes das seguintes plantas:

Tabela 15. Relação dos recursos vegetais utilizados e *status* taxonômico

Nome vulgar	Família	Nome científico
Angico	Leguminosae -Mimosoidea	<i>Parapiptadenia rigida</i>
Amoreira	Moraceae	<i>Maclura tinctoria</i>
Guatambu	Rutaceae	<i>Aspidosperma polyneuron</i>

As ripas que servem para fixar as telhas feitas de cedro (*Jeniperus* sp.), a cobertura com sapé (Graminae, *Imperata brasilienses*) ou capim colonião (Graminae, *Panicum maximun*), foram provenientes do angico (Leguminosae, *Parapiptadenia rigida*).

Para o fechamento das casas foi utilizada a canela branca (*Ocotea* sp.), mas podem ser utilizadas todas as madeiras que “puderem ser rachadas”, segundo as palavras de um dos construtores. Assim, excetuando-se o cedro, que é bastante recorrente para a confecção da cobertura de casas e anexos, o restante das madeiras em uso pela comunidade não apresenta um uso específico como material construtivo, podendo estar presente em qualquer parte da construção.

Através do acompanhamento da implantação das estruturas que servem de base para a construção de habitações de duas famílias, obteve-se como informações significativas que estas construções e reformas contam com a participação de membros com algum grau de parentesco que residem próximos, sendo ainda bastante presente o fundamento cultural da reciprocidade. Nas famílias que mantêm mais acentuadamente os costumes considerados tradicionais por eles, incluindo-se aí o prestígio que denotam aos caciques, e uma hierarquia baseada em laços familiares fortes, as construções continuam sendo feitas, preferentemente, com material proveniente dos pequenos fragmentos de mata existente no local. Entretanto, dado à escassez da madeira que está se tornando cada vez mais rara, e a influência do entorno estimulando a substituição por materiais industrializados, isto está se alterando, conforme visto anteriormente

Os estudos etnográficos feitos por Inês Ladeira e Wera Tupã (2004, p. 55) entre os Mbyá apontam que estes utilizam o cipó *imbé*, como um recurso vegetal especial para fazer as amarrações da casa de rezas (*opy*). Os Ñandeva/Guarani também utilizam para fazer as amarrações da casa, mas sem este cunho preferencial para as construções religiosas.

O tempo gasto para a construção das habitações não pode ser computado, pois não existe uma continuidade diária para cada tarefa. Inicialmente há a decisão de construir uma outra estrutura habitacional. A ida até os remanescentes de mata existentes no local para a retirada das madeiras não ocorre, necessariamente, em dias seguidos. O material coletado chega até a área de construção já com suas dimensões muito próximas do que será o tamanho final que será colocado na terra. As fundações dos esteios (central e laterais) escavadas na terra variam de 0,60 m a 0,80 m de profundidade por 0,30 m a 0,40 m de diâmetro.

Na construção 2, após terem sido colocados os esteios central e laterais ficou por mais de três semanas aguardando uma nova etapa construtiva. A seguir, foram colocados os suportes para fixar a cobertura. Duas semanas após ficou pronta a cobertura de capim, que foi costurada com uma agulha de madeira (*ju*) e com linha extraída de um dos galhos da árvore que denominam por *gua'a pyto*. Ao ser solicitada autorização para fotografar, o sr. Teófilo – que também é um dos caciques considerados tradicionais e um dos mais respeitados no local- chamou a esposa e pediu que a mesma trouxesse o maracá (*mbaraka*), e só então permitiu as fotos. Antes, fez uma reza, abençoou a casa e tudo e todos que estavam ao redor. Deixou-se fotografar, depois depositou o maracá na parte da cobertura que estava pronta e continuou a sua tarefa. Este evento protagonizado por ele, remete à concepção de auto-imagem discutido por Caiuby Novaes (1993), a qual se constitui na relação com os outros. Os sinais diacríticos do *mbaraka*, da reza e benção, estavam fundamentando a sua diferença em relação ao *outro*, no caso eu, pertencente a um contexto cultural diferente do dele.

Somente os homens participam das tarefas de construção e reformas dos módulos habitacionais e anexos para fins diversos (cozinha, armazenamento em geral, depósito de ferramentas, quarto), desde a retirada da madeira do pequeno fragmento de mata até a finalização da construção ou da reforma não há a participação das mulheres em nenhuma tarefa, demonstrando ser uma atividade especializada, e prescrita ao homens. .

Mesmo verificando-se a introdução de elementos antes pouco comuns na aldeia, como é o caso das telhas de amianto e tijolos industrializados, o que ficou evidente é o grande conhecimento botânico acumulado para este item da cultura material quando da denominação de cada um dos recursos vegetais utilizados, e que ainda se mantém presente mesmo em situações de graves conflitos com a sociedade nacional.



Foto 79. Amarração da cobertura feita com fibra de *gua'a pyto*



Foto 80. Agulha de madeira usada para costurar a cobertura de capim.

5.1.1.3. Os Ñandeva/Guarani e as plantas medicinais coletadas na mata

As populações tradicionais indígenas e não-indígenas sempre fizeram uso dos recursos vegetais disponíveis no entorno natural ou disponibilizados através de redes sociais variadas como o parentesco, a reciprocidade, práticas xamanísticas, etc. Os Guarani, exímios conhecedores de seu meio ambiente onde estavam inserido, e através do manejo dos recursos florestais com a inserção de novas espécies, pesquisa das novas áreas conquistadas, e com o sistema de troca de novos cultivares entre as mulheres, são possuidores de um amplo etnoconhecimento em botânica e farmacologia, já revelados nos trabalhos de Arenas & Moreno-Azorero (1976), Crovetto (1968a e b), Garcia (1979, 1985), Noelli (1993, 1998a e 1998b).

Os estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos realizados entre populações tradicionais tem como um dos aspectos fundamentais “revelar os processos curativos práticos e simbólicos das diversas populações que estão fora do meio e da linguagem científica das Instituições de Pesquisa.” (NOELLI, 1998, p. 178), enquanto outra pesquisadora aborda a questão do etnocentrismo presente nas pesquisas acadêmicas dizendo que “[...] na medida em que o etnocentrismo representa frequentemente em uma afirmação da minha identidade a partir da negação do outro e tal negação pode resultar em formas diversas de discriminação, de intolerância, de exploração daquele que é considerado inferior ou de extermínio do saber[...]” (ASSIS, 1998, 19)

Assim, tanto aqueles estudos quanto a etnoarqueologia tem como pressupostos “[...] que cada povo possui um sistema único de perceber e organizar as coisas, os eventos e os comportamentos, desenvolvendo conceituações e classificações a partir de categorias cognitivas próprias, muitas vezes bastante distintas das ocidentais, ou melhor dizendo daquelas valorizadas pelo padrão ocidental.” (ASSIS, 1998, 16). Cada povo relaciona-se com os recursos vegetais que o circundam de uma maneira bastante particular onde estão presentes não só os aspectos

cognitivos de aprendizagem das finalidades, manutenção das espécies, período reprodutivo, etc. mas também simbólicos. A biomedicina, termo que se usa para designar nossa medicina, deve ser vista também como um sistema cultural e não como a única ciência da verdade. É um sistema de conhecimento baseado na observação empírica e que tem conseguido desenvolver terapias altamente técnicas e eficazes frente a certos estados biológicos.

Farnsworth citado por Amoroso (2002, p.190), diz que o interesse acadêmico a respeito do conhecimento que estas populações detêm sobre plantas e seus usos têm crescido, após a constatação de que a base empírica desenvolvida por elas ao longo de séculos pode, em muitos casos, ter uma comprovação científica, que habilitaria a extensão destes usos à sociedade industrializada. Além disso, cada vez mais se reconhece que a exploração dos ambientes naturais por povos tradicionais pode nos fornecer subsídios para estratégias de manejo e exploração que sejam sustentáveis em longo prazo.

Alguns estudos realizados entre os ñandeva/guarani e kaiowá no MS no âmbito do “Projeto Kaiowá e Guarani” da UCDB- Campo Grande (BRAND, 1998, 2004; NETO, MORAES, SKOWROSKI; 2003; SALLES, FILHO, FLORENZANO, 1998; TEODORO, 1998; VIETTA, BRAND, 1998), tem demonstrado que a perda territorial e a diminuição das áreas de mata, teve repercussões profundas na oferta de itens alimentares, medicinais e para matéria-prima para estes grupos (e para os demais que habitam no Estado), e que é necessário identificar os problemas para interferir adequadamente para cada situação constatada. Entretanto, ainda há um rico conhecimento etnobotânico e etnobiológico partilhado por estas comunidades que começa a ser desvendado lentamente, ao se considerar que apesar das alterações, houveram estratégias no interior das áreas reservadas e fora delas, individuais ou coletivas, que permitiram que fossem preservados e recuperados vários itens importantes na dieta alimentar, na prevenção e cura de doenças, na produção da cultura material, e aqueles relacionados ao universo religioso e cosmológico dos Guarani.

A comunidade relaciona fortemente o conhecimento das plantas terapêuticas com os seus rezadores, associando este com a capacidade que esta pessoa – homem ou mulher- tem

para comunicar-se com o mundo cosmológico, apesar da maioria dos adultos deter algum conhecimento sobre as plantas medicinais existentes ao redor da sua casa. Um exemplo do componente simbólico presente no uso de espécies com fins terapêuticos, foi encontrado por Schaden (2000, p. 20) que já se surpreendia com a taxa de natalidade bastante elevada entre os guaranis, e que entre os Kaiowá, as mulheres que queriam ter filhos tomavam o chá de uma planta chamada *memby djá ú djá*, que segundo elas bastava passar perto para engravidar. Esta mesma planta é conhecida das mulheres ñandeva e é encontrada próximo a ambientes mais úmidos como córregos e se fixam nas pedras. Elas a denominam por *memby'dja* (foto 81 abaixo) e não a conhecem por outro nome em português. Acreditam que basta tocá-la para que a mulher engravide. É tão forte esta crença que a mulher que nos mostrou a planta à beira do córrego Guasori não a tocou, preferindo manter-se um pouco afastada e de forma jocosa disse que era para evitar uma gravidez.

A coleta de plantas medicinais está se tornando cada vez mais rara, tendo em vista, a diminuição da variedade e quantidade de plantas presentes na mata. As constantes visitas feitas pelas mulheres em outras áreas indígenas, talvez venha a ampliar esta oferta, mas isto só será sentido a longo prazo. Como são os homens que mais se deslocam até este espaço, há que efetuar um estudo para saber o potencial de conhecimento que eles possuem em relação a este item da saúde. As madeiras são bem conhecidas por eles, talvez o mesmo não aconteça em relação às medicinais. Na tabela do final do texto, podem ser encontradas as indicações das plantas coletadas na mata. Não existe um uso diferenciado entre estas coletadas na mata e as existentes nos pátios.



Foto 81. *Memby'dju* - Planta utilizada pelas mulheres para engravidar

Tabela 16. Listagem dos recursos vegetais retirados dos fragmentos de mata

Nome vulgar	Família	Nome científico	
Alecrim	<i>Leguminosae - Caesalpinoideae</i>	<i>Holocalyx balansae</i>	Es pi
Amarelinha	<i>Rosaceae</i>	<i>Rubus organensis</i>	
Amendoim	<i>Leguminosae</i>	<i>Arachis hypogaeae</i>	Es m
Amoreira	<i>Moraceae</i>	<i>Maclura tinctoria</i>	Es
Angico	<i>Leguminosae -Mimosoidea</i>	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Es pi
Assa-peixe	<i>Asteraceae</i>	<i>Vernonia sp.</i>	M
Avenca	<i>Polypodiacea</i>	<i>Adiantum sp.</i>	M
Cana de açúcar	<i>Graminae</i>	<i>Saccharum sp.</i>	A
Canafístula	<i>Leguminosae</i>	<i>Peltophorium dubium</i>	Ca pi
Canafístula	<i>Leguminosae</i>	<i>Peltophorium dubium</i>	pi
Canela branca	<i>Lauraceae</i>	<i>Ocotea spixiana</i>	Pa
Canela-do- mato	<i>Lauraceae</i>	<i>Nectandra nitidula</i>	
Canela- mole	<i>Compositae</i>	<i>Indeterminado.</i>	
Canjerana	<i>Meliaceae</i>	<i>Cabralea canjerana</i>	Es m
Capim colônia	<i>Graminae</i>	<i>Panicum maximun</i>	Ca
Caraguatá	<i>Bromeliaceae</i>	<i>Bromelia sp.</i>	M
Cardo amarelo	<i>Asteraceae</i>		M

Cedro	<i>Meliaceae</i>	<i>Cedrella fissilis</i>	Ce de
Cipó	<i>Bignoniaceae</i>		Ar
Embaúba	<i>Cecropia sp.</i>	<i>Cecropiaceae</i>	M
Erva- mate	<i>Aquifoliaceae</i>	<i>Ilex paraguariensis</i>	Ar
Espeteiro	<i>Flacourtiaceae</i>	<i>Caseari gossypiosperma</i>	
Guaimbé	<i>Araceae</i>	<i>Philodendrum bipinnatifidum</i>	Ar
Guajuvira	<i>Borraginaceae</i>	<i>Myrciantes pungens</i>	Pi
Guarita	<i>Anacardiaceae</i>	<i>Astronium graveolens</i>	V
Guatambu	<i>Rutaceae</i>	<i>Aspidosperma australe</i>	Es
Guavira	<i>Myrcianthes pungens</i>	<i>Myrtaceae</i>	M
Gurucai	<i>Peltophorum dubium</i>	<i>Leguminosae</i>	Pi
Imbé	<i>Phylodendron sp.</i>	<i>Araliaceae</i>	Ti
Ipê	<i>Bignoniacea</i>	<i>Tabebuia vellosi</i>	Es pi
Jabuticabeira	<i>Myrtaceae</i>	<i>Myrciaria sp.</i>	Ar
Jatobá	<i>Leguminoseae</i>	<i>Hymnea Courbaril</i>	M
Laurel	<i>Lauraceae</i>	<i>Ocotea suaveolens</i>	Pa
Louro	<i>Boraginaceae</i>	<i>Cordia sellowiana</i>	Es pi
Mamoeira- macho	<i>Caricaceae</i>	<i>Carica sp.</i>	M
Marfim	<i>Rutaceae</i>	<i>Balfaurodendron riedelianum</i>	Es cu pi
Parasita	<i>Pieraceae</i>	---	M
Pau-brasil	<i>Leguminosae</i>	<i>Caesalpinia echinata</i>	Es

Peroba	<i>Apocynaceae</i>	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Es pi
Pindó	<i>Palmae</i>	<i>Arecastrum romanzoffianum</i>	C
Sabugueiro	<i>Caprifoliaceae</i>	<i>Sambucus</i> sp.	M
Sapé	<i>Graminae</i>	<i>Imperata brasiliensis</i>	C
Taquara	<i>Graminae</i>	<i>Guadua trini</i>	C

5.2. As queimadas e a prática da coivara transformada

As observações efetuadas em campo permitem que se force um pouco a análise no sentido de identificar a permanência da prática da coivara em determinadas situações, como a derrubada de parte da mata para ampliação da roça, ou mesmo para a construção de novas habitações implantadas na borda da mesma. Para ser fiel aos apontamentos produzidos, o que se verifica é que a prática da coivara não é mais comum em função da inexistência de áreas que permitam a sua realização com o sentido que apresentava anteriormente, pois se as houvessem, certamente os Nandeva/Guarani na TI Porto Lindo/Jakarey não a estariam desconsiderando do seu repertório de relacionamento com os elementos naturais. A derrubada, secagem de plantas menores e posterior queima de árvores, denominado de coivara, é uma das práticas para preparar o solo para o plantio utilizado pelos habitantes das florestas tropical e sub-tropical, sendo que esta era utilizada pelos Guarani no período

inicial dos contatos, conforme atesta a documentação. (BROCHADO, 1977, p. 23; CORTESÃO, 1951, p. 166-7; MIRAGLIA, 1975, 54; SUSNIK, 1982, p. 70; SOUZA, 1986, p. 237; NOELLI, 1993, p. 156). O trecho abaixo extraído de do informe de um jesuíta anônimo de 1620, detalha o processo de preparo da terra a partir da técnica da coivara:

“(…)El modo de hacer sus sementeras es: primero arrancon y cortan los arboles pequeños y despues cortan los grandes, y ya cerca de la sementera como estan secos los arboles pequeños (aunque las os grandes no lo estan mucho) les pegan fuego y se abraça todo lo que han cortado, y como es tan grande el fuego quedan quemadas las raizes, la tierra hueca y fertilizãda con la çeniça , y al primero aguaçero la siembran de mais, mandioca y otras muchas raizes y legumbres que ellos tiene muy buenos: dase todo con grande abundança. (CORTESÃO, 1951, P. 166-7)

D’Orbigny (1945, p. 389) ao referir-se sobre a divisão de trabalho entre os Guarani que contactou, informa que “(…) sobre las mujeres recae todo el trabajo anterior: los hombres derriban las árboles para tener terreno mientras sus compañeras siembran, cosechan, transportan los productos a la casa y preparan las bebidas fermentadas para las visitas (...)”, trecho que proporciona o reconhecimento da primeira etapa da coivara *strito senso*, que é derrubada da vegetação na qual será colocado fogo. Outro dado importante é que foi notado pelo informante, que esta etapa é uma tarefa exclusivamente masculina.

Outro trecho, retirado de Blanco (apud MELIÀ, 1989, p. 10) informa também a prática da coivara e um dos critérios para a instalação de algum povoado ou aldeia era de houvesse um espaço de mata disponível próximo:

(…) Porque no usan los índios sembrar em campo descubierto, por estar la terra más gastada , y asi no se logran las sementeras , pero como en los montes está la tierra defendidas por los árboles, que son muy coposos, se conserva más humeda, y pingüe, y vuelve muy colmados frutos. Para esto pues arrasan grand pedazo de monte conforme al número de familias, a cada una de las cuales se les señala distinto pedazo para sus sembrados, y después de cinco o seis años la deja por cansada y inútil y desmontan de nuevo otro tanto, por lo cual es necesario que donde se funda algún pueblo, haya muchos montes cercanos.

Os dicionários de Montoya ([1639]1876) apresentam vários verbetes e expressões que permitem que se tenha uma concepção mais elaborada do quanto a prática da coivara era fundamental para as atividades da roça, mas que interferiam profundamente no ambiente da floresta. As etapas referentes a derrubada das árvores (B.179;T.154), queima

da vegetação (B.163 e 107; T.50, 103,170) e limpeza do terreno (B.59; T.165, 173 e 335) descrevem as concepções do que era considerada uma atividade que teve sucesso na sua finalização.

Contemporaneamente, os Nandeva/Guarani na Porto Lindo seguem este mesmo padrão existente no período inicial dos contatos, pois a mata ainda é considerada como um espaço masculino, sendo que não se teve oportunidade de observar mulheres realizando alguma atividade no interior da mesma, e quando motivadas para executar uma tarefa que seria de interesse coletivo, aproximaram-se do local escolhido em grupo, conforme visto acima. Mesmo neste caso, não adentraram no seu interior, ficando somente no entorno da mesma, enquanto um dos homens que veio colaborar na atividade, extraiu a madeira necessária adentrando pelo menos 8m no local. As mulheres que participaram desta experiência, disseram não conhecer a outra parte florestada situada mais a oeste, enquanto os homens demonstram dominar amplamente todos os espaços da aldeia, pois muitos deles coletam madeiras para produção de bens como casas, telhados, pilões, etc. nesta outra porção, mesmo morando próximo do outro fragmento da área, situado a leste (consultar mapa 1).

É interessante notar que o processo da coivara, envolve a transformação de dois ambientes distintos através do manejo ambiental efetuado pelos índios de então, pois inicialmente uma porção de mata ou monte utilizado para caça e coleta (como aparece também na bibliografia), é escolhida para que seja objeto da derrubada de sua vegetação. Passado um certo tempo, este é queimado e dá origem a um outro ambiente que é o da roça, que a partir daquele momento substitui a antiga área florestada. A partir disto, confirma-se que pela intervenção humana os ambientes transformam-se profundamente, cedendo lugar a outras práticas econômicas e sociais envolvidas na produção e manutenção deste espaço. A mata somente se recomporia completamente após passado um período longo de abandono por completo, o que praticamente seria impossível dentro do manejo agroflorestal efetuado pelos Guarani de então, pois o movimento cíclico e contínuo sobre as áreas abertas, que não eram completamente abandonadas após a transferência da aldeia ou mesmo após o abandono do espaço da roça, continuavam sendo percorridas nestes locais abandonados em busca da caça que era atraída facilmente, em virtude da introdução de vegetais efetuadas pelas mulheres, sendo que algumas plantas seguem produzindo por um período mais longo do que aquele de permanência da família extensa no local.

No entanto, tal situação não é mais verificada nas áreas confinadas das reservas, o mesmo não ocorrendo na área de estudo, sendo que as famílias utilizam sempre o mesmo espaço reconhecido como pertencente a cada uma, não havendo mais a rotatividade entre plantio e pousio, que era considerada benéfica para a manutenção da qualidade da terra, a cada 3/5 anos. O cansaço da terra é reconhecido tanto pela produtividade que tem diminuído, quanto pela necessidade de serem introduzidos produtos que corrigem o solo, quando são orientados pelos técnicos do IDATERRA para a colocação correta da quantidade necessária, como é o caso do calcário

Os agricultores para prepararem a terra para o plantio tem se utilizado de três expedientes, mais seguidamente: 1) o uso de agrotóxicos para acabar com as ervas daninhas que infestam as roça após a colheita; 2) o uso do trator que facilita sobremaneira esta etapa do plantio; e 3) a queimada das áreas onde serão implementadas as roças. Não são recursos excludentes, pois podem utilizar os agrotóxicos e posteriormente solicitar o trator, enfim, utilizam estas três maneiras para livrar a terra das plantas que impedem o plantio.

Estas queimadas ocorrem durante praticamente todo o ano em menor escala, mas intensificam-se sobremaneira nos meses de agosto, setembro e outubro, quando a terra é preparada para o plantio do milho. Estes meses também coincidem com a escassez de chuvas, o que torna o ambiente da aldeia, em alguns dias, muito ruim em termos de qualidade do ar. É possível identificar várias pequenas queimadas espalhadas por toda a área de estudo, tanto nos fragmentos de mata como nos espaços destinados às roças. (fotos 82 e 83) Alguns até já exprimem a inadequação desta técnica, mas argumentam que os agrotóxicos custam muito, ou que o trator não consegue atender a todos os plantadores no tempo certo, pois há somente dois para preparar as áreas de roça da área.



Foto 82. Queimada em antiga da mata, já com vegetação se regenerando



Foto 83. Queimada em área já transformada em roça.

Como não é um fogo controlado, tem acontecido de que casas situadas próximo às áreas que estão sendo preparada por esta técnica virem a ser rapidamente engolidas pelas labaredas, quando este sai do controle daqueles que o produziram. Como a grande maioria das habitações ainda é de material bastante perecível (madeira, sapé, taquara), em poucos minutos não resta absolutamente nada, a não ser uma mancha negra no local onde estava a residência. Quando o fogo é colocado nas bordas dos fragmentos de mata ouve-se o estalar das madeiras sob a ação do fogo.

É necessário destacar que a substituição de um local “intocado” por espaços humanizados é motivado tanto pela necessidade de ampliar ou começar uma nova roça, quanto pela instalação de casas para novos casais ou transferência de uma casa para outra, conforme é o costume no local, onde freqüentemente se detectam alterações na configuração das residências, havendo muitos abandonos e reocupações dentro da área. É uma mobilidade que tem uma circularidade, pois mantém-se próximo do círculo dos parentes podendo retornar novamente ao antigo lugar de morada, mas realizada sobre em condições de extrema falta de terra, já que inexistente o território tradicional pelo qual pudessem percorrer livremente. O estudo de Ivori Garlet (1997) sobre a mobilidade Mbyá,

destaca esta circularidade, pois estes deslocavam-se continuamente pelos territórios já percorridos anteriormente, saindo e retornando de ambientes que faziam parte de seu *corpus* de conhecimento, e que mantinham de alguma maneira uma relação simbólica com o local.

5.3. Armadilhas de caça

Portadores de estratégias variadas para obtenção da caça disponível em abundância nas áreas florestadas nas quais circulavam, os Guarani foram paulatinamente diminuindo o ritmo destas expedições a partir das drásticas transformações e perdas ambientais. A documentação sobre os diferentes grupos que habitavam o seu amplo território de dispersão, que incluía Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia informa muito pouco sobre as diferentes táticas utilizadas para caçar os mais diversos animais como aves, pequenos e grandes mamíferos, peixes, etc. Montoya (1639, 1640) foi quem apresentou o maior

número de elementos para poder compreender melhor como funcionavam as armadilhas para apresar ou matar animais.

O trabalho etnográfico de Luigi Miraglia (1975) é “notável pela precisão de suas descrições das trampas e armadilhas” na concepção de Melià (1987a, p. 23), sendo que trabalhos com este nível de detalhamento são raros. O padre Franz Miller (1989, p.80-81) descreve as armadilhas utilizadas pelos Mbyá, Paï Tavyterã e os Avá-Guarani do Alto Paraguai no início do século passado. Talvez o desinteresse por este tema hoje, relacione-se ao fato de que, se ouve muito dos guarani (ñandeva e kaiowá) contemporâneos no MS que “não tem mais mata, não tem mais bicho, a caça já acabou”, e por isto, infere-se que se não há animais a serem caçados, também não são produzidas armadilhas para capturá-los. Animais de grande porte, não são mais avistados na grande maioria das áreas Estado, mas há outros - preás, tatus, teyus, aves em geral- que ainda são encontrados, possivelmente em muito menor número que há cinquenta anos atrás, mas que permitem a continuidade no uso de armadilhas com muitas características e denominações coligidas por Montoya (1639, 1640) no início do século XVII.

Atividade eminentemente masculina, a caça envolvia um intrincado arranjo social para a sua realização, pois esta era executada por membros da família extensa, e o seu produto distribuído pelo grupo doméstico. Conforme apresentado anteriormente, o século XX representou uma perda de locais para a realização desta atividade econômica, pois a retirada sistemática de itens da flora existentes nas matas, ocasionou a diminuição ou mesmo a extinção da fauna associada a elas. Os depoimentos de homens e mulheres¹⁰², que habitavam a área de estudo em período anterior a década de 1950-60 e de pioneiros/as¹⁰³ que se deslocaram para a região também a partir deste período (GUERRERO, 2000, 2002; TURMENA, 2000, 2001, 2002), revelam a grande variedade de animais que estavam disponíveis para caça, conforme demonstram as tabela abaixo. Certamente a diversidade deveria ser muito maior, tendo em vista que são lembrados somente aqueles animais mais recorrentes, de maior significação social ou que estão impregnados no imaginário popular.

Tabela 17 - Lista de mamíferos citados

¹⁰² Olívia Rodrigues, Carlos Vilharva, Eunice Martins, Domingas Rodrigues, Rosa Lopes, Inácio Souza, Constantina Portile, Delossanto Centurião.

¹⁰³ Utiliza-se este termo para aquelas pessoas que vieram para a região sul do MS a partir da década de 50 do século passado e que continuam habitando os municípios da região, sem a conotação de serem os primeiros no local.

Nome popular	Status taxonômico (ao nível de gênero e espécie)
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Bugio	<i>Alouatta caraya</i>
Cateto	<i>Tayassu tajacu</i>
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Cachorro do mato	<i>Dusicyon thous</i>
Jaguatirica	<i>Leopardus pardalis</i>
Onça pintada	<i>Panthera onca</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>
Tatu	<i>Priodontes giganteus</i>
Veado	<i>Blastocerus dichotomus</i>

Desta tabela, apenas o tatu é ainda encontrado e caçado pelos moradores da aldeia. A capivara e o veado ainda são avistados próximos ao rio Paraná, e muito raramente na rio Iguatemi.

Tabela 18 – Lista das aves citadas

Nome popular	Status taxonômico (ao nível de gênero e espécie)
Arara	<i>Ara ararauna</i>
Garça	<i>Egretta thula</i>
Jacu	<i>Penelope jacquacu</i>
Juruti	<i>Geotrygon violacea</i> <i>Leptotila verreauxi decipiens</i>
Macuco	<i>Tinamus solitarius</i>
Maracanã	<i>Ara maracana</i>
Maritaca	<i>Pionus maximiliani</i>
Papagaio	<i>Amazona xantrops</i>
Rolinha	<i>Columbina talpacoti</i>
Tucano	<i>Ramphastus vitellinus</i>
Uru	<i>Odontophorus capueira</i>
Xintana (Inhambu Xintã)	<i>Crypturellus tataupa</i>
Xororó (Inhambu Chororó)	<i>Crypturellus parvirostris</i>

Em relação a tabela 18, estes pássaros ainda são avistados na região, principalmente no período de frutificação das plantas, mas todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que a variedade e quantidade eram muito maiores quando a mata estava preservada. Outro dado significativo obtido nas entrevistas, foi a afirmação de todos que a caça não era mais praticada, porque não havia mais animais para serem abatidos. No entanto, nas

atividades de campo foram encontrados tanto armadilhas para animais de pequeno porte, e também vestígios de animais caçados, como carapaças de tatu e pele de animais (fotos 84). O tatu, além de servir de alimento, tem sua carapaça armazenada para ser utilizada como medicamento.



Foto 84. Carapaça de tatu depositada no telhado da casa

Apesar das grandes modificações ambientais, com perdas de inúmeras espécies vegetais que atraíam animais de variadas espécies e tipos, por servirem de abrigo, proteção e oferta de recursos alimentares, ainda são encontradas armadilhas para pequenos animais, pois os de maior porte (veado, onça, capivara, cateto, etc.) desapareceram por completo da região. Somente existem remanescentes nas proximidades e entorno do Parque Nacional da Ilha Grande, localizada entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul.

Cinco destas armadilhas (fotos 85) estavam armadas a menos de 2m de um córrego que tem sua nascente na área¹⁰⁴, e foz em confluência com córrego Jacareí (verificar localização no mapa 1), sendo que duas estavam na margem esquerda e três na margem direita do córrego, e a uma distância de 120m da residência. As distâncias entre as da margem esquerda era de 2,30m, e as da margem direita, de 2,50m e 3m. Se o animal escapasse de uma, teria grande probabilidade de ser aprisionado ou morto na seguinte. Estavam ocultas na vegetação de baixo porte, quase rasteira, que ocorre na proximidade dos córregos. No mesmo local, coletam sementes de uma planta que denominam por *rosário*,

¹⁰⁴ Obteve-se somente uma indicação da denominação deste córrego que seria *Porã* (belo, bonito).

com as quais confeccionam os colares tão comuns entre eles. A aproximadamente 20m deste local, há uma mina d'água onde podem pegar água para consumo, e há um depósito de argila, que pode servir para coleta de matéria-prima para produção de objetos cerâmicos.



Foto 85. Armadilha instalada próxima de córrego para caça de preás

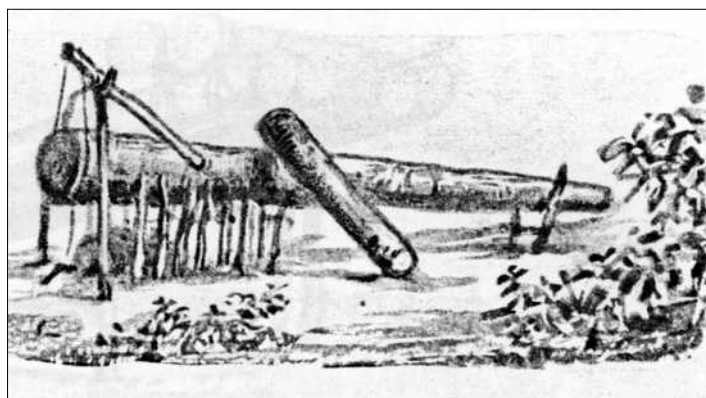


Figura 86. Armadilha localizada entre os Caingú (Vignati, 1953, lâmina VIII)

Segundo aqueles que as instalaram, foram confeccionadas para apresar preás que circulam no local. Este tipo de armadilha é denominada por *mondéu*. Suas dimensões variavam de 40 a 50 cm de comprimento, 26 a 40 cm de altura e entre 13 a 15cm de largura. A quantidade de estacas em cada lateral oscilava entre 14 e 17. Foram confeccionadas a partir de estacas pequenas e estreitas de aproximadamente 3 cm de diâmetro. Informaram que não conseguem capturar muitos exemplares, mas que tem o

hábito de as deixarem armadas para obter "qualquer quantidade destes animais". A descrição da técnica de captura é a mesma apresentada por Martínez-Crovetto (1968a, p. 3), entretanto, a armadilha localizada na área de estudo tem significativas diferenças, mas o princípio de abater o animal matando-o ou aprisionando-o é o mesmo. Esta armadilha é acionada pela força da gravidade, pois a movimentação do animal, aciona o gatilho que deixa cair um outro tronco maior, mais espesso e pesado, e este é morto ou fica preso em consequência do peso do equipamento. Este tronco tinha 1,20m de comprimento, em torno de 8cm de diâmetro, e estava colocado no mesmo sentido de toda a estrutura.

Informaram que diariamente verificam o estado das armadilhas para mantê-las sempre prontas para a captura. No entanto, um mês após terem sido localizadas, retornou-se ao local, e estavam abandonadas abandonadas, com as estacas caídas próximas, conforme foto 87 abaixo.



Foto 87. Armadilha abandonada

Outra duas armadilhas foram localizadas em local que distava aproximadamente 300m do fragmento de mata existente na área de estudo, e são do tipo *coti/nuha*, no qual o animal fica preso após acionado o gatilho pelo mesmo. A armadilha encontrada estava incompleta, e não foi localizado o responsável pela sua instalação, por esta razão somente está-se indicando o seu uso ainda hoje, mesmo em ambiente alterado. Possivelmente, seja indicada para caça de tatu. (foto 88).



Foto 88. Armadilha próximo ao fragmento de mata oeste.

A variedade de animais caçados e consumidos (mamíferos, aves, répteis) pelos Mbyá de Misiones (República Argentina) relacionados por Martínez-Crovetto (1968a, p. 5-6), não ocorre na área de estudo. No entanto, pode-se inferir que a variedade de espécies animais que poderiam ser caçados na TI Porto Lindo/Jakarey, no mesmo período estudado por este autor (década de 60 do século passado), deveria aproximar-se daquela relacionada por este pesquisador, pois foi a partir deste momento que houve o processo de desmatamento generalizado que alterou profundamente o ambiente florestado do local e da região como um todo, abrangendo todos os municípios da região sul do Estado (Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Tacuru, Itaquiraí, Naviraí, só para citar alguns)

Nos dicionários de Montoya (1876), os termos coligidos permitem identificar costumes ainda pouco alterados pelo contato com os europeus. É possível encontrar palavras e frases relacionados à atividade de caça. Entre elas, o ato de colocar armadilhas para caçar é denominado por *amunde ru* (T: 232, 345), armadilha é *mundé* (T:232, armadilha para caça), a armadilha para caçar pássaros é *amboaratag* (T:67), enquanto a caça com armadilhas denomina-se *amonderu ymboabo* (T: 227). A fiscalização das condições das armadilhas para evitar que fiquem desarmadas, conforme observado na área de estudo, é *ñuhã obi* (B: 303), assim como *ypotaî obi* (B: 303) indica que a armadilha desarmou-se.

Percebe-se, que as enormes mudanças ambientais e a redução das áreas de captação de recursos protéicos, interferiram negativamente no acesso a itens da dieta alimentar dos

ñandeva/guarani, pois todos estes animais complementavam a dieta básica composta pelo processamento do milho e da mandioca, conforme os relatos dos interlocutores. Entretanto, seguem utilizando estratégias, e instrumentos para caça conhecidos desde os primeiros contatos, e nominando-os com termos que pouco se alteraram nestes quase 500 anos.

CAPÍTULO VI

6.1. O ESPAÇO QUE SE AMPLIA

Os limites territoriais impostos pelo Estado quando a TI Porto Lindo/Jakarey foi reservada em 1928 nunca foram respeitados, tanto pelos antigos quanto pelos atuais moradores do local. Esta fronteira ‘jurídica’ foi sempre transgredida por aqueles que se viram confinados em pequenas áreas, quando o território original que podia ser acessado, percorrido e explorado ultrapassava as fronteiras que separam países atualmente o Brasil e o Paraguai. Os depoimentos colhidos indicam que até a década de 1960, o acesso a locais hoje considerados proibidos por terem se transformado em propriedades particulares, fazia parte do cotidiano, com algumas famílias tendo estabelecido suas moradias. As atividades de extração da erva-mate até meados da década de 1930, e da exploração do palmito para ser industrializado em uma fábrica no município de Iguatemi a partir da década de 1940, não representou a redução da territorialidade do grupo, pois ainda era possível ter acesso

aos recursos da mata abundante na região, ao rio Iguatemi e córregos tributários deste para as atividades de pesca, e para o ir e vir freqüente de pessoas que transitavam de uma área para outra, reservada ou não. A própria retomada do *tekoha Yvy katu* baseia-se na ocupação efetiva por parte das famílias extensas das cabeceiras de córregos próximos do rio Iguatemi no final do século XIX e início do XX. Os depoimentos das senhoras Rosa Lopes (82 anos) e Olívia Rodrigues (56 anos) confirmam o fato de que até a década de 1950 não existiam famílias instaladas nos locais com títulos de posse fornecidos pelo Governo Estadual, cujos proprietários insistem em afirmar que em “suas terras não havia índios” ou que “quando adquiri o local os índios estavam só na Porto Lindo.” Existe uma prática difundida na região, mas que perpassa todo o Estado, que é a de negar a existência indígena nas áreas transformadas em fazendas de gado ou de produção de monocultura. A estratégia de negar constantemente a presença dos índios é deveras eficiente, pois mesmo com o dado de que o MS possui a maior população indígena fora da Amazônia, e que aproximadamente metade dos municípios conta com sua presença, é comum ouvir expressões que demonstram total desconhecimento desta população, e que muitas vezes está localizada muito próximo das áreas urbanas. A TI Porto Lindo/Jakarey dista 12 km do município de Iguatemi e 25 km da área urbana de Japorã, aonde está situada, conforme pode ser visualizado no esquema no final do texto.

A ocupação da região sul do Estado pelas novas frentes colonizadoras sobre as terras indígenas foi rápida e inexorável forçando a população dispersa por um amplo território de acesso livre a se concentrar nas oito áreas demarcadas até 1928. Verificou-se através das entrevistas, que em muitos casos houve a colaboração da população indígena para com os colonos que estavam se instalando nas áreas de domínio. A derrubada da mata, a exploração dos recursos madeireiros, a construção das casas para os novos moradores, e o uso da mão-de-obra em troca de “um punhado de arroz” contou com a participação dos índios. O fato deve ser, possivelmente, creditado à concepção de terra que tem os Guarani, para quem esta não é propriedade de ninguém e pode ser usufruída por todos, devendo ser realizados rituais para que ela não seja destruída (MURA, 2002). Como esta concepção não se verifica no campo oposto, e como tinham títulos que lhes assegurassem o direito de posse, os índios viram-se constrangidos a abandonar as aldeias tradicionais e se confinarem nas oito áreas reservadas para a população indígena Guarani.

Apesar de ter ocorrido este confinamento efetivo, o trânsito pelas áreas situadas no entorno, e algumas outras áreas conhecidas foram sistematicamente sendo visitadas, e Dominique Gallois (2000, p. 6) afirma que “(...) Quem observa as concepções e práticas de territorialidade indígena, verifica enormes variações na maneira como sociedades produzem e controlam seu espaço, elegendo limites que nem sempre correspondem aos definidos pelos critérios jurídicos de nossa sociedade, mas resultam de complexos e densos históricos de relações entre povos diversos e de modos de intercâmbio em constante transformação“. A experiência que os índios mantiveram com os locais destruídos não se perde nos domínios da memória, bastando um pequeno estímulo para que ela venha carregada de simbolismo, práticas sociais, e revivendo um sem número de situações que se complementam e se corrigem com as lembranças de outros. Elas vem também alteradas pelo passar dos anos, pelas novas experiências acumuladas, e tem que ser confrontadas com outros dados para poder ser consideradas legítimas (DOESWIJK, 2003, p.2).

No final do texto consta um mapa esquemático, apresentando a direção e distâncias de alguns dos município e áreas indígenas citadas ao longo desta parte.

6.1.1. O município de Japorã

Município onde está inserida a TI Porto Lindo/Jakarey, conforme visto no capítulo I, tem uma população de 9 mil pessoas, aproximadamente, tendo na atividade agropecuária sua quase exclusiva fonte de renda. Por estar localizado a 35 km da aldeia, a presença indígena não é muito frequente no local, exceção feita no período de pagamento dos funcionários municipais, quando são vistos em número maior. O acesso é feito através do ônibus da prefeitura que se desloca diariamente até a aldeia para o transporte de alunos para a escola em Jacareí, ou do ônibus que faz a linha Mundo Novo - Sete Quedas que passa diariamente na rodovia MS-386, e que circunda a porção norte da área de estudo.

Os funcionários indígenas da Prefeitura Municipal atuam no interior da área, e exercem as mais diversas atividades. Estão representados pelos professores e professoras que atuam nas três escolas da aldeia e ainda na Missão em um total de 37 pessoas, dois agentes indígenas de saúde em convênio com a FUNASA, 2 tratoristas, uma professora de corte, costura e culinária que ministra aula para as mulheres, e ainda, o pessoal que trabalha nas escolas como merendeiras, faxineiras, aqueles que atuam serraria, no gerenciamento das instalações hidráulicas, e que realiza pequenos serviços, somando no total mais 14

pessoas. Considerando que atualmente, há somente três professores não-índios ministrando aulas nas escolas, o maior número dos funcionários públicos é representado por este segmento da população que exerce esta função. Este é um dos cargos mais valorizados e prestigiados, tanto que os adolescentes o consideram como um objetivo a ser alcançado, e que sinaliza para a possibilidade de melhoria de vida. A função de tratorista, ocupa a segunda preferência pelos adolescentes.

Todos estas pessoas atingem praticamente totalidade da população residente na Porto Lindo, seja de forma direta ou indireta, e os vários segmentos da população seja ela distribuída por idade, sexo, ou atividade econômica. Os/as professores/as, atendem crianças e adolescentes até a idade de 15 anos; os tratoristas, os homens que tem atividade na roça; os agentes de saúde, em torno de 180 famílias que representam aproximadamente 900 indivíduos; a professora que tem seu trabalho junto as mulheres congrega em torno de 40 índias. Os idosos são aqueles que estão menos representados. Assim, a pessoa que tem o cargo de prefeito no município, a partir das queixas e reivindicações feitas por seus funcionários índios, tem condições de avaliar como está se refletindo a sua atuação junto à esta população. Como eles podem decidir o resultado da eleição (situação que ocorreu no ano de 2004 na eleição para o cargo de prefeito municipal), é importante estar atento ao que estes tem para dizer, de maneira a redirecionar sua atuação, se necessário.

Todos os funcionários índios contratados pela Prefeitura, deslocam-se pelo menos uma vez por mês para a sede do município, onde resolvem as questões burocráticas que possam estar pendentes, ao mesmo tempo que contatam com situações novas que lhes permite adquirir mais experiência para resolver situações difíceis advindos do contato interétnico, ao mesmo tempo que os instrumentaliza para lidar mais adequadamente com os elementos novos que lhes são apresentados cotidianamente pela sociedade envolvente. Assim, várias categorias de atividades, normatizações e funções eram inexistentes ou desconhecidas em um período passado que recua talvez 40 anos no cotidiano da aldeia, como por exemplo as normas e legislações educacionais, salário, cumprimento de horário de trabalho, relacionamento com membros que não faziam parte da família extensa/ *te'yi*, atender reivindicações, escala de atividades, entre outras, e que hoje são manipuladas com desenvoltura por aqueles que tem estas atribuições. No entanto, continuam a reivindicar para si a categoria de índio, ou “vendo-se obrigado a ter o branco como modelo que se

impõe, o índio não perde sua identidade original“ (CAIUBY NOVAES, 1993, p. 69) embora dominando adequadamente vários códigos simbólicos dos não-índios.

O comércio em Japorã, é melhor estruturado, mas dada a distância que é considerada muito grande, somente aqueles que vem resolver outras questões adquirem algum produto, como material construtivo, alimentação ou vestuário. Alguns comerciantes vendem a prestações para aqueles que comprovam que tem uma renda mensal, como os aposentados e os funcionários contratados pela prefeitura, pois estes apresentam uma garantia segura de pagamento.

As audiências com o Prefeito também mobilizam os seus representantes. Quando entendem que tratar com os intermediários sobre algum pedido, não está resultando satisfatoriamente, muitas vezes, ao invés de ir até a sede, solicitam a presença deste na aldeia, de forma a ser interpelado por um número mais expressivo de pessoas. Assim, subvertem as fronteiras de atuação existentes, que não são mediatizadas pelas relações já pré-estabelecidas, ao contrário, a sociedade nacional é absorvida no pequeno espaço ocupado pela área de estudo. Ali, o espaço de negociação é conduzido pelo segmento indígena. A presença de secretários municipais, principalmente de educação e agricultura, acontece regularmente.

Os jogos e campeonatos municipais de futebol e vôlei masculino e feminino, faz com que, os jovens se desloquem para participar destas competições, nas quais contatam com outras pessoas da sua idade. Em geral, há uma grande separação entre os grupos de índios e não-índios, segundo o depoimento de quem participou, com muito pouca interação entre os envolvidos. Infere-se que há uma grande dificuldade dos jovens em estabelecerem relações interétnicas mais amistosas, pois nesta, e em outras situações nas quais os dois grupos aproximam-se fisicamente, repelem-se a partir de critérios indefinidos, discriminação efetiva, receio do outro ou simplesmente pela formação de grupos solidários tão corriqueiro entre os adolescentes, que os faz excluir todos os que não fazem parte dos mesmos. Nestas oportunidades também, os índios são vistos como exóticos, sendo alvo de olhares curiosos, brincadeiras maldosas, discriminação efetiva ou psicológica, enfim, um sem número de recursos que os não-índios desenvolveram para colocar “cada um no seu lugar”.

Entre as adolescentes, as dificuldades são ainda maiores, conforme o relato das meninas que participarem de torneios e campeonatos deste tipo. Segunda elas, as outras

adolescentes mostram-se arrogantes, tentando demonstrar que são melhores do que elas. São os dois lados no jogo de espelhos, que se analisam, se avaliam, se contrapõe, que possuem imagens já formadas sobre o “outro” com o qual estão interagindo em uma situação concreta, cada um com um sistema de valores conflitante “aos quais se apela para a representação de si, e, certamente, tanto para uma atuação frente ao outro, como para a avaliação desta atuação” (CAIUBY NOVAES, 1993, p, 28). A partir destes encontros, as adolescentes indígenas começam a criar estratégias específicas de atuação frente a estas situações tensas e desgastantes.

6.1.2. O distrito de Jacaré

Localizado a 30 km da sede do município de Japorã, e a 5km da TI Porto Lindo/Jakarey, o distrito de Jacaré, tem uma população em torno de 600 pessoas, que vive da atividade agropecuária. Entre os serviços públicos está a Escola José de Alencar, que oferece ensino fundamental e médio, e o posto de saúde. O comércio de gêneros alimentícios e de vestuário é de pouca significação. Todos os demais serviços devem ser procurados em Japorã ou no município de Iguatemi. A escola é o único serviço público oferecido aos jovens e adolescentes que desejam continuar seus estudos. Até o ano de 2004, quando foram implantadas a 5ª e 6ª séries do ensino fundamental, todas as crianças a partir da 5ª série deveriam deslocar-se até Jacaré para estudar. É no âmbito da escola, onde segundo os princípios e fins da educação nacional constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, a educação “(...) é inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, (...)” “ que estes jovens iniciam os primeiros contatos sistemáticos com o processo discriminatório contra as populações etnicamente diferenciadas.

O depoimento de vários adolescentes, obtidos no desenvolvimento do projeto “Criança Kaiowá e Guarani no MS” com apoio do UNICEF, e através de conversas informais, sinaliza que a discriminação que sofrem por parte dos demais colegas não-índios apresenta-se ainda muito cruel, com brincadeiras de cunho pejorativo, ofensas verbais, exclusão do convívio, fazendo com que sejam formados grupos de índios e não-índios no ambiente escolar que deveria estar voltada para combater as desigualdades de todas as formas. Além da exclusão por serem índios, deve ser acrescentada a exclusão econômica e

social, pois a maioria se evade da escola por não suportar a comparação que sofrem também pelo vestuário, o material utilizado, a forma de comportar-se, etc. Entre as declarações mais comuns para justificar o abandono da escola, estão a falta de verba para compra de roupas, calçados representados mais especificamente por tênis, camisetas, etc. que fazem parte do padrão existente entre os jovens. Como estes não podem adquirir tais bens materiais, optam por sair da escola sentirem-se constrangidos e humilhados. Entretanto, a discriminação também é feita por professores e professoras e o corpo administrativo da escola, tornando o cenário ainda mais desolador para aqueles que decidiram dar continuidade à tarefa de aprender, e nos dizeres de Strehl e Réquia (2000, p. 93) “(...) a escola os excluiu por não estar preparada para atendê-los(...)”. Este descompasso entre a legislação, que garante igualdade de acesso à escola e permanência na mesma, devendo ser respeitados seus direitos adquiridos ao longo de séculos de luta, e vida escolar, é de difícil superação, no momento, tendo em vista que o Estado, nas suas esferas municipais, estaduais e federais, ainda não está preparado para lidar com a diversidade cultural, social e econômica, cujos reflexos mais bárbaros são sentidos diariamente por índios, agricultores, sem-terra, portadores de necessidades especiais, etc.

A adolescência¹⁰⁵ é duplamente angustiante para os jovens ñandeva/guarani já que é um período em que devem estar assumindo algumas funções importantes na comunidade, e ao mesmo tempo tem que disputar espaço e saber socialmente valorizado fora da área num lugar que lhes é hostil. São pressionados tanto externa quanto internamente. O discurso dos pais destes adolescentes e dos próprios, é de que a escola é vista como uma das melhores possibilidades de ascensão social, principalmente para aqueles que desejam sair da aldeia para buscar outras perspectivas fora dela. Entretanto, são poucos os jovens que concluem seus estudos no ensino médio, mesmo que isto implique na continuidade de uma vida que queriam superar por não a considerarem adequada, seja quais forem parâmetros que estão sendo utilizados por eles para caracterizar o que seria bom ou ruim.

O processo de ultrapassar fronteiras, tanto no sentido geográfico- da aldeia para Jacareí-, quanto no sentido antropológico que envolve a relação entre diferentes modos de ser, pensar e interagir com a realidade, que se mediatizam entre índios e não-índios, e que

¹⁰⁵ Mesmo considerando que o conceito de adolescência consagrado no Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA- Lei 8069/90 “ pessoa entre 12 e 18 anos de idade” , não é o mais adequado para aplicar as/aos jovens índios, também é nesta faixa etária que começa a diferenciação social por idade, quando passam a assumir responsabilidades cada vez maiores na família e na comunidade. O período que denominamos de adolescência não tem um correspondente simétrico entre os Guarani.

resultam em etnicidades continuamente sendo construídas na interação dinâmica das 'novidades' que se apresentam e que devem ser reinterpretadas, reatualizadas, discutidas, criadas, inovadas, por ambos os lados, a partir das concepções de cada grupo.

Se a escola apresenta uma dubiedade na sua relação com os índios, os pequenos serviços oferecidos no local são bastante procurados pelos moradores da aldeia para resolverem seus problemas cotidianos. Consertos de bicicletas, das poucas motos e carros pertencentes aos índios, aquisição de algum alimento básico pode ser encontrado no local. Alguns cursos direcionados ao sexo feminino (artesanato, alimentação, cerâmica), são freqüentados pelas mulheres indígenas quando é oferecido pela Prefeitura Municipal. Existem algumas índias que casaram-se com não-índios, e que se transferiram da aldeia para morar em Jacareí, tornando-se comum a visitação de parentes e amigos a estas moradoras.

A prestação de serviços de mão-de-obra nas propriedades existentes no entorno da sede do distrito, também é um atrativo para jovens e adultos obterem algum ganho para a compra de produtos variados. Entre os jovens a aquisição de roupas, calçados, equipamentos e acessórios de som são os mais comuns.

6.1.3. O município de Iguatemi

É o município mais próximo geograficamente, pois só 12 km separam a aldeia do núcleo da cidade, por esta razão representa um pólo de atração para toda a comunidade. Sua população é de 14 mil habitantes, com uma economia baseada na agricultura e criação de gado. Os depoimentos obtidos revelam que havia famílias que transitavam pelo município ainda no período anterior a colonização recente¹⁰⁶, por ser um espaço que permitia esta mobilidade ampla.

Para chegar a este local, podem deslocar-se a pé, às vezes toda a família, tornando muito comum o trânsito de índios na estrada de terra que liga os dois municípios. No conflito para a retomada do *tekoha Yvy katu* o controle da ponte que separa Japorã de Iguatemi era estratégico, e não foi por acaso que o confronto mais tenso foi justamente

¹⁰⁶ Por colonização recente está-se compreendendo o período em que a penetração de gaúchos, paulistas e paranaenses no então sul de Mato Grosso, tornou-se regular e sistemática, e foi incentivada pelo Governo Federal, com a finalidade de ocupação dos vazios demográficos apresentados pelo centro-oeste, abrangendo a década de 1950 até 1970.

neste local, pois ele sinalizava para o domínio de um espaço-território considerado tradicional para eles, enquanto os fazendeiros queriam impedir o controle por parte dos índios das terras das quais possuem títulos. Neste local, se desenrolaram as ações cujo componente simbólico e representativo do que cada um defendia como seu. Este tema será retomado mais adiante.

O uso de carroças e de bicicletas são outras possibilidades de acesso mais rápido e confortável, sendo que os mais jovens optam pelo segundo meio de transporte. Pela localização da aldeia que tem um dos seus limites com a MS-386 cujo tráfego de caminhões, caminhonetes e carros é constante, existe a possibilidade de conseguirem carona, fato que é bastante comum. Outra forma ainda é conseguir um lugar nos carros da FUNASA que circulam a todo momento entre a aldeia e Iguatemi. Assim, são várias as possibilidades de acesso à cidade, e dadas as distâncias e dependendo da motivação sempre é possível chegar até o local.

A principal atração que esta cidade exerce sobre os índios é o comércio, que mesmo modesto por ser uma cidade pequena do interior, é bem estruturado, e atende as suas necessidades. Os mercados locais, mantém com várias famílias de aposentados um tipo de relação que se não é considerada legal, tem funcionado sem problemas. Na época de recebimento da aposentadoria, os proprietários de alguns estabelecimentos vem até a aldeia, buscam o aposentado, o levam ao banco e já o conduzem para os seus comércios, onde boa parte do que foi recebido fica retido pela compra de produtos que não constam na cesta básica, recebida por todas as famílias indígenas. Entre estes produtos estão biscoitos de todos os tipos, doces em geral, carne, produtos de higiene, e ainda complementos à cesta-básica. Esta segurança no recebimento do pagamento, faz com que este aposentado/a possa adquirir produtos durante o mês, para pagar no dia do recebimento da aposentadoria, o que garante também uma segurança para estes idosos nos momentos em que o dinheiro acaba. Após as compras, o traz de volta ao local de origem. Este tipo de prática é corriqueira em cidades do interior, onde as relações que se estabelecem são baseadas na confiança. Esta relação somente é desfeita quando há uma quebra no contrato informal, com a perda da confiança por parte do outro.

Como a maioria recebe algum tipo de benefício por parte do Governo Federal (aposentadoria, salário-maternidade) vinculados a uma conta no Banco do Brasil, a existência de uma agência desta instituição financeira no local, e a inexistência desta na

cidade onde está instalada a aldeia, e a distância entre estes dois lugares, incentiva a vinda para Iguatemi. De posse do dinheiro proveniente dos benefícios partem para as compras. Se há filhos pequenos, uma parte razoável é gasto em guloseimas e refrigerantes de todo tipo.

Dado o intenso contato mantido com o entorno regional, os mais jovens querem adquirir o mesmo tipo de vestuário portado pelos demais jovens, objetos eletro-eletrônicos como rádios e gravadores, e para conseguirem estas coisas do mundo do não-índio, se submetem a trabalhar nos duros trabalhos das usinas de cana, em que ficam afastados por até 90 dias do convívio familiar. Quando retornam, tem dinheiro para adquirir estes sinais exteriores de uma sociedade que a todo momento quer mostrar que é um cidadão de segunda categoria.

A diminuição de tensões internas na família ou entre os parentes e amigos, é outra motivação para que, principalmente, os jovens se desloquem até esta cidade, e fiquem perambulando sem objetivo, ou melhor dizendo, com o objetivo de experimentar um espaço maior para superar a falta de espaço na aldeia. As visitas aos parentes nestes momentos, tornam-se fundamentais para colaborar na resolução dos problemas. Não há números sobre os índios que estão morando em Iguatemi, mas o fato de conhecer alguma destas pessoas, é motivo suficiente para que os visitem. Certa vez ouvi o comentário de uma pessoa que tinha um parente que morava na cidade, que este estava pensando em retornar para a área, porque diariamente apareciam pessoas para comer e dormir, e financeiramente estava se tornando insuportável.

A rodoviária também é um ponto de deslocamento, pois dali, partem ônibus para vários municípios que tem aldeias localizadas à norte e à leste de onde está localizada a TI Porto Lindo/Jakarey, para visitar parentes permitindo-lhes a realização de uma mobilidade que desconhecia limites e fronteiras por outra limitada, contida, e dentro de padrões exógenas a cultura originária, entretanto seguem praticando o caminhar/ *oguata*, transformado, reelaborado, mas mantendo o fundamento da busca incessante de uma terra sem mal/ *yvy marañe'ý*.

6.1.4. O município de Mundo Novo

Mundo Novo situa-se à 55 km da TI Porto Lindo/Jakarey, e tem como limites o rio Paraná, os municípios de Japorã e Eldorado, e o Paraguai. Sua população atual é de aproximadamente 15 mil pessoas, que se distribuem em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, serviços públicos e prestação de serviços.

Os principais atrativos apresentados pela cidade para o deslocamento dos índios, estão representados por dois bancos (Banco do Brasil e Bradesco), sendo que os funcionários da Prefeitura recebem, eventualmente seu salário por ali; e pela rede comercial, onde adquirem produtos variados. Após o conflito pela retomada do *tekoha Yvy Katu*, quando os comerciantes de Iguatemi fecharam as portas em apoio à manifestação dos fazendeiros, houve um afluxo maior nos dois meses seguintes após o término do mesmo, como uma forma de protesto dos índios aos comerciantes daquela cidade. Após, foi retomado o afluxo normal, com eles voltando a realizar suas compras na cidade mais próxima geograficamente.

Na rodoviária, que permite o deslocamento tanto para o sul como para o norte do país, e ainda para o Paraguai, é comum encontrá-los aguardando o ônibus que os conduzirá para o destino desejado. O deslocamento até a cidade pode ser feito através de um ônibus que passa durante a manhã na aldeia e retorna à tarde.

A UEMS/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que tem instalada na cidade uma de suas unidades, aprovou através do Conselho Universitário /COUNI, a resolução nº 241 em 17 de julho de 2003, e publicada no D.O. /MS nº 6051, em 01/08/03, que “Dispõe sobre a oferta de vagas em regime de cotas dos cursos de graduação da UEMS”. Segundo esta resolução, 10% das vagas de todos os cursos de graduação são destinados às comunidades indígenas. O curso de Ciências Biológicas que é ofertado em Mundo Novo, possui 40 vagas, assim 4 vagas podem ser disputadas somente entre eles. No vestibular de 2003, foram aprovados 3 professores¹⁰⁷ (Tito Cáceres Moreira, Venâncio Cáceres e Maciel Vilharva Cáceres), que chegaram a matricular-se, mas não compareceram a nenhuma aula, pois não conseguiram apoio para o prosseguimento desta graduação.

Entre as justificativas está o fato do curso ser noturno e ter coincido que o início das aulas ocorreu no período em que o conflito da retomada do *tekoha Yvy Katu* ainda não estava definido, e como os ânimos ainda estavam acirrados contra os índios na região,

¹⁰⁷ Outro professor, Eliézer Martins, também da Porto Lindo, foi aprovado no curso de Direito na UEMS/Naviraí, mas também não conseguiu dar prosseguimento aos estudos.

estes alegaram não se sentirem seguros para deslocar-se neste horário. A outra, é pelo fato do próprio deslocamento até o local, pois não há como chegar até Mundo Novo, neste horário, senão em condução própria. Uma terceira, advém do fato de que nenhum mostrava-se efetivamente motivado para cursar Biologia, pois seus interesses são por outros cursos. Dois meses após, o Governo Estadual, aprovou a liberação de bolsas para alunos índios, mas como já havia transcorrido um bimestre inteiro, optaram por não começar o curso pela quantidade de aulas já perdidas.

Este foi um espaço, o acadêmico, com o qual eles tomaram contato muito rapidamente quando da prestação do concurso vestibular, mas que, por razões diversas não puderam apropriar-se dele. Entretanto, estas vagas continuarão a ser oferecidas anualmente, aguardando que a estrutura de acesso ao local sofra alterações e haja efetivo interesse em cursar graduação em Biologia, já que a tensão existente pelo conflito referente ao *tekoha Yvy Katu* dissipou-se.

A vinda para este lugar é sempre eventual, não há uma sistemática presença de índios no município, por isto chama tanta atenção quando isto ocorre. Entretanto, Mundo Novo abrigava a antiga aldeia, *Vito'i Kue*, destruída no período da sarambipa ou esparramo, já tratados anteriormente, e que está localizada próximo ao córrego de mesmo nome, sendo que alguns moradores deste local instalaram-se na área de estudo após terem sido expulsos desta na década de 1970¹⁰⁸, e para lá nunca retornaram.

6.1.5. Visitas à Terra Indígena Cerrito e outras áreas próximas

A mobilidade no interior da área de estudo foi amplamente verificada no período de campo para coleta de dados que resultou na produção do mapa da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, que consta em anexo, pois durante atividades que duraram 6 meses foi encontrada uma senhora que informou ter sido a casa dela cadastrada quando “morava em outra área¹⁰⁹”. E este não foi um caso único. O mesmo ocorreu com uma família com quem se tem um relacionamento mais próximo. Das 5 casas cadastradas que pertenciam a parentes, 3 famílias haviam feito trocas entre si. A dinâmica interna que eles apresentam

¹⁰⁸ Está sendo conduzida pesquisa entre estes antigos moradores do Vito'i Kue que moram na TI Porto Lindo/Jakarey.

¹⁰⁹ Aqui se referindo a uma das oito áreas nas quais a FUNASA divide a TI Porto Lindo/Jakarey para melhor controle.

em relação à moradia pode ser compreendida somente a partir da configuração social presente entre eles. As sistemáticas alterações nos locais onde tem sua moradia, invariavelmente, buscam aproximar-se de parentes com quem, naquele momento, apresentam vínculos sociais mais fortes. A mobilidade é tão intensa que nem mesmo os agentes indígenas de saúde conseguem acompanhar o ritmo das mudanças. Mensalmente há alterações a serem feitas.

Em um nível mais amplo, este constante deslocar-se também é identificado em relação a outras áreas indígenas próximas como é o caso da Terra Indígena Cerrito, onde as visitas podem durar dias, semanas ou meses. A mesma situação ocorre ao inverso, onde são encontrados muitas pessoas de lá que vem até a Porto Lindo para visitar os parentes que estão nesta área. Esta é uma das áreas novas reconquistadas na década de 1990, tendo sido homologada 1992, com 2040 ha, apresenta uma população em torno de 650 pessoas, e situa-se no município de Eldorado. A distância entre as duas áreas é de aproximadamente 30 km. A grande maioria dos residentes nesta área são originários ou tem algum parentesco com os da área estudada.

Os habitantes plantam milho, mandioca, feijão, arroz e outros produtos, e a comunidade possui algumas cabeças de gado. Apresenta um fragmento de mata ainda bastante preservado, e certamente a caça é muito mais significativa que na área de estudo, justamente por esta característica, mas tem que ser feito estudo para saber se há animais para serem caçados, e as estratégias de caça empregadas. Há uma escola e posto da FUNASA, cujo atendimento ocorre nas 3^a feiras, conforme informado anteriormente, sendo que o controle das famílias é feito por dois agentes indígenas de saúde, pois há menos de 200 famílias no local.

Estas visitas tem diferentes propósitos: resolução de problemas domésticos, alívio de alguma tensão com outros membros da comunidade, recebimento de atendimento médico mais sistemático, executar algum trabalho, e realizar visitas familiares. Os conflitos e desentendimentos entre pessoas e/ou famílias, também são motivos suficientes para que permaneçam alguns dias no Cerrito ou vice-versa, às vezes meses, até que a situação se normalize. Brigas entre marido e mulher, entre vizinhos, entre desafetos, são os mais recorrentes para explicarem estas saídas constantes, e promovem a organização de um afastamento estratégico. Esta é uma prática bastante difundida na comunidade, e desde os primeiros contatos, o afastamento das áreas de conflito foi uma das táticas mais

eficientes utilizadas pelos Guarani para se tornarem invisíveis dos seus inimigos vindos da Europa, e preservar-se fisicamente. No século XX, os fundos de fazenda foram os locais para onde os ñandeva/guarani e kaiowá viveram esta retirada estratégica, para que pudessem dar continuidade aos seus costumes, auto-preservar-se, e continuar a ocupar o território tradicional.

Outra motivação apresentada por eles para se deslocarem em visitas aos parentes na TI Cerrito está a aquisição de plantas medicinais, pois a mata existente nesta área apresenta maior possibilidade de existência destes recursos presentes na tradição de conhecimento, conforme visto anteriormente a partir dos relatos das pessoas que viveram as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos, e que são considerados importantes culturalmente, mas não são mais encontrados na Porto Lindo. Entre os Mbyá, os pesquisadores Maria Ladeira e Wera Tupã (2004, p. 57) identificaram que “ A dinâmica entre as aldeias ocorre também em função da busca de madeiras, plantas e mudas pra reproduzir, por meio do plantio quando possível, ou mesmo só para usos específicos e rituais”. É provável que isso passe a ocorrer mais usualmente, principalmente com as plantas medicinais que são mais fáceis de transportar e replantar em outro lugar, com uma grande probabilidade de que se desenvolva adequadamente.

Esta, foi uma estratégia muito utilizado pelas mulheres Guarani no passado (NOELLI, 1993, 1994, 1998, 2003) e verificado também em outros contextos (POSEY, 1987) para a introdução ou multiplicação de espécies em um determinado ambiente, e/ou para experiências para o desenvolvimento de novos cultivares. Em uma reunião na aldeia de Caarapó, no município de Caarapó, que dista em torno de 200km da Porto Lindo um dos caciques que participava da reunião, ao visitar as unidades experimentais e ver as mudas prontas para plantio, solicitou algumas, no que foi prontamente atendido. Ele recebeu em torno de 5 exemplares de espécies arbóreas, que iria plantar ao redor da sua residência, que é uma das mais arborizadas na área de estudo, além de estar localizada ao lado do fragmento de mata oeste.

Esta dinâmica social é uma maneira de atualizar o seu conhecimento e o do restante da família com as informações recolhidas em lugares mais distantes ou diferentes. Era na concretização destas visitas que os Guarani do passado reconheciam seu território, a geografia inerente a cada um, os recursos disponíveis, e só então escolhiam os melhores lugares para instalar os novos *tekoha*, que deveriam ser apropriados para a sua instalação,

possuir terra boa para plantar, e mata onde caçar e coletar. Água próxima e em condições de uso era condição *sine qua non*.

Existe uma outra área indígena que fica no Paraguai, a aproximadamente 40km de distância que também recebe de visitas dos parentes vindos da Porto Lindo /Jakarey e vice-versa, assim como ocorre com as demais área indígenas localizadas no MS, como a Sessoró e Jaguapiré localizadas no município de Tacuru, como exemplo. A mobilidade vivenciada por eles ignora as fronteiras nacionais atualmente existentes, e segue percorrendo o território tradicional que tem um significado marcado pela sociabilidade e pela religiosidade.

Uma outra área visitada está em uma área de somente 4ha localizada na zona urbana do município de Guairá/PR, onde vive uma família extensa, há aproximadamente 10 anos, que atualmente é composta por 5 núcleos familiares, também Ñandeva. Anteriormente estavam em uma área da União, quando receberam este pequeno espaço a partir de doação. O local é cercado por estradas de acesso à parte central da cidade, e apresenta pouca vegetação. Há uma pequena roça onde plantam mandioca e milho. A subsistência é proveniente dos pequenos trabalhos que os adultos realizam na cidade, e eventualmente do recebimento da cesta básica fornecida pela Prefeitura. Houve um desentendimento entre o líder do local e um dos seus genros, o que fez com que este se deslocasse com a família para outro local também reconhecido como parte do antigo território dos antepassados. O nome deste local onde estão morando é *Tekoha Porã* ou lugar bonito onde vivemos o nosso modo-de-ser. Visto por uma ótica que somente analisa os recursos disponíveis, o nome colocado quer remeter a uma idéia de como este deveria ser, pois apresenta-se muito degradado. Conforme discutido no capítulo um, a concepção de terra é muito diferente para os Guarani, e conforme Bringenti (2004), a terra pressupõe uma possibilidade de tornar-se um *tekoha* quando é atribuído um valor simbólico e social ao local, e onde possam viver a ética da reciprocidade, com a realização de cantos, danças e rezas.

O sr. Cláudio Barros é rezador, e naquele pequeno espaço está configurado socialmente o *tekoha* que pressupunha o domínio de uma família extensa sobre um território sob a liderança de um principal, que exercia as funções de chefe político e religioso. Entretanto, territorial e ambientalmente, a configuração espacial está descaracterizada.

Por várias vezes, nas atividades de campo, ouvia-se os comentários de que alguém tinha ido para Guairá/PR, para ficar ou para visitar parentes. Identificou-se, através de Fábio Valente, que está desenvolvendo pesquisa na *tekoha Porã*, que havia um sobrinho dele que mora na Porto Lindo e com quem se mantinha contato regularmente, que era o sr. Sabino Dias. Este, ao ser informado de que havia um parente seu neste local, combinou uma que ocorreu no mês de setembro de 2004. O sr. Cláudio apresentou todos os demais membros da família que o sr. Sabino não conhecia, e começaram a conversar. Após, aproximadamente uma hora, este último decidiu ir embora “porque pra saber tudo é preciso ficar uns 3 dias pelo menos, que aí a gente lembra tudo que tem pra contar.” Retornou prometendo voltar, ao mesmo tempo que convidou o tio para ir até onde mora.

Esta visita é compreendida dentro do sistema social apresentado pelos ñandeva de que as visitas não são momentos lúdicos, mas oportunidades para a reatualização e o reativamento de laços familiares rompidos, e a consolidação daqueles que estão firmes. É através destas visitas que as alianças são ampliadas e consolidadas, e os espaços partilhados por cada um passam a se interconectar com os do outro, ampliando não somente as redes sociais, mas também o mapa geográfico que pode ser percorrido e explorado dentro das suas práticas econômico-sociais e religiosas. As constantes idas e vindas do pessoal que mora na área de estudo para visitar ou ficar alguns dias entre estes parentes, faz com que esta rede relacional fique cada vez mais fortalecida.

Esta pequena área, está incluída dentro de um antigo assentamento reconhecido por eles, cuja marca territorial é o córrego Karumbeí, que dista aproximadamente 500m dali. Este é mais um exemplo de que o retorno aos antigos locais de origem, é uma das maneiras que eles encontraram para ir ocupando novamente terras dentro do território tradicional reconhecido por eles. Outro exemplo, é apresentado por Sara Ribeiro (2002) para os Guarani do Oco'ý.

As visitas aos parentes estão inseridas nas práticas sociais reconhecidas pela comunidade como fundamentais para a manutenção do modo-de-ser tradicional, e este desenraizamento é uma constante verificada tanto a nível intra como inter-aldeias, que resulta em uma territorialidade em constante construção e transformação. Pode expandir-se como reduzir-se, a partir da movimentação de pessoas ou grupos sobre o território percebido como pertencente aos seus antepassado, e por extensão, seu também.

6.1.6. As representações externas

A saída das áreas indígenas através das viagens para instituições de mecanismos de representação em outros círculos onde exercem uma política de tornar-se visível é vista por Oliveira (1999b, p. 31-32) como “um fator importante na constituição das sociedades”. Através destas viagens os Nandeva/ Guarani não somente atualizam e fortalecem as redes de parentesco, mas há no seio da comunidade algumas pessoas que detêm o *status* de poder representar um grande número pessoas. Este mesmo autor também interpreta as viagens para fora das áreas indígenas em determinadas situações como assumindo um caráter religioso, pois as reivindicações indígenas não são somente materiais, mas fundamentam-se num *corpus* religioso que lhe integra e dá sentido. Houve uma discussão no município de Mundo Novo sobre a implantação de cotas para índios e negros na UEMS/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no segundo semestre de 2003, em que foram convidados dois representantes indígenas da TI Porto Lindo, o professor Eliézer Martins e o agente indígena de saúde Roberto Carlos Martins. O segundo apresentou-se como membro do Conselho Distrital de Saúde, e que representava uma população de aproximadamente 6 mil índios. Considerando que há em torno de 30 mil Guarani no estado, uma única pessoa fala por 1/5 da população total o que em termos representativos aufere prestígio diferenciado para este no interior da área onde mora. Considerando também que os municípios do sul do estado tem população reduzida, como Mundo Novo que tem 15 mil habitantes, um representante decidiria por metade da população qualquer assunto que viesse a ser discutido.

Esta possibilidade de participação em conselhos, comissões, comitês, etc. em muitos casos ainda não é motivo de disputa política significativa, mas seguramente num futuro próximo se tornará alvo de acirradas discussões, principalmente se a isto for auferido alguma possibilidade de ganhos para a sua parentela ou fogo doméstico, seja em termos materiais ou de acesso a informações, participação em projetos, recebimento de bens, etc.

Estas representações, atualmente, integram um longo circuito de relações com a sociedade nacional, com os mais diferentes objetivos e os mais diferentes significados. daquelas que se acompanhou no período de desenvolvimento do estudo, cita-se o exemplo anteriormente descrito.

A desnutrição nas áreas indígenas é motivo de atenção por parte dos órgãos responsáveis pela saúde pública, dadas as proporções alarmantes que a mesma apresenta. Com o objetivo de encontrar alternativas de soluções considerando as práticas e entendimentos desta questão a partir da visão dos índios, e buscando formar uma rede de proteção e atenção à criança e ao adolescente, foi executado no ano de 2003, o Projeto “Criança Guarani e Kaiowá no MS” coordenado por Antônio Brand da UCDB, que congregou nas suas diversas etapas de execução índios de todas as áreas Guarani do Estado, como professores, agentes de saúde, caciques¹¹⁰, capitães, mulheres, adolescentes, tendo contado com a participação de representantes da área de estudo. Os agentes indígenas de saúde e os professores foram aqueles que tiveram maior participação, pois como estes atingem um expressivo número de moradores, direta ou indiretamente, a análise que os mesmos fazem da situação é fundamental para a compreensão das causas que originam este problema. O encontro inicial ocorreu em Dourados a contou com a participação de mais de 120 representantes indígenas de todas as áreas. Nos dias de encontro, a todo momento foi ativado por eles o recurso da auto-identificação, que só acontece em um contexto relacional, que no caso era com os demais representantes das demais aldeias, com os kaiowá, e com os representantes não-índios que prestavam assessoria ao projeto. O fato de se identificarem como pertencentes a determinada área, ou serem professores ou agentes de saúde era evocado no momento das suas falas. Por serem bilíngües, falando o guarani e o português, quando se reuniam por grupos falavam somente na língua materna, e ao relatarem os resultados das suas discussões que eram muito mais ricas nos pequenos grupos do que quando era repassado ao grande grupo, primeiramente dirigiam-se aos seus “patrícios¹¹¹”, e posteriormente aos demais presentes, traduzindo ou repetindo o que tinham dito anteriormente. Posteriormente foram realizadas oficinas com capitães, caciques, mulheres, e de adolescentes, e deste foram escolhidos seus representantes na reunião final. No encontro conclusivo, estavam presentes somente os representantes dos segmentos anteriormente citados, e a presença de representantes de órgãos do Estado e da FUNAI, exigiu deles uma outra atitude. Não se dirigiam mais a estes como desta ou daquela área,

¹¹⁰ Na bibliografia que trata de grupos contemporâneos aparece também como xamã, *ñanderu* e rezador, no entanto esta é a forma mais usual de nominar aquele (mais raramente mulheres), que detém uma liderança religiosa.

¹¹¹ Termo utilizado por eles para representar todo o conjunto de índios a quem estão se dirigindo. Pode ser um designativo identitário também, pois significa, ao final, que todos os patrícios são índios e se diferenciam daqueles não-índios com quem se relaciona.

nem como professor, AIS, cacique, ou capitão, mas como “Kaiowá e Guarani”. Neste momento os discursos eram únicos, com reivindicações gerais, sem detalhar aspectos vistos durante todo o decorrer do projeto. De tudo o que foi discutido, centraram seus pedidos primeiramente no imperativo de aumento de terras para que possam viver seu modo-de-ser/*teko* em plenitude, e na exigência de que os projetos implantados respeitassem seu modo tradicional de se organizar, que é baseado na família extensa, sendo que desta maneira a vida das crianças e adolescentes iria melhorar. Neste momento, conforme a “identidade é evocada sempre que um grupo reivindica para si, o espaço político da diferença. Nestas manifestações não há um interlocutor específico. São grupos que se dirigem à sociedade, de modo geral, ou a uma entidade tão abstrata como “o governo” (CAIUBY NOVAES, 1993, p. 26)

O que ficou evidente como resultado final, é que as causas para esta situação grave são complexas e múltiplas e envolvem aspectos culturais, sociais, religiosos, econômicos e políticos. As causas recorrentes nas suas falas foram a falta de terra, superpopulação nas reservas, alterações nas práticas religiosas com um grande desprestígio dos caciques, destruição da flora que resultou na diminuição em quantidade e variedade de espécies medicinais importantes que atuavam tanto para males corporais como para espirituais, o uso abusivo de álcool tanto por homens quanto mulheres, a diminuição do espaço das roças, o trabalho nas usinas, a desestruturação da organização social baseada na família extensa, entre outras. Assim, o atendimento à saúde nas áreas indígenas, está requerendo por parte do poder público, atitudes cada vez mais responsáveis, e que deverão futuramente considerar as pautas culturais que eles consideram significativas neste momento histórico específico.

No segundo semestre de 2003, a sra. Agripina Lopes, foi uma das representantes das mulheres Guarani do MS, em um encontro nacional de mulheres indígenas, na capital federal. Esta ampliação do espaço da aldeia que ultrapassa, inclusive o território tradicional, amplamente conhecido pela bibliografia, pode ser entendido pela luta organizada que os povos indígenas estão travando a nível nacional e internacional para vere reconhecidos seus direitos originários sobre estas terras. A representatividade, é um recurso de participação política com a qual a sociedade nacional opera para ter menos pessoas decidindo por um número muito maior de outros cidadãos nos mais diferentes contextos.

Esta forma decisória está começando a ser manipulados por eles com muita destreza, quando e relação com os não-índios, porque na maioria das decisões familiares e para determinadas situações ocorridas na área, ainda é o consenso que prevalece. Como colocado anteriormente, nesta representações há vários fatores sociais envolvidos, pois elas implicam também em ampliação de prestígio (BRAND, 1999a, p. 5), e que em muitos casos pode significar o acesso a alternativas de subsistência (BRAND 1999a, p. 6). O contato com o não-índio cria espaços de participação política e de atuação em decisões que podem interferir diretamente na melhoria da qualidade de vida do grupo familiar que tem um representante nas diferentes configurações apresentados pela sociedade envolvente. No entanto, estes representantes sabem que não podem restringir a sua atuação aos desejos e aspirações de seu grupo familiar, mas que devem agir no sentido de legitimar-se para a tarefa para a qual foi designado/a, e isto implica assumir uma identidade que não é mais individual, mas que expressa um coletivo.

A todo momento, um professor, um agente de saúde, o capitão (este cotidianamente), um cacique, um cabeçante, está sendo convocado para representar seu segmento específico, toda a área, sua família, e este jogo político que está sendo aprendido por eles rapidamente a partir do relacionamento com os também representantes das diferentes instituições cotidianamente, e este aprendizado está tornando-os cada vez mais aptos a reivindicarem com mais objetividade tudo o que consideram fundamental para a sobrevivência do grupo hoje, terra, saúde educação, produção, e respeito as suas crenças, hábitos e costumes, e o direito a ser etnicamente diferenciado sem ser necessariamente um cidadão “brasileiro”.

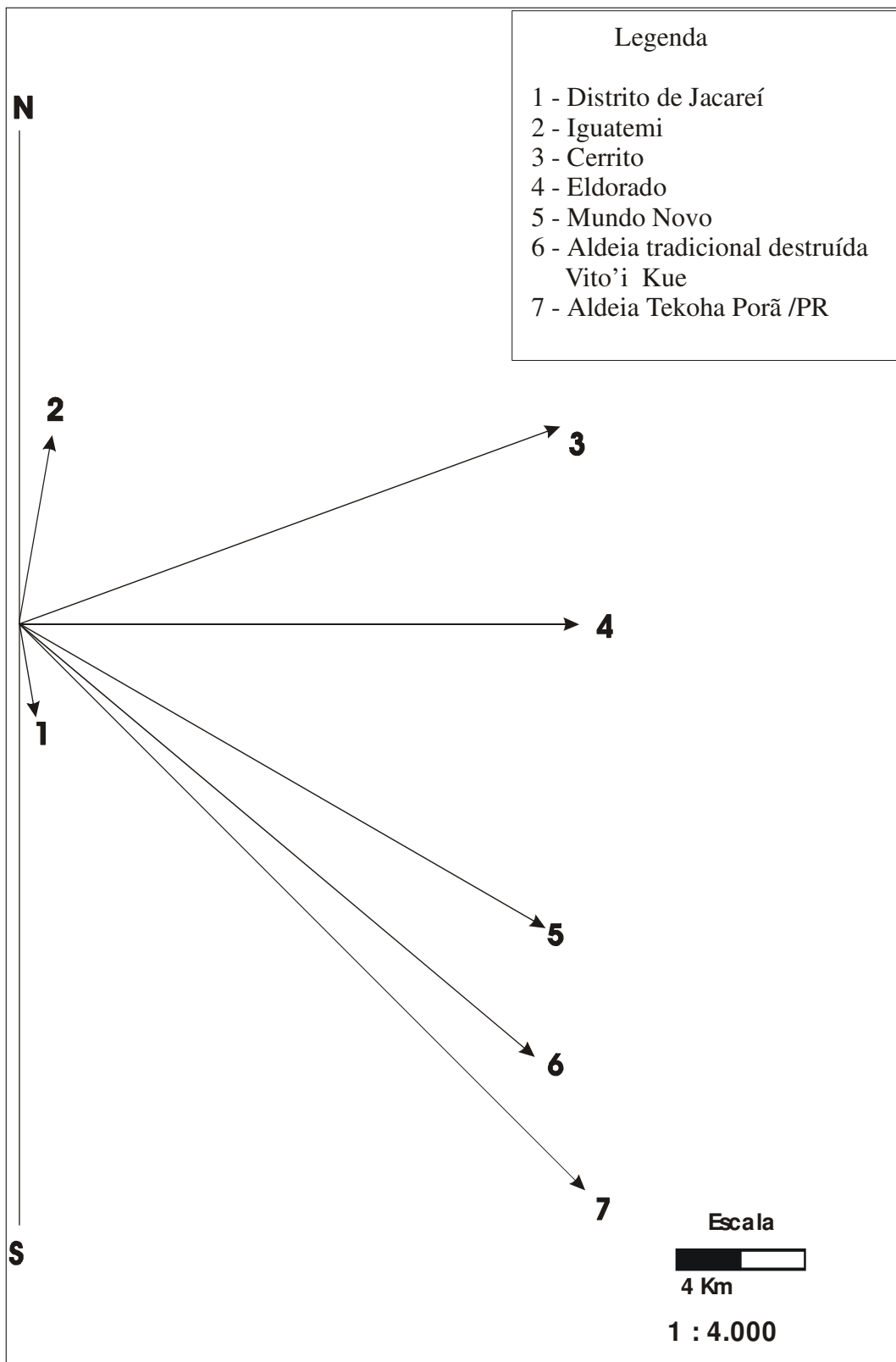
O fato de conhecer outros lugares como forma de atualizar conhecimentos geográficos, aprender situações novas para melhor interagir e intervir nas suas relações com os membros da sociedade envolvente, e ainda, ampliar a rede de informações, se parece com a mesma dinâmica observada por Pissolato (2004, p. 71) entre os Mbyá.

6.1.7. A “changa”¹¹²

¹¹² Nome dado ao trabalho executado fora do âmbito da aldeia, associado fortemente com as usinas de cana e açúcar.

O trabalho nas usinas de cana e açúcar existentes na região sul do MS, é uma das possibilidades existentes para os homens obterem algum ganho monetário, sendo que muitos adolescentes participam nestes trabalhos. Esta atividade requer um afastamento de casa por um período de até 90 dias, o que tem gerado uma série de conflitos entre casais, com aumento no número de separações. Apesar de ser um trabalho penoso, o retorno financeiro, segundo eles, é compensatório. Nestas oportunidades, entram em contato com índios de outras áreas, e com elementos não-índios também. Este afastamento da família, fora dos padrões da comunidade, acarreta uma série de problemas sociais interno à aldeia. No entanto, se antes, adentrar na mata era uma oportunidade de estar, não somente exercendo uma atividade econômica importante, mas fundamentalmente, desenvolvendo a vida espiritual e social, hoje isto não é mais possível. O trabalho fora dos limites da aldeia, apresenta-se como uma abertura para o desconhecido, onde tem que aprender uma série de procedimentos para poder sobreviver em um ambiente que é hostil. Não existem estudos realizados nestas usinas, nem em outros locais que possuam índios em seus quadros poder compreender quais são os mecanismos utilizados por eles para se relacionar com pessoas e situações novas. O trabalho fora, além de trazer um retorno monetário importante, significa também, ampliar a rede de relacionamentos, com outras pessoas, em outros lugares. Em alguns casos, afastar-se do local diminui tensões existentes entre os homens, que tem sua origem na inexistência de locais específicos de acesso à cada família extensa, como existia no passado recente. Todos os recursos devem ser compartilhados por todos. Isto serve, tanto para os recursos existentes na própria aldeia, como aqueles que são oferecidos pelos agentes externos. Assim, os homens tem esta liberdade para poderem afastar-se por um tempo prolongado, e acabam, de uma maneira bem típica, palmilhando o antigo território tradicional, e conhecendo os limites que este apresenta.

O que se quis salientar neste item, é que se o confinamento em uma área tão restrita, em que há limites territoriais fixos, com fronteiras étnicas sendo a todo momento transpassadas, resultando num intrincado arranjo situacional e relacional entre duas sociedades tão diversas, há um espaço político de participação em que a etnicidade emerge em sua plenitude, pois são processos culturais que cruzam em relação ao outro. Os Ñandeva/Guarani ao se relacionarem com estes diferentes segmentos buscam autonomia para que possam viver a sua maneira. (BRIGHENTI, 2004, p. 127)



6.2. A RETOMADA DO *TEKOHA YVY KATU* (TERRA SAGRADA)

Enquanto o presente estudo estava sendo conduzido, e que cada vez se chegava a conclusão que mesmo que estivessem conseguindo manter de forma muito sistemática o uso tradicional do espaço, que estava assentada sobre os três pilares formados pela casa, roça e mata perpassada por uma organização social baseada na família extensa, apesar de todas às pressões internas (aumento demográfico, diminuição da terra disponível para cada família extensa e a conseqüente proximidade física entre as diferentes famílias, questões da política interna do local) e externas (projetos vindos de fora que modificavam em vários aspectos as antigas formas de produção, interferências políticas partidárias entre outros), este cada vez estava se tornando inviável e palco de muitos conflitos internos, houve o movimento pela retomada do *tekoha Yvy katu* (Foto 89), que mobilizou toda a região no período de 18 de dezembro de 2003 até 20 de fevereiro de 2004 (relação das notícias no anexo) , quando foi assinado um acordo entre os Ñandeva/Guarani e fazendeiros, enquanto corre na justiça federal o processo de reconhecimento para demarcação definitiva deste espaço como pertencente aos Ñandeva/Guarani.

Por este motivo, a conclusão a que certamente se chegaria, de que seria necessária uma ampliação urgente da área, pois cada vez menos os índios na TI Porto Lindo/Jakarey estavam conseguindo manter o seu *teko*, pois o seu *tekoha* estava cada vez mais comprometido em termos de espaço, a comunidade fez a sua conclusão. Do seu jeito, do seu modo, e nos ensinando que reivindicam acertadamente quando começam a sentir-se ameaçados demais nos seus aspectos sociais, religiosos, econômicos e culturais. A reivindicação era pela publicação do laudo antropológico concluído em 2002, que reconhecia o local pretendido como parte do território tradicional Ñandeva/Guarani, e pela demarcação definitiva da ampliação da terra. A proposta de ampliação de limites abrangem 9.461,4429 ha (Nove mil, quatrocentos e sessenta e um hectares e quarenta e quatro ares e vinte e nove centiares) (MURA, 2002). Mapa com a nova área no final do texto, que está dentro de marcos geográficos, que são os córregos Guassori e Jacareí até a confluência destes com o Iguatemi, onde as famílias que estavam assentadas em locais como Arroyo'i, Potrerito e Naranjaty foram constrangidos a abandoná-los para permanecerem nos limites da TI Porto Lindo/Jakarey.

No entanto, até chegar este momento, é mister que se reconstrua este caminho histórico na luta pela terra por parte dos Ñandeva e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, que se fortaleceu a partir da década de 1980, para melhor compreender a retomada do *tekoha Yvy katu* pelos habitantes da área estudada.

6.2.1. Os antecedentes

Para Bartomeu Melià¹¹³ não existe mais um território tradicional Guarani, tendo em vista as perdas efetivas das terras que o compunham para a sociedade englobante, de forma sistemática e violenta durante todo o século XX, no Brasil e especialmente no MS, nas áreas tradicionais reconhecidas pelos indígenas no Estado. Os estudos de Brand (1993, 1997, 2004) demonstram como a perda de terras refletiu na continuidade dos costumes, hábitos e na geografia completamente alterada, que resultou no confinamento, conforme visto anteriormente.

A partir de 1980, os Kaiowá e Ñandeva empreenderam um árduo processo de retomada de áreas tradicionais (Brand, 2001, p. 59). Segundo dados deste pesquisador (BRAND, 2004, p.2) foram recuperadas as seguintes áreas: Yvykuarusu-Paraguase, Rancho Jacaré, Guaimbé, Pirakua, Jaguapiré, Sete Cerros, Jarará, Guasuty, Jaguari e Cerrito, enquanto outras dez estão em processo de identificação.

Este movimento está em consonância com o movimento indígena organizado das Américas, uma vez que todos os povos que foram contatados a partir do final do século XV, sofreram grandes impactos com a chegada dos colonizadores e exploradores europeus nos seus sistemas sociais, econômicos, culturais e religiosos. Entre eles pode-se citar a depopulação, a exploração da mão-de-obra, a espoliação de terras e bens, o desrespeito para com as práticas tradicionais de organização social e econômica, foram experienciadas por todos que habitavam a região desde tempos anteriores à presença europeia na região. (SMITH, s/d.)

No Brasil, o movimento indígena organizado tem tomado de assalto a mídia com inúmeras manifestações pela retomada das terras expropriadas das mais diversas maneiras, fato quem tem contribuído para dar mais visibilidade para a questão (PERES, 2003). Com

¹¹³ Em palestra na UCDB, em 2004.

os três sub-grupos Guarani em território nacional- Ñandeva, Kaiowá e Mbyá- o mesmo tem ocorrido. No estado de Santa Catarina, a presença dos Mbyá no litoral tem sido cada vez mais documentada, com incremento populacional que tem provocado a realização de estudos, relatórios e solicitações por parte de pesquisadores para que a FUNAI tenha uma atuação efetiva na regularização fundiária destes locais. (DARELLA, 2004, p. 85-6), sendo que levantamentos realizados entre 1991 e 2003 apontaram mais de 70 locais de ocupação nos últimos 20 anos. Outro estudo realizado sob a coordenação de Ivori Garlet e Valéria S. de Assis (1998) demonstrou o aumento demográfico deste grupo nos três estados do sul, tanto em áreas reconhecidas oficialmente (identificadas, demarcadas, homologadas) ou sem providência jurídica nenhuma. Nesta última categoria estão os acampamentos à beira da estrada, as ocupações sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos, sobre propriedades particulares ou sobre terras públicas, demonstrando uma grande capacidade de reterritorialização destes.

O mesmo fenômeno de deslocamento e instalação de grupos Mbyá nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro provenientes de estados do sul do Brasil da Argentina e Paraguai, que se intensificou na década de 1980, foi estudado por Elizabeth Pissolato (2004). No entanto, a presença Guarani já havia sido identificada no local no início do século XX, demonstrando a mobilidade circular apontada por Garlet (1997), de reocupação de áreas conhecidas tradicionalmente.

No estado do Paraná, Sara Ribeiro (2002) analisou as implicações da instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional em território considerado tradicional pelos Guarani no Oco'y, e sua transferência para um local reduzido territorialmente onde não podem viver dentro dos padrões culturais da comunidade, e a conseqüente luta para recuperar a terra perdida por empreendimentos que não respeitaram os indígenas, juntamente com seus hábitos e seus costumes. O oeste do Paraná é reconhecido por estes Ñandeva como integrante do território reconhecido como tradicional, e que foi lentamente sendo expropriado a partir da década de 40 do século XX, sendo que sua presença está atualmente sendo identificada em outros municípios.

Em Guaíra, município à noroeste do estado, e que é apresentado no mapa elaborado com informações da pesquisadora anteriormente citada como integrante da área tradicional dos Guarani, há uma família extensa, ocupando 4 hectares na zona urbana, em local denominado por *Tekoha Porã*. Anteriormente, estavam assentados em uma região de

propriedade da União, quando receberam de doação deste pequeno espaço. Estes índios são remanescentes de antigos trabalhadores da Matte Laranjeira, que foram retornando à cidade nos últimos quinze anos, em área reconhecida como tradicional e que tem como referencial o rio Karumbey, recurso hídrico próximo do qual se assentaram.

Estes foram somente alguns exemplos que vem colaborar no entendimento da retomada de terras tradicionais Ñandeva/Guarani e Kaiowá destruídas no estado do Mato Grosso do Sul (Brand, 1995), também a partir da década de 1980, mas que apresentam como referencial de análise e aprendizado as sucessivas tentativas efetuadas anteriormente, que se viram frustradas pelo momento histórico pelo qual passava o país marcado pela ditadura militar. A pesquisadora Beate Lehner (2002, p. 1) aponta o mesmo fenômeno de perdas de terras tradicionais sofridas pelos Pai-Taviterã e Ava-Guarani do Paraguai, cujas tentativas de retomadas ocorreram nas décadas de 70 e 80 do século XX, mas que não tiveram sucesso porque o “ambiente político nacional, no permitió la preservación o recuperación de territorios“. A volta aos locais já tradicionalmente conhecidos pelos três sub-grupos Guarani no Brasil, insere-se no amplo movimento indígena em reaver terras que foram paulatina e inexoravelmente sendo apropriadas por aqueles que desejavam implementar uma nova dinâmica de uso da terra, na exploração de recursos naturais vegetais, minerais e ampliando áreas para a criação de gado e agricultura em grande escala.

Na década de 1980, iniciou-se um momento que se pode qualificar como, no mínimo, insólita, pois quando as terras indígenas Ñandeva e Kaiowá no Estado, que eram necessárias para a consolidação do projeto iniciado no início do século XX para liberação de áreas para a agricultura e a pecuária, finalmente pareciam estar nas mãos ‘adequadas’ para gerenciar a partir de uma ótica capitalista e excludente, com os índios localizados em áreas reservadas bem conhecidas, delimitadas e demarcadas, em cujos espaços passou a abrigar uma população muito superior aos padrões tradicionais de convivência, e onde, finalmente, todos estavam ‘aldeados’ em espaços delimitados artificialmente, inicia-se de forma efetiva a luta pela retomada dos *tekoha* tradicionalmente ocupados, como citado acima.

O movimento pela retomada do *tekoha Yvy katu*, da forma como foi conduzida, fez “aflorar politicamente e explicitar publicamente” (DARELLA, 2004, p. 87), os direitos dos Ñandeva/Guarani, pois exigiu a mobilização de vários segmentos e representantes de diferentes organismos e instituições no sentido de apresentar uma solução que pudesse

resolver o impasse instalado, que em determinados momentos parecia direcionar-se para o confronto absoluto, onde o armamento utilizado também seria desigual. A forma preconceituosa, equivocada e baseada no senso-comum, como foi apresentado o conflito na mídia escrita, representada pelos jornais locais e da região sul do estado, contribuiu para que o restante da população se posicionasse francamente desfavorável às reivindicações indígenas. Pessoas que eram responsáveis pela condução do processo, também se mostraram despreparadas para compreender, analisar e resolver a situação dentro dos padrões requeridos pela legislação em vigor.

A seguir serão apresentadas algumas reflexões a partir das notícias veiculadas, e da visita feita ao local de conflito no mês de fevereiro/2004, sem o intuito de fazer um relato linear dos acontecimentos, mas para destacar ações e situações que tiveram influência significativa em todo o processo.

6.2.2. A retomada das terras tradicionais

A primeira ação na retomada da área foi o bloqueio feito na MS 286 que liga o município de Japorã à Iguatemi, para chamar a atenção das autoridades federais e estaduais para a demarcação das terras indígenas que estavam paralisados (O Liberal, 17 a 25/01/04) A reocupação das áreas consideradas tradicionais pelos Nãndeva/Guarani iniciou-se a partir do dia 20 de dezembro de 2004, e paulatinamente foram se instalando nas 14 propriedades que compõe o tekoha Yvy Katu, que fica entre os córrego Guassori e o Jacareí e o rio Iguatemi, cujo mapa com a área pretendida consta no final do texto. A ação foi coordenada, tendo três grupos diferentes se instalado nas entradas de fazendas que dão acesso às demais propriedades, no caso a Fazenda São Jorge (antiga Agrolak), a Fazenda Paloma e a Fazenda Remaso Guaçu, que também eram as maiores territorialmente. Em cada uma das 14 propriedades permaneciam pequenos grupos nas sedes, para garantir a distribuição por todas às demais onde também havia grupos instalados.

A partir deste momento, as ações foram uma sucessão de tentativas por parte dos dois lados para tentar garantir ou a permanência nos locais já ocupados, ou a retirada dos índios das fazendas.

6.2.2.1. A imprensa e as reivindicações indígenas

A chamada de notícias de primeiras páginas é feita seguidamente com a expressão denotando que a atitude dos índios não tem respaldo legal ou que é considerada ilegal, pois a palavra invasão destaca-se na grande maioria. No periódico Diário MS¹¹⁴ as notícias de primeira página com o título “Outra fazenda é invadida por índios no sul” de 06/01/04, “Invasões mobilizam governo” de 13/01/04, e do jornal O Progresso “Índios invadem nova fazenda” de 18/12/03, “Índios invadem 4 fazendas” de 5/01/04, “Índios invadem 6ª fazenda no MS” de 8/01/04, “PF isola área invadida por índios” de 29/01/04, predis põe a população de entorno, e as autoridades a se posicionarem desfavoravelmente às reivindicações territoriais dos índios. Estes periódicos colocam no mesmo plano reivindicatório aquelas feitas pelos trabalhadores sem-terra e as demandas indígenas. A correlação acaba sendo prejudicial aos índios, pois a origem da expropriação da terra, as estratégias e táticas utilizadas, a destinação e uso da mesma, entre outros aspectos, divergem entre estes dois segmentos da população, apesar de ambos reivindicarem fundamentalmente o suporte físico da terra. Enquanto os primeiros almejam terras de boa qualidade e que estejam sub-utilizadas pelos atuais proprietários sem que haja uma ligação anterior com o local reivindicado, os índios somente têm em vista áreas que já foram anteriormente ocupadas pelos seus antepassados, sejam pais, avós ou parentes.

A estratégia dos trabalhadores-sem-terra de entrar em áreas consideradas pelos movimentos como improdutivas para forçar uma ação do Estado em desapropriar e destinar estas terras para que possam produzir em escala familiar, mas com excedente para se comercializado, é diferente à apresentada pelos Nãndeva/Guarani, cuja produção pode apresentar um excedente que será comercializado, mas onde a grande maioria das famílias, como foi visto no item destinado à roça, produz para subsistência, e para que possam ter

¹¹⁴ Daqui para diante aparecerá somente com a abreviatura DMS.

uma vida considerando as práticas sociais baseadas na família extensa e no *jopói*/reciprocidade, que efetivamente mobiliza todos representantes Guarani em solo brasileiro.

6.2.2.2. A participação da FUNAI

A participação dos representantes do órgão federal responsável por tratar das políticas públicas relacionadas às populações indígenas, FUNAI, coaduna-se com os procedimentos administrativos padrão nestas situações, que é dar resposta de caráter emergencial a uma situação de conflito. Em estudo realizado a partir de documentação deste órgão, Pacheco de Oliveira e Alfredo Almeida (1998, p. 70) afirmam que “ (...) As iniciativas do órgão tutor sempre se configuram como uma resposta a *uma situação de emergência*, correspondendo a um progressivo reconhecimento interno sobre as conseqüências catastróficas, para os índios e para a própria estrutura administrativa, de uma não intervenção”, e que estas iniciativas são de conhecimento de todo o corpo funcional, que atuam sob uma lei geral, que por não ser escrita, funciona baseada no consenso e na prática diária, e da qual ninguém se desvia e que se resume na frase “ A FUNAI só atua sob pressão” (Idem, p. 70).

A reocupação do *tekoha Yvy katu* por parte dos índios, foi uma ação que devia ser esperada pelo órgão em questão, pois a não publicação do laudo antropológico que estava concluído desde 2002, e cuja produção tinha criado um clima de otimismo para a possibilidade de retomada de terras que pudessem novamente permitir o assentamento nos antigos locais aonde estavam seus antepassados, e também ter acesso a espaços de caça, pesca e coleta, mesmo que em ambiente depauperado, como é toda a região sul do Estado, se comparada a uma situação de 50 anos atrás.

Uma das atuações mais lamentadas por eles foi a do próprio presidente do órgão, Mércio Pereira Gomes, que esteve no Estado, e não foi até a área em litígio. Esta presença era guardada pelos índios que compreendiam esta visita como um canal para atendimento às suas reivindicações. O título da capa de que “Presidente da FUNAI frustra os índios”, que teria passado somente pela capital e se reunido com o Governador do Estado, e também com os antropólogos responsáveis pela elaboração do laudo junto a sua declaração de que “A intenção é convencer os indígenas a aguardarem nas aldeias o resultado dos estudos antropológicos e o fim do processo que leva ao reconhecimento das áreas pretendidas” (O Progresso, 17-18/01/04), é apenas um discurso retórico, pois conforme o estudo apontado anteriormente, as ações efetuadas por este órgão para a resolução de alguma situação que esteja em impasse, ocorrem somente a partir do protagonismo reivindicatório dos índios. A ação dos Nãndeva/Guarani de reocupar toda a área pretendida, colocando grupos em cada uma das 14 fazendas – grandes e pequenas – explicitava claramente o que consideram como território tradicional dos seus antepassados, e que está claramente definido no laudo feito a partir das demandas indígenas, e do reconhecimento de locais e marcas geográficas de cada uma das famílias extensas que estavam instaladas anteriormente na área (MURA, 2002). Portanto, pressionada, a FUNAI irá agir, publicando em menos de dois meses depois (3/03/04) o laudo antropológico que assegurava o direito àquela terra, e daria continuidade ao processo para demarcação definitiva da área, conforme havia garantido o presidente da FUNAI, na sua vinda no final do mês de janeiro, quando retornou ao MS.

Quando foi deferida a reintegração de posse, a ação do administrador do órgão no Estado, sr. William Rodrigues, é de negociar com os índios no sentido de saírem das 14 fazendas, mas reconhece que “Temos que cumprir a determinação judicial, mas os índios estão irredutíveis” e que “ Vamos

continuar negociando com os indígenas, e também com as autoridades” (DMS, 20/01/05), mostrando o grande impasse presente nas ações da mesma, pois o seu posicionamento é sempre marcado pela tensão entre as reivindicações indígenas por terras e o ordenamento jurídico-institucional do Estado-nação, sendo que cada um deles tem uma concepção de terra, que os funcionários devem tentar acomodar em cada situação.

A participação de políticos com interesses contrários às reivindicações indígenas também teve destaque neste período na matéria de capa do jornal O Progresso, de 11-12/01/04, “Deputado afirma que FUNAI é omissa”, e durante a matéria argumenta que este órgão não teria competência para mediar os conflitos porque “despreza a imparcialidade”

6.2.2.3. As pinturas e “armas” indígenas

O uso de pinturas corporais e armas tradicionalmente associadas pelo senso-comum como sendo de índios (arco e a flecha, bordunas/ *yvyra para*) portados durante toda situação, foram destacados nos diversos jornais: “Os índios estão pintados para a guerra e afirmam que somente deixam as áreas mortas” (O Progresso, 20/02/04), “ Pelo menos dois entre dezenas de índios que cercaram a equipe não estavam armados só com arcos, flechas e bordunas. Um deles tinha um revólver, e outro uma espingarda.” (O Progresso 21/01/04), assim como as fotos que acompanham as manchetes (Tribuna do Povo, 18-27/01/05; DMS, 07/01/04, 12/01/04, 22/01/04, O Estado de São Paulo, 22/10/04; Folha de São Paulo, 4/01/04 como exemplos). (foto 91 no final) O fato dos repórteres, fotógrafos e cinegrafistas destacarem estes elementos como parte constituintes da categoria “índio”, conecta-se com o que Sílvia Caiuby Novaes (1993) destaca ao refletir sobre a identidade que

“...apresenta sempre a mesma face, é, de certa forma um conceito que fixa atributos, exatamente por operar a partir de sinais diacríticos” (p, 27-28), mas que no contexto em questão, era necessário que os índios assumissem esta imagem cristalizada no imaginário da sociedade envolvente, exatamente para destacar que a reivindicação de ampliação de terra não se relacionava somente ao aspecto da produção, mas, principalmente, como possibilidade de reconstituição de um modo-de-ser que tem como suporte a terra dos antepassados, partilhado por pessoas que se diferenciam etnicamente daqueles com quem estavam negociando. Este sinais exteriores apresentados por eles - arco, flecha, *yvyra para*, pinturas corporais, provenientes do contexto original deste grupo, e o uso de máscaras com pinturas que escondiam totalmente a face de quem as portava, e que também não são elementos reconhecidos por eles como tradicionais- servem para marcar a base em que devem ser realizadas as negociações que apresenta um componente étnico que fundamenta a questão. Como já discutido anteriormente, as reivindicações indígenas por terra diferem na origem daquelas pretendidas por outros movimentos que reivindicam o mesmo bem (MST, Fetagri, Pastoral da Terra), e este sinais partilhados pelo senso-comum como legitimamente pertencentes aos índios, reforça o caráter diferenciado das mesmas.

O antropólogo Fábio Mura (2002), em seu laudo sobre a área do *tekoha Yvy Katu* aponta este elemento étnico como uma novidade nas reivindicações de terra,

“ O elemento étnico- componente nova (sic) nas configurações espaciais indígenas- tem-se mostrado extremamente significativo para nortear as demandas indígenas e isto baseando-se na reconstrução do território que recorre à memória do passado elaborada pelo grupo. Assim, as recordações das moradias dos antepassados, dos locais onde aconteciam festas sagradas, as narrações de experiências de caçadas coletivas, de lutas contra animais perigosos ... de locais onde moravam os xamãs prestigiosos que com suas ações podiam manipular os elementos da natureza tornando-os vantajosos para a própria comunidade ou catastrófico para os inimigos... de lugares onde aconteceram eventos excepcionais produzidos pelas divindades, assim como de experiências de

trabalho nos ervais e fazendas, permitem aos índios de ir constituindo, num continuado processo de elaboração cultural, uma espécie de mapa espaço-temporal que os ajuda a configurar as demandas atuais.”

que os índios, nesta situação histórica, externavam a partir de sinais que não são encontrados em uso no cotidiano, mas que tem um grande potencial informativo para os seus oponentes do momento.

62.2.4. A retomada do *tekoha Yvy Katu* e a Justiça

A atuação da justiça neste episódio apresentou decisões bastante diferenciadas. No dia 14 de janeiro o juiz federal Odilon de Oliveira concedeu liminar de reintegração de posse para os fazendeiros e determinou o prazo de três dias para a desocupação de todas as 14 propriedades, sendo que após este período a FUNAI seria multada em R\$ 2.000,00 por dia. Logo após a decisão, o Secretário de Estado de Segurança Pública, reuniu o comandante da Polícia Militar e da Polícia Federal para traçar a estratégia para a retirada dos índios das propriedades. Foi previsto um verdadeiro esforço de “guerra” que contaria com a presença de 600 homens, helicópteros, bombeiros, cujo custo operacional foi calculado em 100 mil reais. As autoridades estaduais rapidamente se organizaram para fazer cumprir o despacho do juiz, prevendo uma ação violenta contra a população indígena. Neste aspecto, deixaram um claro recado para os índios e sul-mato-grossenses, quais são os interesses aos quais estão alinhados.

O procurador da República Ramiro Rockemback, na perspectiva de reverter a decisão do juiz federal de reintegração de posse, entrou com recurso contra a decisão no TRF (Tribunal Regional Federal) 3ª região, em São Paulo, que foi redistribuído para a desembargadora Consuelo Yoshida,

que no dia 21 de janeiro suspendeu a decisão anterior, despachando no sentido de que a área pretendida fosse delimitada conforme consta na constituição, com prazo de 20 dias para criação de comissões com representação indígena, e que teriam que aguardar nas entradas das fazendas. O despacho desta desembargadora foi motivo de intensos debates, pois representantes do Governo Estadual, o juiz Odilon e os fazendeiros alegavam que não entenderam o teor da decisão, e que a desocupação seria feita após transcorridos os 20 dias previstos, num claro retrocesso das conquistas indígenas.

O governador em exercício, Egon Krakhecke, em reunião realizada no dia 26 de janeiro, acatou a proposta de entidades ligadas aos direitos humanos e indígenas, criando uma comissão para viabilizar a decisão da desembargadora de maneira que os direitos indígenas ficassem assegurados, o que contrariou os interesses dos demais presentes que representavam autoridades estaduais e federais. Na seqüência foi realizada uma *Aty Guassu* /grande reunião na aldeia de Jaguapiré, no município de Tacuru, que contou com a presença dos antropólogos e apoiadores da causa indígena, “que discutiu a demarcação das terras guarani, e em particular a *Yvy Katu*. As lideranças indígenas fecharam acordo para, até o término do processo de demarcação, ocupar 10% das fazendas São Jorge (antiga Agrolak), Remanso-Guassu e Paloma, ao longo das margens do rio Iguatemi, deixando desocupadas as sedes e mais 11 pequenas fazendas” (VIEIRA, 2004, p. 12).

A partir deste momento, a proposta foi levada para as autoridades, e houve manifestações por parte dos fazendeiros de que era inaceitável e que eles somente sairiam retornariam para as propriedades quando não houvesse mais a presença indígena em nenhuma (O Liberal 9 a 15/01/04). Ao mesmo tempo, o Secretário de Segurança Pública diz que “a proposta elaborada pelos índios de desocuparem as fazendas menores ficando apenas nas duas maiores,

é uma demonstração da ‘boa vontade’, tanto que já começaram a desocupação” (O Progresso, 29/01/04). O termo de ajuste foi fixado no dia 20 de fevereiro.

6.2.2.5. O confronto na ponte que limita Japorã e Iguatemi

Um dos momentos mais tensos e que poderia ter desencadeado uma situação incontrolável, ocorreu quando os fazendeiros resolveram protestar contra a permanência dos índios nas propriedades, no dia 21/01/04, após esgotado o prazo para a retirada dos índios das fazendas, amparados que estavam pela liminar de reintegração de posse expedido pelo juiz federal Odilon de Oliveira, no dia 14 de janeiro. O local escolhido pelos fazendeiros foi bastante estratégico, tendo em vista que a ponte é divisa dos municípios de Japorã e Iguatemi, e a primeira fazenda com presença indígena situava-se logo após a ponte. Ultrapassar este marco geográfico simbolizava novamente ter a posse sobre as propriedades. Por outro lado, os Nandeva/Guarani não permitiram o avanço destes sobre o local, contando com a maciça presença dos que estavam instalados nesta e em outras fazendas. Houve um afluxo de índios vindos de todas as 14 fazendas: homens, mulheres e crianças.

No entanto, o confronto foi inevitável, e a existência de armas de fogo foi identificada nos dois grupos, resultando no ferimento de um índio na cabeça, apesar dos jornais serem bastante parciais nas suas reportagens, pois afirmam que os fazendeiros não possuíam armas, “mas foi encontrada uma bala calibre 22 no local”, enquanto o Estado de São Paulo (22/01/04) traz a notícia de “Armados, índios e fazendeiros se enfrentam”, enquanto o depoimento do Comandante da Polícia Militar credita à sorte o fato de não ter havido mortes. A chegada da Polícia Militar, fez retroceder o avanço dos dois

lados. Sobre o episódio, a declaração do governador do estado, Zeca do PT, foi lamentável, porque segundo ele os índios teriam “extrapolado” ao avançar sobre os fazendeiros no dia do conflito. É possível notar a falta de isenção em relação a este episódio, e os interesses de quem ele estava apoiando, numa clara demonstração de falta de habilidade para tratar a complexa questão indígena no Estado, possuidor da segunda maior população indígena no Brasil, sendo que os Nandeva/Guarani e Kaiowá tem uma população estimada em 25 mil para um total de 32 mil índios no MS (BRAND, 2004a). Parte do princípio de que os fazendeiros estavam no lugar certo, e que as escolhas feitas por eles eram as únicas corretas.

6.2.2.6. Os índios “paraguaios”

A falta de informação sobre a territorialidade e organização social Guarani, que desconhece as fronteiras de países, dá origem a notícias que tentam descaracterizar o movimento indígena organizado ao caracterizar a presença de índios “do Paraguai” como um elemento que estaria interferindo negativamente no resultado da ação que estava ocorrendo. Conforme visto anteriormente, a rede de parentesco entre os Nandeva/Guarani na Porto Lindo/Jakarey estende-se não somente no Brasil, mas ultrapassa os limites entre este e o Paraguai. É esta rede de relações sociais que permite o trânsito dentro do território, que não se limita ao Brasil. A distância até o Paraguai é de aproximadamente 50 km, sendo que as visitas se sucedem no cotidiano, com a prática do *oguata* ainda muito presente no dia-a-dia, mesmo que tenha sofrido alterações em relação ao espaço percorrido, não à mobilidade detectados em todos os sub-grupos Guarani no Brasil. A relação destes índios não é com o país onde estão instalados, mas com os parentes que podem estar

localizados em qualquer país, que compõe o grande território tradicional Guarani. Assim não se reconhecem como paraguaios ou brasileiros, mas Ñandeva, Guarani, Kaiowá, Paî-Tavyterã, Mbyá, que moram no Brasil, no Paraguai, na Argentina, ou em qualquer estado brasileiro que tenha a presença Guarani. A presença de índios provenientes do Paraguai deve ter atingido proporções razoáveis, tendo em vista que a retomada de terras tradicionais é uma luta que todos estão empreendendo nos países onde vivem. A participação dos ñandeva/guarani que moram no Paraguai certamente, interconecta-se com a existência de parentesco entre estes e grupos familiares na TI Porto Lindo/Jakarey, talvez, inclusive, haja pessoas que habitaram o Yvy Katu ou tiveram antepassados que o fizeram. A chamada de periódico com o informe de que “Policiais isolam índios em Japorã”, que objetivava “...prevenir chegada de índios paraguaios, troca de gado das fazendas por armas e evitar conflito entre fazendeiros e índios” (O Liberal, 26 a 31/01/04), ou para evitar “...a entrada nessas áreas de armas e índios paraguaios.” (O Progresso, 29/01/04), demonstra não somente desconhecimento de uma organização sócio-histórica diferenciada, mas creditam aos índios a possibilidade de estarem realizando transações consideradas ilegais.

Ao mesmo tempo, os fazendeiros afirmaram que “nunca tiveram problema com os índios, mas que a situação se agravou quando começou a chegar os brasiguaios que vivem na fronteira do Brasil com o Paraguai.” (O Progresso 9/01/04), permitindo que o leitor tire como conclusão que a retomada deste *tekoha* teria sido estimulado pelos índios que moram no vizinho país, e não ser uma decisão dos Ñandeva/Guarani que moram na TI Porto Lindo/Jakarey, subtraindo o protagonismo da ação, creditando a outro a autoria da mesma.

6.2.2.7. Solução provisória negociada

No dia 20 de fevereiro de 2004, na Justiça federal de 1ª Instância, 1ª Vara Federal de Dourados, através do despacho da juíza federal substituta Luciana Melchiori Bezerra, foi fixada a área de 10% de cada uma das três propriedades maiores para a permanência provisória dos Nandeva/Guarani, enquanto o processo de ampliação da TI Porto Lindo/Jakarey segue os trâmites legais. O total fixado para cada propriedade foi a seguinte: Fazenda Remanso Guaçu, 261,9425ha; da Fazenda Paloma, 43,6547ha; e da Fazenda São Jorge, 169,4945ha. O despacho da juíza, p. 372 diz que “ No intuito de agilizar a delimitação das áreas ocupadas e apaziguar os conflitos na região...”,¹¹⁵ esta foi uma solução, que deu início ao reconhecimento de que a comunidade indígena tem direito sobre estas terras, para os seus opositores do momento. Entre a ameaça de mobilização de um contingente em torno de 600 homens, entre “Polícia Federal, Polícia Estadual, DOF¹¹⁶ e bombeiros” para retirar os índios das áreas retomadas para o cumprimento do despacho de reintegração de posse emitido pelo juiz federal Odilon de Oliveira no dia 14 de janeiro e este acordo, transcorreu em um espaço temporal de aproximadamente um mês.

Estes procedimentos e despachos diferenciados colocam em discussão a concepção de terra, discutida no capítulo I, que cada participante desta situação histórica. Como afirmado então, as concepções se diferenciam a partir das práticas sociais, culturais, econômicas e religiosas, partilhada pelos grupos que disputavam o direito a permanecer na terra. Enquanto para os proprietários, a existência de um título emitido pelo governo era considerado a prova definitiva de que eram os legítimos proprietários, os índios fundamentavam suas reivindicações a partir de um histórico de ocupação daqueles locais pelos seus antepassados, onde o sentimento de pertença, de realização dos cantos, danças e cultos, o fato de terem enterrado seus parentes, ou ao contrário, ao nascerem, ter o umbigo enterrado no local, cria um vínculo indestrutível entre esta terra.

Como discutido anteriormente, a idéia de terra também sofre alterações a partir das contingências históricas, políticas e econômicas que acabam por interferir no sentido que é dado à ela. Para os três proprietários das maiores fazendas, que em determinado momento do conflito afirmaram que não negociariam nada porque aguardariam uma decisão da

¹¹⁵ O despacho completo, o memorial descritivo das áreas demarcadas, e a publicação do resumo no diário oficial da União estão em anexo.

¹¹⁶ Departamento de Operações de Fronteira

justiça, entendendo que não podiam negociar o que lhes pertencia (DMS, 14/01/04), o resultado final certamente não foi o esperado. Para estes, a experiência representa uma mudança profunda em relação às certezas nas quais baseavam o seu discurso. Com título de posse ou não, tiveram reduzidas em 10% as suas propriedades, portanto, este documento não tem um valor intrínseco, mas só na relação com *o outro* que reivindica a terra que considera como posse sua. O direito das populações indígenas sobre as terras consideradas tradicionais por eles, são anteriores a qualquer outra negociação feita a *posteriori*. Já para as lideranças indígenas, que também no período de maior tensão afirmaram que só sairiam do local mortos (O Progresso, 26/01/04), a ocupação de somente 10% da área representou um avanço mas talvez muito menos que o pretendido, pois também compreendiam que o local retomado lhes pertencia por direito provindo do uso anterior pelos seus antepassados, muitos dos quais enterrados ali. O fato de chamar a atenção das autoridades e da população de entorno para os seus direitos que estavam sendo desrespeitados, pois o laudo antropológico que apresentava dados que corroboravam a informação prestada por eles de que o *tekoha Yvy Katu* lhes pertencia por direito, estava pronto desde 2002 (MURA, 2002), aguardando a publicação para dar continuidade aos demais procedimentos para a ampliação da área da Porto Lindo/Jakarey que é insuficiente para a realização da totalidade dos seus costumes e práticas realizadas a partir da organização social baseada na família extensa. Os 10% negociados representam a retomada gradativa da terra cuja perda no século XX foi acompanhada por muitos moradores da área de estudo, estando portanto, ainda muito presentes na memória os momentos vividos ali.

O longo processo de negociação exigiu de ambas as partes a construção, desconstrução e atualização de novas categorias que estavam consolidadas em cada um destes atores sociais, e também dos demais que participaram em algum momento do fato, entre estas as concepções de terra, território tradicional, direito, propriedade, tradição, negociação, posse, entre outras. Além de conceitos que tiveram que ser revistos, a própria representação que cada um tem já internalizado em relação ao *outro*, também sofreu alterações, pois cada um ocupava um campo da luta, assim quem não fazia parte do conjunto, por exclusão era o adversário. Entretanto, a fórmula não é tão simples de ser equacionada. Assim como nem todos os não-índios eram opositores das reivindicações Ñandeva/Guarani, sendo que alguns foram fundamentais para que parte delas fosse atendida, como é o caso do Procurador da República, de Dourados, Ramiro Rockemback

Silva que impetrou recurso contra a reintegração de posse no TRF, tendo sido acusado pelos fazendeiros e imprensa (DMS, 22/01/04), de “proteger” os índios, quando a proteção era pelo direito inalienável que não estava sendo respeitado.

A disputa envolveu pessoas que se apresentavam como etnicamente diferenciados, como índios, que como já se viu é uma categoria também construída a partir da relação com a sociedade nacional, e dos processos históricos próprios vividos por esta comunidade, em confronto com um segmento que neste evento estava representando a sociedade envolvente. Nesta relação, foram ativados sinais externos e a nível de discurso para que cada um pudesse estar demarcando o seu espaço de atuação nesta situação. A categoria “índios” enquanto identidade, foi forjada para incluir todos aqueles que se diferenciam da sociedade nacional e que apresentam um mundo de significados e tradições também diferenciadas desta, e foi ativada para poder incluir a todos aqueles que estavam reivindicando a retomada de terra tradicional onde viveram seus antepassados. Entretanto, “a identidade só pode ser evocada no plano do discurso e surge como um recurso para a criação de um *nós coletivo* (grifo da autora)...Este nós (grifo da autora) se refere a uma identidade (igualdade) que, efetivamente nunca se verifica, mas que é um recurso indispensável no nosso sistema de representação” (CAIUBY NOVAES, 1993, p. 24), e “ (...) sua eficácia, enquanto fator que instrumentaliza a ação é momentânea e será maior quanto mais estiver associada a uma dimensão emocional da vida social.” (Idem, *ibidem*). Assim, a categoria genérica de “índios Guarani e Kaiowá” foi ativada para servir de base para as discussões sobre o direito à terra. Esta mesma autora, apresenta uma outra concepção que é a de auto-imagem, que os diferentes agentes sociais fazem de si e dos outros segmentos com quem contatam a partir das relações que estabelecem com estes. Para o caso aqui tratado, significa que todos os envolvidos, de alguma maneira alteraram as noções já consolidadas que possuíam uns dos outros.

“ (...) As imagens que uma sociedade forma de si e dos outros segmentos que toma como parâmetros para fazer a reflexão sobre si mesma não são imagens fixas ou perenes. Transforma-se continuamente, em função mesmo das relações históricas entre estes segmentos. São imagens impregnadas de valores, muitos deles conflitivos. Imagens que implicam a simultaneidade de sistemas culturais em confronto, onde não

há um movimento unívoco que simplesmente afirme ou negue a identidade do outro. “ (Idem, p. 45)

Para concluir esta reflexão sobre a retomada do *tekoha Yvy Katu* pelos Ñandeva/Guarani da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, é preciso considerar não somente os resultados “brutos” da situação- que não podem ser desprezados, ao contrário servirão de parâmetro para outras retomadas que certamente acontecerão nos próximos anos- que teve destaque na imprensa escrita local, regional durante um período de dois meses, tendo também sido noticiado a nível nacional¹¹⁷, fato praticamente inédito para um mesmo tema, indicando que esta situação interferiu em várias esferas do entorno regional, que em diferentes momentos mobilizou a justiça, representantes governamentais, os poderes de repressão, órgãos institucionais, ativou preconceitos, demonstrou a inabilidade em tratar questões que se referem as comunidades indígenas,etc., mas a capacidade apresentada por eles em resistir às pressões políticas, culturais, jurídicas e institucionais que tentavam demonstrar o tempo todo o “absurdo” da reivindicação feita por eles.

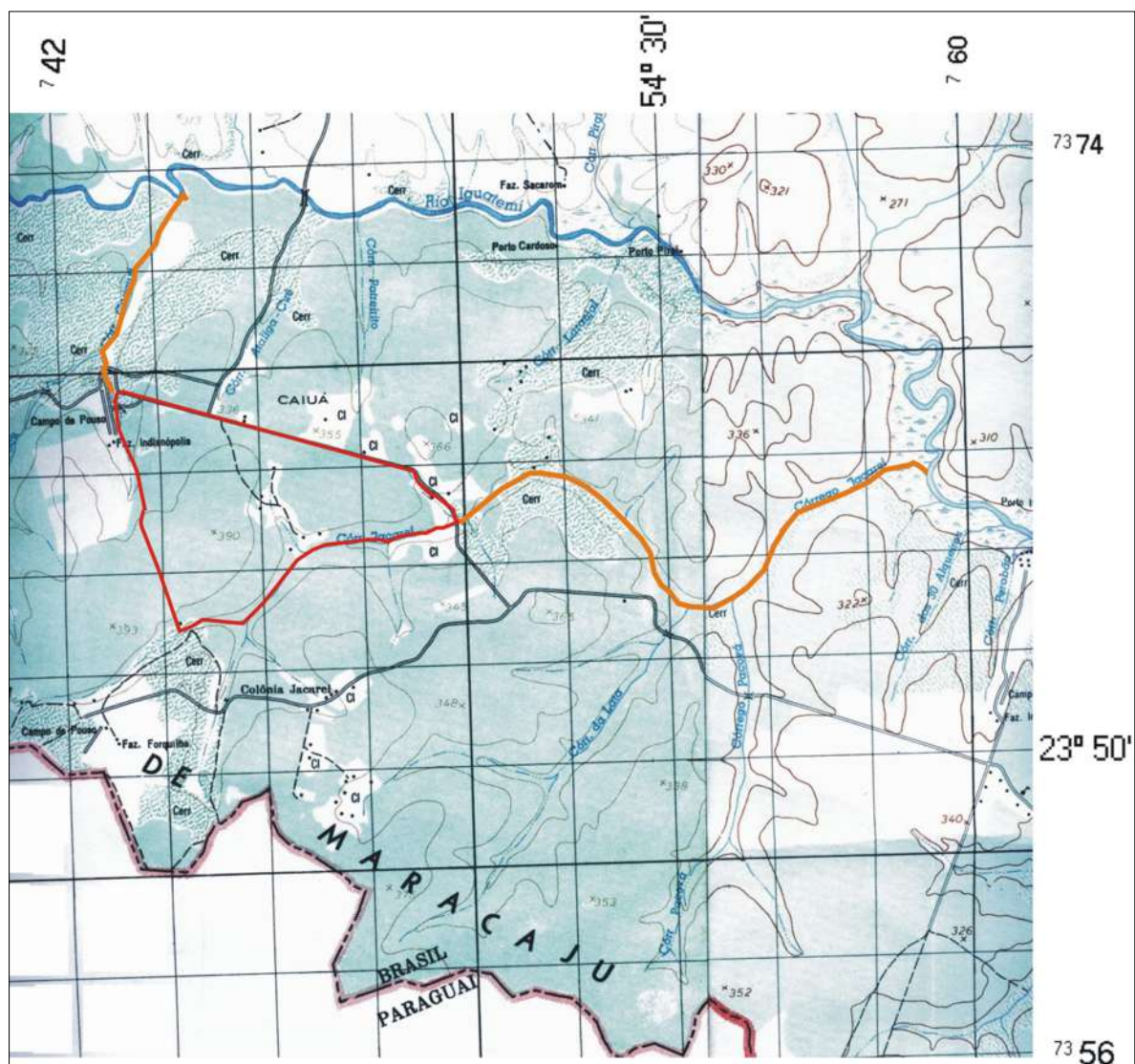
O recurso da constante repetição dos fazendeiros pelos direitos advindos dos títulos de propriedade, a ameaça de uso da força para retirá-los, a acusação de que estariam sendo manobrados por organismos externos o que implica em retirar-lhes a capacidade de autonomia para decidir seus destinos, a participação da imprensa francamente desfavorável aos índios, um governo estadual representado por alguns de seus principais mandatários sem conhecimento da questão de terras que envolve as comunidades indígenas, enfim, a constante superação dos impasses a partir da reuniões coletivas, nas quais eram decididos os rumos a serem tomados em cada situação, tendo como suporte físico o próprio *tekoha Yvy Katu*, onde eram inspirados pela realização das rezas,cantos e danças conduzidas pelo rezador Ava Tupa’i, de onde tiravam os ensinamentos necessários para continuar na luta pela retomada de uma parte significativa do território tradicional Ñandeva/Guarani. (Foto 90)

O laudo produzido pelos antropólogos Fábio Mura e Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, teve seu resumo publicado no Diário Oficial da União, no dia 2 de março de 2004, conforme determinou o presidente da FUNAI, quando esteve no MS. A área foi reconhecida por ele como indígena ao “Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para

¹¹⁷ Houve matérias veiculadas no noticiário de televisão Jornal Nacional, da Rede Globo, que abrange todo o território nacional.

afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena *Yvy Katu* (revisão de limites da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey) de ocupação do grupo tribal Guarani Ñandeva, localizada no município de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul.” (DOU, 2/03/04, p. 38). A publicação deste laudo era uma das reivindicações dos Ñandeva/Guarani, com objetivo de dar prosseguimento aos trâmites legais para que este *tekoha* venha a ser definitivamente incorporado ao restante da área.

Assim, os momentos de tensão, avanços e retrocessos durante os dois meses, desde o momento da retomada das áreas tradicionais pelos Ñandeva/Guarani tiveram êxito ao criar uma situação que resultou na ampliação da Porto Lindo em 473ha, permitindo que houvesse um relaxamento nas tensões internas em virtude da transferência de algumas famílias para este novo local, e ao mesmo tempo, foi dado início ao processo de reconhecimento definitivo do *tekoha Yvy Katu* como efetivamente pertencente a eles.



Mapa 3. Mapa com a TI Porto Lindo/Jakarey (em vermelho) e a área do *tekoha Yvy Katu* (em laranja). A porção norte é limite como rio Iguatemi.



Foto 89. Vista geral do tekoha Yvy Katu. Ao fundo, casas já na área de 10% prevista para ocupação



Foto 90. *Tataendy* na área do *tekoha Yvy Katu* durante as negociações.



Foto 91. Arcos, flechas e *yvyra para* que foram portados durante o conflito.
(Foto Diário MS, 12/01/04)

CAPÍTULO VII
O ESPAÇO DO PASSADO NO PRESENTE:
O SÍTIO MS-IG-02 E COLAPSO DE CASA

7.1.O sítio arqueológico Porto Lindo/Jakarey: MS-IG-02

Durante as atividades de campo, foi detectado este sítio arqueológico¹¹⁸ a partir de informações do morador do local, já que a área onde se localiza o mesmo estava com plantação de mandioca num estágio de crescimento em que a visibilidade para a detecção de material arqueológico era baixa. Este sítio foi cadastrado com a sigla MS-IG-02 tendo em vista que está inserido na bacia do rio Iguatemi, e denominou-se por sítio Porto Lindo/Jakarey. As coordenadas geográficas são 23° 47'05.4" S e 54° 36'08.0" W e UTM 21K 0744345 e 7367498. Quando foi localizado em fevereiro de 2003, localizava-se no espaço compartilhado pela família do sr. André Gonçalves e de seu filho Vanderlei Gonçalves. Hoje, o sr. André mora sozinho, pois o filho mudou-se para um espaço individual com a esposa e três filhos.

A distribuição espacial total do sítio engloba as três áreas, mas optei por subdividi-lo nestes pequenos espaços, porque cada um deles tem um uso diferenciado e tem porções em que não são encontrados vestígios cerâmicos: atualmente - agosto de 2004 - dois foram tomados pela vegetação, onde antes era plantação de mandioca, que abarcava 1620 m² (45 x 36m), e outra de feijão, ocupando 3300 m² (60 x 55m) ; o terceiro é uma pequena área florestada de 750 m² (25 x 30 m) onde foi feito o poço-teste 3. Há pelo menos 15 anos, as duas primeiras áreas são usadas para plantio de produtos de subsistência (milho, mandioca), e para comercialização com indústrias de fécula de mandioca, e também no comércio dos municípios de Iguatemi e Japorã.

As intervenções realizadas até o momento, foram a delimitação das áreas, coleta do material que estava em superfície, e escavação de três poços-teste¹¹⁹ que objetivavam a coleta de material para datação, a verificação da profundidade do sítio e a identificação da camada de ocupação. Mapa com indicação do sítio na área da TI Porto Lindo/Jakarey no mapa 2, em anexo.

¹¹⁸ Utilizo a definição de José Morais (2000, p. 10) de sítio arqueológico : termo unitário na classificação dos registros arqueológicos. Corresponde à menor unidade no espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham comportamentos das sociedades do passado.

¹¹⁹ A partir daqui serão denominados por PT.

O registro arqueológico¹²⁰ é composto de fragmentos cerâmicos pertencentes aos Guarani pré-coloniais, e foram obtidos na realização na coleta superficial do local, e da escavação de três PT na área de estudo: dois na área maior (PT1 e PT2), e um na área florestada (PT3). Foram escavados três poços-teste (PT1, 2 e 3) de 1m² cada um, determinar a estratigrafia do sítio, coletar cerâmica para datação pelo método de termoluminescência, e detectar camadas com ocupação humana que estivessem oculta no sub-solo. O PT1 foi feito em um pequeno espaço florestado, que se localiza à leste da casa do proprietário, e onde está sendo acompanhado o desmonte de uma casa abandonada. Esta escavação apresentou três camadas perfeitamente identificáveis, sendo que a superior tinha uma coloração marrom acizentada, onde já apareciam algumas evidências cerâmicas. A segunda camada, mais escura em virtude dos processos de ocupação, onde foi detectada uma concentração de cerâmica, associada a minúsculos fragmentos de carvão. Foram coletadas duas amostras para datação, sendo que a superior estava a 18 cm de profundidade e a outra a 25cm.

O resultado foi um período de ocupação entre os anos de 1240 a 1540, indicando que esta bacia hidrográfica vem sendo ocupada sistematicamente por grupos portadores da tradição cerâmica atribuída aos guarani há quase 700 anos. A análise cerâmica foi feita pelo Laboratório de Vidros e Datação /USP. A espessura de tal camada variava de 15 a 25cm. A terceira camada, de cor avermelhada, apresentava-se estéril. Os PT 2 e 3, foram feitos na área aberta onde está instalada a roça, e apresentou somente duas camadas. A primeira, superior variando de 5 a 20 cm, com poucos fragmentos cerâmicos detectados, sendo que a segunda, de coloração vermelha era estéril. Os três PT foram escavados até encontrar a camada estéril. No final do texto, constam os desenhos das estratigrafias. As cores utilizadas são somente aproximadas, do que foi encontrado no local.

Foram analisados 246 fragmentos cerâmicos, tanto os obtidos em coleta sistemática associados com os provenientes da escavação, que permitiram que se obtivesse as informações abaixo descritas.

¹²⁰ Registro arqueológico: referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto. Conceito amplo que independe da posterior classificação do registro como sítio, ocorrência ou geoindicador arqueológico. (MORAIS, 2000, p. 7).

7.1.1. Espessura dos fragmentos cerâmicos

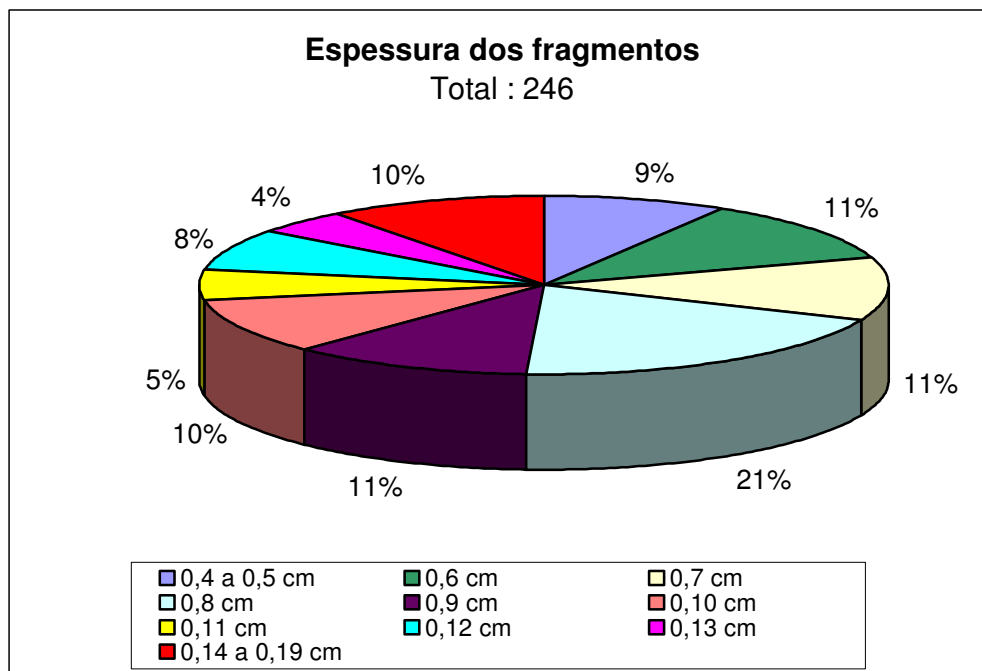
Conforme demonstram a tabela e o gráfico a seguir, a espessura dos fragmentos que apresenta o maior percentual está entre a faixa dos 0,6 aos 0,10 cm, que em conjunto representam 63,9%, somando 157 fragmentos. A espessura de 0,08 m apresenta 48 fragmentos, alcançando quase 20% do total.

Tabela 19. Relação entre espessura e quantidade de fragmentos do sítio Porto Lindo/Jakarey

Espessura (cm)	Quantidade de fragmentos	% de fragmentos por espessura
0,4	6	2,4
0,5	15	6,1
0,6	28	11,4
0,7	28	11,4
0,8	48	19,5
0,9	28	11,4
0,1	25	10,2
0,11	13	5,3
0,12	19	7,7
0,13	11	4,5
0,14	3	1,2
0,15	10	4,0
0,16	5	2,0
0,17	3	1,2
0,18	2	0,8
0,19	1	0,4
0,2	1	0,4
Total de fragmentos analisados	246	100

O gráfico abaixo permite uma visualização mais efetiva da representatividade de cada categoria analisada, onde se verifica que há quase uma homogeneidade na produção dos vasilhames, com poucos exemplares ultrapassando os 15mm, denotando uma preferência por recipientes mais delgados e de tamanhos menores, indicando, possivelmente, um grupo pequeno que se assentou no local estudado.

Gráfico 5 – Percentual de fragmentos por espessura do
sítio Porto Lindo/Jakarey

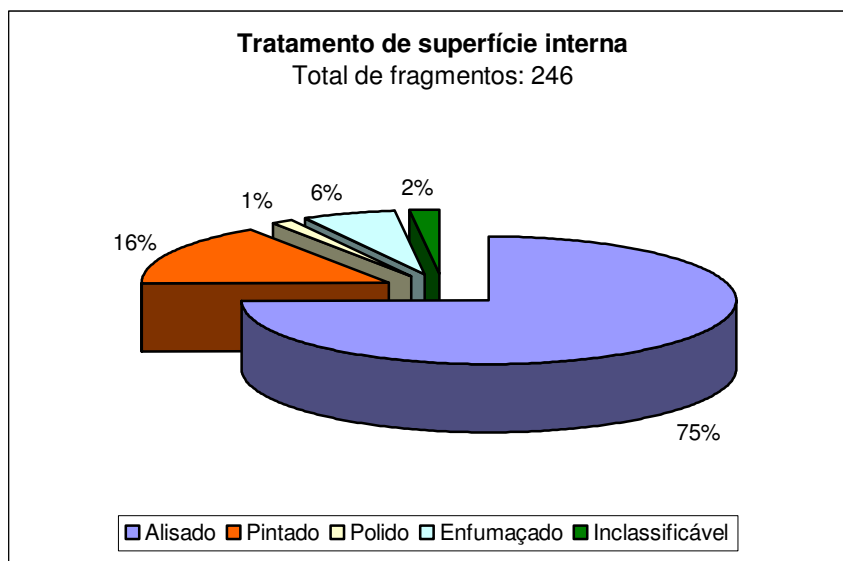


6.1.2. Tratamento da superfície interna

Os fragmentos com tratamento da superfície interna do tipo alisado somam 184 totalizando 74,8% do total. O pintado, com 39 exemplares, é o segundo tipo mais recorrente, correspondendo a 15,9%. Os demais não atingem 10% do material analisado. Estes dados são semelhantes aos que ocorrem em todos os sítios pertencentes a este grupo distribuídos no amplo território tradicional que abarcava partes do que hoje, politicamente, são os países do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina (NOELLI, 2004). O gráfico a seguir é representativo da análise dos dados referente a esta categoria.

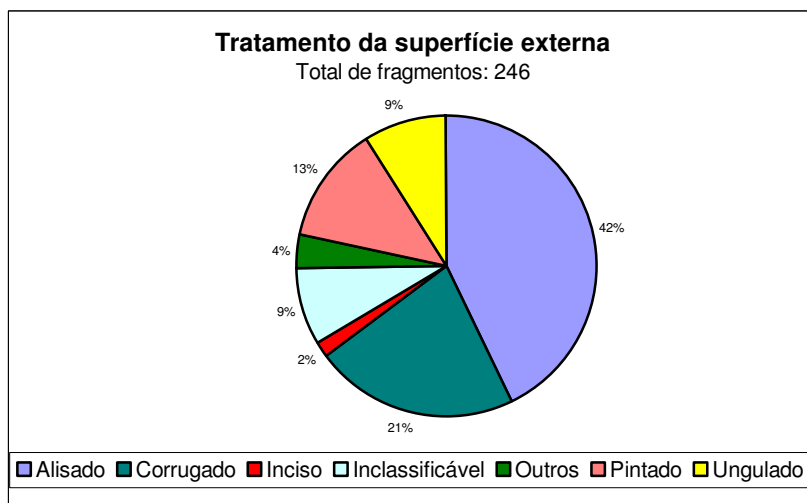
Gráfico 6 – Tratamento de superfície interna dos fragmentos

cerâmicos do sítio Porto Lindo/Jakarey

**6.1.3. Tratamento da superfície externa**

A análise do tratamento da superfície externa apresenta 42% dos fragmentos do tipo alisado, seguido pelo corrugado, 23% e pintado, 13%, conforme está apresentado no gráfico e tabela abaixo.

Gráfico 7. Tratamento da superfície externa da cerâmica do sítio Porto Lindo/Jakarey



Na categoria 'pintado' foram incluídos todas as variáveis encontradas que são o pintado de branco (13 fragmentos), o traço preto sobre branco (9), traço vermelho sobre

alisado (3), e o traço vermelho sobre branco, traço vermelho e preto sobre branco, pintado de vermelho, traço preto sobre alisado, pintado de preto e traço vermelho e preto sobre alisado com somente 1 exemplar cada um, totalizando 31 fragmentos.

Tabela 20. Tratamento da superfície externa da cerâmica
do sítio Porto Lindo/Jakarey

Tratamento da superfície externa	Número de fragmentos	% de fragmentos por tratamento de superfície
Alisado	105	42,7
Corrugado	54	22,0
Inciso	4	1,6
Pintado	31	12,6
Ungulado	22	8,9
Outros	9	3,7
Inclassificável	21	8,5
Total de fragmentos analisados	246	100

Comparando os dados obtidos a partir das intervenções efetivadas neste sítio com o resultado da análise cerâmica dos sítios MS-IG-01/Guaçu pertencente a mesma bacia hidrográfica do rio Iguatemi, e que é um importante tributário do rio Paraná, juntamente com os sítios MS-PA-03/ Porto Morumbi e MS-PA-04/ Ponte Ayrton Senna que tiveram sua cerâmica arqueológica analisada recentemente, localizados às margens deste último (Landa 2003), observa-se que os resultados estatísticos apresentam muita semelhança, reforçando a hipótese de pertencerem todos a um mesmo grupo que mantinham relações de parentesco ou alianças entre as áreas de ocorrência dos sítios, representados, possivelmente, pelos índios que os europeus denominaram de Guairá na documentação colonial jesuítica (CORTESÃO, 1951). Os Nandeva/Guarani estudados possivelmente mantenham um processo de continuidade desta grande população, já que não existiam as fronteiras nacionais que hoje existem. No entanto, serão necessários outros estudos como constituição da pasta cerâmica a partir de métodos não invasivos, já utilizados em outros

contextos (QUIÑONES et al., 2002), outras datações por termoluminescência, análise geológica do material proveniente de depósitos de argilas localizados próximos e internamente à Porto Lindo, até que se possa afirmar com a necessária certeza que pertenceram a um grupo portador das mesmas técnicas de manufatura da cerâmica, e que se diferencia de outros contextos materiais arqueológicos próximos.

Diferentemente do que informa Silva (2002), onde os Asuriní do Xingu, localizados às margens do rio Xingu, no estado do Pará, que reconhecem tanto fragmentos de cerâmica quanto vestígios líticos como pertencentes aos “antigos”, e os interpretam à luz de “acontecimentos míticos, sendo atribuídos a diferentes seres sobrenaturais que povoam o seu cosmo, e ao mesmo tempo, integram as suas práticas cotidianas e rituais” (Idem, p. 175/176), os vestígios materiais cerâmicos detectados na área de estudo não são reconhecidos pelos seus atuais moradores, que também não possuem uma explicação e/ou interpretação para a existência dos mesmos em seu espaço. Após a coleta e escavação, sempre se fez questão de mostrar o material recolhido, e tanto para os moradores do local quanto para outras pessoas que os estavam visitando sempre representou uma novidade, motivo de intensa curiosidade. Nos estudos efetuados sobre os Guarani - a título de exemplo cito Assis (1998, 1999) e Monticelli (1995, 1999) - em contexto etnográfico com os Mbyá, e Noelli (1993) a partir da bibliografia consultada, apontavam que os grupos em território nacional não mais produziam vasilhames cerâmicos para uso cotidiano, abandono tecnológico que deve ter-se iniciado há aproximadamente 80-100 anos atrás, considerando-se os contatos inter-étnicos mais intensos, com a introdução das panelas de alumínio nas diversas comunidades. Situação parecida foi encontrada por Longacre e Skibo (1994, p.4) entre os Kalinga, nas Filipinas, que também substituíram as panelas de uso cotidiano por aquelas de metal, mas continuam produzindo vasilhames cerâmicos para vender aos turistas, e não produzem mais para seu próprio uso (Idem, p. 7). Entre os guarani contemporâneos no Brasil, a produção cerâmica estaria restrita aos objetos usados como marcadores étnicos, como é o caso do cachimbo Mbyá (*petyngua*).

No entanto, em duas entrevistas realizadas com pessoas acima de 60 anos (Delossanto Centurião, Domingas Rodrigues), ainda está presente na lembrança de alguns o fato de terem observado as mães produzirem vasilhas com a técnica do acordelado, definida pelo “uso de cordéis de argila que, sobrepostos, dão a forma pretendida” (La Sálvia e Brochado 1989, p.11). Durante a explicação de como eram feitas as panelas faziam os

gestos típicos de enrolar a argila sobre uma superfície e ir sobrepondo os mesmos sobre o anterior.



Foto 92. Mulher fazendo cerâmica

Um destes idosos disse saber fazer vasilhas, e junto com uma de suas sobrinhas (foto ao lado) produziu uma vasilha pequena, com a técnica que La Sálvia e Brochado (1989, 11) denominam de modelado que “é a utilização de uma porção de argila e a partir dela, com os dedos, modela-se a peça pretendida”.

Foi utilizada argila preta (*yvy hû*), retirada de um depósito de argila¹²¹ situado no córrego Guasory, muito próximo da delimitação da área, por um dos adolescentes da família. O resultado não foi satisfatório, porque durante o período de secagem ao ar livre, a peça rompeu-se em vários pontos, demonstrando que não existe mais o conhecimento efetivo da técnica apropriada para a produção deste item da cultura material que manteve-se presente no repertório cultural e doméstico, com produção exclusivamente feminina durante mais de 2000 anos, tendo sido substituído no século XX com a introdução de produtos industrializados, mais fáceis e leves de manipular, mais duráveis, não precisando de cuidados especiais para seu uso, e que não requerem conhecimento técnico algum. As panelas de metal podem ser encontradas nas prateleiras existentes do lado da casa, jogadas nos pátios com restos de alimento cozido, esperando para serem higienizadas, cozinhando mandioca ou milho em algum fogo doméstico, ou depositadas dentro das habitações.

Abaixo, estão identificados alguns dos locais próximos ou interno à área de estudo que apresentam depósitos de argilas das mais diversas colorações (preta, branca, marrom e cinza), e que podem ter sido explorados pelas populações para coleta de matéria-prima para ser utilizada na produção das vasilhas encontradas neste sítio. Pode-se perceber que os córregos circundantes à área, apresentam um grande potencial de exploração para este

¹²¹ Também chamados de barreiros por José Morais (2000, p. 10), são denominados por este como “afloramentos de barro bom para cerâmica”, sendo também considerado geoindicador. Geoindicador é “um elemento do meio físico-biótico dotado de alguma expressão locacional para os sistemas regionais de povoamento, marcando locais de assentamentos antigos. (Idem, p. 8)

fim. O mapa 2, em anexo, identifica a localização destes barreiros no contexto da área estudada.

Tabela 21 – Depósitos de argila internos ou próximos a TI Porto Lindo/ Jakarey

Município	Água mais próxima	Coordenadas	Tipo	Ponto de referência
Japorã	Córrego Guasori	S 23° 45' 42.8" e W 54° 36' 56.2"; 21K UTM 0743020 e 7370061	Depósito de argila preta	Propriedade situada à norte da Porto Lindo, cortada pelo Guasori
Japorã	Córrego Jacareí	S 23° 47' 37.5" W 54° 34' 02.3; 21K UTM 0747884 e 7366448	Depósito de argila marrom	Casa do sr. Miguel
Japorã	Córrego Guasori	S 23° 47' 23.4" e W 54° 34' 56.8"; 21K UTM 0746349 e 7366910	Depósito de argila cinza	Casa do sr. Carlos Vilhalva
Japorã	Córrego Guasori	S 23° 47' 23.8" e W 54° 34' 56.5"; 21K UTM 0746355 e 7366901	Depósito de argila vermelha	Casa do sr. Carlos Vilhalva
Japorã	Córrego Jacareí	S 23° 47' 30.6" e W 54° 34' 48.3"; 21K UTM 0746586 e 7366686	Depósito de argila amarela e branca	Casa do sr. Júlio Martins
Japorã	Córrego Guassori	S 23° 45' 57.6" e W 54° 36' 51.2"; 21K UTM 0743155 e 7369604	Depósito de argila branca	Estrada MS 386
Japorã	Córrego Guassori	S 23° 45' 58.9" e W 54° 36' 51.4"; 21K UTM 0743148 e 7369565	Depósito de argila marrom	Estrada MS 386

7.1.4. O que o sítio arqueológico MS-IG-02: Porto Lindo/Jakarey tem a nos dizer hoje sobre o passado?

Relacionar os dados obtidos contemporaneamente (cultura material, estruturas, distribuição dos artefatos no espaço, organização social) para compreender melhor o que poderia ter ocorrido no passado estão entre os objetivos dos etnoarqueólogos, e estudos desenvolvidos por Binford (1978, 1987) foram direcionados para compreender a estrutura dos sítios e o que elas informam sobre o passado. Assim, a partir das informações obtidas, mesmo que ainda moderadas, e a partir do questionamento acima, inicio um exercício de abstração que tem como objetivo compreender a implantação de uma comunidade – que poderia ser de uma ou mais famílias extensas, em um espaço cercado por água próxima por todos os lados (Ver mapa 1 e 2, em anexo, onde estão localizadas as minas no local), em meio a uma floresta densa, com rica vegetação, com oferta de recursos vegetais destinados aos mais variados usos, animais diversos para serem abatidos quando necessário, em uma terra apropriada para a agricultura. Tentando avançar sobre os dados da análise do material cerâmico obtido nas atividades de campo, e inserindo estas reflexões sobre a continuidade temporal e espacial dos guarani de então (hoje arqueológicos) e dos Guarani-Ñandeva contemporâneos em um mesmo local, procurando encontrar as continuidades e mudanças no uso do espaço nos diferentes momentos históricos e que abrangem um longo período temporal.

Inicialmente, uma ocupação continuada que remonta historicamente há pelo menos 120 anos, a partir dos depoimentos fornecidos, e que pode ser recuada para períodos mais antigos, considerando-se o material cerâmico detectado no local, e que pode ser atribuído aos Guarani pré-coloniais tendo em vista a análise de atributos estilístico e morfológicos (em menor grau), que permitiram que se encontrasse resultados semelhantes aos encontrados para populações Guarani na região sul, sudeste e centro-oeste do país. A datação de dois fragmentos cerâmicos pelo método da termoluminescência, atinge uma profundidade temporal que alcança em torno dos 700 anos, a partir do que se conclui ser a bacia do rio Iguatemi um local sempre procurado pelas populações indígenas, tanto no passado quanto no presente. Francisco Noelli (1999-2000, p. 259), apresenta informações de que no Paraguai “aldeias Guarani ocupam os mesmos *teko’as* há mais de 150-200 anos, permitindo concluir que em situações semelhantes os antigos assentamentos podiam ser ocupados por períodos parecidos ou até mais prolongados”, o que pode ter ocorrido para a

área pesquisada, pois esta apresenta condições ecológicas apropriadas para a realização do bom modo-de- ser Guarani (*teko porã*).

Esta continuidade arqueológica, histórica e etnográfica aponta para a prescritividade da cultura partilhada pelos Guarani, e que tem na cerâmica um dos mais fortes elementos para corroborar esta hipótese, tendo em vista que poucas modificações foram introduzidas num período que se estende por mais de 2000 anos. O autor anteriormente citado (Idem, p. 256) aponta quatro razões para a pouca variabilidade na produção das vasilhas cerâmicas: a capacidade em se adaptar aos distintos ecótonos (NOELLI, 2004), a manutenção dos padrões de abastecimento e de hábitos dietários, uma rígida manutenção na reprodução das vasilhas, mesmo com grandes distâncias geográficas e temporais entre os grupos, e por último, as trocas de informações que nunca se interromperam.

A prática do *oguata*/caminhar, que caracteriza os Guarani como possuidores de uma mobilidade espacial irrestrita¹²² em períodos anteriores, facilita uma rede ampla de intercâmbios, nos quais a atualização das informações sobre e com os parentes residentes em outros *tekoha* estava presente nestas visitas, o que faziam com que as tradições e prescrições passassem a ser partilhados por um grande número de pessoas, que podiam estar fisicamente distantes, mas que eram aproximadas pelas novas notícias trazidas por aqueles que caminharam. O seguinte depoimento, colhido entre os kaiowá por Carlos Meihy (1991, p. 44), nos dimensiona o alcance que pode ter a rede de informações entre os Guarani, e que se observa atualmente entre eles, que ficam sabendo de fatos ocorrido em aldeias do Paraguai, de Guaíra/PR e outras áreas do MS: (...) era pouca gente e nós vivíamos distante uns dos outros, mas do jeito que índio gosta...longe, mas sabia onde o outro estava (...). O pesquisador Ivori Garlet (1997) traça o panorama mais bem fundamentado sobre a mobilidade vivenciada pelos Guarani-Mbyá, e as conseqüência sócio-históricas, políticas, culturais e religiosas deste elemento estruturante do modo de ser guarani.

Eram nestas visitas feitas a parentes ou aliados que as mulheres trocavam mudas e sementes de produtos que interessavam ao repertório alimentar apreciado pela comunidade. Estas trocas de itens alimentares, ampliavam a oferta de espécies vegetais em cada região, pois algumas poderiam adaptar-se melhor sobre determinadas condições climáticas, de solo, ou ambientais o que gerava uma produção mais abundante. O “pacote básico”

¹²² Com a implantação das inúmeras propriedades dos não-índios sobre o território tradicional dos Guarani, o *oguata*, é vivenciado de modo diverso dos tempos passados, no entanto as motivações religiosas, sociais e econômicas ainda são as principais estimuladoras para a continuidade desta prática. Segundo Melià (em curso na UCDB, em 2004) o fato de ser um migrante é uma das características que os define.

(NOELLI, 1999/2000, p. 254) de alimentos preferenciais dos Guarani incluía além do milho, mandioca, feijão, abóbora, batata, amendoim, etc. também plantas de coleta (medicinais e outras) que foram sistematicamente introduzidas nos ambientes ocupados por eles. A permanência por um tempo prolongado no mesmo local, os tornava exímios conhecedores do potencial faunístico, florístico, dos locais para obtenção de matéria-prima para produção da cultura material em geral (cerâmica, habitação, tecelagem, etc.), dos recursos hídricos, sempre interligados com a tradição de conhecimento existente em cada comunidade, pois esta é construída social e historicamente.

Aqui há o exemplo de uma história de longa duração, na qual os protagonistas atuais são os ñandeva/guarani, cujas gerações foram se sucedendo, mas mantendo uma distribuição espacial relacionada à margem direita do rio Iguatemi e com parte do território a leste do atual Paraguai, mantendo e atualizando parte considerável dos costumes antigos.

Em segundo lugar, a realização de festas em que eram convidados um número de pessoas sempre superior aos membros da família extensa/ *te'yi* requeria não somente a produção de uma quantidade maior de alimentos para o recebimento dos visitantes, com demonstrações da abundância existente no local a partir da realização das festas que poderiam durar vários dias, também exigia o aumento na produção dos vasilhames cerâmicos para o processamento alimentar. Nestas ocasiões reatualizavam-se e fortaleciam-se, não somente as alianças com os aliados, mas também consolidavam-se as redes de parentesco, afinidade e reciprocidade dentro do próprio *tekoha* e/ou com os demais *tekoha*, que constituíam o *tekoha guasu*.

Prestígio e festa estavam intimamente relacionados, pois a capacidade de articulação com outros chefes de família extensa aos quais os convites eram estendidos garantia o aumento da rede de alianças que eram importantes para os momentos de conflitos com outros grupo, e também para garantir estabilidade nos domínios territoriais reconhecidos.

A cerâmica produzida pelas mulheres e que apresentavam características diferentes para cada função, com tratamento de superfície também variável, estavam presentes em todos os momentos da vida cotidiana sendo utilizadas para cozinhar os alimentos (*yapepó*, *ñaeta*), fermentar, armazenar e servir bebidas alcoólicas (*cambuchi*), beber (*cambuchi caguaba*), comer (*ñae e ñaembe*) (BROCHADO; MONTICELLI; NEUMANN, 1990; BROCHADO; MONTICELLI, 1994; LA SÁLVIA; BROCHADO, 1989; LANDA, 1995, p. 50-51; MONTOYA, 1876; NOELLI, 1993, 2004, P. 257/8; NOELLI; BROCHADO,

1998), mas também nas festas eram produzidas em maior número, o que informa que uma festa era planejada com antecedência, principalmente se o número de visitantes fosse expressivo. Segundo Landa (1995, p. 52)

(...) o prestígio do cacique principal perpassava a acolhida com que os membros das demais aldeias seriam recebidos. Assim, a previsão e organização destas ocasiões ficaria a cargo das mulheres que deveriam preparar os alimentos, as bebidas e possuir vasilhas cerâmicas suficientes para oferecer aos visitantes para que pudessem comer e beber.

Como as informações existentes não permitem, ainda, que se estabeleça uma correlação entre a cerâmica detectada nos sítios arqueológicos e as produzidas para eventos importantes como as festas rituais, políticas e sociais, tendo em vista que seria necessário um número muito preciso da população de um determinado local para inferir um número mínimo de vasilhas necessárias no cotidiano, para então, poder estabelecer o que poderia ser um excedente que poderia relacionar-se a um acontecimento festivo. No entanto, nem mesmo isto garante que seja possível fazer tal estimativa, pois o estudo de Fabíola Silva (2000a, 2000b) entre os Asuriní do Xingu demonstra que pode existir uma produção superior ao necessário no dia-a-dia por parte de algumas famílias, sem que as vasilhas tenham que ser efetivamente utilizadas após estarem prontas, e que também não visavam atender a nenhum evento extraordinário. O uso dos vasilhames cerâmicos em festas realizadas na região onde está incluída a área de estudo permanece, e talvez permaneça, como uma possibilidade tendo em vista os hábitos e costumes dos Guarani pré-coloniais.

Em terceiro lugar, este sítio arqueológico admite que se trace como hipótese de que este local era adequado para o exercício do *teko porã* (bom modo-de-ser) buscado pelos Guarani. Tendo em vista que até o início do século XX, era pouco conhecido e explorado pelos não-índios, pois não havia um interesse maior pela região, e como foi ocupado pelos Guarani pré-coloniais, deveria apresentar as características necessárias para a instalação de assentamentos mais permanentes, porque continha terras boas para o cultivo, mata que fornecia os recursos não provenientes da roça, e com um local apropriado para instalar suas casas comunais (MELIÀ, 1990, p. 36).

Recente pesquisa (LANDA, 2003) na região sul do Estado começou a desvendar o potencial arqueológico que estava oculto por falta de pesquisas sistemáticas, com a detecção de sítios arqueológicos na bacia do rio Paraná e do rio Iguatemi, indicando a

região como um importante atrativo para as populações pretéritas, pelas condições ecológicas e ambientais que apresentava.

Os recursos hídricos abundantes com minas, córregos e rio piscoso próximo, a floresta em estado natural para a coleta de alimentos, plantas medicinais, e aquisição de madeira para a produção de itens variados da cultura material, a existência de animais em abundância que poderiam ser caçados, uma terra em condições de receber a agricultura de coivara praticada pelos Guarani, e um amplo território que podia ser percorrido sem constrangimento, sem os limites políticos entre países hoje existentes. Este amplo território de domínio, permitia inclusive que as famílias extensas pudessem permanecer afastadas geograficamente umas das outras, conforme era o costume, mas com a possibilidade de realização de visitas e festas que cumpriam funções religiosas, sociais e econômicas. A definição de Bartomeu Melià (1990, p. 36), reflete apropriadamente o espaço onde está localizado o sítio arqueológico:

“(...) um monte preservado e pouco perturbado, reservado para a caça, a pesca e a coleta de mel e frutas silvestres; umas faixas de terra especialmente fértil para fazer as roças e os cultivos, e por fim um lugar onde será erguida a grande casa comunal, com seu grande pátio aberto, ao redor do qual crescem alguns pés de banana, de tártago (mamona), de algodão e urucu. São estes três espaços: monte, roça e aldeia que servem para avaliar a boa terra guarani.”

Enquanto o pesquisador Felipe Boado (1999, p. 10) afirma que para o estudo das paisagens arqueológicas é necessário considerar que,

“(...) las actividades que tiene lugar em relación com el espacio están organizadas de forma coherente com la representación ideal del mundo que tiene el grupo social que las realiza. Um espacio no es nunca independiente de los sistemas de representaciones que lo monitorizan”, .

e estes mesmos determinantes podem ser estendidos para os estudos realizados entre os Guarani, pois tanto a terra como espaço estão impregnados de representações da natureza, de componentes sociais e fundamentação religiosa.

Um quarto componente importante para reflexão que este sítio proporciona é a disponibilidade de matéria-prima para a produção dos vasilhames cerâmicos detectados. Os fragmentos apresentam homogeneidade, não havendo uma diferenciação das argilas escolhidas pelas mulheres, tanto que o anti-plásticos é 100% composto por areia, o que é

bastante interessante tendo em vista que estava à disposição para uso argila branca, preta, marrom e vermelha, mas optaram por somente um tipo. Não foi possível detectar de qual dos depósitos localizados próximos ou internos à área de estudo poderia ter sido retirada a matéria-prima para a confecção das vasilhas.

A espessura dos fragmentos também apresenta uma homogeneidade que aponta para vasilhas mais delgadas, o que pode estar indicando a produção de vasilhas menores, talvez porque a família extensa/*te'yi* que ali se instalou fosse pequena e com pouco prestígio, pois as que apresentam maiores espessuras são aquelas que fazem parte de *yapepo* e *cambuchi* de maiores dimensões, produzidas para as festas de caciques que possuíam uma rede de alianças forte e extensa. A diferenciação de poder entre as lideranças principais, foi destacado pelas informações provenientes dos primeiros contatos feitos com os Guarani, sendo que alguns somente lideravam a sua parentela e a rede de alianças era restrita (CORTESÃO, 1951, 1952; MAEDER, 1984, 1996).

As lideranças com maior prestígio ocupavam as terras próximas dos rios maiores, como os rios Paraná e o Iguatemi, sendo que os habitantes deste sítio deveriam ocupar uma escala menor de importância. Como o sítio Porto Lindo/Jakarey está situado próximo dos córregos Jacareí e Guassori, a/as família/as extensa/as que habitava/m o lugar não deveriam fazer parte das lideranças mais importantes do período tratado, que está em torno do ano 1300. Estes dois córregos contribuía(m) significativamente com os recursos protéicos provenientes da pesca, pois através do depoimento da sra. Olívia Martinez fica-se sabendo que ainda na década de 60 do século passado, estes apresentavam variedade e quantidade de peixes. Recuando-se ainda mais no tempo, pelo menos 100 anos, esta oferta deveria ser ainda maior, pois estes recursos hídricos estavam preservados, a população era ínfima se comparada com a atual que está vivendo na área, tornando o local auto-suficiente em todos os aspectos econômicos e dietários: roça, caça, pesca e coleta. Assim, não era preciso deslocar-se até o rio Iguatemi, que está a 7 km de distância, para obter este item da dieta Guarani.

Deve-se alertar que não viviam confinados compulsoriamente como ocorre nos dias de hoje, onde mesmo sob as piores condições de relacionamento com os vizinhos proprietários não-índios, que os impedem de acessar as áreas antes percorridas cotidianamente, ainda assim burlam a vigilância dos administradores e seus funcionários

para pescar no Iguatemi, coletar lenha, madeira e plantas medicinais nas áreas que tem estes recursos. Considerando-se a realidade do confinamento e redução drástica dos seus territórios, continuam praticando o ato de caminhar/*oguata*, atualizando-o e reordenando-o dentro do contexto histórico atual. Também deslocam-se para outras áreas indígenas como Cerrito e Sessoró/MS, *Tekoha porã*, no município de Guaíra/PR e, ainda no vizinho país, o Paraguai.

A família ou famílias extensas que ali se assentou/aram, deveria/am deslocar-se para as festas para as quais o seu líder recebia o convite/ *pepy* para participar da reuniões sócio-política-religiosas, mas como o local oferecia todo o necessário para produzir e reproduzir o modo-de-ser Guarani possivelmente permaneceram por muitos anos no mesmo assentamento, com as constantes idas e vindas de uns e outros parentes e aliados.

Este grupo poderia ser aliado de algum chefe que tinha seu *tekoha* implantado no rio Iguatemi ou no Paraná, e mesmo sem ter uma liderança política e/ou religiosa importante, vivenciava uma existência muito próxima do estado de perfeição (*aguyje*) que todo Guarani ambiciona, e que para atingi-lo reúnem-se para rezar, cantar e dançar: os homens portando o *mbaraka* e as mulheres o *takuapi/ takua* (bastão de ritmo).

Por último, mas não menos importante, é a camada arqueológica perfeitamente identificável no PT1, cuja espessura varia entre 15 – 25 cm, pois a sua coloração destaca-se na estratigrafia (**figuras xx, xxxxxxxx**). A cor escura, diferenciada, indica a camada de ocupação, com presença de material orgânico formado por vestígios minúsculos de carvão, existentes em toda esta extensão e profundidade associadas com a presença de cerâmica. Na camada superior, numerada como 1, estão as raízes da vegetação existente no local, e na inferior numerada como 3, não há vestígios nem de restos orgânicos e nem fragmentos cerâmicos.

Os vestígios cerâmicos aparecem esparsamente na camada um e intensificam-se na camada arqueológica desde o topo até a base da mesma, com a presença de bordas com decorações externas que demonstram uma variedade na produção das vasilhas. Não foi possível reconstruir as formas das vasilhas, dadas as pequenas dimensões apresentadas pelas bordas (e pelo restante os fragmentos), suficientes apenas para que se identificasse os padrões tecnológicos envolvidos na produção destas vasilhas, no que se refere ao tratamento de superfície externa e interna e o tipo de queima que deixa vestígios do controle maior ou menor do fogo utilizado para a secagem e queima final.

Os estudos atuais sobre a formação das camadas arqueológicas identificadas para os Guarani não permitem que se estime quanto teria sido o tempo de ocupação contínuo do local, pois não há rupturas visíveis nesta camada. Se considerarmos os dados para a Amazônia, de que para a formação de cada centímetro de terra preta arqueológica (TPA) são necessários 10 anos de ocupação humana ininterrupta (SMITH, 1980, p. 564 apud NEVES, 1999-2000, p. 94), este sítio poderia ter sido ocupado por mais de 100 anos. Entretanto, não se pode estimar a ocupação baseado nestes dados tendo em vista as enormes diferenças existentes entre os sítios amazônicos e os existentes no Estado.

As informações provenientes dos primeiros contatos indicam que a cada 5-6 anos, os Guarani abandonavam suas aldeias e transferiam-se para outros lugares, em busca de novas terras para suas roças e onde implantar seus assentamentos. Este período é marcado, também, pelo assalto dos bandeirantes às aldeias indígenas, à dizimação por doenças desconhecidas, e pela tentativa de conversão de todos à fé católica. Assim, estas mudanças para outras áreas dentro do território, talvez, tenham que ter sido realizadas em espaços temporais menores, para se protegerem de todos estes avanços novos, que interferiram em todos os aspectos da existência Guarani. A estimativa anteriormente citada, faz refletir sobre o período de ocupação continuada neste local, o que fortalece a escolha deste pela presença de condições ecológicas adequadas para a vivência do *teko*, da comunidade que ali se assentou. Estudos pedológicos em sítios guarani deverão ser realizados para que seja possível, futuramente, estimar-se com mais precisão o período de ocupação ininterrupta, a partir da estratigrafia verificada em campo.

Assim a partir dos dados e através destas reflexões, o sítio MS-IG-02: Porto Lindo/Jakarey pode nos dizer sobre o passado resumidamente o seguinte:

- 1) Que houve uma ocupação ininterrupta por um longo período no passado pré-colonial, considerando-se a camada arqueológica de coloração mais escura de origem antrópica, pois está associada à cerâmica arqueológica, e que há uma reocupação do mesmo espaço na atualidade
- 2) Que há prescritividade na produção cerâmica, atestada pelo material resgatado em campo, semelhante aos encontrados em contextos arqueológicos Guarani de outros estados, cujas características estilísticas

denotam a existência de vasilhas produzidas para terem determinada função no cotidiano do assentamento estudado

- 3) A ocupação de um ambiente ecologicamente adequado para as práticas econômicas, religiosas e sociais dos Guarani arqueológicos e históricos, enquanto a comunidade contemporânea está sendo prejudicada pelo avanço da agricultura e pecuária nos últimos 50 anos na região, que tem interferido negativamente nas práticas sócio-políticas e culturais dos ñandeva/guarani atuais
- 4) Que a rede de relacionamentos pudesse ser implementada com os habitantes dos demais assentamentos existentes no período, pois os demais sítios arqueológicos localizados na região, apresentam distâncias que podem ser percorridas em poucas horas ou em um ou dois dias, como ocorre hoje com as áreas indígenas próximas nas quais estão presentes os parentes
- 5) Que havia, e há, disponibilidade de matéria-prima para a produção de vasilhas com morfologias e padrões decorativos diferentes, cuja análise dos fragmentos indica uma pequena população, com poucas famílias extensas ocupando aquele espaço

Como somente foi possível escavar três poços-teste não é possível estimar a população que poderia ter vivido no local, nem se obteve dados mínimos sobre a configuração espacial intra-sítio, tendo em vista que também não foram detectados vestígios de habitações a partir das quais se pudesse inferir estas informações. A continuidade das escavações, principalmente na área florestada, que é a que apresenta um potencial maior para obtenção de dados para avaliar aspectos como uso do espaço intra-sítio, densidade de material, distribuição dos vestígios em camadas naturais, tecnologia envolvida, obtenção de matéria-prima, etc. no passado arqueológico por aquela população que viveu no local por volta do século

XIII, certamente contribuirá para a obtenção de dados que permitam completar um pouco mais o quadro delineado até o presente momento, assim como para refinar as interpretações sobre os Guarani arqueológicos e históricos da região, e ao mesmo tempo, encontrar meios para que estes dados venham a contribuir para a melhoria em algum aspecto da vida dos Ñandeva/Guarani contemporâneos



Foto 93. Vista N/S do sítio Porto Lindo/ Jakarey na área com plantio de feijão.



Foto 94 – Depósito de argila preta (*yvy hu*) próximo à estrada.



Foto 95. Sítio MS-IG-02, parede leste do poço-teste 1, onde se visualiza a camada de ocupação



Foto 96. Sítio MS-IG-02, poço teste 1. Camada de ocupação com material cerâmico *in situ*.



Foto 97. Sítio MS-IG-02: Poço-teste 2, e estratigrafia final.

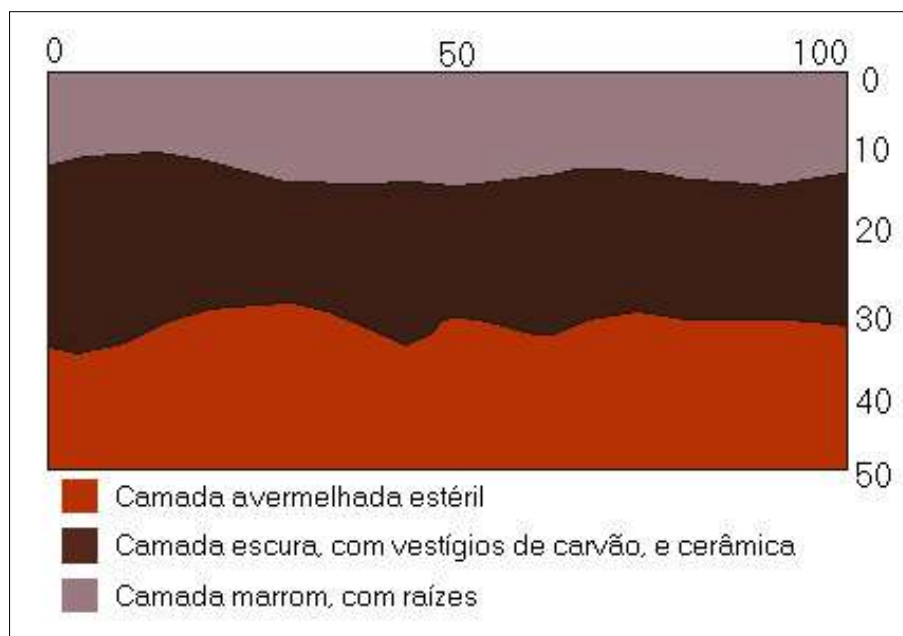


Figura 4. PT 1, estratigrafia final da parede Norte.

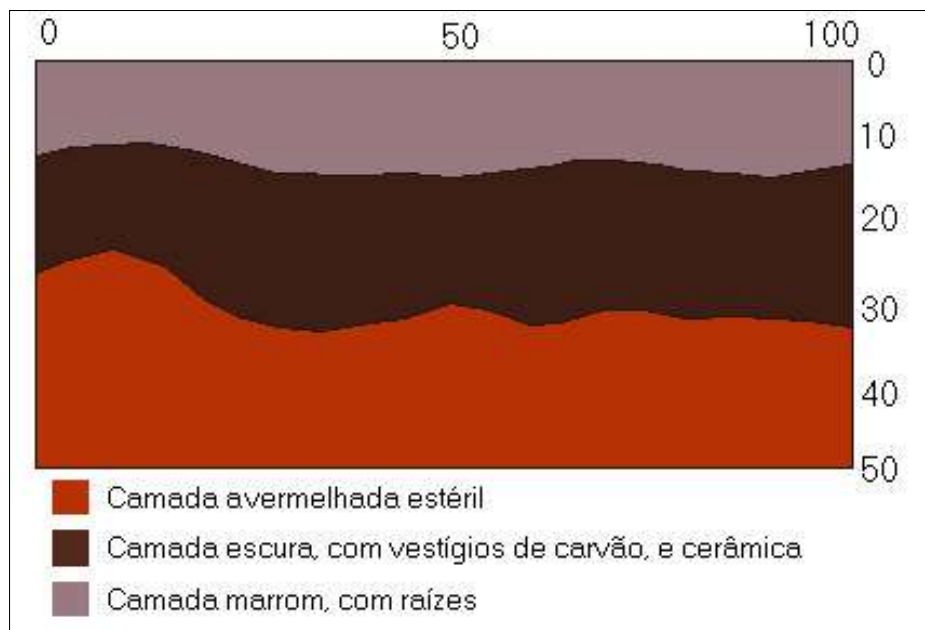


Figura 5. PT1, estratigrafia final da parede Sul.

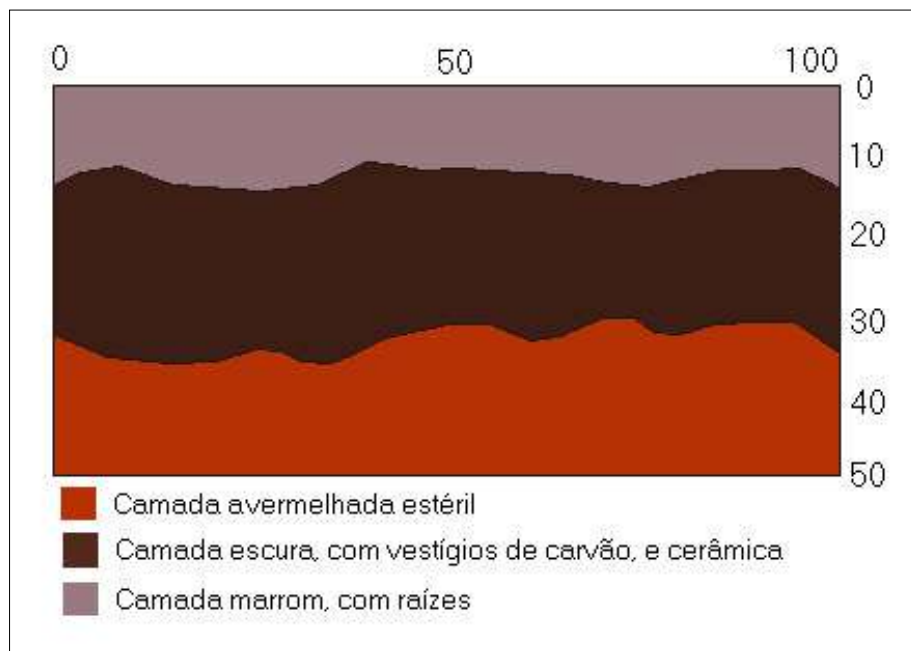


Figura 6. PT1, estratigrafia final da parede Oeste

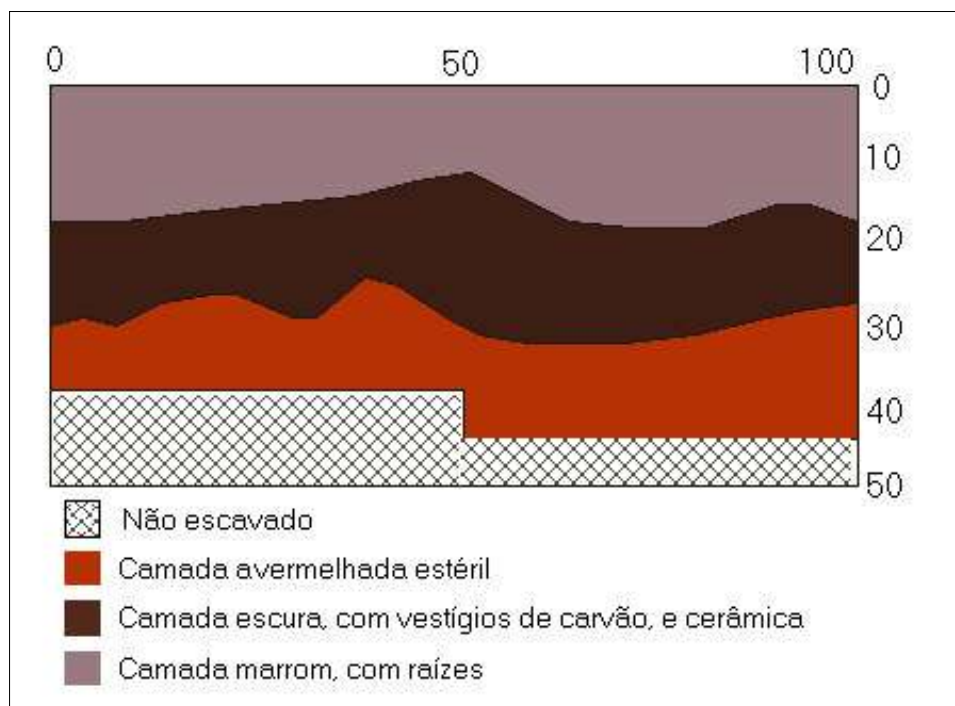


Figura 7. PT1, estratigrafia final da parede Leste

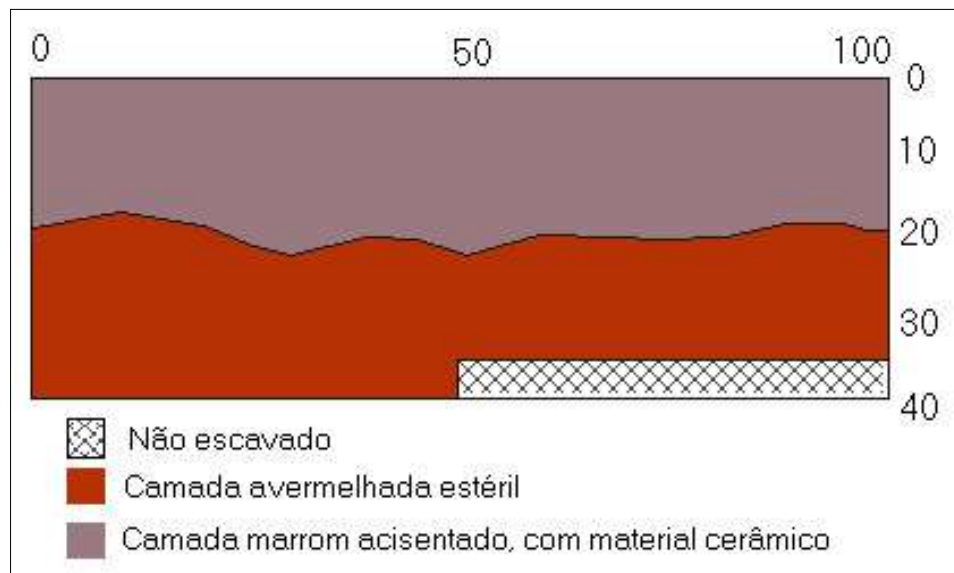


Figura 8. PT1, estratigrafia final da parede Norte¹²³

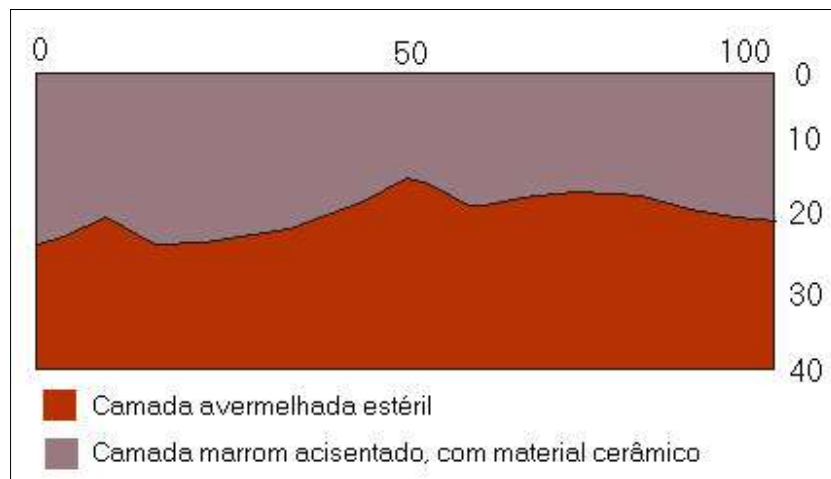
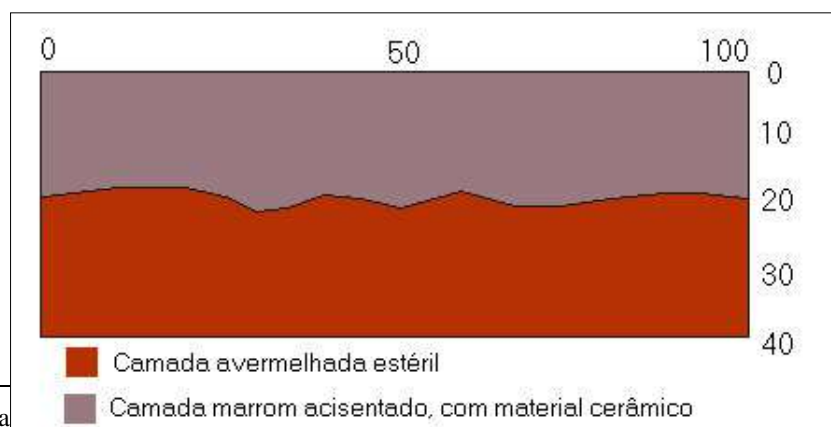


Figura xx. PT2, estratigrafia final da parede Sul



¹²³ Não serão a

elhantes ao PT2.

Figura xx. PT2 estratigrafia final da parede Oeste.

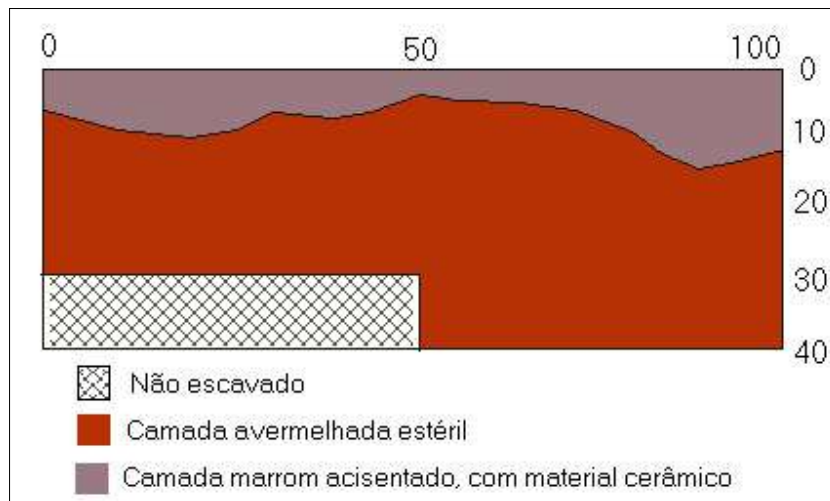


Figura xx. PT2 estratigrafia final da parede Oeste.

7.2. Colapso de casa

O colapso de estruturas habitacionais Guarani em contexto etnográfico é tema ainda inédito para a etnoarqueologia, e este campo mostra-se extremamente fértil para a compreensão da formação e para a interpretação do registro arqueológico. A intervenção de múltiplos fatores pode determinar o resultado final do que se encontra hoje compondo o sítio arqueológico. Estes fatores podem ser relacionados ao meio ambiente onde o mesmo está inserido causando modificações e /ou a participação do elemento humano ou animal na sua configuração atual

Para caçadores-coletores os estudos de Binford (1968) são um ótimo exemplo de como a participação de animais pode interferir na configuração final de um sítio arqueológico, e confundir a interpretação dos dados obtidos em campo. Também com caçadores-coletores, o estudo de Politis (1996) realizado com os Nukak discute a influência dos aspectos sócio-culturais no resultado final encontrado em campo contemporaneamente. Em outro estudo com o mesmo grupo, discute a participação das crianças na produção de artefatos confeccionados e /ou manipulados por eles e para eles, tanto na formação quanto na localização espacial final de um determinado objeto no registro arqueológico (POLITIS, 1999).

A escala temporal, enquadrando-se na categoria deve ser considerada como não neutra, pois desde o tempo que determinado objeto foi produzido até chegar aos dias atuais, implica em uma dinâmica que influi no contexto geral.

7.2.1. Acompanhamento de colapso de casa abandonada¹²⁴

Durante as atividades de campo, em fevereiro de 2003, detectou-se uma casa que havia sido abandonada pelo filho do morador, sr. André Gonçalves, há pelo menos dois anos. Estava afastada das outras duas residências pelo menos 100m, em área com vegetação em recomposição, e com algumas frutíferas próximo. Considerando-se o bom relacionamento que se tinha com o sr. André, começou-se a acompanhar o processo de desmonte desta residência com o objetivo de reconstruir a “história de vida” (ZEDEÑO, 1997, p. 73) deste importante item da cultura material no contexto da área de estudo. A

¹²⁴ Todas as fotos e figuras estarão no final do texto.

segunda motivação para se iniciar o acompanhamento foi a constatação, durante os levantamentos para se produzir o mapa de distribuição das residências na aldeia, de uma grande quantidade de residências abandonadas e algumas delas, em bom estado de conservação. Para proceder ao levantamento da “história de vida”¹²⁵ desta habitação, entendendo-a como um recurso para o levantamento de variáveis que possam servir de subsídio para análise e interpretação de dados que remetam à possíveis contextos habitacionais no registro arqueológico, buscava-se identificar: a) se a/as motivação/ões para o abandono do local, foram de ordem social, econômica, religiosa ou outra; b) o tempo que levaria para que esta estrutura se deteriorasse completamente; c) as interferências naturais e humanas no processo de desmonte; d) o reuso de alguma matéria-prima presente na construção; e) uma possível revitalização do entorno e da estrutura total; e f) a relação dos atuais moradores com a mesma.

Para atingir estes objetivos foram necessárias duas metodologias: a primeira foi a realização de entrevistas com o sr. André que relatou porque o filho saía da casa e as transformações mais radicais sofridas por este objeto de estudo. Os demais foram provenientes das observações realizadas a cada dois meses no local. Nestas oportunidades, foram feitas fotografias sobre o estado em que a mesma se encontrava (fotos 98, 99, 100).

Deve-se destacar que não se iniciou a observação do processo no momento em que a mesma foi abandonada. Quando a detectamos já fazia aproximadamente dois anos que havia sido abandonada, mas ainda apresentava várias estruturas praticamente completas – duas paredes e parte da cobertura- e já havia iniciado o processo de regeneração da mata, que em um dois avançou rapidamente sobre as estruturas abandonadas da mesma. Situa-se, também, a aproximadamente 100m da moradia do sr. André e a aproximadamente 80 m do irmão, sr. Vanderlei¹²⁶. Está muito próxima (em torno de 10m) de um dos poços teste escavados no sítio arqueológico detectado no local.

Os antigos moradores da casa eram representados pelo filho do sr. André, sr. Eugênio Gonçalves, a esposa, sra. Maria e os quatro filhos do casal. O abandono da casa deveu-se ao convite de um funcionário da Prefeitura, para que o sr. Eugênio passasse a ser funcionário do referido órgão, para dirigir um dos tratores existentes na área, e que é utilizado para preparar a terra nas inúmeras pequenas roças dos moradores. Este é um

¹²⁵ Segundo Zedeño (1997, p. 73) esta história compreende o ciclo de formação, uso, e transformação de um dado objeto e objetos agregados.

¹²⁶ Este também saiu da casa onde morava no mês de abril de 2004, e foi morar próximo da casa do pai, mas em área própria.

cargo de bastante prestígio no local e por isto, muito disputado por aqueles que sabem manejar este implemento agrícola. Este prestígio advém, fundamentalmente, de dois fatores: o primeiro refere-se ao fato de que é o tratorista que termina por definir a quem atenderá primeiro no preparo da terra, mesmo que a Prefeitura e/ou o IDATERRA atuem no sentido de garantir que todos aqueles que desejam plantar sejam atendidos. O atendimento no período adequado, ou o contrário, o atraso no preparo da terra influencia o resultado final da produtividade da colheita. Dependendo da época, alguns moradores, deixam de plantar, pois passou o período para a o plantio de determinada cultura, ou mesmo o fazendo, estão cientes de que o rendimento será menor do que o esperado. Como os Nãndeva/Guarani tem sua organização social baseada na família extensa (mesmo que a proximidade geográfica esteja comprometida na maioria dos casos), e as relações de parentesco e reciprocidade ainda são fundamentais nesta cultura, o fato de ter alguém que seja responsável por esta etapa fundamental da atividade na roça, significa poder estabelecer relações de poder mais significativas com outras famílias extensas, ampliando o poder de negociação e fortalecendo alianças.

O segundo fator, diretamente ligado a este, centra-se no fato de que ser funcionário público da Prefeitura Municipal (exercendo qualquer função) também é fator de elevado prestígio na comunidade. Atualmente, está havendo uma demanda muito grande pela criação de mais cargos que possam estar sendo ocupados pelos índios, e eles estão se qualificando para ocuparem todos os cargos que acreditam que possam ser implantados no local. Entre os professores (o cargo mais cobiçado), somente uma professora é não-índia, e trabalha no local há pelo menos 10 anos. Os demais foram sendo gradativamente substituídos pelos índios que terminaram o ensino médio em curso de capacitação específico para eles, oferecido pela Secretaria Estadual de Educação, através do Projeto Ara Vera, tratado anteriormente.

Na pesquisa financiada pelo UNICEF, um número significativo de jovens e crianças (do sexo masculino) respondeu nos questionários e verbalizou a expectativa de um dia poder ser tratorista. Os cargos de professores, agentes indígenas de saúde e tratorista representam hoje os que estão imbuídos de maior prestígio e muito ambicionados, que fazem com que as famílias que tem pessoas exercendo estas atividades tornem-se mais fortes política e economicamente.

Neste caso, o que definiu o abandono da casa está diretamente relacionado à obtenção de uma posição melhor na hierarquia da área de estudo, o que poderia ocorrer no passado, quando as disputas internas poderiam forçar a saída de famílias ligadas por laços de parentesco ou afinidade que dariam origem a novas áreas de convivência.

No momento em que foi detectada (fevereiro de 2003), a casa possuía as paredes sul e leste, cinco esteios que restringiam as paredes, com os tirantes que sustentavam parte da cobertura no sentido norte/sul da porção sul, e parte da cobertura de sapé, e a porção norte já apresentava a cobertura de sapé parcialmente no chão (foto xx). A abertura da porta era voltada para oeste (300°). A planta baixa era de formato retangular medindo 4,65m X 3,80m. (Figura 12). A altura da casa era de 2,10m, sendo que a porta media 0,65m. No seu interior restava somente uma estrutura utilizada como fogão afastada 0.80m da parede sul e 0,15m da parede leste. As medidas eram 1,40m X 0,90m, e altura de 0,20m. As habitações dos Nandeva/Guarani da Porto Lindo, apresentam pouca altura, variando de 2 a 2,40 m, sendo que para adentrar nas residências é necessário inclinar-se pois as portas são muito baixas e estreitas, fato que foi observado por Romero ([1633] 1969, p. 36) “(...) é necessário inclinar muito para entrar pela porta (...)”. Ao redor da habitação, havia (e há) fragmentos de mata nativa, e outras em processo de regeneração há pelo menos 15 anos, o que a torna bem abrigada de visitantes indesejáveis, pois fica oculta no meio da vegetação, e protegida contra os ventos da região que são bastante intensos no período de chuvas (de setembro a janeiro) e dos rigores do verão. Ao perguntarmos para o sr. André porque somente uma das paredes tinha desabado, ele informou que o filho retirara parte do material ainda presente para colocar em outra casa que estava construindo. O sr. Vanderlei, retirou os três esteios laterais que sustentavam a parede norte e a cobertura.

Esta intervenção humana de retirada de matéria-prima para reuso, acelerou rapidamente o processo de desmonte da estrutura, pois houve a perda do equilíbrio da construção. Assim, o que poderia demorar mais para perder a estabilidade, começou a desestabilizar-se por inteiro, e rapidamente. A regeneração do pequeno fragmento de mata onde estava inserida, contribuiu para precipitar o processo. Em outra visita, 8 meses após, os pequenos galhos já começaram a impedir a visualização de toda a casa, dificultando a visualização das estruturas *in loco* e nas fotos. A partir daí, foi só acompanhar o processo degenerativo acelerado da antiga habitação.

Em agosto de 2004, visitou-se pela última vez o local, quando identificaram-se as seguintes transformações ocorridas que estão

transcritas abaixo, e que podem ser melhor visualizadas nas figuras 13 e 14 no final do texto.

- a. O esteio central continua em pé, mas já pendendo para a parte externa da casa;
- b. A cumeeira quebrou-se e projetou-se para a frente atingindo 2 m, caindo para o lado sul da antiga habitação;
- c. Com o desequilíbrio do esteio central e a queda da cumeeira, parte do telhado que continuava sustentado por eles, também projetou-se para a frente da casa, avançando 0,66m da linha da porta ;
- d. O esteio lateral esquerdo quebrou na porção média, e projetou-se lateralmente, ficando afastado até 1,30m para a frente e 1,45 na lateral;
- e. O esteio lateral intermediário projetou-se lateralmente para fora ficando afastado 0,22 cm da antiga parede, alcançando 1,07m na lateral.
- f. A metade restante do telhado, que estava à direita, no sentido leste/oeste, desabou para o interior , enquanto na outra metade estava encoberta por vegetação que está se regenerando no local.
- g. A parede sul é a única que ainda está de pé, mas já em processo de tombamento para frente e para a lateral.

Com este processo em andamento, já é possível inferir que no registro arqueológico futuro, a antiga planta baixa de forma retangular, apresentar-se-á ligeiramente ovalada em um dos lados, pois os sustentáculos da mesma que se projetaram para o exterior, irão se decompor neste local (todo o material presente na casa é perecível: as paredes eram de madeira, a cobertura era de sapé, e as amarações eram feitas de fibras, ampliando a área da respectiva moradia e descaracterizando a planta baixa original. Somente a localização dos esteios na etapa da escavação poderá informar mais corretamente a feição original da construção, e o que pode ter ocorrido para que aquela conformação se apresente hoje.

O processo continua ativo, pois ainda há muitos elementos presentes nesta casa, mas o acompanhamento por aproximadamente 1,6 ano do colapso de um relevante elemento da cultura material dos Nandeva/Guarani, demonstra que fatores sociais, ambientais e técnicos podem interferir, acelerando o processo de desmonte de uma estrutura. Será necessário continuar este acompanhamento para que se saiba quanto tempo ainda levará para que uma estrutura considerada pequena, quando comparada com os padrões pré-coloniais das casas-

grande dos guarani, que comportavam muitas famílias, abrindo até 300 pessoas, segundo os relatos (LORENZANA, [1620] 1951; ROMERO, [1633] 1969, p.36, por exemplo) se decompõe completamente, para poder-se inferir quanto tempo levaria este tipo de construção.

A observação feita por Noelli (1993, p. 85) de que

“(…) Em princípio, todas as estruturas arqueológicas Guarani teriam sido parcialmente revolvidas por perturbações florísticas e faunísticas, já que normalmente os assentamentos eram erigidos em locais onde cresce mata tropical ou subtropical posteriormente ao abandono, bem como onde são inseridas sua lavoura.”

neste caso se confirma, pois a não utilização do local e a falta de cuidado na manutenção, permitiu que a flora pudesse infiltrar-se, conforme é possível verificar nas fotos a seguir.

A relação que o sr. André mantém com os restos da antiga habitação do filho é de simplesmente, ignorá-la. Apesar de próxima da casa e de uma área de roça onde planta mandioca, o mesmo não se desloca até o local, pois este está sendo tomado pelo mato bem rapidamente, e como já possui certa idade, não realiza os trabalhos de limpeza e conservação das áreas para plantio com muita frequência.

7.2.2. Outras estruturas abandonadas

Além desta habitação que se está acompanhando, durante o levantamento para a produção de mapa de distribuição das residências, foram localizadas outras casas abandonadas pelos mais diferentes motivos. A mobilidade interna do grupo é bastante alta, pois os próprios agentes de saúde indígena afirmam que não conseguem manter o cadastramento atualizado, pois mensalmente alguém chega ou sai de sua área de atuação. No entanto, há grupos de famílias já bem estabilizadas, que permanecem no mesmo local, alguns com mais de 30 anos, servindo de referência para o restante da família. Aqueles que se deslocam (dentro da área ou para locais externos a ela) entendem esta permanência

como um ponto tradicional ao qual voltam quando é preciso atualizar as redes familiares. (GARLET, 1997; PEREIRA, 2004).

Entre as estruturas abandonadas, detectaram-se aquelas que tiveram sua construção interrompida em algum momento do processo construtivo, seja na implantação dos esteios, na colocação da cobertura ou na fixação das paredes. Dentre estas três possibilidades a que mais se encontrou foi a do primeiro tipo, sendo comum identificar-se os esteios fixados no solo, aguardando a continuidade da atividade. Houve casos, em que realmente houve esta continuação no processo construtivo. Estes abandonos eram mais freqüentes quando eram utilizados materiais construtivos que apresentam, comparativamente com outros, menor durabilidade (madeira), mas também encontrou-se - mais raro- com material industrializado (tijolos, telhas, amianto)

As motivações identificadas para saírem de uma residência ou para parar a construção em determinada etapa foram as seguintes¹²⁷:

1. Enforcamento no ambiente doméstico
2. Casamento
3. Mudança para outro local na Porto Lindo
4. Mudança para outra área indígena
5. Prestação de serviço temporário
6. Desavenças familiares

Neste momento, ressalta-se, que muitas delas poderão ser reocupadas pelas mesmas pessoas que antes a habitavam, por outro membro da família ou por alguém com quem desenvolveram uma relação de afinidade. O abandono de um determinado local, não significa que não possa vir a ser utilizado novamente. Somente no primeiro caso, não há interesse em retornar ao local por razões envolvendo aspectos da religiosidade do grupo.

Para o primeiro caso, o enforcamento de um rapaz na cozinha da casa, forçou a moradora a mudar-se, tendo que construir uma outra próxima de tamanho semelhante, porque as crianças passaram a ter medo do ambiente. Constantemente choravam. Alguns bens materiais como guarda-roupas, armário, poltrona, ficaram na antiga residência. A maior parte

¹²⁷ Aqui estou excluindo a motivação tratada em item anterior.

do material construtivo, que era composto por tábuas de madeira obtidas no comércio e telhas francesas, foi reutilizado na construção da nova residência.

O casamento, quase sempre implica na mudança de um dos parceiros para próximo de um dos sogros¹²⁸. Não se constatou um determinante que indique a preferência pela patrilocalidade ou matrilocidade. Os casais mais jovens agregam-se naquela família que pode ajudá-los mais efetivamente, seja pela proteção, companhia, apoio, conselhos, e em muitos casos, para cuidar das crianças geradas por estas uniões. O índice de casamentos precoce (e separações) não foi estudado para nenhuma área, mas as diferentes comunidades ñandeva e kaiowá estão bastante preocupadas com este fato, que entendem como novo, pois, segundo os mais antigos os casamentos em épocas passadas somente acontecia depois de um preparo que a família propiciava tanto para o jovem quanto para a moça. A idade para casar e constituir família nova situava-se ao redor dos 18 anos, enquanto hoje deve estar próximo dos 15 anos. Entre os Guarani que vivem em áreas de terras restritas é muito raro encontrar uma jovem acima de 18 anos que não seja casada, que já não tenha passado por esta experiência, ou que não tenha filhos.

Constatou-se que muitos jovens a partir dos 12 anos (*mitã guasu, mitãrusu, kuñatai, karia'y*), tem um módulo que lhes é destinado pelo chefe da família (*hi'u, ha'i, jarýi* ou *ñamõĩ tamõĩ*) onde os mesmo guardam seus pertences e que serve de dormitório também. Este módulo é abandonado provisoriamente enquanto trabalham nas usinas de cana-de-açúcar.

¹²⁸ Um outro fator que está precipitando o casamento de muitos jovens, conforme vários depoimentos nas oficinas do projeto Criança Kaiowá e Guarani no MS, apoiado pelo UNICEF, é o recebimento da cesta básica, pois cada família indígena tem direito a uma, desde que seja cadastrada pelo Programa de Segurança Alimentar e esteja em residência própria. Se estiverem morando com os familiares, não possuem direito a ela.

Os itens 3 e 4 estão bastante relacionados. A transferência para outra casa dentro do perímetro da Porto Lindo pode ser motivado por casamento, melhores condições de infra-estrutura (água encanada, proximidade da escola, do posto de saúde, das estradas) ou moradias mais novas. Algumas casas são abandonadas por não apresentarem mais condições de habitabilidade, e como a grande maioria não reforma estruturas danificadas, optam por transferir-se para outro local.

Nestas ocasiões as casas são abandonadas e os ocupante carregam todos os seus pertences, restando somente as marcas onde estava instalado o fogo doméstico, que sempre apresenta uma diferenciação em relação ao restante do solo, ou podem restar objetos considerados sem importância, ou que podem ser produzidos novamente, como roupas velhas e estragadas, armários e camas construídos no local, restos de brinquedos, partes de bicicletas, colchões e uma variedade de tralha doméstica que compunha a moradia. A decisão dos atores sociais, neste momento de mudança, de levar tudo ou deixar objetos está relacionado ao significado que emprestam a estes.

O deslocamento para outra área compõe o grande espectro de sociabilidade vivenciada pelos Guarani, pois casamentos entre membros de diferentes áreas e a visitação constante aos parentes são práticas que permanecem como fator de coesão grupal. São nestas oportunidades que ampliam-se e consolidam-se as redes políticas (PEREIRA, 2004), as informações são socializadas, e onde reatualizam-se os laços de parentesco. Segundo Pereira (2004) o aspecto relacional entre os diferentes grupos, tem que ser constantemente atualizado, pois é isto que fortalece os laços de parentesco, consangüinidade e afinidade. A parentela se amplia ou se contrai a partir da convivência que

pode ser cotidiana, ou então necessita ser constantemente revitalizada através de visitas aos grupos de interesse.

O abandono das residências ou mesmo módulos destinados somente para dormitório e local de guarda de tralha pessoal, pode ser motivado pela oportunidade de aquisição de bens materiais hoje considerados imprescindíveis aos jovens (rádios, relógios, bicicletas, roupas da moda, etc.) através de trabalhos executados fora do âmbito da Porto Lindo. A oportunidade que se apresenta para adquirir o dinheiro necessário é trabalhar de 2 a 3 meses nas usinas de cana e álcool, no corte e transporte da cana-de-açúcar. Considerado um trabalho penoso, os índios Ñandeva/Guarani e Kaiowá são mão-de-obra procurada para a realização deste. Assim como no período da erva-mate, em que as piores tarefas eram destinadas a eles, nas usinas de açúcar e álcool seguem sendo explorados na sua força de trabalho.

Este período no qual permanecem afastados da família tem gerado inúmeros problemas, entre eles, separação dos casais, abandono de crianças que acabam sendo criadas por outras pessoas, desestruturação familiar, entre outros. Muitos deste jovens adquirem hábitos como consumo exagerado de álcool, tabagismo, etc.

O último item listado, desavenças familiares, pode ser responsável pelo completo abandono de uma habitação. Não é incomum, após a briga, que cada um saia da casa e vá abrigar-se entre outros membros da família ou mesmo busque uma outra área indígena de onde era originário/a para refazer a vida.

Tentou-se demonstrar neste item como um elemento da cultura material aparentemente invisível e destituído de importância, revela vários aspectos religiosos, sociais, econômicos e culturais do cotidiano indígena. No registro arqueológico, o resultado seriam somente marcas dos poços onde foram assentados os

esteios, sem outro componente horizontal importante – a não ser o da queda dos esteios em qualquer direção – que geraria um registro com formato alongado e não distribuído horizontalmente como no caso das “manchas pretas” que tem sido um dos marcadores principais de ocupações habitacionais, mas que poderiam indicar estruturas anexas, como apresentado anteriormente no capítulo II.



Foto 98. Vista lateral da casa em colapso, fevereiro/2003



Foto xx. Vista frontal da casa em colapso, fevereiro 2003



Foto 100. Fogo doméstico no interior da casa em colapso, fev/2003



Foto 101. Parede lateral sul, onde se vê a cobertura caída, agosto/2004



**Foto 102.
Estruturas**

**ainda presentes da casa em colapso,
vista frontal, agosto/2004**

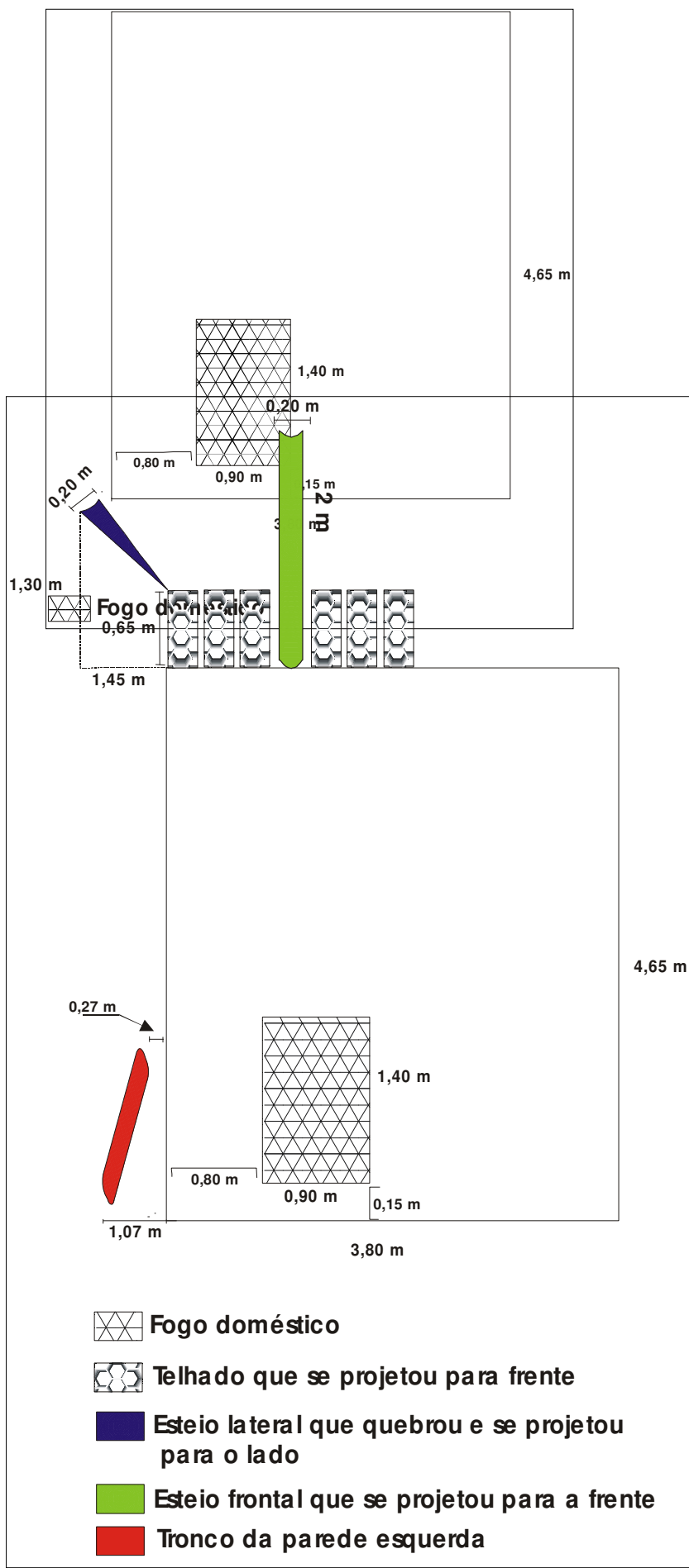


Figura 12.
Planta
baixa da
casa em
colapso,
referente
ao mês de
fev/2003

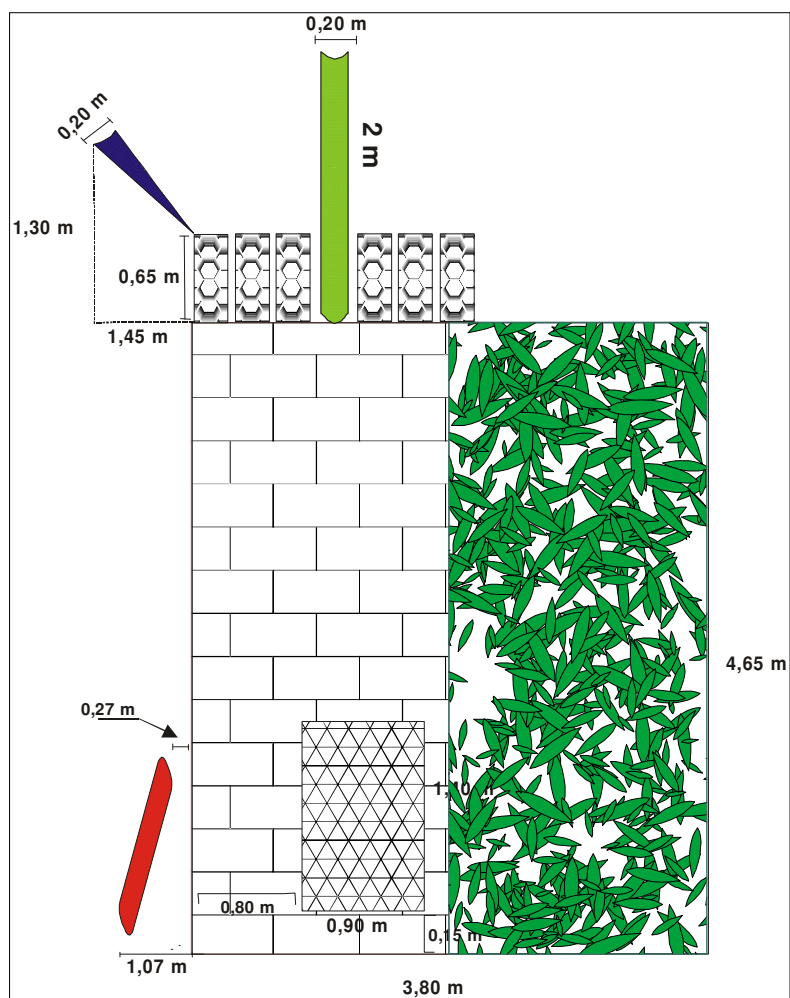



Figura 13.
Planta baixa da casa em
colapso, vista
aérea,
destacando as
principais
ocorrências,
ago/04

 Fogo doméstico

 Telhado que se projetou para frente

 Esteio lateral que quebrou e se projetou para o lado

 Esteio frontal que se projetou para a frente

 Tronco da parede esquerda

 Vegetação em processo de regeneração

 Restos do telhado de sapé

Figura 14. Planta baixa da casa em colapso, em vista aérea,destacando as principais ocorrências, com o telhado na condição atual. Ago/04

CONCLUSÃO

“De los tres espacios por los que se mueve y en los que habita el Guaraní, sea tal vez el “espacio ceremonial” la centralidad misma de la vida Guaraní, donde el *ñande reko* se estructura en sus aspectos económicos, sociales y políticos. “(Melià (1987b, p. 6)

A utilização da abordagem etnoarqueológica para obter dados etnográficos a partir de um olhar voltado para questões arqueológicas, permitiu que se caracterizasse o uso do espaço vivenciado pelos Ñandeva/Guarani contemporâneos na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey.

O uso do espaço no âmbito da aldeia, ainda contempla, de maneira muito sistemática, os três espaços que foram destacados pelos cronistas desde os primeiros contatos realizados com os diversos grupos Guarani: a casa, a roça e a mata. O transcurso histórico vivenciado por esta população que resulta atualmente na situação de confinamento e superpopulação na TI Porto Lindo/Jakarey, e as relações sistemáticas com representantes da sociedade nacional, institui diferenças fundamentais daquelas práticas encontradas na documentação colonial e das que são reconhecidas hoje no local. Estas variantes são percebidas na transformação pelos quais os três espaços sofreram ao longo da história do contato dos Guarani com os não-índios, e que tiveram que ser reelaborados e reordenados a partir das pautas culturais próprias, visando fundamentar uma etnicidade diferenciada em relação ao entorno nacional. No entanto, eles não se limitam ao espaço que seria aquele no qual é reconhecido pelo entorno regional como “dos índios”, ao contrário, fortalecem-se enquanto grupo no espaço restrito, e extrapolam os limites impostos, com a firme decisão de continuar realizando o seu caminhar tradicional sobre um território que reconhecem como pertencente aos seus ancestrais. Neste espaço adverso, de contato com pessoas portadoras de poder e prestígio, que consideram os índios como primitivos e atrasados, recorrem à dominação dos códigos partilhados pelos não-índios como a língua, o vestuário, a escrita, ao uso de aparelhos eletrônicos, etc. que Orlandi (apud CAIUBY NOVAES, p. 67) interpreta como uma especificidade da interlocução estabelecidas entre os índios e não-índios nos últimos anos. Na apropriação dos instrumentos de dominação do “outro” reforçam a diferença existentes entre eles.

Por serem aldeões, isto é, organizarem-se espacialmente em torno da família extensa e num espaço que comporta a casa e um pátio associado e locais para serem explorados nas atividades de caça, pesca e coleta, formando uma só configuração, foi um dos espaços que viu-se intensamente alterado. A bibliografia colonial desenha este espaço como ocupado por casas bem feitas, sem divisões, em que a área de distribuição década família no seu interior era marcada pelos esteios, distribuídos considerando os recursos de caça, pesca, coleta, mata, água próxima, com proximidade variável entre as habitações, mas sempre relacionados a uma liderança articulada em torno do prestígio e da economia de reciprocidade. Nos últimos 50 anos. A maneira como Ñandeva/Guarani se organizavam foi fortemente impactada.

Dada a enorme população presente no interior da reserva, a organização social alterou-se significativamente, pois famílias sem vínculos de parentesco, ocupam espaços próximos, disputando as pequenas áreas destinadas às roças, e os já restritos recursos vegetais, o que resulta numa sobreposição de parentelas, que origina problemas internos variados no cotidiano do local. No entanto, a preferência é pela aproximação das famílias nucleares aparentadas próximas conformando o que anteriormente seria a estrutura social que habitaria a *ogajekutu*.

Entre as alterações que tem ocorrido como conseqüência da destruição ambiental e do confinamento em áreas restritas, foi identificadas a gradativa substituição dos materiais construtivos anteriormente utilizados, provenientes exclusivamente da ambiente florestado por outros industrializados, as novas composições da mistura dos dois tipos de matéria-prima usada contemporaneamente na construção dos módulos, o padrão na distribuição das residências em aglomerados próximos, conforme pode ser visualizado no mapa 1 do anexo. Cada um destes módulos tem uma função específica no conjunto das construções. Na existência de somente um módulo, este congrega todas as funções necessárias para cada família ñandeva/guarani: serve de quarto, cozinha, depósito. A partir do segundo, um deles será utilizado, necessariamente, como cozinha, tendo o fogo doméstico associado. Também na unidade residencial, é que se encontraram elementos da cultura material que se relacionam à obtenção de recursos provenientes de outro espaço nos quais eles dividem o seu dia - a mata - de onde é coletada a madeira com a qual são produzidos objetos relacionados à aspectos religiosos (altar de reza/ *tataendy*, cocho para chicha/*vatea*), de processamento alimentar (pilão/ *angua*, estruturas de combustão/ *tata*), sociais (andador/

mitã oguataha), ao habitar (casa/ *og*), do armazenamento, que interessam especialmente aos estudos arqueológicos, pois a partir da produção, uso e descarte destes itens, conforme tentou-se demonstrar, estão envolvidos não somente aspectos materiais, mas também sociais, religiosos, culturais, ambientais e econômicos, dentro do contexto de inserção da área de estudo. Para a materialização destes objetos há decisões sociais envolvidas, pois os altares são muito raros e sua distribuição não visa atender todos os moradores da aldeia. Cada *tataendy*, indica não somente a existência de uma rezador, mas também de uma família extensa, que se configura no espaço da aldeia com módulos próximos a este. O pilão não está presente em todas as habitações, mas todos que o possuem destacaram que é de uso restrito à família, sendo que em geral, a mais idosa o possui, e filhas, netas e noras tem acesso irrestrito ao mesmo.

Já as estruturas de combustão são encontradas em todas as casas, pois é parte essencial na materialização da existência da família ñandeva/guarani, pois o fogo doméstico define os laços de pertencimento. O fogo doméstico não é uma estrutura em si, ele é um fato social, pois a variedade na sua produção é muito grande. Eles podem ser encontrados dentro da habitação, externo à ela, próximos ou afastados da mesma, pode ter uma estrutura concebida somente para abrigá-lo, que é representado pelo módulo cozinha, conforme visto no item específico. Este compartilhamento do fogo doméstico relaciona-se a aspectos culturais e sociais, nos quais a manutenção deste sempre aceso é uma atividade destinada às mulheres. São elas que devem mantê-lo sempre disponível, pronto para preparar o alimento, aquecer água, aquecer e aconchegar os parentes e visitantes eventuais, enfim, ele é parte constitutiva do ser Ñandeva/Guarani.

Para o registro arqueológico, as estruturas escavadas que são utilizadas como depósitos de lixo, doméstico ou institucional, são aquelas de mais fácil detecção nos trabalhos de campo, pois geram um registro mais efetivo das funções que exerce. No entanto, estas lixeiras não são muito comuns, o que pode indicar que os Guarani arqueológicos também não o faziam, tendo em vista que todos os materiais manipulados no período seriam reabsorvidos pelo ambiente, fato que hoje não ocorre em função dos produtos industrializados encontrados em abundância na aldeia.

Considerando os dados da FUNASA em anexo, e as observações feitas no campo, nas quais foi possível identificar a existência de uma criança abaixo de cinco anos para a maioria das casas, a pouca popularidade da estrutura de andadores/ *mitã oguataha*, indica

fatores sociais importantes relacionados a sua produção. Elas foram encontradas, nos pátios daquelas famílias que se consideram como “tradicionais”, denotando que existe uma evidente opção entre construir ou não esta estrutura associados a uma determinada conduta social de diferenciação entre os membros do local.

O que se tentou demonstrar no item referente à unidade residencial, um dos espaços ressaltados por Bartomeu Melià, é que há uma interação complexa entre os itens da cultura material cuja produção, uso e descarte está associada à aspectos sócio-culturais, conformando um espaço que se interliga com a identidade étnica dos Ñandeva/Guarani, e os demais espaços internos e externos.

Apresentou-se também o pátio como o *locus* privilegiado da sociabilidade dos Ñandeva/Guarani, pois é neste espaço que ocupa uma área variável em torno de 20m de raio, que homens, mulheres e crianças realizam a maior parte das suas atividades, sendo que o recebimento de vistas dos parentes, vizinhos e visitantes ocorre neste lugar. Para que esta sociabilidade ocorra em um ambiente adequado e confortável, invariavelmente são encontrados bancos ou troncos de vários tamanhos, que são oferecidos ao visitante quando este chega a uma casa. Aliado a isto, uma característica específica da área, é a grande quantidade de frutíferas compondo uma estrutura de proteção contra o vento e principalmente contra o calor associado muitas vezes com outras árvores que tem somente função de produzir sombra.

A roça, anteriormente um espaço de atividades comunais e que proporcionava uma vida com segurança alimentar, pois a diversidade e a quantidade de produtos plantados e colhidos por eles, eram provenientes tanto da instalação das mesmas em ambientes propícios que poderiam ser transferidas para outras áreas pouco ou nada exploradas, quanto pelo manejo agroflorestal desenvolvido pelos Guarani ao longo de muitos séculos. Na área de estudo, as transformações sócio-históricas e ambientais ocorridas nos últimos 50 anos resultaram na criação de um novo padrão de relacionamento com este espaço de produção, que muito pouco corresponde ao ambiente de abundância experimentada pelos Guarani presentes na documentação colonial que Bartomeu Melià (1987, 1989) conseguiu sistematizar e retratar com esmerada propriedade. Em virtude da ocupação efetiva das propriedades lindeiras à área reservada em 1928, que se acelerou na década de 1960, os ñandeva/guarani ficaram confinados em espaços cada vez mais reduzidos, onde o incremento populacional que se seguiu causado pelo processo da *sarambipa*, forçou a

entrada de índios vindos das demais áreas tradicionais sistematicamente ocupadas pelos não-índios, aliado a alta taxa de natalidade..

A intensa exploração de um mesmo ambiente, por longos anos, com o plantio dos produtos tradicionais que são a mandioca e o milho, mas sem as variedades anteriormente conhecidas e manejadas pelas mulheres, enfraqueceu a terra em termos agronômicos. Para que a produção garanta a subsistência básica da família, garantidos pelos produtos acima citados, é necessário a introdução de calcário para a correção do solo, e a aquisição deste é conseguido através da intervenção dos órgãos públicos de atendimento à agricultura, fundamentalmente o IDATERRA e/ou Prefeitura Municipal. Esta situação tem sido constante, e acaba gerando um círculo vicioso no qual os índios ficam dependentes destas intervenções para a melhoria da sua produção.

O modo anterior de preparo do solo e plantio feito por grupos familiares de ajuda coletiva, foram substituídas pela criação dos vários “grupos de roça” que em muito pouco mantém a estrutura da organização social presente na lembrança dos mais velhos, e utilizada nos discursos frente aos representantes da sociedade nacional. Estes grupos são lideradas pelos cabeçantes, que são os responsáveis por estabelecer o contato mais freqüente com os representantes as instituições que dão apoio técnico e material para a continuidade das atividades, sendo que a grande maioria planta somente para consumo da sua família, ou para distribuir parte da produção entre com os parentes.

Em termos espaciais, as 416 roças situam-se próximas das residências, logo após o espaço do pátio, onde estão as árvores frutíferas e de sombra. Em geral, plantam mandioca e milho, seguidos de feijão, arroz, feijão de corda e batatas, utilizadas na alimentação, e o algodão, cultivado para comercialização. A inexistência de roças em 286 habitações cadastradas, são compreendidas por razões complexas que se relacionam a razões de caráter social e econômico.

Um dado interessante, é que houve uma inversão de gênero na execução desta atividade, pois pela bibliografia consultada, as mulheres é que a realizavam, após a área a ser cultivada ter sido preparada pelos homens. Os depoimentos feitos com pessoas acima de 60 anos, confirmam que no início do século XX, as mulheres colaboravam muito com os homens nesta tarefa. Contemporaneamente é uma atividade executada por homens. As mulheres podem ajudar em várias das tarefas como plantar, ajudar na colheita, preparar para a comercialização quando há um excedente.

O destaque deve ser dado à diminuição do número de espécies e variedades, motivado pela depauperação associado ao uso de sementes híbridas que são mais resistentes às pragas que atacam as lavouras, e que são distribuídas pelos órgãos institucionais. Há que se considerar também os cultivos realizados junto às casa, nos quais há uma preferência pelas plantas medicinais encontradas bem próximas a estas. Nos pátios, as frutíferas dominam completamente o ambiente, proporcionando além de um recurso alimentar importante, um local arejado nos dias de calor intenso muito comuns na região. As hortas representam novas alternativas para a mulheres, pois a comercialização de alguns destes produtos gera uma renda extra. Os caminhos também apresentam-se como locais possíveis de serem explorados por eles, podendo servir de limite entre uma casa e outra. Esta interrelação de espaços modificados pela ação humana, só pode ser materializada porque existe uma rede de pessoas ligadas por laços de parentesco que torna visível e possível a realização destas atividades.

Com estes dados, identifica-se uma complexidade que à primeira vista inexistente quando se visita o local. Existe uma decisão inerente nestas práticas relacionados à manipulação dos recursos vegetais em busca por autonomia e auto-sustentabilidade, quase nunca conseguidas, e de reafirmação étnica de um grupo que tem entre suas características definidoras a fato de serem cultivadores.

A mata, espaço de coleta de recursos vegetais por excelência, tendo em vista que não são mais encontrados animais de médio e grande porte que possibilitem a caça no sentido clássico, por causa da fragmentação das pequenas áreas ainda encontradas na área de estudo, e no entorno da mesma. Só não é um espaço de uso exclusivamente masculino, porque a sua fragmentação e o espaçamento das árvores e arbustivas encontradas no seu interior, permitem a construção de caminhos/ *tape poî* que mulheres e crianças trilham quando querem diminuir alguma distância, ou para coleta de madeira par alimentar os fogos domésticos. No entanto, todas as atividades lá executadas são feitas exclusivamente pelos homens. Algumas casas são construídas muito próximas aos seus limites externos.

Conforme pode ser visualizado nos mapas 1 e 2 em anexo, os três fragmentos de mata são espaços bastante restritos ao se considerar o número de famílias que potencialmente podem acessá-los para extrair algum recurso existente no seu interior. Atualmente, todas as áreas indígenas apresentam problemas ambientais, e são necessários planos de preservação e recuperação da vegetação em todas elas.

Na TI Porto Lindo/ Jakarey, os recursos vegetais são retirados diariamente da mata sem que seja plantado um único exemplar em substituição ao material extraído. A concepção de que os recursos vegetais são finitos, ainda não foi assimilado por eles, assim como pela maioria da população brasileira, pois até 50 anos atrás, havia uma cobertura vegetal que se estendia por todo o território tradicional dos Guarani, condição que vai alterar-se somente com a intensa penetração de colonos paulistas, paranaenses e gaúchos no sul do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Neste ambiente podiam caçar animais de pequeno, médio e grande porte, adquirir matéria-prima para a produção de cultura material variada como construção de casas, embarcações, instrumental para caça e pesca, utensílios domésticos, etc., coletar frutas e mel, conforme os relatos deixam emergir da memória a grande abundância vivida até este período. A citação de animais como onça, paca, tatu, veado, quati, macaco, uma infinidade de aves cujas penas serviam para a produção de adornos em geral, faz reviver um tempo, em que os recursos da roça, complementados pela caça, pesca e coleta, garantiam uma alimentação variada e farta.

Da mata são retiradas as madeiras que são usadas para construção e reforma de habitações, galinheiros, currais, chiqueiros, confecção de pilões e mãos-de-pilão, cercas, bancos, *tataendy*, *mitã oguataha*, estruturas de armazenamento, prateleiras, camas, armários, enfim, uma quantidade de objetos materiais que se concretizam com a matéria-prima proveniente dos fragmentos ainda florestados.

A apresentação de exemplos de coleta de matéria-prima para a construção de cerca feita pelas mulheres, e o uso da madeira usada na habitação assim como os aspectos de organização social presente nos dois, demonstram o grande potencial que existe para que este local volte a ter a diversidade de espécies anteriormente encontradas, como umas das maneiras de reorganizar as relações internas, muitas vezes conflitantes, e que são decorrentes da falta de alternativas e de espaços amplos para serem percorridos para a diminuição tensões. No passado, as expedições de caça, cumpriam também o papel de dissipar tensões latentes entre os membros do grupo, quando então afastavam-se por um período que permitia a volta do equilíbrio. Conforme foi possível verificar, por ser um espaço masculino, teve-se poucas oportunidades de realizar observações no local, mesmo que tenha percorrido as duas áreas, em diferentes momentos. No entanto, observou-se o resultado destas coletas na produção, uso e descarte dos itens materiais descritos ao longo do trabalho.

Outro destaque a fazer, é a profunda imbricação existente entre o espaço da casa, da roça e da mata, tanto que não se consegue abordar cada um sem ter que remeter aos demais, demonstrando a interconecção estrutural entre eles.

Há que se abrir um item para os espaços que foram incorporados na vivência cotidiana que não eram tradicionais, que implementados sem uma discussão na comunidade, foram sendo pouco a pouco apropriados pelos índios, através das lutas para reconhecimento de direitos que se fortaleceram a partir da organização destas comunidades a nível internacional, e que refletiu-se positivamente no Brasil, e por conseguinte, em Mato Grosso do Sul. Entre estas conquistas estão o reconhecimento por parte do Estado do direito à diferença em todos os níveis de atuação, a ampliação e reconhecimento de terras tradicionais, a proposta de uma escola diferenciada, formação de professores e professoras índias para atuarem nestas escolas, da autonomia e auto-determinação econômica e política, o reconhecimento de sujeitos de direito e que podem entrar em juízo na defesa de seus direitos, entre outros.

Os serviços de saúde de responsabilidade da FUNASA, e materializados na implantação do posto da saúde, ainda é o ambiente onde a presença especializada dos não-índios ainda é hegemônica, no entanto, a mediação das políticas públicas entre o órgão federal e a comunidade é efetivada pela presença dos 8 agentes indígenas de saúde capacitados através do próprio órgão.

As igrejas pentecostais e neo-pentecostais presentes através de cinco denominações diferentes, estão, gradativamente, sendo assumidas e administradas por eles. Muitos cultos já são de responsabilidade dos índios. Algumas destas igrejas são construídas no pátio de alguma casa ou mesmo ao lado dos outros módulos, enquanto outras apresentam-se em locais específicos.

Estes espaços não-índios representados no interior da área pela escola, posto de saúde, escritório da FUNAI, e as diversas igrejas pentecostais e neo-pentecostais foram gradativamente sendo assumidos pelos próprios índios, o que proporciona a estes uma características que se diferenciam das existentes fora das áreas.

Como acontece com inúmeras populações indígenas no Brasil, os Ñandeva/Guarani também tiveram expropriados seus territórios, conforme tem sido mostrado desde o princípio, e aqui há que se enfatizar o processo parcialmente vitorioso da retomada do *tekoha Yvy katu*/ Terra Sagrada, iniciado em dezembro de 2003, com solução negociada em

fevereiro de 2004. A organização e mobilização dos Ñandeva/Guarani teve como resultado o reconhecimento por parte do Estado, de fazendeiros e da população sul-matogrosse, de uma porção do amplo território tradicional Guarani como pertencente a estes índios. Para o objeto deste estudo que foi o uso do espaço, o resultado final da demanda resultou na ampliação da área da reserva em 474 há, ou seja em mais 1/5. No entanto a luta é pela retomada total da configuração anterior do *tekoha* do passado.

Este episódio é um exemplo de como a categoria “índio”, construção histórica que foi se consolidando das relações entre índios e não-índios foi utilizados pelos Ñandeva/Guarani para destacarem suas diferenças étnicas. O uso de sinais diacríticos, que não estão presentes no cotidiano da aldeia, como o arco e flecha, as pinturas faciais e corporais, do *yvyra para*, como mostrado anteriormente através das fotos, foi o recurso do qual se utilizaram para afirma-se como etnicamente diferenciados frente aos não-índios, que naquele momento representavam a sociedade nacional, que se opunha às suas reivindicações. A auto-identificação a partir destes sinais exteriores, tem o mérito de trabalhar com uma imagem do que seja um índio na concepção daqueles com quem estão tratando neste momento. É necessário destacar características que façam conceitos consolidados presentes no senso-comum serem postas em ação, para que as reivindicações sejam compreendidas e atendidas num patamar em que a identificação étnica, seja o instrumento político para servir de suporte para enfrentarem adversários poderosos como os representantes do Estado, os fazendeiros e a mídia. As disputas de poder, as contradições internas, as rivalidades entre pessoas e grupos, ficam momentaneamente suspensas, pois neste momento todos fazem parte dos “índios” que reivindicam uma terra, que o entorno regional entende como pertencente aos fazendeiros já que estes detém, e apresentam títulos de propriedade emitidas pelo próprio governo.

Embora sem ter estudado o uso que os Ñandeva/Guarani da TI Porto Lindo/Jakarey fazem do espaço sob a perspectiva de gênero, foi possível identificar o locais e elementos da cultura material de uso específico ou preferencial para o homem ou a mulher. Os espaços da mata e da roça são eminentemente masculinos, enquanto a maioria das atividades realizadas no âmbito do pátio/*okara* são indicadas para as mulheres como, o cuidado com as crianças e o fogo, o processamento alimentar, a manipulação do pilão.

A apresentação dos dados do sítio arqueológico detectado no interior da área de estudo, permite que se reflita sobre a antiguidade da ocupação da região por grupos

Guarani, indicando que esta região sempre apresentou condições consideradas ideais para a instalação de uma aldeia: um lugar adequado para instalar a casa, a mata preservada, e terra boa para plantar. Somente no século XX, é que esta área será descaracterizada ambientalmente, refletindo também, na organização social dos ñandeva/guarani contemporâneos. Acompanhar o desmonte de uma casa abandonada, está permitindo coletar dados que servirão para interpretações mais seguras no sítios detectados na região, pois está se verificando não são somente os fatores naturais que interferem na produção do dado arqueológico, mas também os culturais que atuam no sentido de estar modificando a informação ainda quando ela está sendo produzida.

A elaboração de um mapa da Porto Lindo com a distribuição de habitações, recursos hídricos (naturais ou ligados à rede de água implantada), fragmentos de mata, locais de coleta de matéria-prima para elaboração de objetos em cerâmica, distribuição de alguns itens da cultura material ligadas ao processamento alimentar (pilões) e à religiosidade (casas de reza e *tataendy*), permite, entre outras possibilidades, uma melhor visualização da exigüidade do espaço vivenciado por este grupo que está confinado desde o início do século XX e com população em expansão, a localização dos caciques e os objetos distintivos associados aos mesmos, o tamanho reduzido dos fragmentos de mata para coleta de matéria-prima usadas nas construções e com fins medicinais, e principalmente, a espacialidade interna da aldeia.

A identificação das atividades cotidianas e o lugar de realização das é que permitiu que se elaborasse um quadro geral de espacialidade vivida pelos habitantes Ñandeva/Guarani da TI Porto Lindo/Jakarey: internamente exploram os três espaços que configuram as relações da mesma, que são as unidades residenciais, a roça e a mata. Externamente, a partir de estratégias variadas, ampliam o espaço confinado através de uma rede de relacionamentos que os faz inclusive extrapolar os limites territoriais tradicionais, como também lutam pela retomada de partes deste mesmo território.

O grande potencial de fazer história, de escrever a própria história como protagonistas e não como objetos manipulados por forças mais poderosas, é dado novamente pelos Ñandeva/Guarani, que tendo espaço, viram-no reduzido a poucos hectares, mas continuaram a tradição secular no uso do mesmo, e como esta é criada, recriada, apropriada, consolidada e transformada no cotidiano e nas relações entre as pessoas, eis uma nova tradição no uso do espaço emergindo com a ampliação da área

através do *tekoha Yvy Katu*. Os questionamentos sobre o futuro neste novo espaço são muitos. As respostas para eles? Nenhuma, ainda. Os desdobramentos das decisões que serão tomadas daqui para frente é que indicarão os caminhos a serem seguidos pela comunidade, nos tempos que virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. *Povos indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo, ISA, 2000. p. 197-207.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALMEIDA, Rubem T. F. *O projeto Kaiowá-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1991. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.

AMARAL, Claro M. Memoria sobre usos e costumes de índios Guaranys, Caiuás e Botocudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 63 (2), p. 263-273, 1902.

AMBROSETTI, Juan B. Los índios Caingú del alto Paraná (Misiones). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Buenos Aires, v.15, p. 661-744, 1985.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. *Uso e Diversidade de Plantas Medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil*. Auxílio Pesquisa FAPESP. Departamento de Ecologia, IB, Rio Claro, UNESP, 2002. pp. 189-203.

ANDRADA, Francisco de. Carta del presbítero Francisco de Andrada, dirigida al Consejo Real de las Indias, en la que da noticia de su vida y refiere que pasó al Río de la Plata con d. Pedro de Mendoza, agregando noticias sobre los naturales de la tierra, producción e iversos acontecimientos en los que le tocó atuar. In: *Documentos históricos y geográficos relativos a la conquista y colonización Rioplatense*, v. 2, p. 415-418, Buenos Aires, Talleres S.A., Jacob Peuser, Ltda, [1545]1941.

ASCHER, Robert. Analogy in archaeological interpretation. In: James Deetz (Org.). *Man's imprint the past*. Little, Brown and Company, Boston, 1971. pp. 262-271.

ASSIS, Valéria S. A classificação da cerâmica Tupinambá através da analogia etnográfica. In: Mario Consens, José M. L. Mazz, María del C. Curbelo (Eds.). *Anais do VIII Congresso Nacional de Arqueologia Uruguaya, Arqueología em el Uruguay*, 1995. pp. 455-457.

_____. **Uma investigação sobre o uso de objetos tradicionais entre os Mbyá da Varzinha (RS) enquanto uma possibilidade para compreender seu etnoconhecimento.** In: *Experiência em metodologia de pesquisa*. Ana Cristina Teodoro da Silva et al. (Eds.). Porto Ferreira, Editora Gráfica São Paulo, 1998. pp. 15-30

_____. **Questões etnoarqueológicas para pesquisas em registros arqueológicos Guarani.** *Revista do CEPA*, v. 23, n.29, Santa Cruz do Sul, EdUNISC, 1999. pp. 228-232.

_____. **Uma proposta de análise espacial de sítios Tupinambá pela abordagem etnoarqueológica.** *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, RJ, CD-ROM, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

CAIUBY NOVAES, Sylvia (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo, Nobel: EDUSP, 1983.

_____. *Jogo de espelhos: imagens e representações de si através dos outros*. São Paulo, EDUSP, 1993.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo, Loyola, 1999.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteira de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998. (Biblioteca básica). P. 185-227.

BINFORD, Lewis. *Nunamiut ethnoarchaeology*. New York, Academic Press, 1978a.

_____. **Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo hunting stand.** *American Antiquity*, v. 45, n. 3, p. 330-361, 1978b.

_____. **Researching ambiguity: frames of reference and site structure.** In: KENT, Susan (Ed.). *Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach*, New York, Columbia University Press, 1987. p. 449-512.

BLANC-PAMARD, Ch.; J. P. RAISON . Paisagem. In: GIL, F. *Enciclopédia Einaudi*, 8:138-160. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986 (edição portuguesa).

BOADO, Felipe C. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. *CAPA 6 (Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje)*, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

BRAND, Antônio. *O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre, PUCRS, 1997. (Tese de Doutorado).

_____. “Quando chegou esses que são nossos contrários”- a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/ Guarani no Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande, Editora UCDB, p. 21-51, 1998a.

_____. *História oral: técnicas, perspectivas e questionamentos e sua aplicação em culturas orais*. Campo Grande, digitado, 1998. 18p.

_____. Cuidados metodológicos na leitura e interpretação de falas indígenas no contexto de pesquisas com história oral. Comunicação apresentada no *XX Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, jul. 1999a, 9p.

_____. Questões metodológicas em pesquisas sobre povos situados em outra tradição cultural. *XX Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, jul. 1999b, 8 p.

_____. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, UCDB, ano 1, p.67-88, n.1, 2001a.

_____. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, V.1, n. 2, p. 59-68, mar. 2001

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, UCDB, ano 4, n.6, p. 137-150, parte 1, 2004a.

_____. A ação do SPI junto aos Kaiowá e Guarani, no MS. *Anais eletrônicos do VII Congresso de História de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2004b. 10 p.

_____. Análise gráfica das ocorrências de suicídios entre os Kaiowá / Guarani, no Mato Grosso do Sul, entre 1981 e 2000. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, UCDB, ano 1, n.1, p. 119-132, 2001.

_____. Visões Kaiowá sobre os suicídios. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 1, n.1. Campo Grande, UCDB, 2001. p. 133-140

BRAND, Antônio J.; SIQUEIRA, Eranir Martins; ALMEIDA, Fernando A. A. SPI no Posto Indígena Benjamin Constant, Amambai, MS. *Anais eletrônicos do VII Congresso de História de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2004. 9 p.

BRIGUENTI, Clovis A. A territorialidade guarani e a ação do Estado- estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 4, n.6, parte 1. Campo Grande, UCDB, 2001. p. 111-135

BROCHADO, José Proenza. *Alimentação na floresta tropical*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1977. 103p.

_____. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign. 574p. (PhD thesis).

_____. What did the Tupinambá Cook in Their Vessels? An humble contribution to ethnographic analogy. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v.6, p.40-88, 1991.

BROCHADO, José P.; MONTICELLI, Gislene; NEUMANN, Eduardo S. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas*, 1(1), EDIPUCRS, p. 727-743, 1990.

BROCHADO, José P.; MONTICELLI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, EdPUCRS, 20 (2), p. 107-118, 1994.

BINFORD, L. *Nunamiut Ethnoarchaeology*. Academic Press, New York, 1978.

CABEÇA DE VACA, Alvar Nunes. *Naufrações e comentários*. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. Série “Os Conquistadores”. LP& M, São Paulo, 1987. 256pp.

CADOGAN, León. *Yvyra ñe'ery: fluye del árbol la palabra: sugestiones para el estudio de la cultura guaraní*. Asunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica “Nuestra Senhora de la Asunción”, 1971.

_____. El árbol que habla. *Humboldt*, Bruckmann Munich- BRD, n. 47, ano 13, p. 78-79, 1972.

_____. *Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. Asunción, Fundación “León Cadogan”, CEADUC, CEPAG, 1992. (Biblioteca Paraguaia de Antropología, 16)

CAIUBY MORAES, Sylvia. *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo, EdUSP, 1993. 263p.

CAMERON, Catherine M. Room size, organization of construction, and archaeological interpretation in the Puebloan Southwest. *Journal of Anthropological Archaeology*, 18, pp. 210-239, 1999.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. 287p.

CHAMORRO, Graciela. *A espiritualidade Guarani : uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo, Sinodal, 1998a. 234 p. Teses e Dissertações, 10.

CHAMORRO ARGUELLO, Cândida G. O rito de nomeação numa aldeia mbyá-guarani do Paraná. *Diálogos*, revista do Departamento de História da UEM, Maringá, v.2, n^o2, p.201-216, 1998b.

CHASE-SARDI, Miguel. El *tekoha*: su organizacion social y los efectos negativos de la deforestación entre los Mbya-Guarani. *Suplemento Antropológico del Ateneo Paraguayo*, 24 (2), p. 33-42, Paraguay, 1989.

CHMYZ, Igor (Coord.). Projeto Arqueológico Itaipu. Quinto Relatório das Pesquisas Realizadas na área de Itaipu (1979/80). Curitiba, 102p

COLCHESTER, Marcus. *Salvando la naturaleza*: pueblos indígenas, áreas protegidas y conservación de la biodiversidad. Tradução de Albeto Villalba. França, Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el desarrollo social- UNRISD: World Rainforest Movement: WWF, 1995. DP 55S.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paul C. C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceito e temas*. 4^a ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2002. p. 15-48.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/MEC, 1969.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de obras Raras e Publicações, 1951.

_____. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de obras Raras e Publicações, 1952.

COSTA, João Felipe. *O lugar, a gente e as coisas*: um estudo sobre a história, a subsistência e a cultura material dos Morroquianos da Serra das Araras, MT. Porto Alegre, PUCRS, 1997. Dissertação de Mestrado.

CROVETTO, Raul. Introducción a la etnobotánica aborigen del nordeste argentino. *Etnobiológica*, n.11, 1-10, 1968.

DARELLA, Maria D. P. Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, UCDB, ano 4, n.6, p. 79-110, parte 1, 2004.

DAVID, Nicholas. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspectiva. *Journal of anthropological Archaeology* n. 11, p. 330-359, 1992.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. *Ethnoarchaeology in action*. Londres, Cambridge University Press, 2000. 476p.

DIAS, Adriana S. Um projeto para a Arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, v.19. n^o 22, 1995. pp. 25-40.

_____. A questão da variabilidade na obra de Lewis R. Binford e sua contribuição para a construção de uma teoria arqueológica. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v.24. n^o 31, 2000. P. 7-42.

DÍAS DE GUERRA, Ana. Mujer sinonimo de vida. *Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*, Santa Rosa, UNIJUÍ, 1992. p.162-168.

DOESWIJK, Andreas. *Algunas reflexiones sobre la construcción y el uso de las fuentes orales en historia*. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol05.htm>> Acesso em 6 jun. 2004

D'ORBIGNY, Alcides. *El hombre americano considerado en sus aspectos fisiológicos y morales*. Tradução de Alfredo Cepeda. Buenos Aires, Editorial Futuro, [1839] 1944. 424p.

EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. *Os argonautas Guató: argonautas do Pantanal*. EdPUCRS, Porto Alegre, 1996.

_____. **A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. *Revista Território e Fronteiras*, Programa de Pós-graduação em História, UFMT, v.2, n.2, 2001. pp.115-124**

_____. *Da Pré-história à História indígena: (Re)pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre, 2002

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; VIANA, Sibeli Aparecida. O centro-Oeste antes de Cabral. São Paulo, *Revista da USP*: 44, p.142-189, dez/fev. 1999-2000.

FARIA, Ivani F. *Território e territorialidades indígenas do alto rio Negro*. Manau, EDUA, 2003. 157 p.

FILHO, Antônio J. Bilingüismo e educação bilíngüe Kaiowá/Guarani na reserva indígena de Caarapó/MS. *Multitemas*, Campo Grande, Editora UCDB, p. 176-193, 1998.

_____. Sociedades indígenas em novo perfil. Alguns desafios. *Travessia, Revista do Migrante*, n. 36, ano XIII, p. 5-10, jan-jun. 2000.

GARLET, Ivori. *Mobilidade Mbyá: história e significação*. Dissertação de mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1997.

GARLET, Ivori; SOARES, André L.R. Cachimbos Mbya-Guarani: aportes etnográficos para uma arqueologia guarani. Arno A. Kern (Org.). *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996. p. 479-498

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria S. *Diagnóstico da população Mbyá-Guarani no sul do Brasil*. São Leopoldo, COMIN, 1998. Cadernos do COMIN 7, 84p.

GOULD, Richard A. The archaeologist as ethnographer: a case from the western desert of Australia. *World Archaeology*, 3 (2), 1971. p. 143-177.

_____. Some current problems in ethnoarchaeology. In: INGERSOLL, D.; YELLEN, Jr. R.; MACDONALD, W. (Eds.). *Experiment Archaeology*. New York, Columbia University Press, 1977. p. 359-377.

GUERRERO, Carolina. *Os caminhos da memória: o município de Eldorado nas vozes dos/as pioneiros/as e das populações tradicionais*. Relatório final do Programa de Iniciação Científica- UEMS, Dourados, 2000. 40p.

_____. *O processo de colonização do município de Mundo Novo/MS através dos depoimentos das pioneiras*. Relatório Parcial do Programa de Iniciação Científica-UEMS, Dourados, 2002. 40p.

HODDER, Ian. *Interpretation em arqueologia: corrientes actuales*. Ed. Crítica, Barcelona, 1988.

KAMP, Kathryn A. Where have all the children gone?: the archaeology of childhood. *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol.8, nº 1, 2001. p. 1-34.

KENT, Susan. *Analyzing activity areas: an ethnoarchaeological study of the use of space*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984. 643p.

_____(Ed.). *Method and theory for activity area research (An ethnoarchaeological approach)*. New York, Columbia University Press, 1987.

_____. The archaeological visibility of storage: delineating storage from trash areas. *American Antiquity*, 64 (1), 1999. p.79-94

_____. *Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study*. London, Cambridge University Press, 1990.

_____. Gender and prehistory in African. *Gender in African prehistory* (Ed.). London, Altamira Press, 1998. p. 9-24.

KERN, Arno A. Chinoca : ou o legado indígena de gaúchos sem memória. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto (Org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre, EdUFRGS, 1992. p.64-70,

KERR, Warwick E. Agricultura e seleções genéticas de plantas. In: RIBEIRO, Darci (Ed.). *Suma etnológica brasileira: Etnobiologia*, v. 1, Petrópolis, Vozes/FINEP , 1987. p. 159-173

KRAMER, Carol. Introduction. In: C. Kramer (Ed.). *Ethnoarchaeology*. New York, Columbia University Press, 1979. pp. 1-20.

LADEIRA, Maria I; WERA TUPÃ, Leonardo. Condições ambientais do território Guarani: implicações no modo de vida. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 4, n.6, Parte 1, Campo Grande, UCDB, 2004. pp.51- 63

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. 2 ed. Porto Alegre, Pozenato Arte & Cultura, 1989.

LANDA, B. S. A Mulher Guarani nas Cartas Anuais: tornando visível o invisível. In: XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários, 1995, Santa Rosa. *Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: EdUNIJUÍ, 1995.

LANDA, Beatriz dos Santos. *Mulher Guarani: atividades e cultura material*. Porto Alegre, PUCRS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. Acompanhamento arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.23, p. 77-104, mar. 1996.

_____. Atividades da mulher Guarani nos dicionários de Montoya. *IX Congreso Nacional de Arqueología*, Colonia de Sacramento, Asociación Uruguaya de Arqueología, 1999. p. 221-232

_____. Pesquisa arqueológica na sub-bacia do rio Iguatemi/MS: municípios de Mundo Novo, Japorã, Eldorado e Iguatemi. *Anais do XI Congresso de Arqueologia Brasileira*, no prelo.

_____. *Estudo arqueológico e histórico-cultural na sub-bacia do rio Iguatemi: municípios de Mundo Novo e Eldorado/MS*. Relatório final apresentado ao FUNDECT, Campo Grande, 2003.

LANDA, B.; VALENTE, F; GRASSI, L. A população indígena no período inicial da colonização recente: o caso da aldeia tradicional Vito'i Kue, Mundo Novo/MS. CD-ROM dos Anais do VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

LEHNER, Beate. *Territorialidade Guarani*. Disponível em <http://www.guarani.roguata.com>>. Acesso em: 10 dez. 2004

LEROI-GOURHAN, André. Structures de combustion et structures d'excavation. *Revista do Museu Paulista*, n.s., nº 26, p. 9-11, 1979.

LITAIFF, Aldo. Un regard sur l'histoire guarani. *Revista Tellus - NEPPI*, Campo Grande, ano 3, n.4, p. 75-108, abr. 2003.

LONGACRE, William A.; SKIBO, James M. *Kalinga ethnoarchaeology: expanding archaeological method and theory*. Washington, London, Smithsonian Institution Press, 1994. 250 p.

LOPES DA SILVA, Aracy. Mitos e cosmologia indígenas no Brasil: breve introdução. In: GRUPIONI, Luis D. (Org.). *Índios do Brasil*. São Paulo, Secretaria Mun. de Cultura, 1992. p. 75-82.

LORENZANA, Marciel. Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Jesuitas e bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. P. 162-174.

MAEDER, Ernesto J. A. *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, 1637-1639*. Asunción, FECIC, 1984.

_____. *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, 1641-1643*. Resistencia/Chaco, Instituto de Investigaciones Geohistóricas/CONICET, 1996.

MALHANO, Hamilton B. Glossário da habitação. In: RIBEIRO, Darci (Ed.). *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis, v.2, 1997, p.93-94.

MANFROI, José. Qual a função da escola indígena diferenciada na construção do futuro do povo Kaiowá/Guarani? Um estudo a partir das lideranças, rezadores, pais e professores indígenas. *Multitemas*, Campo Grande, Editora UCDB, p. 162-175, 1998.

MARTINEZ-CROVETTO, Raul (a). La alimentación entre los indios Guaranies de Misiones (Republica Argentina). *Etnobiologica*, Corrientes, nº 4, p. 1-24, 1968 (a).

_____. Introducción a la etnobotanica aborigen del nordeste argentino. *Etnobiologica*, Corrientes, nº 11, p. 1-11, 1968 (b).

_____. Juegos y deportes de los indios guaranies de Misiones (Republica Argentina). *Etnobiologica*, Corrientes, nº 6, p. 1-30, 1968 (c)

MARTINS, Alfredo. *Casa de reza*. Japorã, s/e, 2002. 32 p. Monografia de conclusão de curso do Normal em Nível Médio – Formação de professores Guarani/Kaiowá/Projeto Ara Vera.

MELIÀ, Bartomeu. El "Modo de Ser" Guarani en la Primera Documentación Jesuítica (1594-1639). *Revista de Antropologia*, v.24, p.1-24, 1981.

_____. *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo, FUNDAMES/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987a. 341p.

_____. *La tierra sin mal de los Guaraní: economia e profecía*. Paraguay/Brasil, 1987b, datilografado.

_____. Para una historia de la mujer paraguaya. In: *Una nación, dos culturas*. Asunción, Ediciones CEPAG, Imprenta Salesiana, 1988. p.79-88,

_____. *Potyro: la cuestión del trabajo indígena Guaraní*. Santa Rosa, 1989, digitado.

_____. *La tierra sin mal de los Guaraní: economía e profecía*. *Revista de Antropología*, v.33, p.33-46, 1990.

_____. El "Modo de Ser" Guaraní en la Primera Documentación Jesuítica (1594-1639). In: MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. Asunción, Universidad Católica, 1993. p. 93-120

_____. *El Paraguay inventado*. Asunción, CEPAG, 1997.

_____. *La lengua Guaraní en el Paraguay colonial*. Asunción, CEPAG, 2003. 399 p.

_____. El pueblo guaraní: unidad e fragmentos. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 4, n.6, parte 1. Campo Grande, UCDB, 2004a. p. 151-162

MELIÀ, Bartomeu.; TEMPLE, Dominique. *El don, la venganza y otras formas de economía guaraní*. Asunción del Paraguay, CEPAG, 2004b. 258p.

MEIHY, José C. S. B. *Canto de morte Kaiowá*. São Paulo, Loyola, 1991

_____. *Manual de história Oral*. São Paulo, Loyola, 1996.

MIRAGLIA, Luigi. Caza, recolección y agricultura entre indígenas del Paraguay. *Suplemento Antropológico del Ateneo Paraguayo*, Asunción, v.1, n. 2 , p. 9-91, 1975.

MONTEIRO, Maria E. B. *Levantamento histórico sobre os índios Guaraní Kaiwá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003. (Coleção Fragmentos da História do Indigenismo).

MONTICELLI, Gislene. *Vasilhas de cerâmica Guaraní: um resgate da memória entre os Mbyá*. Porto Alegre, PUCRS, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. Análise das informações obtidas com os Mbyá-Guarani sobre suas antigas vasilhas de cerâmica. *Revista do CEPA*, v. 23, n.29, Santa Cruz do Sul, EdUNISC, 1999. pp. 233-239.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Vocabulario y Tesoro de la lengua Guaraní ó más bien Tupi*. En dos partes:I:Vocabulário español-guarani (ó tupi).II:Tesoro Guaraní (ó tupi)-español. Por el p.Antonio Ruiz de Montoya, natural de Lima, misionário en la antigua reduccion de Loreto, junto ao rio Paranapanema del brasil, Superior en otras, y rector del Colegio de Asunción,etc. Nueva edición:mas correta y esmerada que la primera, y con las voces indias en tipo diferente. Viena/Paris, Faesy y Frick/Maisonneuve y Cia, [1639] 1876.

_____. Carta Ânua do Padre Antonio Ruiz, Superior da Missão do Guairá, Dirigida em 1628 ao Padre Nicolau Duran, Provincial da Companhia de Jesus. In: Jaime Cortesão (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951. p.259-299.

_____. *Conquista Espiritual Feita Pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Tradução vernácula: Arnaldo Bruxel. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985. 264p.

MORAIS, José L. Arqueologia da região sudeste. *Revista USP/ Antes de Cabral: Arqueologia brasileira II*, São Paulo, p. 194-217, 1999/2000.

_____. Tópicos de arqueologia da paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 10, p. 3-30, 2000.

MULLER, Franz. *Etnografía de los Guaraní del Alto Paraná*. Traducción de Ana Distel y Maria R. Goette de Tappert. Rosario, Escuela de Artes gráficas del colégio salesiano San José, 1989. 349p.

MURA, Fábio. *Habitações Kayowá: formas, propriedades técnicas e organização social*. São Paulo, Museu Nacional/PPGAS, 2000. (Dissertação de Mestrado).

_____. (Coord. do GT); ALMEIDA, Rubem F.T. *Relatório antropológico de revisão de limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey): Terra Indígena YVY KATU*. Portaria nº 724/PRES, 2002.

NETO, José A.B.; MORAES, Thays S.; SKOWRONSKI, Leandro. Reflexões nutricionais sobre a alimentação dos índios Kaiowá e Guaraní de Caarapó-MS: algumas preparações características. *Multitemas*, Campo Grande, n.12, p. 107-122, nov. 1998.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996.

NEVES, Eduardo G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP/ Antes de Cabral: Arqueologia brasileira I*, São Paulo, p. 86-111, 1999/2000.

NOELLI, Francisco Silva. Etnoarqueologia Guarani: um método de resgate controlado de dados bibliográficos úteis a interpretação arqueológica. *Anais do VI Simpósio sul-riograndense de Arqueologia: novas perspectivas*. Porto Alegre, PUCRS, 1991. pp.80-99.

_____. ***Sem tekoha não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí – RS*. Porto Alegre, PUCRS, 1993. Dissertação de Mestrado. 490p.**

_____. El Guaraní agricultor. *Acción*, Asunción, 1994. 4p.

_____. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguai). *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 4, n.6, Parte 2, Campo Grande, UCDB, p.51- 63, 2004

NOELLI, Francisco S.; DIAS, Adriana S. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guaraní. *Revista do CEPA*, Santa Cruz dos Sul, 19 (22): 7-23, 1995.

NOELLI, Francisco S.; SOARES, André L. R. Para uma história das epidemias entre os Guaraní. *Diálogos*, Maringá/UEM, v.1, p. 165-178, 1997.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*. Tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo, Hucitec/EdUSP, 1987. 156p.

OLIVEIRA, João P. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 1998.

_____. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: OLIVEIRA, João P. *Ensaio em Antropologia histórica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999a. p. 99-151.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? In: OLIVEIRA, João P. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1999b. p. 11- 39.

_____. Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira: território, modos de dominação e iniciativas indígenas. D’INCAO, Maria A. (Org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. SP, Cortez, 2001.

OLIVEIRA, João P.; ALMEIDA, Alfredo W.B. Demarcação e reafirmação étnica : um ensaio sobre a FUNAI. In: OLIVEIRA, João P. (Org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 1998. p. 69-124

OLIVEIRA, Luciane M. Cerâmica Maxacali: um estudo etnoarqueológico. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, RJ, CD-ROM, 2000.

OLIVEIRA, Márcia A. *O processo de colonização do município de Japorã/MS areavés dos depoimentos das mulheres indígenas da aldeia Porto Lindo*. Mundo Novo, UEMS, 2002. Relatório Final de Iniciação Científica.

_____. *As espécies cultivadas e as espécies nativas da aldeia indígena Porto Lindo no município de Japorã/MS*. Mundo Novo/UEMS, 2003. 32 p. + anexos.

O’NEALE, Lila. Cestaria. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma Etnológica Brasileira*, Petrópolis, Vozes. 2 ed., v.2, 1987. p. 323-350.

PARELLA, Maria D. P. Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, Editora da UCDB, ano 4, n.6, Parte 1, p.79-110, 2004.

PEREIRA, Levi M. *Parentesco e organização social Kaiowá*. Campinas, UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. (Coord.). *Estudo antropológico de identificação da Terra Indígena Guyra Roka*. Portaria nº 083/PRES da FUNAI, Três Lagoas, 2001. 85 p. e anexos.

_____. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: SILVA, Aracy L.; MACEDO, Ana V.L; NUNES, Ângela (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo, Global, 2002. Coleção Antropologia e Educação.

_____(Coord.); EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3. Dourados, dez. 2003. 334p.

_____. O movimento étnico-social pela demarcação das terras Guarani em MS. *Revista Tellus - NEPPI*, Campo Grande, ano 3, n.4, p. 137-148, abr. 2003.

_____. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. São Paulo, USP, 2004. (Tese de doutorado)

PERES, Sidnei. Direitos indígenas no Brasil: a construção social de uma cidadania diferenciada. In: SOUZA, S.R (Org.). *Que cidadania queremos? Estudos sobre cidadania e exclusão*. RJ, Livre expressão, 2003.

PIEIDADE, Sílvia Cristina; SOARES, André Luis R. Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-históricas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 31-68, 2000.

PÍCCOLI, Renata P. A fonética e a fonologia na educação bilíngüe guarani e português, nas escolas indígenas Kaiowá/Guarani da reserva de Caarapó, região da grande Dourados/MS. *Multitemas*, Campo Grande, Editora UCDB, p. 194-197, 1998.

PISSOLATO, Elizabeth. Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência de grupos Mbyá-Guarani no sudeste brasileiro. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 4, n.6, Parte 1, Campo Grande, UCDB, 2004. p. 65-78.

POLITIS, Gustavo G. Alguns aspectos de subsistencia de los Nukak de la Amazônia Colombiana. *Colômbia Amazônica*, v. 7, n 1-2. Santafé de Bogotá, COA, 1994.

_____. ***Nukak*. Colômbia, SINCHI/Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas, 1996 (a). 426p.**

_____. **Movint to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia.** *World Archaeology: hunter-gatherer land use*, v. 27 (3): 492-511. Peter Rowley-Conwy (Ed.). Londres, Routledge, 1996 (b).

_____. **La actividad infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores.** *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, suplemento 3, 1999. p. 263-283.

_____. **South América: in the garden of forking paths.** In: *Archaeology: the widening debate*. CUNLIFFE, B; DAVIES, W.; RENFREW, C. (Eds.). Londres, Oxford University Press, 2001.

_____. **A cerca de la etnoarqueología en America del sur.** *Horizontes Antropológicos*, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, ano 8, n.18, p. 61-92, 2002.

_____. **The theoretical landscapes and the methodological development of archaeology in Latin America.** *American Antiquity*, v. 68 (2), 2003a. pp. 245-272

_____. **The theoretical landscapes and the methodological development of archaeology in Latin America.** *Latin American*, v. 14 (2), 2003b. pp. 115-142

POSEY, Darrell A. **Introdução – Etnobiologia: teoria e prática.** In: RIBEIRO, Darci (Ed.). *Suma etnológica brasileira: Etnobiologia*, v. 1, Petrópolis, Vozes/FINEP, p.15 –28, 1987.

_____. **Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).** In: RIBEIRO, Darci (Ed.). *Suma etnológica brasileira: Etnobiologia*, v. 1, Petrópolis, Vozes/FINEP, p. 173-188, 1987.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade.* Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998. (Biblioteca básica). 250p.

QUIÑONES, Fernando R. E. et al. EDXRF study of Tupi-Guarani archaeological ceramics. Disponível em : <<http://www.fisica.uel.br/gfna.nucleara.html>. Acesso em 06 de nov. 2002

RIBEIRO, Sara G. T. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no oeste do Paraná (1977-1997).* Porto Alegre, 2002. 299 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas Brasileiras.* São Paulo, Loyola, 1986. 135p.

RODRIGUES, Eliezer. *Como viviam os Guarani há 50 anos atrás*. 2002. 28p. Monografia do Curso Normal em Nível Médio/ Formação de professores Guarani/Kaiowá, Projeto Ara Vera.

RODRIGUES, Robson A. *Cenários da ocupação Guarani na calha do alto Paraná: um estudo etnoarqueológico*. São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/USP

ROQUE, Georges. La pragmática de las obras: hacia una antropología política del espacio. OLEA, Óscar (Ed.). *Arte y espacio*. XIX Coloquio Internacional de Historia del Arte. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1997. p. 27-52.

ROSSATO, Veronice L. A poética do espaço Kaiowá. *Série Estudos- Periódico em Educação da UCDB*, Campo Grande, n.13, p.161-173, jun. 2002.

SÁEZ, Oscar C. *Prometeo de pie. Alternativas étncas y éticas e la apropiación Del conocimiento*. http://webm1.uol.com.br/cgi-bin/webmail.exe/Ensayos_y_Investigaciones.htm. Acesso em 20/4/2004

SALLES, Ayr T.; FILHO, Mário V.; FLORENZANO, Teresa G. Monitoramento da cobertura vegetal e do uso do solo da reserva indígena de Caarapó-MS, através de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. *Multitemas*, Campo Grande, n.12, p. 100-132, nov. 1998.

SANTANA, Graça et al. As plantas medicinais na comunidade cabocla de pescadores de Fortalezinha, Ilha de Maiandeuá, município de Maracaná (PA). In: Eraldo Costa Neto & Francisco José Bezerra Souto (Orgs.). *Anais do I Encontro Baiano de Etnobiologia e Etnoecologia*, Feira de Santana/Bahia, 1999.

SANTOS, Maria C. El Guaraní de papel. *Acción: revista paraguaya de reflexión y diálogo*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, Paraguai, v.1,n.177, p. 32-34, set. 1997

SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo, EPU/ EDUSP, 1974.

SCHIAVETTO, Solange N. de O. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo, Annablume: FAPESP, 2003. 138p.

SCHIFFER, Michael B. Methodological issues in ethnoarchaeology. In: Richard Gould (Ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978. pp.229-247

_____. Archaeological context and systemic context. In: SCHIFFER, M.B. *Behavioral archaeology. First Principles*. [1972] 1995, p. 25-34.

SHOTT, Michael J. Mortal pots; on use life and vessels size in the formation of ceramic assemblages. *American Antiquity*, v. 61, nº 3, 1996. p. 463-482

SIEGEL, Peter E. Demographic and architectural retrodiction: an ethnoarchaeological case study in the south american tropical lowlands. *Latin American Antiquity*, v.1. n° 4, 1990. p. 319-346

SILVA, Aracy L.; MACEDO, Ana V.L; NUNES, Ângela (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo, Global, 2002. Coleção Antropologia e Educação.

SILVA, Fabíola A. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. São Paulo: USP, 2000a. Tese de Doutorado.

SILVA, Fabíola A; NOELLI, Francisco Silva. As vasilhas cerâmicas dos Asurini: funcionalidade e frequência em uma aldeia do baixo Xingu. *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, RJ, CD-ROM, 2000a.

SMITH, Richard C. *Un tapiz tejido a partir de las vicisitudes de la Historia, el lugar y la vida cotidiana: imaginando desafios para los pueblos indígenas de América Latina en el nuevo milenio*. Lima, s. ed., s.d. 30p.

SIMÃO, Ana P. *Do caco ao fragmento: análise da coleção cerâmica Guarani do sítio arqueológico Lagoa Xambrê- Altônia/PR*. Maringá, UEM, 2002. Dissertação de Mestrado. 170p.

SYMANSKI, Luiz C. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 1998. Coleção Arqueologia. 276p.

SOUZA, José O. C. *Uma introdução ao sistema técnico-econômico Guarani*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1986. 548p. Dissertação de Mestrado

_____. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 8, n.18, p. 211-255, 2002.

SOUZA, Jonas S.; MAKINO, Miyoko (orgs.). *Diário de viagem de Teotônio José Juzarte*. São Paulo, EdUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Uspiana – Brasil 500 anos).

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia, e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paul C. C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceito e temas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2002.

STANISLAWSKI, Michael B. The relation of ethnoarchaeology, traditional and systems archaeology. *Ethnoarchaeology*, monograph 4, Los angeles, UCLA, 1974. p. 15-26.

STREHL, Afonso; RÉQUIA, Inony R. *Estrutura e funcionamento da educação básica*. Porto Alegre, Sagra Luzzato, 2000.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay I V: cultura material*. Asunción, Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, 1982. 240p.

TETILA, José L. C. *Marçal de Souza Tupã'i: um Guarani que não se cala*. Campo Grande, UFMS, 1994. 172p.

TEODORO, Antônio J. Investigação, caracterização e avaliação da situação ambiental do entorno da reserva indígena de Caarapó-MS: estudo preliminar. *Multitemas*, Campo Grande, n.12, p. 133-146, nov. 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Tradução de Lóio Lourenço de Oliveira. 2ª.ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

TOCCHETTO, Fernanda B et al. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, EU/ Secretaria Municipal de Cultura, 2001. 168p.

TRIGGER, Bruce G. Ethnoarchaeology: some cautionary considerations. In: B.G.Trigger (Ed.). *Ethnology by archaeologists*. Washington DC, American Ethnological Society, 1978. pp. 1-9.

TURMENA, Patrícia R. *Os caminhos da memória: o município de Eldorado nas vozes dos/as pioneiros/as e das populações tradicionais*. Relatório final do Programa de Iniciação Científica, Dourados, 2000. 22p

_____. *O município de Japorã/MS nas vozes dos/as pioneiros/as e da população indígena Guarani*. Relatório final de Iniciação Científica, UEMS, 2001. 25p.

_____. *O processo de colonização do município de Japorã/MS através dos depoimentos das mulheres indígenas da aldeia Porto Lindo*. Relatório parcial de Iniciação Científica, UEMS, 2002. 36p.

_____. *Estudo etnobotânico na Terra Indígena Porto Lindo, Japorã, MS, Brasil*. Dourados, UEMS, 2004. Monografia de Pós-graduação em Biologia da Conservação,

VIANNA, Hélio (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. RJ, Biblioteca Nacional, 1970. 553p.

VIEIRA, Jorge. Guarani-Nhandeva do Mato grosso do Sul retoma Tekoha Yvy Katu. *Porantim*, Brasília, n. 262, p. 12-13, jan/fev 2004.

VIETTA, Kátya. “Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento”: análise sobre alguns impasses presentes entreos Kaiowá/Guarani. *Multitemas*, Campo Grande, Editora UCDB, p. 52-73, 1998.

_____. *Tekoha e te'y guasu: algumas considerações sobre articulações políticas Kaiowá e Guarani a partir das noções de parentesco e ocupação espacial*. *Tellus / Núcleo de Estudos*

e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, Campo Grande, ano 1, n.1, p. 89-102, UCDB, 2001.

_____. “Pastor dá conselho bom”: missões evangélicas e igrejas neopentecostais entre os Kaiowá e Guarani em MS. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, ano 3, n.4, p. 109-136, UCDB, 2003.

VIETTA, Kátya; BRAND, Antônio. Programa Kaiowá/Guarani: a pesquisa científica a serviço da comunidade. *Multitemas*, Campo Grande, n.12, p. 9-20, nov. 1998.

VIGNATI, Milcíades A. Aportes iconográficos a usos y costumbres de los indios Caingúá. *Anales del Museo de la Ciudad Eva Perón*, Buenos Aires, Antropología n° 2, Nueva Serie, 1953. 24 p + lâminas.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Introdução. In: NIMUENDAJU, Curt Unkel. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*. Tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo, Hucitec/EdUSP, 1987. 156p.

WENCESLAU, M.E; YAMASHITA, A.C.; JESUS, D.L. *Representatividade espacial e etnoistória na comunidade Guarani*. Estudo de caso: aldeia Bororó, Dourados/MS. CD Fronteiras étnico-culturais, Campo Grande, UCDB, 2002. 13p.

WILK, Richard R. Little house in the jungle: the causes of variation in house size among modern Kekchi Maya. *Journal of Anthropological Archaeology*, v.2, p. 99-116, 1983.

WYLIE, Alison. The reaction against analogy. M.B. Schiffer (Ed.) *Advances in Archaeological method and theory*. New York/London- Academic Press, v. 8, p. 63-110, 1985.

WÜST, Irmhild. *Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho*, 2 vols. São Paulo, FFLCH, 1990.

YELLEN, J.E. *Archaeological approaches to the present*. New York, Academic Press, 1977.

ZEDEÑO, María N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from the puebloan southwest. *Journal of Anthropological Archaeology*, v.4, n. 1, p. 67-103, 1997.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul
Pólo Base Indígena de Iguatemi

Total da população e famílias

Aldeia	Etnia	Total de Pessoas	Total Masculino	Total Feminino	Total de Famílias
PORTO LINDO	GUARANI	3544	1749	1795	916
PORTO LINDO	KAIOWA	117	56	61	44
		3661	1805	1856	960

Total de pessoas menores de 5 anos

Total de Pessoas	Total Masculino	Total Feminino
889	427	462

Total de pessoas menores de 18 anos

Total de Pessoas	Total Masculino	Total Feminino
2222	1071	1151

Relação de Jornais Consultados que trataram da retomada do tekoha Yvy Katu (Terra Sagrada)

Diário MS (DMS)

Diário MS, 07 de janeiro de 2004 – Outra fazenda é invadida por índios no sul

Diário MS, 08 de janeiro de 2004 – Fazendeiros protestam hoje

Diário MS, 09 janeiro de 2004 – índios ameaçam onda de invasões

Diário MS, 12 de janeiro de 2004 – Índios mantêm invasões

Diário MS, 13 de janeiro de 2004 – Conflito de terras mobiliza governo

Diário MS, 14 de janeiro de 2004 – Juiz promete definir conflito hoje

Diário MS, 19 de janeiro de 2004 – Funai e MPF tentam evitar despejo de índios

Diário MS, 20 de janeiro de 2004 – Funai quer mais prazo em Japorã

Diário MS, 22 de janeiro de 2004 – Índios e fazendeiros entram em guerra

Diário MS, 27 de janeiro de 2004 – Prefeito de Japorã recebe ameaça

Diário MS, 02 de fevereiro de 2004 – Desocupação pode começar hoje em Japorã

Diário MS, 03 de fevereiro de 2004 – Situação ainda indefinida em Japorã

Diário MS, 17 de fevereiro de 2004 – Polícia investiga confronto em Japorã

Diário MS. 27 de fevereiro de 2004 – Iagro pode interditar Japorã

Diário MS, 18 de março de 2004 – Antropólogo defende mais resistência

O Progresso

O PROGRESSO, 24/25 de dezembro de 2003 – Índios invadem nova fazenda

O PROGRESSO, 05 de janeiro de 2004 – Índios invadem 4 fazendas

O PROGRESSO, 06 de janeiro de 2004 – Sindicato Rural alerta para invasão de terra por índios

O PROGRESSO, 08 de janeiro de 2004 - Índios invadem 6º fazenda no MS

O PROGRESSO, 09 de janeiro de 2004 – Juiz tenta acordo com índios em Japorã

- O PROGRESSO, 10/11 janeiro de 2004 – Juiz mantém índios em fazendas
- O PROGRESSO, 12 de janeiro de 2004 – Juiz tente novo acordo com índios
- O PROGRESSO, 14 de janeiro de 2004 – Juiz julga hoje questão indígena
- O PROGRESSO, 17/18 de janeiro de 2004 – Presidente da Funai frustra os índios
- O PROGRESSO, 17/18 de janeiro de 2004 – Juiz oficia PF para desocupar áreas
- O PROGRESSO, 19 de janeiro de 2004 – MP tente evitar despejo de índios
- O PROGRESSO, 20 de janeiro de 2004 – PF pede apoio para desocupação
- O PROGRESSO, 21 de janeiro de 2004 – índios armados podem resistir
- O PROGRESSO, 22 de janeiro de 2004 – TRF mantém índios em fazendas
- O PROGRESSO, 23 de janeiro de 2004 – Ramiro agiliza formação de comissões
- O PROGRESSO, 24/25 de janeiro de 2004 – Funai discute 2º feira questão de Japorã
- O PROGRESSO, 26 de janeiro de 2004 – Fazendeiros prometem usar a força
- O PROGRESSO, 29 de janeiro de 2004 – PF isola área invadida por índios
- O PROGRESSO, 30 de janeiro de 2004 – Fazendeiros prometem retomar área
- O PROGRESSO, 31 de janeiro de 2004 – Índios começam a sair de fazendas
- O PROGRESSO, 03 de fevereiro de 2004 – Juiz oficializa acordo em Japorã
- O PROGRESSO, 7/8 de fevereiro de 2004 – Governo não quer confronto em Japorã
- O PROGRESSO, 09 de fevereiro de 2004 – Índios destroem sede de fazenda
- O PROGRESSO, 10 de fevereiro de 2004 – Comissão visita Japorã na sexta-feira
- O PROGRESSO, 10 de fevereiro de 2004 – TRF mantém índios em três fazendas de Japorã
- O PROGRESSO, 11 de fevereiro de 2004 – Deputado afirma que Funai é omissa
- O PROGRESSO 14/15 de fevereiro de 2004 – Índios: Apartheid X Inclusão social
- O PROGRESSO 14/15 de fevereiro de 2004 – Menos invasão, mais inclusão
- O PROGRESSO, 16 de fevereiro de 2004 – Índios teriam sido alvo de tiroteio

O PROGRESSO, 20 de fevereiro de 2004 – Senado vai investigar terra indígena

O PROGRESSO, 21/22 de fevereiro de 2004 – Nove propriedades já receberam perícia

O PROGRESSO, 30 de agosto de 2004 – Produtores debatem questões indígenas

O LIBERAL

O LIBERAL, 17 a 25 de fevereiro de 2003 – Índios bloqueiam estrada pedindo demarcação de terras

O LIBERAL, 16 a 24 de janeiro de 2004 – Iguatemi contesta meios de comunicação

O LIBERAL, 26 a 31 de janeiro de 2004

- Policiais isolam índios em Japorã
- Índios cobram “taxas” de produtores
- Tiãozinho ameaçado em Japorã
-

O LIBERAL, 1 a 8 de fevereiro de 2004 - Centenas de produtores fazem protesto amanhã

O LIBERAL, 9 a 15 de fevereiro de 2002 – Produtores culpam Igreja e Justiça por invasão

O LIBERAL, 16 a 22 de fevereiro de 2002 – Produtores retornam às áreas invadidas

O LIBERAL, 8 a 14 de março de 2004 – Laudo da FUNAI diz que terras são dos índios

O ESTADO DE S. PAULO, 22 de janeiro de 2004 – Armados, índios e fazendeiros se enfrentam

FOLHA DE SÃO PAULO, 03 de janeiro de 2004 – Sob pressão, Planalto propõe diálogo a índios

FOLHA DE SÃO PAULO, 04 de janeiro de 2004

- Pintados e armados, índios invadem fazendas
- Funai pede ajuda para negociação com índios

TRIBUNA DO POVO, 18 a 27 de janeiro de 2004 – Justiça amplia prazo para que índios deixem fazendas ocupadas

RIO PARANAZÃO, 23 de janeiro de 2004 – Índios e fazendeiros entram em confronto em Japorã

RIO PARANAZÃO, 30 de janeiro de 2004 – Persiste impasse entre índios e fazendeiros

PORANTIM, jan/fev. 2004 – Guarani-Nhandeva do MS retoma *tekoha Yvy Katu*

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)